

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

**SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE: UM ESTUDO SOBRE A  
CONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL E AÇÃO POLÍTICA (1923-1940)**

**Natália Vial de Oliveira**

**2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE: UM ESTUDO SOBRE A  
CONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL E AÇÃO POLÍTICA (1923-1940)**

**NATÁLIA VIAL DE OLIVEIRA**

*Sob a Orientação da Professora  
Adriana Barreto de Souza*

Tese submetida como requisito para obtenção do grau de **Doutora** em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

048s

Oliveira, Natália Vial de, 1985-  
Severino Sombra de Albuquerque: um estudo sobre  
configuração institucional e ação política (1923-1940) /  
Natália Vial de Oliveira. - Seropédica, 2024.  
158 f.: il.

Orientadora: Adriana Barreto de Souza.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, PPHR, 2024.

1. Militares. 2. Trajetória. 3. História  
Intelectual. I. Souza, Adriana Barreto de, 1971-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. PPHR III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO N° 937 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.059160/2024-73**

**Seropédica-RJ, 30 de outubro de 2024.**

Nome do(a) discente: NATALIA VIAL DE OLIVEIRA

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 22 de outubro de 2024

Banca Examinadora:

Dr. FERNANDO DA SILVA RODRIGUES, UNIVERSO Examinador Externo à Instituição

Dra. ANGELA MOREIRA DOMINGUES DA SILVA, UFF Examinadora Externa à Instituição

Dr. JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO, UFSCAR Examinador Externo à Instituição

Dr. LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES, UFRRJ Examinador Interno

Dra. ADRIANA BARRETO DE SOUZA, UFRRJ Presidente

**(Assinado digitalmente em 31/10/2024 09:52 )**

ADRIANA BARRETO DE SOUZA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHRI (12.28.01.00.00.086)  
Matrícula: 1487325

**(Assinado digitalmente em 06/11/2024 08:33 )**

LUIS EDMUNDO DE SOUZA MORAES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHRI (12.28.01.00.00.086)  
Matrícula: 1353338

**(Assinado digitalmente em 02/12/2024 10:01 )**

ANGELA MOREIRA DOMINGUES DA SILVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 793.495.285-68

**(Assinado digitalmente em 03/11/2024 18:22 )**

JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 777.575.568-72

**(Assinado digitalmente em 30/10/2024 14:17 )**

FERNANDO DA SILVA RODRIGUES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 862.536.547-72

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **937**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **30/10/2024** e o código de verificação: **6fa0a2b1c9**

Aos meus pais (*in memorian*)

## Agradecimentos

Meu primeiro e mais robusto “muito obrigada” vai para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Essa instituição, que tem sido minha casa – no sentido mais afetuoso do termo – há mais de uma década, demonstrou ter sido a minha melhor escolha. Em tempos em que programas de pós-graduação são muito facilmente associados a prejuízos na saúde mental, sinto-me honrada em fazer parte de um Programa que não foi o causador de nenhuma das dores sentidas no decorrer desse caminho. Meu muito obrigada aos professores do Programa que leram esse trabalho ao logo do curso: Luis Edmundo de Souza Moraes, José Costa D Assunção Barros, Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo Teixeira; teria sido mais difícil sem suas sugestões. Obrigada também ao secretário do Programa, Paulo César Longarini, sempre muito solícito e competente no desempenho da função.

Um agradecimento emocionado e vitalício a minha orientadora, Adriana Barreto de Souza, a verdadeira parteira dessa tese. Peço desculpas por ter gemido tanto. Eu não teria prosseguido sem sua amizade e seu profissionalismo. Obrigada para sempre.

À banca presente na minha qualificação agradeço cada minuto dedicado à leitura, a sugestões e apontamentos. Agradeço também aos que aceitaram se somar a ela para a defesa. Luís Edmundo de Souza Moraes, João Roberto Martins Filho, Ângela Moreira e Fernando Rodrigues. Será sempre uma honra ter seus nomes registrados nesse trabalho.

Preciso agradecer àquelas pessoas que “roubaram” meu tempo na execução dessa pesquisa: meus alunos e alunas na rede pública de ensino. No fim do dia de cansaço, eu sei que vale a pena porque vocês merecem professores melhores, mais bem formados. Agradeço também aos colegas que fiz nesses espaços, tanto os da Escola Estadual Municipalizada Olavo Bilac, em Seropédica, quanto aos que se somaram a essa lista neste ano na Escola Municipal Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro, que me fizeram lembrar como é bom trabalhar em um ambiente afetuoso.

Às minhas irmãs Luciane Vial dos Santos e Daniele Vial dos Santos. Obrigada pela compreensão nas minhas ausências. Amo vocês!

Ao meu seletº grupo de amigos “mais chegados”, Suzana Matos, Ulisses Gonçalves, Adriana Quele, Rafael Veiga, Roberto Volotão e Laura Andrade por também

compreenderem minhas ausências e não desistirem de me proporcionar alguns momentos de lazer e amizade.

A Filipe Arnaldo Cezarinho, este colega de pós com quem dividia a tela das aulas durante a pandemia e agora divido a vida. Obrigada por estar presente nos momentos difíceis e por alimentar a minha fé de que qualquer teoria que ignore a contingência, não serve.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## **RESUMO**

**OLIVEIRA, Natália Vial de. Severino Sombra de Albuquerque: um estudo sobre a configuração institucional e ação política (1923-1940).** 2024. 158 p. Tese (Doutorado em História, Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Este trabalho teve por objetivo investigar, a partir da trajetória de Severino Sombra de Albuquerque, as mudanças ocorridas no Exército e nos lugares sociais atribuídos aos militares durante a primeira metade do século XX. Para identificar e questionar a naturalização da identidade militar, a qual se atribuem de maneira automática valores como obediência, hierarquia ou apolitismo, fontes históricas de tipos muito diversos foram utilizadas: boletins, entrevistas, correspondências e a produção do biografado. Essas fontes auxiliaram na análise da trajetória de Severino Sombra, que funcionou como um fio condutor na identificação de diversas possibilidades de arranjos organizacionais que vigoraram no Exército ao longo do século XX. Essa análise histórica permitiu que observássemos como a identidade militar é transpassada, não cabendo, portanto, transformá-la em um ícone semiótico.

**Palavras-chave:** Militares, Trajetória, História Intelectual.

## **ABSTRACT**

OLIVEIRA, Natália Vial de. **Severino Sombra de Albuquerque: a study on institutional configuration and political action (1923-1940)**. 2024. 158 p Tese (Doutorado em História, Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This work aimed to investigate, from the trajectory of Severino Sombra de Albuquerque, the changes occurred in the army and the social places assigned to the military during the first half of the twentieth century. To identify and question the naturalization of military identity, which are automatically attributed values such as obedience, hierarchy or apoliticism, historical sources of very different types were used: newsletters, interviews, correspondences and the production of the biographical. These sources helped in the analysis of the trajectory of Severino Sombra, which worked as a thread in the identification of several possibilities of organizational arrangements that prevailed in the Army throughout the twentieth century. This historical analysis allowed us to observe how the military identity is transposed, therefore not being able to transform it into a semiotic icon.

**Keywords:** Military, Trajectory, Intellectual History.

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Temas abordados na entrevista para o Arquivo Nirez.

Quadro 2 – Ensino Geral ministrado no 1º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do Realengo.

Quadro 3 – Ensino Militar ministrado no 1º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do Realengo.

Quadro 4 – Ensino Geral ministrado no 2º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do Realengo.

Quadro 5 – Ensino Militar ministrado no 2º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do Realengo.

Quadro 6 – Curso da Arma de Infantaria ministrado no 3º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do Realengo.

Quadro 7 – A trajetória e a produção de Severino.

## **LISTAS DE ABREVIASÕES**

BVPS – Biblioteca Virtual do Pensamento Social

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

EIM – Escola de Instrução Militar

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBES – Instituto Brasileiro de Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

IGHMB – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

LEC – Liga Eleitoral Católica

LCT – Legião Cearense do Trabalho

NUDOC – Núcleo de Documentação Cultural

UCM – União Católica dos Militares

PSD – Partido Social Democrático

PTN – Partido Trabalhista Nacional

RISG – Regulamento Interno e dos Serviços Gerais

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	11
<b>CAPÍTULO I – O SUJEITO MILITAR E AS DUAS TRADIÇÕES: POLÍTICA E CARREIRA MILITAR.....</b>	25
<b>    1.1 Profissionalismo e apolitismo: as fontes e a narrativa de uma trajetória.....</b>	27
<b>    1.2. Profissionalismo e apolitismo: a Escola Militar do Realengo.....</b>	34
<b>    1.3. Profissionalismo e apolitismo: o anticomunismo.....</b>	37
<b>CAPÍTULO II – SEVERINO SOMBRA E A ESCOLA MILITAR DO REALENGO: O EXÉRCITO NOS ANOS 1920. ....</b>	47
<b>    2.1 Os anos 1920 e os militares: um breve panorama .....</b>	48
<b>    2.2 Os anos 1920 – A Escola Militar do Realengo.....</b>	54
<b>    2.3. Catolicismo e ação nos anos 1920.....</b>	66
<b>CAPÍTULO III – SEVERINO SOMBRA E A CRIAÇÃO DE UMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL PARA O EXÉRCITO .....</b>	77
<b>    3.1 – O desvio do sujeito e o realinhamento da memória: revolta e exílio. ....</b>	77
<b>    3.2 – A política experimental em tempos de apolitismo militar.....</b>	104
<b>CAPÍTULO IV – SEVERINO SOMBRA, O CAPITÃO SOCIOLOGO.....</b>	110
<b>    4.1 A estrutura dos escritos – cronologia e experimento. ....</b>	113
<b>    4.2. Sobre a justificativa – um breve panorama sobre a sociologia no Brasil.....</b>	118
<b>    4.3. <i>Léxis e Práxis: uma história/sociologia para militares.....</i></b>	128
<b>Referências .....</b>	151

## Introdução

Em 1936, um ano antes do golpe que inaugurararia a ditadura do Estado Novo, um grupo de oficiais militares do Exército e da Marinha se reuniu no salão nobre do Clube Militar para pensar a criação de um Instituto voltado para o desenvolvimento da geografia e da história militar no Brasil. Com temas ligados ao fortalecimento da nação, à condenação da política partidária e à doutrinação ideológica, esses homens instalariam oficialmente, em 1938, já em plena ditadura do Estado Novo, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, cuja produção estaria voltada para o culto patriótico dos vultos do passado.

Durante o Estado Novo (1937-1945) houve um esforço para a promoção do desenvolvimento de uma política voltada para a “recuperação do passado nacional brasileiro”.<sup>1</sup> O Exército se colocou como elemento fundamental de afirmação e defesa do regime e, segundo José Murilo de Carvalho, o ano de 1937 marcaria a vitória de um projeto articulado por um setor do Exército que tinha por objetivo promover mudanças na estrutura interna da organização militar, bem como nas suas relações com o Estado e com a sociedade.<sup>2</sup>

Foi também na década de 1930 que começariam a ser criadas no Exército instituições que se dedicavam a conformar uma cultura histórica no interior das Forças Armadas: Arquivo, Biblioteca/Editora e Instituto de Geografia e História Militar. A criação da tríade não pode ser vista como uma ação isolada e despretensiosa. Pode ser pensada como *projeto* fomentado por um grupo específico de militares que se empenhou em fornecer as peças para uma “campanha de esclarecimento anticomunista”. O nome por trás do projeto era o do ainda capitão Severino Sombra de Albuquerque que, segundo um contemporâneo, via nas instituições um “instrumento de trabalho anticomunista junto à oficialidade do Exército”.<sup>3</sup>

Severino Sombra de Albuquerque ingressou na Escola Militar do Realengo em 1923, momento em que a unidade interna do Exército se encontrava despedaçada por diversas rebeliões militares que chamavam atenção para clivagens políticas no interior da instituição. Não por caso, “novas tradições” – como a bênção das espadas e o culto a Caxias – passariam nesse momento por um processo de oficialização. Celso Castro afirma que havia um objetivo a ser alcançado no plano simbólico: afirmar o valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército.<sup>4</sup>

Severino Sombra relatou que a Escola Militar do Realengo tinha menos de 16 alunos quando nela ingressou em 1923. Possivelmente, esse número deve-se à expulsão dos alunos envolvidos na revolta tenentista de 1922. Sombra teria participado da primeira

<sup>1</sup> GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca. **Cultura Política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 44-63.

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005. p. 64.

<sup>3</sup> PEREGRINO, Umberto. **História da Biblioteca do Exército**: Um capítulo da História Cultural do Brasil. SL: S/d. p. 72.

<sup>4</sup> CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 20.

“bênção das espadas”, um ritual identificado por ele como um “retorno às tradições na Escola”. Celso Castro assinala a presença do coronel francês Pierre Béziers La Fosse na Escola Militar do Realengo como conselheiro da Missão Militar Francesa. Teria partido dele a ideia de identificar as turmas das Escolas Militares pela denominação de um patrono, dando início a uma “nova tradição” no Exército brasileiro.<sup>5</sup>

Como podemos observar, a integridade institucional das Forças Armadas nem sempre fora uma questão solucionada e reorganizar uma instituição marcada por clivagens das mais diversas nuances demandou esforços em diversas áreas, fazendo-se necessário um conjunto de ações visando implementar dois pilares contra as subversões: o profissionalismo e o apolitismo.

O objetivo deste trabalho é investigar, a partir da trajetória de Severino Sombra de Albuquerque, as mudanças ocorridas no Exército e nos lugares sociais atribuídos aos militares, identificando e questionando a naturalização da própria identidade – militar. A trajetória de Severino Sombra pode auxiliar como fio condutor na identificação dos diferentes arranjos organizacionais que vigoraram no Exército ao longo do século XX, uma vez que, durante sua carreira, Severino Sombra teve forte atuação política, incluindo o espaço político institucional.

Como já destacado aqui, durante a década de 1930, o Exército demonstrou o interesse na promoção de uma cultura geral e profissional dos militares investindo em bibliotecas, publicações e institutos. Esses estímulos foram expostos pelo general Valentim Benício ao então ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra em uma “Exposição de Motivos” para reunir as obras remanescentes da Biblioteca do Exército, fechada por determinação do ministro general Setembrino de Carvalho em um Aviso Ministerial de 6 de maio de 1925.<sup>6</sup> Em um espaço de dois anos (1936-1937), três espaços de “estímulos” surgiram no interior do Exército: uma biblioteca com funções editoriais, um arquivo e um Instituto de Geografia e História Militar. Severino Sombra de Albuquerque participou ativamente da criação dessas instituições. É nesse momento também que o capitão Sombra desenvolveu um apreço pelo cultivo da “História Militar”<sup>7</sup> – sendo escrita nesses espaços como um “alimento do patrimônio” e com o papel de preencher uma lacuna em um momento identificado por ele como sendo de grave agitação social. A história militar e os espaços institucionais para sua produção e divulgação seriam uma reação do Estado a esse momento de agitação – possivelmente, uma referência aos levantes ocorridos em 1935.

\* \* \*

Severino Sombra viveu a maior parte de sua vida como militar. Ingressou na Escola Militar do Realengo aos 15 anos de idade, em um período fortemente marcado pelo questionamento no interior das Forças Armadas sobre qual deveria ser o seu papel na

<sup>5</sup> Idem. p. 18.

<sup>6</sup> PEREGRINO, s/d., op. cit., p. 64.

<sup>7</sup> Essa história militar refere-se especialmente a elogios de figuras heroicas e não a narrativas sobre batalhas, como pode sugerir a familiaridade do termo.

política no país.<sup>8</sup> Ao longo da vida, publicou 11 livros e participou de 9 instituições culturais militares e civis. Foi deputado federal pelo estado do Ceará entre os anos de 1955 e 1956 pelo PSD (Partido Social Democrático) e professor de Sociologia na Escola Militar do Realengo e na Escola de Estado Maior. Presidiu também o diretório estadual do PTN (Partido Trabalhista Nacional) no ano de 1958, abandonando a vida político-partidária em meados da década de 1960 e se dedicando à expansão e consolidação da Fundação Universitária Sul-Fluminense, tendo conseguido a aprovação na década de 1990 para a criação das Faculdades Integradas Severino Sombra, desempenhando o papel de pró-reitor administrativo e presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão até o ano 2000, ano de sua morte.

Durante pesquisa sobre os militares envolvidos na criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, alguns comportamentos aparentemente antagônicos se destacaram entre os membros de uma categoria geralmente lida de modo uniforme - os militares. Esse antagonismo não só estava presente na sincronia dos agentes pesquisados enquanto grupo, mas também na diacronia, quando olhados individualmente, uma vez que oficiais que lutaram em lados opostos em situações de agitação social, passam a defender uma mesma política institucional. Um bom exemplo é o próprio general Severino Sombra. Se, nas décadas de 1930 e 1940, o oficial se empenhou para exterminar as paixões partidárias no interior das Forças Armadas, na década seguinte, sua atuação como dirigente partidário nos sugere uma mudança radical. Observar essa mudança é um dos ganhos obtidos com a análise da trajetória de Severino Sombra. Ela torna possível questionarmos o porquê, a partir de um determinado momento, passa a ser permitido, ou pelo menos não condenável, que um oficial do Exército extrapole os limites da “política do Exército”? – para citar a famosa frase de Góes Monteiro por meio na qual ele critica a política no Exército e enfatiza a necessidade de uma política do Exército.

É com a pretensão de compreender possíveis conflitos e elucidar os diversos modelos do que é “ser militar” em disputa, bem como os interesses militares e civis que essa trajetória será retomada neste trabalho. Nesse sentido, acompanhar sua trajetória, em seus múltiplos aspectos, pode cooperar para compreendermos as diferentes configurações do Exército durante o século XX, ou mesmo para desconfiarmos dos marcos do atual modelo que associa a carreira a um conjunto de valores e atitudes orientados por uma disciplina rigorosa e uma forte unidade corporativa.

Cabe aqui também relatar o porquê de algumas escolhas. O período selecionado para essa pesquisa sofreu uma brusca alteração durante a pesquisa. A data inicial corresponde ao ano de 1923 – data de ingresso de Severino Sombra na Escola Militar do Realengo, e o ano final – 1965 – pensado originalmente corresponderia à sua retirada da política institucional. Marcos aparentemente sem uma unidade como “carreira” ou “trajetória política” porque interessa o sujeito atravessado por todas essas diferentes configurações. No entanto, o contexto da pandemia e consequentemente o fechamento dos arquivos físicos, dos quais a pesquisa era inteiramente dependente, impediu que o plano

---

<sup>8</sup> D’ARAUJO, Maria Celina Soares. A persistente primazia política da corporação militar. **Rev. Bra. Est. Def.**, v. 3, nº 2, p. 41-54, jul./dez. 2016.

original fosse desenvolvido. Para que não houvesse um prejuízo maior no cumprimento do cronograma, essa periodização recebeu ajustes, sendo adotado como marco final a década de 1940. O ajuste não foi feito sem lamento, uma vez que avançar pela década de 1950 poderia ser interessante para observarmos um possível rompimento com o padrão de ser militar que vinha sendo apregoado até ali, uma vez que é nesse momento em que Severino Sombra se lança na política partidária que tanto ajudou a condenar nos anos anteriores.

O importante era estabelecer marcos que permitissem desconfiar da identidade social de Severino Sombra enquanto militar do Exército como algo constante e durável agindo em todas as suas possibilidades de histórias.<sup>9</sup> Dito de outra forma, não há aqui a crença de que uma “patente” (assumindo aqui quase a posição de um prenome) possa dizer ou explicar tudo sobre uma pessoa. O sujeito nesse projeto não é transcendental, por isso a necessidade de uma análise que dê conta das suas experiências sem desconsiderar que essas se dão imersas em uma memória que o socializa. Não é uma busca pela “onipresença do mesmo”, da identidade essencializada nas diferentes fases da vida do indivíduo.<sup>10</sup> Por isso também a escolha da noção de trajetória, pois, como precisa Pierre Bourdieu, essa noção permite descrever a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo sujeito em determinado campo.<sup>11</sup>

\* \* \*

Os militares foram transformados em objeto de estudo no Brasil no final da década de 1960. Foi, portanto, a partir dos governos militares que o interesse em compreender a presença dos militares na história nacional encontrou lugar nas Ciências Sociais. O mote dos estudos foi a ideia de intervenção. Foi a partir desse fenômeno que o objeto de pesquisa se consolidou, numa busca orientada para refletir as marcas dos militares na política. Destaco aqui o *tenantismo*, encarado já na década de 1930 como um acontecimento político e que tinha como principal leitura interpretativa a vinculação das Forças Armadas com as classes sociais. Vale destacar que essa forma de ler a atuação dos militares não ficou restrita aos estudos sobre o *tenantismo*, sendo possível identificar essa vinculação sendo utilizada como chave analítica também nos estudos sobre o golpe de 1964.

Maria Celina D'Araujo afirma que foi só a partir desse acontecimento que a maneira de se pensar o objeto se viu obrigada a uma revisão. Ela afirma que as análises sobre o golpe incorporaram outros quesitos sociológicos como o das organizações. Já não se tratava mais de fazer análises macrossociológicas das relações entre militares e estruturas sociais, mas de entender um fenômeno político para aprender algumas lições. O eixo deixava de

---

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. In: AMADO, J. ; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Trad. Glória Rodríguez, Luiz Alberto Monjardim, Maria Magalhães e Maria Carlota Gomes. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 183-191.

<sup>10</sup> CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009. P. 13.

<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Papirus, 1996.

ser as conexões dos militares com o “povo” e as “causas nacionais” e passava a se debruçar sobre as relações das Forças Armadas com a política.<sup>12</sup>

No entanto, cabe aqui uma ressalva: não houve de forma generalizada um abandono das análises macrossociológicas, e nem todos os trabalhos produzidos no pós 1964 passaram a incorporar os quesitos sociológicos e organizacionais ressaltados pela autora.

Em tese defendida em 1969, Alfred Stepan apresentava quatro modelos clássicos das relações entre civis e militares para descrever “a forma como militares são controlados por políticos civis”, sendo eles: o modelo aristocrático, o modelo liberal, o modelo comunista e o modelo profissional. Abrangendo o período compreendido entre 1945-1964 o autor propõe para o Brasil outro modelo da relação entre civis e militares, defendendo que durante esse período predominou como paradigma das relações entre civis e militares o modelo moderador. Nesse modelo, os militares desempenhariam uma “tradicional função moderadora” e tentariam ser cooptados por todos os grupos interessados no aumento de sua força política.<sup>13</sup> Nesse tipo de funcionamento, o papel do Exército como moderador cresceria na medida em que houvesse aumento no conflito político. Ou seja, essa interpretação nega o protagonismo aos militares sugerindo que os mesmos são utilizados pelos protagonistas políticos para alcançarem seus objetivos políticos.

Outro exemplo desse tipo de abordagem é o trabalho do cientista político René A. Dreiffus “1964: a conquista do Estado”, publicado em 1981. Essa obra forneceu um novo vocabulário para o tratamento do golpe de 1964, sendo responsável pela difusão do termo “civil-militar”. Nela, o enfoque está no protagonismo atribuído às elites empresariais. Nessa interpretação, a ação de uma “elite orgânica empresarial” foi considerada como a praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida ao longo do tempo e que trouxe à tona a dimensão orgânica e a dinâmica envolvida (situação, posição e ação de classe). É, portanto, essa a dimensão civil do golpe: a elite orgânica, centrada no complexo IBES/IBAD, teria desempenhado uma campanha política e ideológica que culminou em abril de 1964 com a ação militar, necessária para derrubar o Executivo e conter a participação da massa.<sup>14</sup>

Acredito ser desnecessário destacar que os lugares atribuídos a esses acontecimentos – aqui me refiro às intervenções – conduzem a um ponto de chegada já conhecido, como se as análises ou mesmo as hipóteses condutoras dos estudos tivessem um enunciado categórico e necessário.

Um marco para a mudança nessa forma de se fazer a história dos militares foi a ênfase em uma sociologia das organizações militares, desenvolvida principalmente por Edmundo Campos Coelho, ainda na década de 1970, sob a forma de um “modelo organizacional” que, ao dialogar com trabalhos que ignoraram os processos e estruturas peculiares do Exército, rechaçou a premissa de que as Forças Armadas não teriam interesses próprios nem autonomia para uma conduta protagônica, defendendo que as Forças Armadas são antes de tudo *organizações* e que vê-las como tal é a melhor maneira

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 44-45.

<sup>13</sup> STEPAN, Alfred. **Os militares na política:** as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975. p. 62.

<sup>14</sup> DREIFFUS, René Armand. **1964: a conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes, 1987. p. 230.

para entender seu comportamento. É desse olhar que parte o paradigma de análise organizacional: explicitar o que é uma organização, como ela interage com o ambiente externo e como ela reage ou se adapta a esse ambiente alterando sua estrutura interna.<sup>15</sup>

José Murilo de Carvalho – em texto clássico sobre a temática – aponta que o campo de estudos teria se dividido em uma polêmica: de um lado, os tributários da abordagem organizacional, acusados, principalmente pela esquerda, de negligenciar os fatores externos à organização, em especial a luta de classes. De outro lado, aqueles que insistiam em privilegiar os fatores macrossociológicos, acusados por sua vez de não dar conta de explicar o militarismo.<sup>16</sup>

Apesar da polêmica, o tema pôde, a partir de um modelo metodológico adequado, e de um contexto mais propício à pesquisa documental em arquivos militares, e também de fronteiras menos rígidas entre os campos de saber, extrapolar a esfera política – sem extinguí-la – e trazer novas tendências na produção historiográfica sobre as Forças Armadas brasileiras.

Se as intervenções foram a marca dos estudos que tateavam o campo militar, sem um interesse no que era especificamente militar, um trabalho olhou para 1964 de outra maneira. Na tese do professor João Roberto Martins, *O Palácio e a Caserna*, defendida no ano de 1993 e publicada dois anos após a defesa, o golpe de 1964 seria analisado a partir da categoria militar e do seu modo de fazer política. O próprio período analisado já era uma indicação da mudança na forma de se compreender 1964, uma vez que, partiu-se do princípio que entender a política intramilitar requeria uma atenção não somente ao momento em que emergiu o novo regime ou daqueles que seriam marcados por crises. O resultado dessa pesquisa mostrou a profunda relação entre as tensões no interior do Exército com a instabilidade política da ditadura brasileira. A recusa em analisar projetos e a insistência em privilegiar na análise as práticas, tornou possível demonstrar a capacidade dos setores militares na condução das ações do governo.<sup>17</sup>

Endossando a necessidade de um paradigma organizacional ou de uma sociologia das organizações militares que paute a produção sobre os militares de forma a não fazê-la um subproduto das análises da intervenção – como denunciou Coelho – temos trabalhos como o do antropólogo Celso Castro, produzido no final da década de 1980, fruto de um exercício etnográfico. O objetivo do trabalho era apresentar uma interpretação sobre como ocorre o processo de socialização profissional dos cadetes do Exército, enfatizando a interação cotidiana para apreender como é *ser militar*, ou seja, como se dá a construção de valores, atitudes e comportamentos que formatam a vida militar.

Ainda no campo da antropologia, em 1995, Piero Leirner propôs entender de que maneira o Exército se articula enquanto grupo e enquanto instituição nacional e pública.

---

<sup>15</sup> COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 18.

<sup>16</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 140.

<sup>17</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. O palacio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). 1993. 239f Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1580696>. Acesso em: 5 ago. 2024.

Esse imbricamento é apresentado a partir da sua trajetória de campo, mostrando que o Exército respondia organizacionalmente ao contato com o pesquisador. É a partir desse contato que Leirner busca compreender de que maneira o “mundo militar” responde ao encontro com o “mundo civil”.<sup>18</sup>

As etnografias acima apresentadas correspondiam a uma novidade na década de 1990 e inauguraram o que os autores viriam a denominar como *antropologia dos militares*, cuja principal característica é a análise da rotina da instituição militar, o seu cotidiano. Definitivamente, a abordagem desses trabalhos não repousa nas intervenções militares na política, e é possível afirmar que a antropologia dos militares é hoje um campo de estudos já consolidado, como indica o livro organizado por Castro e Leirner, publicado em 2009.<sup>19</sup>

Se a década de 1990 viu surgir e se consolidar a *antropologia dos militares*, a História não ficaria pra trás. A alcunha “história militar” não era novidade no Brasil, mas falar de história militar era falar de batalhas, táticas de guerra e biografias – quase hagiografias – de militares. Essa natureza, marcada pela história nacional característica do século XIX, e também por uma história produzida institucionalmente, trouxe a necessidade de uma distinção: a produção acadêmica realizada a partir da construção de uma sociologia militar, tributária de um paradigma que privilegia a instituição militar a partir dos seus aspectos cotidianos, organizacionais, e desenvolvida em estreito diálogo com a antropologia, passou a denominar-se *História dos Militares*, ou ainda, *Nova História Militar*.<sup>20</sup>

Ao traçar o caminho percorrido da “História Militar” até a “Nova História Militar”, Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay apontam como sinal de que a história dos militares ganhou aceitação acadêmica com os trabalhos premiados pelo Arquivo Nacional de Adriana Barreto de Souza – sobre o papel do Exército na consolidação do Estado Imperial – e de Álvaro Pereira do Nascimento, que apresenta antecedentes da Revolta da Chibata e a inquietação dos marujos acerca do recrutamento e disciplina na Marinha.<sup>21</sup>

Dialogando diretamente com a trajetória de Severino Sombra de Albuquerque, a Universidade Severino Sombra publicou no ano de 2010 uma “biografia romanceada” sobre Severino Sombra. Escrita por Eduardo Augusto Lebres de Moura, cientista social formado em 2009 pela Universidade Cândido Mendes, o livro *Retrato de um nacionalista: biografia romanceada de Severino Sombra* não esconde a intenção de resgatar a memória e perpetuar os ideais de Sombra. Além disso, o autor também demonstra a pretensão de apresentar uma “biografia completa”.

Não farei nesse espaço uma análise minuciosa da obra em questão, mas gostaria de destacar alguns pontos que considero importantes. O primeiro deles diz respeito a não sabermos onde exatamente o texto foi “romanceado”. Não sabemos sequer o que isso

---

<sup>18</sup> LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

<sup>19</sup> CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Orgs). **Antropologia dos Militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

<sup>20</sup> CASTRO, Celso; IZEKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, Bom texto, 2004. p.11.

<sup>21</sup> CASTRO, Celso; IZEKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik, Ibid., p. 26.

significa para o autor. Outro detalhe importante: o interesse do autor pelo biografado surge ainda na adolescência. A autorização para a pesquisa foi dada quando o autor - é ele próprio quem o afirma - tinha 16 anos de idade. No entanto, em sua escrita, ele não explica se o texto publicado em 2010 foi fruto desse momento ou de um momento posterior, quando já formado como cientista social.

Segundo o autor, seu interesse com a obra era traçar as perspectivas de Severino Sombra de Albuquerque dentro do pensamento social e político brasileiro. Visava também descrever o contexto histórico em que Sombra se inseriu como agente político atuante, atentando para sua vida como militar, professor, líder político e religioso e sociólogo. Como objetivo principal, o autor desejava analisar a visão de Severino Sombra diante da sociedade brasileira, descobrir como Sombra pensava um país sem injustiças sociais; quais caminhos o Brasil deveria percorrer para alcançar seu ideal de Estado-nação; e como seu pensamento social e suas iniciativas políticas variaram entre a criação de movimentos trabalhistas e a idealização de um centro universitário.

Ainda tecendo seus objetivos, o autor já aponta para os resultados: identificar que, em todo o pensamento social brasileiro de Severino Sombra, não houve dicotomia, mas sim uma “interligação histórica”, seguida de uma linha de pensamento que lhe era fundamental, a educação.<sup>22</sup>

A exposição desses objetivos já demonstra a dificuldade para a compreensão de quaisquer posições antinônicas. O autor pressupõe e afirma quase *a priori* que aquilo aparentemente contrário é, na verdade, perfeitamente compatível.<sup>23</sup>

Esse trabalho será aqui usado muitas vezes pelo fato de trazer transcrições de fontes que pertenciam ao acervo de Severino Sombra e que não pudemos - como explicado acima - ter acesso durante essa pesquisa. Além disso, alguns dados de sua biografia ajudam a preencher algumas lacunas. No entanto, diferente da biografia romanceada, essa tese tentará inscrever Severino Sombra de Albuquerque nas tensões sociais e políticas de sua época, a fim de explorar por um novo ângulo – o do indivíduo – as diversas arenas políticas e militares frequentadas pelo oficial militar.

\* \* \*

A investigação das trajetórias de vários militares vinculados à criação de um instituto cultural na década de 1930 por meio do método prosopográfico, tal como definido por Christophe Charle, buscou definir *quem é quem* através dos nomes de pessoas relacionadas ao tema da pesquisa.<sup>24</sup> Porém, uma vez os dados expostos na narrativa ficou exposto que parte considerável da lista de militares pesquisados (cerca de 50%) composta por um total de 42 nomes, lutou, em algum momento, em campos políticos opostos. Dentre

<sup>22</sup> LEBRES, Eduardo Augusto. **Retrato de um nacionalista:** biografia romanceada de Severino Sombra. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2010. p. 24.

<sup>23</sup> Acredito que a temporalização da narrativa tenha um papel nesse tipo de interpretação. Ver. CERTEAU, Michel. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 95-96.

<sup>24</sup> CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva”. In: HEINZ, Flavio (Org). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 412.

eles, o então tenente Severino Sombra de Albuquerque que, no ano de 1932, ano em que eclodiu a “Revolução Constitucionalista” em São Paulo, fazia parte do gabinete do ministro do trabalho Joaquim Salgado. Severino Sombra teria apoiado a revolução (o que ele nega em todas as entrevistas que concede anos depois) e, como resultado, foi exonerado do Exército, preso e exilado para Portugal, onde permaneceu por um ano, de novembro de 1932 a novembro de 1933, sob a acusação de ter tentado articular forças nordestinas para auxiliar São Paulo contra o governo provisório de Getúlio Vargas.

Interessa a essa pesquisa questionar esse modelo institucional mais aberto, que permitia a um oficial transitar por posições distintas no interior de uma arena política marcada por fortes conflitos. No início da década de 1930, Severino Sombra estava empenhado na construção de uma Associação de cunho trabalhista no Nordeste, demonstrando não ser possível pensarmos a categoria “militar” de maneira ontológica. É justamente por meio desse engajamento em reunir trabalhadores em torno da Legião Cearense do trabalho que seu nome se faz presente em trabalhos acadêmicos. Sua função enquanto militar é diluída na persona que cria e lidera um movimento de massas ou nas suas dissidências com grandes nomes da extrema direita do período, tais como Plínio Salgado e Waldemar Falcão.<sup>25</sup>

Pensando em uma arena mais ampla, cabe ressaltar aqui a “quase” ausência de trabalhos acadêmicos que tenham por proposta analisar a trajetória de oficiais generais.<sup>26</sup> Cito aqui quatro trabalhos: o livro que resultou da entrevista concedida por Ernesto Geisel a Maria Celina D’Araújo e Celso Castro no projeto “1964 e o regime militar” realizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) entre os anos de 1992 e 1995, o trabalho de Sérgio Murillo Pinto, que dedicou parte considerável de sua pesquisa a construir um “retrato escrito e falado” do general Pedro Aurélio de Gois Monteiro (ainda que esse não fosse o seu objeto de estudo),<sup>27</sup> a biografia escrita por Renato Lemos sobre Benjamin Constant Botelho de Magalhães<sup>28</sup> e a biografia escrita por Adriana Barreto de Souza sobre Luiz Alves de Lima e Silva<sup>29</sup>. Mais recente vale destacar o livro que resultou da edição de aproximadamente 13 horas de entrevistas que

---

<sup>25</sup> SILVA, Emília Carnevali da. O homem no espelho: reflexões sobre a dissidência integralista de Severino Sombra (1931 - 1937). 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. PARENTE, Eduardo Oliveira. A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a legião cearense do trabalho (1931-1937). Orientador: Fredrico de Castro Neves. 2020. 337 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. PARENTE, Eduardo. O. “Memórias da liderança: Severino Sombra, Jeovah Motta e a Legião Cearense do Trabalho. **Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7730>. Acesso em: 23 abr. 2024.

<sup>26</sup> Cabe destacar que Severino Sombra passa a reserva no posto de general de brigada não chegando ao posto de general do Exército.

<sup>27</sup> D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Org). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997; PINTO, Sergio Murillo. **Exército e política no Brasil: Origem e Transformação das intervenções militares (1831-1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

<sup>28</sup> LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. **Benjamin Constant – vida e história**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

<sup>29</sup> SOUZA, Adriana Barreto. **Duque de Caxias**: o Homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Celso Casto realizou com o general Villas Bôas, em 2019. Seguindo o modelo de uma história de vida, a narrativa seguiu desde as origens familiares do oficial até a atualidade, objetivando enfatizar o período de quase quatro anos em que o general Villas Bôas comandou o Exército Brasileiro – período compreendido entre 5 de fevereiro de 2015 e 11 de janeiro de 2019 . O interesse no período é justificado por Castro por ter sido um momento marcado por eventos que decidiram e definiram a atual conjuntura política.<sup>30</sup>

Fora do espaço acadêmico, há uma disputa narrativa - instituída principalmente a partir do ano de 2012 - com a Comissão da Verdade. O jornal *Inconfidência* imprimiu, por iniciativa própria, uma tiragem de 2000 exemplares de uma biografia de Emílio Garrastazu Médici, escrita pelo general Agnaldo Del Nero, já falecido no momento do lançamento. *Médici – A verdadeira história* foi lançado em diversas capitais: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal, São Paulo e Curitiba, além de outras cidades e a cobertura dos eventos por jornais enfatizava a disputa em torno da Comissão da Verdade. A lead de Roldão Arruda no jornal *Estado de São Paulo*, por exemplo, destacava que “em tempos de Comissão da Verdade, o livro de general defende o legado da ditadura”. O objetivo da biografia: interferir nos debates dos anos da ditadura militar, demolindo a ideia de historiadores que identificam os anos mais “duros” ao governo do general Médici.<sup>31</sup>

Não cabe aqui testar o alcance desse discurso ou mesmo utilizá-lo como forma de lamento em um momento marcado por graves anseios de rupturas institucionais. Acrescento ainda a necessidade de encararmos esse campo de estudos como um lugar onde a narrativa sobre o papel desempenhado pelas Forças Armadas na sociedade brasileira está em disputa, e é crucial que a academia deixe também sua contribuição.

Maud Chirio pontua que os militares não descobrem o anticomunismo na década de 1960. É consenso entre os estudiosos o fato do ódio ao comunismo ter sido alimentado na instituição militar desde os anos 1930, principalmente após o levante de militares comunistas em 1935, pejorativamente chamado de Intentona Comunista. Chirio situa que é a Intentona que inaugura o relato nacional maniqueísta onde o Brasil e o Exército passam a ser definidos em oposição à ameaça da desagregação, cujo vetor poderia estar dentro do próprio Exército. Na memória oficial da Intentona, o inimigo está no próprio Exército e é o oposto do militar ideal. Chirio afirma que durante a Ditadura Militar o ideal não descreveu a realidade política.<sup>32</sup>

Apesar do consenso entre os estudiosos sobre a construção do militar ideal, há pouco empenho para verificar ou mesmo testar o que se identifica como esse “militar ideal”. Afinal, o militar ideal – profissional e apolítico – manteve-se na prática? O silêncio na historiografia pode indicar que a mesma teria endossado a crença no comportamento não político dos militares, pelo menos, nos atuantes até a década de 1960.

---

<sup>30</sup> CASTRO, Celso (Org.). **General Villas Bôas : conversa com o comandante**. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2021.

<sup>31</sup>Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,biografia-de-medici-vira-libelo-para-militares-imp-,812418>. Acessado em: 20 jul. 2017. O “diálogo” aqui é com o jornalista Élio Gaspari.

<sup>32</sup> CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. p, 35

A proposta é contar, dentro do possível, uma história dos militares tendo como lugar de observação a memória de um militar, bem como sua produção, a partir da sua leitura e construção do passado. Há uma recusa no tratamento do sujeito apriorístico. Antes, o entendimento é de que esse sujeito é resultado de complexos processos sociais, o que coloca sua identidade – inclusive a militar – em permanente elaboração.

Os conceitos weberianos de *relação social*, *autoridade legítima* e de *dominação* também são orientadores dessa análise, uma vez que podem colaborar para a compreensão das orientações de conduta do indivíduo e da instituição aqui analisados sem que coloquemos indivíduo e sociedade – neste caso específico, o Exército – como se não pudessem ter suas ações orientadas por meio de sistemas por vezes contraditórios, já que esses conceitos admitem o reconhecimento por parte do pesquisador de “vários sistemas válidos de autoridade”.<sup>33</sup>

Para Weber, “a relação social” consiste, assim, inteiramente na **probabilidade** de que os indivíduos comportar-se-ão de uma maneira significativamente determinável”.<sup>34</sup> Essa definição pode auxiliar o desenvolvimento dessa análise justamente por permitir que mapeemos em quais momentos específicos ocorreram as mudanças nas orientações de conduta no interior do Exército em parte significativa do século XX. Ou seja, permite a verificação dos diferentes *tipos* “militar”.

Outra noção importante para essa pesquisa foi a de *projeto*, tal como utilizada por Gilberto Velho, pois faz-se extremamente útil na compreensão da maneira pela qual o nível individual lida com um certo campo de possibilidades ancorado em avaliações e definições da realidade. A noção dialoga com a proposta de Alfred Schutz de “definições da realidade”, entendidas como “resultados de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de “longue durée”.<sup>35</sup>

O trabalho de Gilberto Velho contribuiu para uma melhor compreensão acerca da construção da identidade social a partir articulação do *projeto* com a *memória*, duas categorias que, para o antropólogo, uma vez articulados, dão significado às ações dos indivíduos. Em suas palavras, memória e projetos são amarras fundamentais na constituição da identidade social dos indivíduos, que utilizam de visões retrospectivas e prospectivas para situar suas motivações e o significado de suas ações dentro da conjuntura de vida, nas diferentes etapas de sua trajetória. O caráter fragmentado da memória, a descontinuidade do passado, faria com que o sentido de identidade dependesse diretamente da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. É dessa forma que a consistência e o significado do passado e da memória “articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos”.<sup>36</sup> A elaboração do *eu far-se-ia* inseparável da forma como o indivíduo se relaciona com os

---

<sup>33</sup> WEBER, Max. **Conceitos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987. p. 57.

<sup>34</sup> Id., p. 45.

<sup>35</sup> VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 27.

<sup>36</sup> Id., p. 101-103.

valores disponíveis nos grupos em que se situa e sua trajetória ou a forma como ele organiza o seu percurso se faz a partir da sua apreensão/reinterpretação do passado.

Antes de apresentar o conteúdo dos próximos capítulos, faz-se necessário apresentar melhor essas fontes que perpassarão toda a análise. Lembrando que essas entrevistas ganham um peso maior em uma conjuntura onde as fontes listadas ainda no projeto de pesquisa não puderam ser acessadas em decorrência da pandemia de Sars-cov19. O plano original previa a visita na Casa de Memória Severino Sombra, localizada em Vassouras, na casa onde viveu Severino Sombra de Albuquerque até o ano da sua morte. Nesse arquivo, seus documentos pessoais, como recortes de jornais, correspondências, fotos, pastas com materiais de sua Campanha Legionária e exílio, diplomas e certificados, além das missões militares e sua biblioteca foram listados como fontes possíveis para a execução dessa pesquisa. Com o acesso impedido, após diversas tentativas, em diferentes momentos, o foco sobre as entrevistas se intensificou.

Uma entrevista - com aproximadamente 11 horas de duração realizada no contexto da pesquisa “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”, desenvolvida no Setor de História Oral do CPDOC, foi realizada em julho de 1982, tendo como entrevistadores Eduardo Raposo e Nara Azevedo de Brito, sendo eles também os responsáveis pela pesquisa e elaboração do roteiro. Nessa entrevista, temas diversos foram abordados, dentre eles: Exército, Estado Novo, Democracia, Nacionalismo, Integralismo, Tenentismo e Política Nacional. No momento da entrevista, Severino Sombra de Albuquerque era general de brigada e contava então a idade de 75 anos. As perguntas dos pesquisadores ordenaram a narrativa cronologicamente, marcando seu início com a infância vivida em Maranguape, no interior do estado do Ceará. Ou seja, trata-se de uma peça memorialista.

Os cuidados no trabalho com esse material se impôs em alguns momentos. Um deles é o fato de se tratar de uma narrativa memorialista. Severino Sombra tinha 75 anos quando concedeu a entrevista. Tendo, portanto, o benefício do tempo em seu favor, o entrevistado já sabia quais grupos políticos foram vitoriosos no campo da memória, e isso poderia explicar muitas das suas escolhas na narrativa que elaborou durante a entrevista. Além disso, impõe-se uma análise da entrevista na distância do seu momento de gravação do momento quando se torna um objeto de análise.

Destaco aqui o fato da entrevista já chegar até a mim organizada de uma determinada maneira, o que pode dificultar meu acesso a elementos que seriam interessantes observar, como recuos e avanços no tempo, ou mesmo considerar a lógica e as escolhas do entrevistado.

O método da História Oral alterou não só os conteúdos dos arquivos, mas também a própria concepção de fonte. Há hoje a percepção, sem maiores dificuldades, da capacidade de um relato pessoal operar de forma a facilitar o entendimento sobre determinada experiência coletiva. E, no caso específico de Severino Sombra, o método permite avaliar a maneira como o mesmo construiu sua trajetória diante das múltiplas possibilidades disponíveis para o seu desenvolvimento enquanto militar e político, duas categorias que durante um considerável período do século XX foram definidas como inconciliáveis.

Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. Essa noção é particularmente desenvolvida em textos alemães, em que recebe o nome de “História de experiência” (*Erfahrungsgeschichte*) e aparece em combinação com a ideia de mudança de perspectiva (*Perspektivenwechsel*). Em linhas gerais, essa combinação significa o seguinte: entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas.<sup>37</sup>

Para tornar esse entendimento possível, há que se considerar os fatos e também suas representações, destacando sempre na narrativa do entrevistado as repetições e as interpretações “desviantes” dessas representações. Ao realizar a crítica do documento, no empenho de desmontá-lo, faz-se necessário esclarecer que a escolha do entrevistado se deu por sua atuação em um partido político, enquanto que o interesse dessa pesquisa inclui também sua experiência enquanto militar. Dito de outra forma: as intenções dos pesquisadores são distintas e é certo que, se possível fosse refazê-la de acordo com os meus interesses, a condução da entrevista, o que ela registra e os resultados obtidos seriam outros, assim como a reconfiguração do tempo e seus conectores específicos. Por esse motivo, é de suma importância explicitar as condições de produção dessa fonte, uma vez que o entrevistador é também um autor, posto que o entrevistado narra suas experiências a partir de uma determinada condução. Essa condução, como bem sabemos, não é neutra, mas, permeada de escolhas, sejam elas acadêmicas, científicas e/ou políticas ancoradas em um momento específico da história, onde existem questões que deixam de ser formuladas e outras que estão na ordem do dia, impondo a história um caráter contínuo de reescrita.<sup>38</sup>

Para a análise dessas fontes, é possível considerar a divisão dos vestígios do passado em *resíduos de ação* e os *relatos de ação*, sugerida por Peter Hüttenberger epropriado por Verena Alberti, para pensar as possibilidades de se trabalhar com a história oral para além do preenchimento de lacunas deixadas pelos documentos escritos e iconográficos. É negando esse uso limitador da fonte oral que a autora endossa a divisão reforçando, porém, a dupla caracterização dos documentos orais, que devem também ser pensados como resíduos de uma ação: a ação que seu autor quis desencadear.<sup>39</sup>

Seguindo esse traçado, essa análise parte da hipótese de que Severino Sombra teria participado diretamente no jogo de equilíbrio de tensões político-institucionais, ajudando a formar pelo menos uma dessas novas configurações: a do militar apolítico.

O primeiro capítulo “o sujeito militar e as duas tradições: política e carreira militar” esboça uma reflexão sobre o par indivíduo e sociedade, Severino Sombra de Albuquerque

<sup>37</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 165.

<sup>38</sup> PROST, Antoine. “As questões do Historiador” In: **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autentica, 2008, p. 79.

<sup>39</sup> ALBERTI, Verena. “**O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado**”. Trabalho apresentado à mesa-redonda Ouvir e Narrar: métodos e práticas do trabalho com a história oral. Seminário de História Oral. Belo Horizonte: FCH/UFMG, 19 a 20 de setembro de 2006.

e Exército, apontando para a construção do divórcio entre Exército e política e como essa separação também marca e define a maneira como o indivíduo Severino Sombra organiza seu lembrar e narrar, demonstrando assim que de fato, Severino e Exército não podem ser tomados como duas entidades ontologicamente diferentes, opostas, mas um par conformado pelas mesmas transformações e discursos. Para essa análise, as fontes selecionadas foram entrevistas realizadas com Severino Sombra de Albuquerque ao longo de sua vida. Uma concedida ao CPDOC em 1982 e um depoimento cedido ao jornalista e memorialista Miguel Angelo de Azevedo, o Nirez, em 1995.

No segundo capítulo, “Severino Sombra e a Escola Militar do Realengo: o Exército nos anos 1920” a análise avançará sobre a década de 1920 - momento de ingresso de Severino Sombra no Exército. Um panorama pelo período destacando os acontecimentos que impuseram nesse momento uma série de alterações na formação dos militares e no funcionamento cotidiano no espaço da Escola. Interessa também apontar em como esses acontecimentos foram tratados pela historiografia. Para isso, as fontes selecionadas foram os Boletins da Escola Militar do Realengo, publicados diariamente com informações diversas, desde listas de nomes de serviços, notas dos alunos, louças quebradas, baixas ao hospital, faltas dos alunos, reprodução de decretos e comunicações oficiais. Ainda nesse capítulo, há também uma seção dedicada a pensar o engajamento de Severino Sombra em instituições do laicato católico e o entrelaçamento dessas instituições no interior do Exército. A imprensa do período serviu aqui para o preenchimento das lacunas deixadas pelo fechamento dos arquivos, pois tornou possível recuperar eventos onde ambas instituições pareciam se reunir e comungar seus interesses.

O terceiro capítulo é dedicado a seguir pelos anos 1930 investigando os esforços de Severino Sombra em prol da criação de uma memória institucional para o Exército, sempre tentando costurar o que o pensamento nos conduz a separar: indivíduo e instituição. As fontes selecionadas mantém-se para esse capítulo: entrevistas, periódicos e documentos oficiais. Nesse capítulo também podemos refletir sobre um aspecto muito estudado da vida de Severino Sombra, seu engajamento no trabalhismo e, como essa inserção em meio aos trabalhadores pôde ter sido decisiva para obter espaço para sua atuação no Exército.

O quarto e último capítulo se debruça sobre a produção do militar Severino Sombra no campo das Ciências Humanas e Sociais para entendermos de que maneira ele consegue se firmar como uma voz respeitada dentro da instituição militar e quais categorias ele mobiliza em seus escritos. O que ele escreve e pra quem escreve são perguntas importantes nesse contexto. A partir das respostas a essas perguntas pode ser possível alinhavar o esforço de um oficial a uma política organizacional.

Esse quarto e último capítulo surgiu diante das limitações impostas pelo contexto da pandemia ao projeto de pesquisa de onde se desenvolveu esse trabalho. A escolha do caminho a ser trilhado foi tomada levando em conta, principalmente, qual deles permitiria um acesso facilitado às fontes, uma vez que, passado o pico da pandemia, alguns arquivos essenciais para a realização da pesquisa, como por exemplo o IHGB, mantém-se fechado. A análise de parte da produção do então capitão Severino Sombra foi o resultado direto da necessidade de dar a esse projeto uma conclusão digna.

## CAPÍTULO I – O SUJEITO MILITAR E AS DUAS TRADIÇÕES: POLÍTICA E CARREIRA MILITAR

“[...] o significado das pegadas de quem passou é inseparável das interrogações que elas colocam a quem vem. Transcendental metafísico que obriga a equacionar a historicidade das respostas”.<sup>40</sup>

Fernando Catroga

“[...] a memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento, aquilo que já não tem significado na atualidade.”<sup>41</sup>

Alessandro Portelli

As ciências sociais se debateram diante da abordagem do problema da relação entre indivíduo e sociedade pelo menos desde a década de 1950. Para Norbert Elias, as mudanças na forma como a sociedade é compreendida refletem as alterações sofridas nos indivíduos e nas sociedades no mesmo período, forçando, assim, a experimentação de novos conceitos que permitam perceber que a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo, sabendo que essa relação não é algo acabado, que se estabeleça de forma definitiva, mas está sempre sujeita a transformações, sendo constantemente refeita.<sup>42</sup>

Um dos conceitos utilizados para essa investigação é o de configuração ou figuração, tal como apresentado por Norbert Elias em sua *Introdução à sociologia*. O autor afirma que só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações dos indivíduos se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, ou seja, das configurações que formam uns com os outros. Para Elias, ignorar as configurações pode resultar em uma “aberração”: a crença de que só podemos ser uma coisa ou outra.<sup>43</sup> A ideia, ao operar a partir desse conceito, é considerar toda a mudança na estrutura do que vem a ser um militar durante parte significativa do século XX, entendendo que a figuração de Severino Sombra foi formada pelas ações de pessoas

---

<sup>40</sup> CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: Memória e fim do fim da história.** Coimbra: Almedina, 2009. p. 8.

<sup>41</sup> PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 47

<sup>42</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

<sup>43</sup> ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 70. p. 79.

interdependentes. Nesse sentido, vale destacar que o lugar que Severino Sombra ocupa nessa análise não é o de sujeito singular. A história do Exército e a do então jovem oficial Severino Sombra desenvolveram-se por um modo específico de dependência recíproca onde o que está em jogo é o equilíbrio de tensões.

O que Norbert Elias analisa – em tom de denúncia – é a familiaridade com que se aborda os conceitos como “indivíduo” e “sociedade”. Essa familiaridade, essa naturalização que pressupõe que o conceito encerre em si sua explicação, tornou impossível qualquer análise ou investigação de algumas questões da relação entre indivíduo e sociedade, uma vez que a pessoa era concebida como um *eu* destituído de um *nós*.<sup>44</sup> O autor sugere então, abrirmos mão do uso mais familiar desses conceitos, deixando de percebê-los como ontologicamente opostos. A aplicação do uso, tal como sugerido por Elias, pode auxiliar a escapar da armadilha de achar que as mudanças no grupo por si só podem explicar a vida de Severino Sombra, realizando conexões simplistas entre indivíduo e meio social. Caberia, então, tornar sua trajetória, enquanto militar e político, compreensível ao tornar explícitas suas condições de possibilidade.

Considerando este trabalho como uma pesquisa que se debruça sobre as configurações do Exército em um período específico do século XX, entende-se que a sociologia com a qual interessa diálogo é aquela que forneça ferramentas para compreender o funcionamento das instituições ultrapassando a oposição fictícia entre estrutura e interação. Interessa, portanto, investigar as condições sociais de produção dos agentes (dentro da instituição, mas também fora dela) como as condições institucionais do exercício da sua função (como as formas de controle sobre o recrutamento, a promoção ou a remuneração).<sup>45</sup>

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o par indivíduo e instituição, neste caso específico, Severino Sombra de Albuquerque e Exército, de forma a não tomá-los como duas entidades ontologicamente diferentes, como sendo simples opostos, mas atentando principalmente para as transformações que os conformaram. Interessa observar a construção da separação ocorrida entre Exército e política, ou mesmo os efeitos desse discurso na construção da memória de Severino Sombra sobre sua vida.

Vale a pena também atentar para o fato de que as Ciências Sociais incorporaram essa construção, endossando e cristalizando as noções produzidas e difundidas pelo Exército no decorrer do século XX, como por exemplo, disciplina, hierarquia, obediência e unidade corporativa. A historiadora Maud Chirio já alertou sobre a forma como cientistas sociais se apropriaram dos imaginários da elite militar ao não considerarem analisar o comportamento e a lógica política interna do corpo de oficiais. Uma vez que se acreditou na versão institucional de que oficiais subalternos e superiores eram apolíticos, não haveria motivos para transformá-los em objetos de análise.<sup>46</sup>

Severino Sombra de Albuquerque foi reformado no posto de coronel, chegando ao posto de general de brigada já quando reformado. Porém, tinha ativa participação política

<sup>44</sup> ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 1994.

<sup>45</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 94.

<sup>46</sup> Ver CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 8.

– incluindo uma forte atuação partidária – atuou como deputado federal pelo Ceará entre os anos de 1955 e 1956. Caberia questionar o que torna possível que um dos oficiais mais crédulos e atuantes da ideia de que havia a necessidade de manter afastados Exército e política – crença pela qual se dedicou durante três décadas - altere completamente seu comportamento, tornando-se um político no sentido estrito do termo.

Em função da dificuldade de acesso à documentação, explicitada anteriormente, para o alcance desse objetivo, as fontes utilizadas serão as memórias narradas em entrevista ao CPDOC em 1982, quando Severino Sombra de Albuquerque contava com a idade de 75 anos de idade e uma entrevista, também concedida nos anos 1980, feita pelo historiador Sebastião Rogério Ponte para o Núcleo de Documentação Cultural (Nudoc), ligado ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Além dessas entrevistas, um depoimento cedido ao jornalista e memorialista Miguel Angelo de Azevedo, o Nirez, quando Severino Sombra contava com a idade de 88 anos, também será manejado para analisar essas memórias. O uso desse material estará sempre relacionado com os paradigmas utilizados atualmente para interpretar a ação dos militares.

## **1.1 Profissionalismo e apolitismo: as fontes e a narrativa de uma trajetória.**

Uma inquietação se fez presente na primeira apresentação desse projeto de pesquisa: a necessidade de se localizar, já no título, se escrever sobre um indivíduo corresponderia automaticamente a elaborar uma biografia. Do impasse e da reflexão sobre a escolha do termo surgiram as páginas que abrem esse trabalho. Não falar em biografia era lido muito frequentemente como resultado do receio de cair na já tão desmitificada “ilusão biográfica”. Esse receio, que já não pode se sustentar, não torna automática a recusa do termo biografia. A opção pela trajetória deu-se pela maneira como o oficial Severino Sombra de Albuquerque seria tratado nesse trabalho: como uma “particularidade de uma realidade empírica”, historicamente situado e datado. Um “caso particular do possível”. Busca-se, através de sua trajetória enquanto militar e político, capturar a lógica das diferentes configurações de uma instituição e como essas foram construídas. Dito de outro modo, interessa analisar quais os mecanismos de reprodução utilizados pela instituição Exército e como ela quis se representar.<sup>47</sup>

Norbert Elias ao nos apresentar na prática como alinhavar indivíduo e sociedade em *Mozart, a sociologia de um gênio*, trazia já no título da obra uma forma de se pensar as relações indivíduo/sociedade, muito caras ao autor. A apostila era a de que os conflitos observados entre valores aristocráticos e os burgueses, observados no campo social mais amplo, atravessavam também toda a existência de um indivíduo - Mozart. Logo, opera-se o rompimento de uma dicotomia. O indivíduo *ilustra*, e esse é o ponto possível de partida para que ele conduza uma sociologia. Assim, deixa claro que Mozart é um estudo de caso, destacando os problemas de se orientar uma pesquisa partindo de abstrações, que acabam comungando muito credulamente divisões temporais ao curso do desenvolvimento social.

---

<sup>47</sup>BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

A solução escolhida e defendida pelo sociólogo foi a de destacar as dinâmicas dos conflitos, presentes tanto no campo social mais amplo, como no interior de muitos indivíduos.

Durante a década de 1920 – momento em que a *identidade-eu* de Severino Sombra de Albuquerque emerge como militar – e a década de 1960, quando se recolhe da vida política para se dedicar a criação da atual Universidade de Vassouras, o Exército assumiu muitas configurações e se apresentou de várias maneiras. Diversas características foram surgindo ao longo desse percurso: a ideia de que o Exército sustenta a nação e de que deveria agir como um bloco monolítico, sem se ocupar da política partidária, são duas delas. É sabido, contudo, que nesses dizeres não reside necessariamente a verdade, cabendo ao historiador questionar e construir uma narrativa que demonstre em quais condições essas afirmações foram elaboradas e difundidas como verdade.

É nesse sentido que a trajetória de Severino Sombra tem uma capacidade analítica. Sua atuação como militar, no interior do Exército, permite que vislumbremos alguma compreensão acerca do significado das disputas no interior da instituição para quem as viveu. Não por acaso, sua vida no Exército seria marcada por intensas contradições, incluindo desde expurgos até celebrações de uma vida comprometida com um modelo específico de profissional militar.

A atuação de Severino Sombra permite, portanto, que se historicize a ideia consolidada – pelo menos até poucos anos atrás – de que “militares não fazem política”. Embora essa ideia já tenha sido devidamente identificada e questionada, caberia aqui, como já dito, demonstrar quais as condições históricas de elaboração dessa ideia, seguindo o fio e o rastro de um personagem que pode ser lido como um produtor profissional/institucional de discursos.<sup>48</sup>

Dito isso, pode-se afirmar que a proposta dessa investigação não é realizar uma arqueologia do sujeito ou mesmo uma história da individuação de Severino Sombra, mas tornar possível uma narrativa sobre o Exército no século XX que seja guiada por um dos indivíduos que se engajou – e logo foi peça fundamental – na produção das configurações dessa instituição.

Na definição de Alessandro Portelli, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador, sendo a entrevista o meio através do qual elas são elaboradas. Produto gerado a partir de uma troca dialógica que Portelli diz ser, literalmente, “uma troca de olhares”.<sup>49</sup>

Essa definição nos obriga a tecer algumas questões que remetem à prática da pesquisa, uma vez que a condução das entrevistas utilizadas para essa pesquisa, bem como as suas perguntas, não foram elaboradas com o intuito de fornecer ferramentas de análise para essa pesquisa especificamente. Se considerarmos uma entrevista para além da construção de um passado, mas como ações de constituições de memória que envolvem tanto o entrevistador como o entrevistado, seria interessante pensarmos que o uso desse material por um terceiro, que recorre a ele com questões outras e muito específicas, pode pretender desencadear um outro caminho para a construção do passado, uma vez que parte

---

<sup>48</sup> Uma pesquisa relevante nesse sentido é a de Maud Chirio. Ver CHIRIO, op. cit., 2012.

<sup>49</sup> PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e voz, 2016. p. 10.

de questões de um “outro” presente.<sup>50</sup>

O manejo das memórias do sujeito histórico documentadas por meio da fonte oral ajudaria na investigação de como o fato social se transforma em coisa. Segundo Verena Alberti – endossando a justificativa de Robert Frank para o trabalho com esse tipo de fonte – a memória é também fato, estando, portanto, passível de ser estudada objetivamente. Tomá-la sob essa perspectiva pode ajudar na compreensão dos caminhos através dos quais as “representações” se transformam em “fatos”, sempre considerando que

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tantos fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem.<sup>51</sup>

Tendo sempre essa interação como norteadora, a hipótese aqui trabalhada é a de que entre a imagem que o Exército se esmera em construir ao longo do século XX e a memória de Severino Sombra há uma espécie de *espelhamento*. Para comprová-la, parece necessário o uso de fontes de naturezas muito distintas. Por isso, como já foi citado anteriormente, tanto depoimentos onde Severino Sombra tem a oportunidade de tomar a palavra para si, como entrevistas e depoimentos, como documentos oficiais, produzidos no Exército, serão aqui analisados.

Não há, portanto, um interesse primordial na reconstrução dos eventos. O que nos interessa é a forma como esses eventos são retomados nos diferentes tipos de fonte, pois nos permite compreender como indivíduo - e instituição – construíram suas “vidas” a partir desses eventos, atribuindo a eles significados que são mutáveis porque históricos.

Severino Sombra de Albuquerque ingressou no Exército após sua entrada na Escola Militar do Realengo no ano de 1923, aos 16 anos de idade. Fora trazido do Ceará para o Rio de Janeiro pelo seu tio, o major Luiz Sombra. Diferente dos demais irmãos, que moravam na capital do estado do Rio de Janeiro com os pais, Severino foi criado pelo avô materno, Joaquim José de Souza Sombra, um coronel (não sabemos se do Exército ou da extinta Guarda Nacional), proprietário de terras com uma robusta carreira na política, tendo sido deputado estadual no Ceará e o primeiro prefeito da cidade de Maranguape, cargo que exerceu por 15 anos. O avô teria requisitado a criação do menino por ele ser o único neto nascido no solar dos Sombra, quando de uma visita dos pais ao avós maternos. Seu pai, Vicente Liberalino de Albuquerque, estudou direito em São Paulo, sendo um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cidade onde também atuou no cargo de chefe de polícia logo após sua formatura como bacharel em 1885.

No depoimento cedido ao Arquivo Nirez, Severino Sombra afirma que o tio Luiz Sombra lhe enviava livros e revistas sobre a Primeira Grande Guerra quando ele ainda era um menino de 7 anos de idade e que teria sido nesse momento que ele passou a desejar se tornar um militar. O jornalista Nirez não realiza uma entrevista. Trata-se mais de um

---

<sup>50</sup>ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>51</sup> Portelli, 1996, p. 111 apud ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em História Oral. Op. cit. p. 41.

depoimento. Além disso, chama a atenção que a patente de general de Severino Sombra só aparece na apresentação que o jornalista Nirez faz do depoente e no encerramento, ao agradecer sua participação. O depoimento colhido em fevereiro de 1996 que dura pouco mais de uma hora, traz uma única intervenção. O registro sonoro tem início com uma breve apresentação do general pelo jornalista: “Depoimento do general Severino Sombra feito para o arquivo Nirez no dia 24 de fevereiro de 1996. Primeiramente perguntaríamos seu nome completo, onde nasceu, enfim, uma ficha biográfica”. Passando desse ponto à fala do general, logo no início, quando este narrava seu nascimento no solar dos Sombra, foi interrompido pelo jornalista com a pergunta “e a filiação?”. Esse é o único momento em que ouvimos a voz do jornalista. De resto, apenas o general fala.

No depoimento para Nirez, Severino Sombra concentra toda a apresentação da família no lado materno, os Sombra. Apresenta o avô como um tradicional político cearense, citando apenas que o lado paterno, o dos Albuquerque, vinha da cidade de Sobral, também no Ceará. O general Sombra não dedica qualquer atenção, em seu depoimento, aos anos que passou na Escola Militar ou mesmo sobre sua carreira no Exército – com a exceção da apresentação das razões para a sua não adesão à Revolução de 1930. O seu interesse parece muito mais concentrado em demonstrar uma erudição e o desenvolvimento de seus trabalhos nos campos da Sociologia e da História, assim como seu empenho nos últimos 30 anos em consolidar o que chamava de “a Coimbra brasileira” na cidade de Vassouras, onde hoje está localizada a Universidade de Vassouras, criada na década de 1960 como Fundação Educacional Severino Sombra.

Uma organização desse depoimento por temas abordados daria um quadro como o seguinte:

- Nascimento/filiação/famílias;
- Educação: a paixão pelos livros;
- Movimento de Renovação Católica;
- Revolução de 1930;
- Movimento Trabalhista;
- Constitucionalista de 1932;
- Prisão e exílio;
- A História monetária do Brasil;
- A Coimbra brasileira.

Quadro 1: Temas abordados na Entrevista para o Arquivo Nirez

Em nenhum dos temas abordados, pode-se vislumbrar qualquer cisão entre Exército e política. O que pode se inferir é que diante do jornalista Nirez, o Severino Sombra parece dar muito mais valor às suas atuações políticas, como por exemplo, ao convite que recebeu para atuar no gabinete do ministro Salgado Filho, auxiliando a pensar a reforma da

legislação trabalhista em 1932, antes da eclosão da Revolução Constitucionalista. Porém, chama atenção também o apagamento em relação aos anos em que atuou como líder partidário e como deputado no parlamento. Nenhuma alusão é feita à essas funções. Em determinado ponto do depoimento, Severino mobilizou suas patentes ao longo do tempo somente para marcar o que permanece: seu sobrenome. Conforme pode-se ler na transcrição: “[...]eu fui criado pelos Sombra, por isso que eu fiquei mais conhecido como Sombra, general Sombra, general Sombra, general Sombra, tenente Sombra, capitão Sombra, coronel Sombra, professor Sombra etc”.<sup>52</sup>

Não há como deduzir aqui os motivos que levaram Severino Sombra a conduzir o seu depoimento por esses caminhos e não por outros. Não temos documentos que indiquem qualquer pedido ou direcionamento prévio da parte do jornalista, restando apenas destacar diferentes possibilidades para esse comportamento. Para Goffman, a pessoa pode agir em algumas situações, de maneira calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma imagem específica sobre si. Outras vezes, o indivíduo estará agindo calculadamente, tendo, porém, pouca consciência de estar procedendo assim. Em todo caso, existiria sempre uma razão que levaria o sujeito a atuar de forma a transmitir ao seu interlocutor a impressão que lhe interessa transmitir.<sup>53</sup>

Ao narrar sua vida em entrevista ao CPDOC em 1982, e portanto, anterior ao depoimento ao arquivo Nirez, ele atribui ao lado materno, o da família Sombra, uma forte tradição em atividades políticas, enquanto a família Albuquerque seria marcada pela tradição militar, citando tios que foram veteranos na guerra do Paraguai, cujos filhos se tornariam importantes generais do Exército, como Jesuino de Albuquerque – médico de Getúlio Vargas e secretário de saúde - e Raul Albuquerque, responsável pela construção do prédio do Ministério da Guerra.<sup>54</sup> Diferentemente do depoimento dado ao jornalista Nirez, aos entrevistadores do CPDOC, Severino Sombra se narra como militar, não obstante ser uma entrevista interessada na trajetória e desempenho das elites políticas e o Exército ser um entre os trinta e quatro temas abordados na ocasião da entrevista.<sup>55</sup>

Nessa entrevista, o próprio general Severino Sombra operou uma separação entre o que considera ser uma dupla tradição em sua família: uma “tradição militar” e uma “tradição política”, ainda que, como demonstrado acima, houvesse na família materna uma forte presença de militares. Seu avô materno, por diversas vezes, por exemplo, foi identificado pela patente de coronel. E, não só havia essa tradição, como veio da parentela

---

<sup>52</sup> Transcrição minha de parte do depoimento do Arquivo Nirez. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yeypkgxrOLE&t=4s> -. Acesso em: 20 mar. 2021.

<sup>53</sup> GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985. pp 13-15.

<sup>54</sup>Entrevista CPDOC: 321-severinosombra-12a.

<sup>55</sup> Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras". A escolha do entrevistado se justificou pelos cargos de presidente do Partido Trabalhista Nacional (PTN); deputado federal pelo Ceará, estado no qual também exerceu o cargo de Secretário de Segurança. Foi assessor do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; e assistente do Ministro da Justiça. Os entrevistadores foram Eduardo Raposo e Nara Azevedo de Brito. Informações disponíveis em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/severino-sombra> acesso em 01/08/2024.

materna, o responsável direto pelo seu ingresso no Exército, pois como o próprio relatou, foi seu tio, o major do Exército Luiz Sombra, quem preparou toda a documentação para seu ingresso na Escola Militar.<sup>56</sup>

Não há a intenção de afirmar que Severino Sombra trouxe a distinção entre o que chamarei aqui das “duas tradições”, a militar e a política, por querer construir sua imagem como sendo o resultado quase natural, genético, dessa mistura. Ao contrário: o que interessa destacar aqui é que durante muitos anos, mais especificamente durante a década de 1920 – época que coincide com o ingresso de Severino Sombra no Exército -, essa separação começou a ser construída também no interior das Forças Armadas através de várias ferramentas: criação de biblioteca, institutos de história, seções de sociologia e arquivo. Todas elas voltadas para a construção de um passado que valorizasse figuras militares que pudessem servir como exemplos de apolitismo.

Em muitos momentos de sua entrevista ao CPDOC, é possível estabelecer vinculações entre as forças que produzem esse discurso, que separa as duas tradições, às ações de Severino Sombra enquanto um indivíduo que não se restringe a um indivíduo militar. Perguntado sobre a Revolução de 1930, por exemplo, negou qualquer envolvimento com a Revolução por estar muito mais interessado e envolvido com a renovação intelectual católica, movimento de doutrina social cristã que contou com o engajamento de Severino nas décadas de 1920 e 1930, sendo esse o motivo alegado para ter atrasado a entrega dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que apurariam infração penal de competência da Justiça Militar, sobre os tenentes revoltosos do Ceará. Afirmou também que durante a década de 1930 sua família era “completamente apolítica – ninguém militando”, como se a Revolução de 1930 não tivesse o menor efeito nas oligarquias cearenses.<sup>57</sup>

Já no depoimento ao jornalista Nirez, mais de uma década depois da entrevista concedida ao CPDOC, as causas apresentadas para a não adesão à Revolução de 1930 foram outras. Como se lê:

Eu já não tinha aderido à Revolução de 30. Não era aquela Revolução que era democracia (...) foi uma Revolução promovida por uma elite política para se salvar diante da revolta generalizada que existia no Brasil daquele tempo inclusive com os golpes militares ali, os tenentes Juarez

---

<sup>56</sup>O dicionário bio-bibliográfico Cearense do barão de Studart parece ter sido a matriz para os demais verbetes que traçam a biografia de Joaquim José de Souza Sombra, não havendo nada que nos permita localizar se fazia parte dos quadros do Exército ou da Guarda Nacional. O verbete informa apenas que “muito moço deixou Joaquim Sombra o lar paterno procurando o serviço militar para o qual sentia decidida aptidão”. Considerando que o mesmo contava com a idade de 12 anos quando da criação da Guarda Nacional, essa informação não permite que afirmemos com exatidão a qual das duas Forças ele pertencia. O mesmo dicionário afirma que ele fazia parte do contingente militar estacionado em Fortaleza quando foi designado pelo senador Alencar para juntar-se à companhia do major José Félix Bandeira para pacificar a província de Sobral após uma tentativa de deposição do presidente da província. Acompanhando o fio do nome do major Félix Bandeira, há decretos posteriores a essa sedição que integram oficiais da primeira classe aos quadros do Exército, o que nos leva a supor que antes do Decreto, o major não chefiava um corpo dessa linha. Ver Decreto 260 de primeiro de dezembro de 1841 e Decreto 251 de vinte e oito de novembro de 1842.

<sup>57</sup>No jogo das oligarquias cearenses, a família Sombra, que Severino afirmava ter tradição política, apoiava Franco Rabelo contra Acioli.

Tavora e Eduardo Gomes etc etc. Quer dizer, o Brasil tava num período, o tenentismo tava num momento crítico porque o povo já não tolerava mais a podridão que havia descido a política brasileira, o oligarquismo dominante daquele tempo. Tanto que o Antonio Carlos, mineiro, dizia “façamos a revolução antes que o povo a faça” olha aí, e portanto, essa revolução de 30 não era a revolução com a qual eu podia sonhar, verdadeiramente democrática. Tanto assim que o que é que se implantou? Uma ditadura de 15 anos. Uma revolução democrática? Que ficou nas mãos caudilhistas do Rio Grande do Sul<sup>58</sup>

O que ambos relatos fornecem é a possibilidade de pensar o indivíduo para além de uma substância isolada e única – *militar*; e, tal como sugeriu Norbert Elias, começar a pensar em termos de *relações e funções*, uma vez que no primeiro relato, o indivíduo tenha funcionado como um católico engajado em detrimento de outras funções. Enquanto, no relato posterior, o general Severino Sombra permitiu narrar-se enquanto um sujeito orientado politicamente, ainda que no momento da ação relembrada, isso contrariasse o discurso institucional elaborado no interior das Forças Armadas durante parte considerável da trajetória do general.<sup>59</sup>

Essas memórias com versões distintas para a tomada da ação do agente social podem desmantelar qualquer leitura substancialista, no sentido de não tomar o agente como mero epifenômeno da estrutura onde está inserido, inscrito e encerrado na categoria *militar*, como se essa fosse uma propriedade substancial, essencial e determinante para a ação do agente. É possível que, no decorrer do tempo, o oficial Severino Sombra tenha concebido seu posicionamento durante a Revolução de 1930 como resultado de uma – ou várias – práticas intercambiáveis: ora por conta de seu envolvimento religioso, ora por um posicionamento efetivamente político, de recusa ao movimento. Caberia, portanto, noutro momento, operando a memória, questionar quais as condições históricas que fizeram com que, nos anos 1980, diante de sociólogos, pessoas pertencentes a um campo que Severino sempre reivindicou para si, ele tenha apresentado razões distintas das apresentadas na década de 1990 a um memorialista. Para esse trabalho, nesse momento, importa observar de que forma esses conflitos podem demonstrar de que maneira a categoria *militar* pode vir a ser tratada como realidade empírica em diversos momentos históricos e não como uma abstração acadêmica dotada de uma validade universal. Voltaremos mais adiante às diferenças nos dois relatos.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup>Transcrição minha de parte do depoimento do Arquivo Nirez, disponível no YouTube, no endereço: DEPOIMENTO DE SEVERINO SOMBRA PARTE 1 DE 2. Publicado pelo canal Julio Sombra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yeypkgxrOLE&t=4s> – Acesso em: 20 mar. 2021.

<sup>59</sup>ELIAS, A sociedade dos indivíduos, Op. cit. p. 25.

<sup>60</sup>Sobre o modo de pensar substancialista ver: BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

## **1.2. Profissionalismo e apolitismo: a Escola Militar do Realengo.**

As ciências sociais se propuseram - a partir da década de 1970 - a pensar militares utilizando o paradigma organizacional, criticando o que se denominava como “paisanização” do militar.<sup>61</sup> Nessa crítica, figuras militares como Góes Monteiro e o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra foram tratadas nos estudos sobre o Estado Novo como sendo “politzadas”, sem que fosse considerada, nessas análises, a forte marca da instituição castrense em suas atuações. Essa politização teria como produto direto a paisanização. Apesar de entender o teor da crítica e endossar que, de fato, entender os processos e estruturas peculiares do Exército é fundamental para a compreensão de um regime instalado e mantido militarmente, faz-se necessário, em alguma medida, em um estudo da instituição Exército pautado na trajetória de um indivíduo, questionar, ou mesmo admitir, que *militar* não era tudo o que Severino Sombra foi. O aspirante a oficial tinha um forte engajamento em propagar os valores católicos e seu catolicismo atuante seria muito bem-vindo no espaço da Escola Militar.

O que as duas respostas de Severino Sombra acerca de sua participação na Revolução de 1930 denotam é que sua ação teria sido orientada, mesmo no tocante às suas atividades na caserna, por outros critérios, ou que passava por outras relações. No caso, ser atuante na Ação Católica, ou ainda, o fato de suas convicções políticas estarem desalinhadas, ao menos naquele momento, de parte considerável do Exército. Ainda que essa marca, essa posição, tenha sido por ele elaborada também como estando fora do espaço da política.<sup>62</sup>

Para compreender quais são os caminhos percorridos para que Severino Sombra, enquanto um indivíduo militar e católico desenvolveu determinada figuração e como foi por ela marcado, passando a conceber política e militarismo como coisas distintas, faz-se necessário focar no seu ingresso no Exército, tentando capturar quais os problemas enfrentados por essa instituição naquela temporalidade específica que podem ter contribuído para a elaboração de uma outra forma de narrar-se.

A Escola Militar em 1923, ano do ingresso de Severino Sombra, aparece em seu relato ao CPDOC como tendo apenas 16 alunos. Este número, bastante reduzido, devia-se à expulsão dos alunos envolvidos nas revoltas tenentistas de 1922. Foi nesse mesmo ano que o general Setembrino de Carvalho, então ministro do Exército, baixou aviso ministerial determinando que se homenageasse o duque de Caxias na Escola Militar. A turma de Severino Sombra – incentivada por essa política – seria batizada como “Turma Caxias”, a primeira a receber o nome de um militar, homenageado como patrono.<sup>63</sup>

A integridade institucional do Exército foi durante toda a década de 1920 uma questão em aberto e resolver essas divergências tornou-se o objetivo principal de diferentes atores individuais e coletivos. Dentre as consequências dos movimentos tenentistas,

---

<sup>61</sup>COELHO, Edmundo Campos. “A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico”. BIB19, primeiro semestre, 1985. p. 5.

<sup>62</sup>Idem.

<sup>63</sup>CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002. p. 17-18.

Edmundo Campos Coelho destacou a duplicidade de comando, trazendo à tona o que seria um “Exército duplo: o que obedecia às ordens do quartel-general revolucionário, e o que obedecia ao ministro da Guerra” desvelando a dificuldade de fazer coexistir o espírito revolucionário e o princípio da hierarquia.<sup>64</sup> Diante dessas dificuldades, fez-se então necessário a articulação de um projeto que restabelecesse a ordem, e isso se fez em grande medida com a adoção de um conjunto de elementos simbólicos.<sup>65</sup>

Nesse processo, dois pilares do plano traçado contra a subversão ganharam destaque para a reorganização de uma instituição marcada por clivagens com diversas nuances: o profissionalismo e o apolitismo. Severino Sombra pode ter sido peça importante nesse jogo. Ele ajudou a forjar essas bases engajando-se na criação de instituições voltadas para a construção de um passado histórico que valorizasse figuras lidas como exemplos de profissionalismo e apolitismo e, como já destacado anteriormente, essas instituições ajudaram a cimentar a imagem do Duque de Caxias como um modelo a ser replicado.<sup>66</sup>

Adriana Barreto de Souza demonstrou como a inexistência de pesquisas sobre o Exército brasileiro no século XIX contribuiu para a difusão de um senso comum histórico acerca de Caxias que teria por marca três características. A primeira marca se caracterizaria pela perda da dimensão humana de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que seria sempre representado como um monumento. A segunda marca do senso comum diz respeito a uma visão anacrônica do que corresponderia “ser militar”, tendo em vista que não houve por parte dos biógrafos nenhum esforço em explicitar as diferenças na organização e estruturação de um Exército que não era nacional. O resultado é uma familiaridade entre tempos e configurações distintas, que esperamos ter sucesso em demonstrar aqui, ter sido pensado dentro de um contexto de desenvolvimento de uma política institucional. Já a terceira e última marca desse senso comum destacada por Adriana Barreto de Souza foi o silêncio sobre a vida política do Duque de Caxias, integrante do Partido Conservador. Interesses conjunturais forjaram um Duque-monumento.<sup>67</sup>

Essa construção pôde ser vista quando analisamos, em outra pesquisa, os temas trabalhados nas revistas do IGHMB entre os anos de 1941-1945 para compreender de que forma os militares daquela instituição praticavam o que denominavam como “história militar”. O resultado surpreendente é que metade de tudo o que foi abordado nas páginas das publicações era biografia e, o Duque de Caxias não fora somente a única pessoa a receber mais de uma biografia, como também era citado mesmo quando não era ele o biografado.<sup>68</sup>

---

<sup>64</sup> COELHO Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** O Exército e a política na sociedade brasileira. op. cit. p. 104.

<sup>65</sup> Sobre os elementos simbólicos utilizados ver CASTRO, Celso, op. cit., 2002.

<sup>66</sup> Severino Sombra foi responsável pela criação de pelo menos, três instituições: o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, o Arquivo do Exército e a Biblioteca do Exército.

<sup>67</sup> SOUZA, Adriana Barreto de Souza. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento.** Op cit. pp. 36-37.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Natalia Vial de. O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945). Op cit. p.108.

Um exemplo pode ser vislumbrado em uma biografia escrita pelo general João Borges Fortes, um dos membros do IGHMB. Ao biografar Gomes Freire, ele argumentou que seu biografado estava esquecido, apagado na memória dos homens dos seus dias. O texto, como a maioria dos que compunham a revista do instituto, foi escrito para uma conferência e, durante a exposição, o general abre um espaço para pensar o ressurgimento, ou a rememoração de outro personagem, o Duque de Caxias, que, segundo o general, retornava após ter sido esquecido. O ressurgimento teria se dado porque o Exército tomou consciência de sua “missão nacionalista” ainda durante o governo de Floriano Peixoto. “Caxias transformou-se no ídolo que hoje é consubstanciado no seu nome imortal, as glórias do passado e o exemplo de hoje e amanhã”.<sup>69</sup>

A historiografia assinala a década de 1920 como sendo o momento em que se multiplicam na sociedade brasileira diversos movimentos de crítica à experiência da Primeira República.<sup>70</sup> O Centenário da Independência em 1922, a reforma da Constituição em 1926 e o Tenentismo seriam parte do descontentamento que permitiu classificar a Primeira República como “velha”. No caso do Exército, no ano seguinte ao primeiro movimento tenentista, já se registrava a necessidade de se alterar a formação de seus oficiais. No ano de 1923 – ano em Severino Sombra ingressou na Escola Militar –, o ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, afirmava ser o momento de deixar no passado os fantasmas da Escola Militar do Brasil localizada na Praia Vermelha, onde as revoltas e o cientificismo comprometiam a construção de um Exército “estritamente profissional e menos político”.<sup>71</sup>

Como veremos adiante, a Escola Militar teve um papel importante na construção dessas novas bases. O ensino militar seria reformado em 1924, ano que marca o segundo ciclo de revoltas tenentistas. Nesse mesmo ano, chegou à Escola a Missão Militar Francesa, também fazendo parte das tentativas de retomar a ordem quebrada pelos movimentos tenentistas ocorridos a partir de julho de 1922. Com esses esforços, a formação profissional chegou a constituir 70% dos programas, além do regulamento prescrever rigor disciplinar.<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> RIGHMB, vol II, p.14.

<sup>70</sup> Sobre a “crise dos anos 1920, o historiador Boris Fausto dedicou parte do último capítulo de seu livro - “A revolução de 1930: Historiografia e História” - para pensar a “crise dos anos 1920”. Na leitura do autor, as revoltas tenentistas seriam sinais reveladores de que o sistema começava a indícios de desequilíbrio já nos primeiros anos da década de 1920. Ver: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: História e Historiografia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972. p. 92. A “crise” pode ser lida também na tese de Maria Cecilia Spina Forjaz e também intitula artigo publicado na coleção Brasil Republicano assinado por Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde de Sá Pinto. Cf, FORJAZ, Maria Cecilia Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”.

In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.387-415.

<sup>71</sup> MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 265.

<sup>72</sup> A Missão Militar Francesa chegou ao Exército em 1920 contratada pelo ministro Calógeras e teve efeitos profundos no Exército tendo à princípio se encarregado de três cursos: aperfeiçoamento de oficiais – destinado a capitães e tenentes; o de Estado-Maior, e o de Revisão de Estado Maior – que tinha como público

### **1.3. Profissionalismo e apolitismo: o anticomunismo.**

O foco no profissionalismo e a preocupação com o apolitismo ganhariam ainda uma outra marca que viria a ser distintiva nas Forças Armadas: o anticomunismo. O tenente Severino Sombra seria o responsável por elaborar planos de educação cívica e patriótica pautados principalmente na contenção das ideias comunistas no interior das Forças Armadas. Essa preocupação é mais visível na década de 1930, quando parte considerável dos esforços perpetrados pelos agentes da instituição, parece apontar para a importância do tema.

Um exemplo pode ser visto em um documento secreto, possivelmente escrito entre os anos de 1933 e 1938, onde o tenente-coronel Angelo Mendes de Moraes enviou ao Ministro Góes Monteiro um texto criticando a influência do comunismo no Exército e dando as atribuições da Comissão Central Militar de Repressão ao Comunismo, uma entidade secreta formada por três membros, criada pelo Ministério da Guerra.<sup>73</sup>

No documento em questão, o tenente-coronel destaca que o comunismo no seio do Exército seria o principal responsável pelo enfraquecimento gradativo da instituição ao destruir a disciplina e a hierarquia, devendo ser, em suas palavras, “extirpado, eliminado e esmagado com a maior energia possível”. Todos os trabalhos dessa Comissão teriam natureza secreta e sua ação seria feita através do Ministério da Guerra. Seus membros teriam franquia telegráfica e postal e, além disso, poderiam se deslocar por qualquer estado do Brasil estando em sindicância.<sup>74</sup>

Há no documento cerca de 15 finalidades da Comissão Central de Repressão ao Comunismo, que vão desde a orientação da campanha anticomunista no seio do Exército até a organização de listas dos principais elementos comunistas em seus quadros. Havia a preocupação em organizar as bases para a repressão do comunismo, propondo ao Ministério da Guerra as medidas repressivas contra os elementos comunistas, de acordo com o grau de nocividade de cada um, dispondo para tanto, das seguintes medidas: lei de segurança (para funcionários e oficiais); expulsão; exclusão; demissão (funcionários e professores); rebaixamento definitivo; transferência; castigos disciplinares; suspensão de

---

os capitães, maiores e coronéis que já houvessem cursado o Estado Maior. Somente em 1924 a Missão Francesa entra na Escola Militar, tornando a educação militar mais técnica ao criar escolas para cada especialidade. Sobre o impacto da MMF no Exército ver: CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005. p 13-61.

<sup>73</sup>O documento não está datado no instrumento de pesquisa. Suponho ser essa a data por ser este o período em que Angelo de Moraes esteve no posto de tenente-coronel segundo consulta ao Almanaque do Exército. Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Seção de Arquivos Privados. Fundo Góes Monteiro: Arquivo Nacional SA 664 - Microfilme: 051-97. A Comissão seria composta por três membros: dois oficiais superiores e um tenente-coronel ou coronel chefe e teria caráter permanente, ou pelo menos, até que o “inegável perigo” houvesse desaparecido. Os membros da Comissão não foram identificados no documento.

<sup>74</sup> Arquivo Nacional SA 664 - Microfilme: 051-97.

funções (funcionários civis) e conselho de disciplina.<sup>75</sup>

Além de fazer sindicâncias junto às unidades do Exército e estabelecimentos militares, a fim de apurar as responsabilidades de cada um, o tenente Sombra estabelecia em seu documento secreto um plano de propaganda anticomunista, por meio de palestras, conferências, publicações e impressos nos corpos de tropas e estabelecimentos militares, procurando evidenciar não só o que considerava o fracasso de tal sistema na Rússia, como também a nocividade de qualquer extremismo no seio das classes armadas e a nenhuma razão de ser em nosso país.<sup>76</sup>

A preocupação com listas de elementos comunistas e suspeitos de extremismos ocupa um lugar de destaque nas páginas. É essa, sem dúvida, a finalidade que mais se repetiu no documento. O objetivo, além de exercer uma severa vigilância, era evitar a permanência dos oficiais comunistas nos corpos de tropa e nos estabelecimentos de ensino. Para que as listas fossem bem empregadas sugeriu-se uma comunicação constante com os comandantes dos corpos e, de preferência, os de Região, por meio de correspondência secreta, esclarecendo-os a respeito da existência de elementos comunistas em suas unidades. Há muita clareza em destacar que o esforço principal do Exército deveria ser dirigido com todo o vigor contra o comunismo. Para isso, todos os meios suasórios deveriam ser usados para tornar os quadros e as tropas alheios às paixões partidárias e às campanhas políticas, sugerindo que o meio mais eficaz e salutar seria o trabalho intensivo nos quartéis, das instruções militares e das competições atléticas, obrigando-os assim a empregar as horas de folga em repouso físico para a labuta do dia seguinte.<sup>77</sup>

A Comissão propôs ao Ministro da Guerra que as transferências de sargentos e oficiais simpatizantes de ideias “avançadas”, para unidades conhecidas pelo espírito de ordem e energia de seus comandantes, afastando-os assim de suas atividades e de relações. As transferências em tais condições seriam sempre acompanhadas de um resumo de dossiê do transferido, contendo todas as informações a respeito de suas atividades, da sua conduta, e do seu “grau de nocividade”, para que o novo comando e a polícia civil local pudessem obsevar o transferido de forma eficaz. O comando da nova unidade do transferido deveria comunicar à Comissão, sempre em documento secreto e cifrado, as observações sobre a sua conduta para providências imediatas e mais enérgicas. Além disso, frisava também a necessidade de estar sempre com fichários organizados de todos os elementos suspeitos de extremismos no seio do Exército (funcionários, professores, oficiais e sargentos), contendo as mais amplas informações sobre cada um para, em parceria, com a polícia civil, obter informações sobre tais elementos e estar apta para informar ao ministro da Guerra ou outras autoridades. Para os comandos das Polícias Militares, seriam enviadas as relações dos militares excluídos ou expulsos na condição de comunista ou extremista. Os expulsos nesses termos deveriam ter anotado em suas cadernetas de reservistas a informação da sua condição de comunista.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Idem. Ibidem.

<sup>77</sup> Arquivo Nacional SA 664 - Microfilme: 051-97.

<sup>78</sup> Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Seção de Arquivos Privados. Fundo Góes Monteiro: Arquivo Nacional SA 664 - Microfilme: 051-97.

Em entrevista ao CPDOC, o general Ernesto Geisel, outro militar – bastante famoso por ter sido presidente do país durante a ditadura, entre os anos de 1974 e 1979 – afirma categoricamente que os levantes ocorridos em 1935 propiciaram ao governo a oportunidade perfeita para a introdução do artigo 177 na Constituição de 1937. O artigo em questão permitia ao governo reformar o oficial “que bem entendesse”, retirando dos oficiais garantias constitucionais de que não poderiam ser reformados ou excluídos sem condenação judicial com pena de dois ou mais anos. O general Geisel falou abertamente sobre sanear e excluir dos quadros do Exército os oficiais que eram “realmente comunistas” e outros que não tivessem boa reputação. Ao ser perguntado pelos seus entrevistadores se o comunismo passou a ser o grande inimigo, Geisel respondeu que sim, estendendo o perigo comunista como causa influenciadora também do golpe ocorrido em 1964.<sup>79</sup>

Severino Sombra de Albuquerque também redigiu material de campanha anticomunista para o Ministério da Guerra na década de 1930. Vale ressaltar que muitas das instituições criadas por seu estímulo no interior do Exército são identificadas em trabalhos memorialistas do Exército como tendo forte inspiração anticomunista. Cito especialmente a Biblioteca do Exército, recriada com funções editoriais no ano de 1937, e o Instituto de Geografia e História Militar, fundado em 1936.<sup>80</sup>

O plano do então capitão Severino Sombra, elaborado em 1934 sob encomenda do Ministério da Guerra em caráter reservado, seria publicado mais tarde pela Bibliex (Editora Biblioteca do Exército) em sua primeira publicação enquanto editora, fazendo parte da coleção “Obras de Educação”. O livro *Em Guarda contra o comunismo* trazia, entre outros textos, parte desse plano de política social do Exército elaborado pelo capitão Sombra. Para essa exposição, usarei o documento disponível no Arquivo Nacional, porque diferente do publicado pela Bibliex, ele pode ser lido integralmente, sem qualquer edição para fins de publicação.<sup>81</sup>

O plano era composto por três partes: “exposição e o projeto”, “método e execução” e, por fim, “esquema”. A primeira parte do plano - “exposição” - é recheada de uma visão ultranacionalista e fortemente pautada na “afirmação de personalidade” do povo, que na visão do capitão seria histórica e moral, resultado de uma marcha de séculos em um destino próprio na vida da humanidade. Traços dessa personalidade estariam presentes na linguagem do povo, nos seus hábitos, suas artes, suas tristezas e alegrias. A afirmação dessa personalidade seria o traço mais distintivo dos movimentos nacionalistas e, não por acaso, o capitão Severino Sombra identifica essa personalidade no fascismo italiano, no nazismo alemão, no kemalismo turco e no nacionalismo lusitano. Do seu ponto de vista, esses movimentos seriam uma reação intuitiva, quase natural, dos organismos nacionais contra o avanço do comunismo em sua tentativa de “derrubar as fronteiras das Pátrias, esmagando as almas dos povos, para estabelecer a sociedade em massa, não mais conforme o ritmo humano e natural da espécie, mas segundo um ritmo bárbaro e aritmético do número”.

---

<sup>79</sup>D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 27.

<sup>80</sup>PEREGRINO, Umberto. **História da Biblioteca do Exército**: Um capítulo da História Cultural do Brasil. SL: S/d. p. 72.

<sup>81</sup>Arquivo Nacional. Fundo: Góes Monteiro. Série 4. Subsérie 2. Notação: SA 684. Microfilme: 051-97.

Segundo essa interpretação, seria do movimento nacionalista o papel revolucionário, pois como se lê:

Quando um povo não teve ainda a capacidade de fazer surgir um grande movimento nacionalista que lhe rasgue um caminho revolucionário – é o caso do Brasil – cumpre ao Estado, aos grandes corpos nacionais, como o Exército e a Marinha, o professorado e as associações de caráter patriótico, o dever de organizar a defesa social da Nação e dos seus órgãos vitais.<sup>82</sup>

O capitão Severino Sombra identificou em seu relato diversas brechas na defesa da nação. A primeira elencada pelo capitão foi a ignorância do corpo policial que, em sua avaliação, agia de maneira contraproducente, sem, contudo, fornecer ao seu leitor uma explanação mais satisfatória sobre o que seria esse caráter “contraproducente”. A segunda brecha faz alusão à legislação, classificada pelo capitão como desastrada e isso porque seria levada a cabo por um governo liberal-burguês, inclinado a concessões sociais apenas para “acompanhar a moda”, sem qualquer sentido orgânico para a nação.

A esses dois males somava-se um terceiro, de caráter não permanente como os dois primeiros, mas que, em sua avaliação, trazia consequências desastrosas: as “revoluções liberais-democráticas”. Essas revoluções seriam responsáveis, na opinião do capitão, pela desorganização econômica e pela “desilusão popular”, transformando-se, assim, na melhor aliada da “Revolução Comunista Internacional”. O tema das revoluções liberais será retomado mais adiante por ter um papel fundamental na construção de seus trabalhos intelectuais. Essa seria a brecha responsável por provocar uma “crise” no Exército, exigindo medidas urgentes para que a disciplina pudesse ser reajustada. Sua preocupação parece ser convencer o seu leitor de que o combate ao comunismo deveria ser apressado no interior do Exército, pois mesmo sendo uma instituição defeituosa organicamente, era, em sua visão, o único elemento capaz de se manter na vigilância da nação. Em suas palavras: “é preciso compreender que a relativa segurança de que ainda gozamos é uma questão de tempo. No próprio interior já se organizam células do P.C. A última seca do Nordeste revelou quão adiantado vai o trabalho da organização comunista no sertão”. Possivelmente, essa afirmação do grau de adiantamento da organização comunista no sertão era uma referência ao Bloco Camponês, atuante no nordeste no mesmo momento em que Severino Sombra inicia seu movimento trabalhista.

Para combater o que o então capitão classifica como forças desnacionalizadoras, ele propõe as seguintes bases para a política social do Exército:

- 1) Restabelecimento da liturgia militar com todo o seu brilho e força de sugestão;
- 2) Comemoração grandiosa das datas nacionais de acordo com planos estabelecidos para todas as guarnições do país, atraindo os meios civis aos quartéis para assistir a exercícios e provas esportivas;
- 3) Ação especial junto às E.I.M e aos C.P.O.R. no sentido de aproveitar a

---

<sup>82</sup>Idem. Os destaques são do autor.

instrução como estímulo patriótico – trabalho preliminar junto aos instrutores;

4) Penetração no seio dos grandes núcleos estrangeiros segregados da vida nacional (japoneses em Mato Grosso, por exemplo) por meio de instrutores de educação física especialmente escolhidos e preparados;

5) Aproximação das organizações operárias para desenvolvimento de enérgica ação patriótica em seu meio, através de uma Lei de Sindicalização que ligue os sindicatos ao Exército por E.I.M., Escolas de Instrução Técnica Especial (operários metalúrgicos, ferroviários, eletricistas, automobilistas, mecânicos, correiros, fundidores e etc) e Corpos de Reserva de Especialistas. Ganha ainda o Exército, aperfeiçoando assim o seu Plano de Mobilização;

6) Ação especial na 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> Regiões militares onde o Exército, mercê das lutas políticas dos últimos quatro anos, sofre material e moralmente delicada crise em meio a um ambiente pouco simpático. O êxito dessa ação repousa sobretudo na escolha, para essas Regiões, de brilhantes chefes capazes de impor respeito e confiança pela sua inteligência e pelo seu prestígio;

7) Estímulo à literatura patriótica por meio de concursos organizados periodicamente. Criação de prêmios permanentes que, pelo seu valor e justiça da distribuição, marquem época na literatura nacional;

8) Trabalho do Alto Comando junto ao Governo do país no sentido de evitar a adoção de medidas claramente perigosas à personalidade nacional.

Se contabilizarmos as ações citadas no plano utilizando as bases sugeridas por Severino Sombra, o resultado apontaria para uma parte considerável de ações voltadas para o estabelecimento de um trabalho de memória: liturgias, comemorações e literatura corresponderiam a maioria das ações. Caso coloquemos em valores percentuais, essas bases ocupariam quase 40% do plano, seguido por bases que concentram a atenção com a escolha das chefias e dos cuidados com organizações operárias e com núcleos estrangeiros, que ocupariam 25% do plano. E, finalmente a base que explicita, sem qualquer pudor, a presença do Alto Comando do Exército junto ao governo sem qualquer função propositiva, apenas de impedimento a qualquer ação lida como perigosa para a organização da nação. Dito de outra forma, a maior parte do plano investe em ações voltadas para memória.

Dando seguimento à análise do plano elaborado por Severino Sombra para o Ministério da Guerra, as Revoluções Liberais surgem no texto como foco do segundo ponto da "política social do Exército", já que na interpretação do então capitão, essas revoluções são os meios utilizados para o cultivo das ideias comunistas. A ideia é, portanto, evitar a todo custo, qualquer revolução, pois seu resultado natural seria sempre o avanço do comunismo. É interessante notar que ele coloca a responsabilidade de evitar revoluções no papel repressivo do Exército. Em sua crença e avaliação, a única força capaz de impedir que elas surjam. Essa atribuição estaria a cabo do Alto Comando do Exército e seria composta por três aspectos:

- 1) Pressão discreta sobre os políticos e caudilhos nacionais que desejarem lançar o país em revolução;
- 2) Atitude de absoluta independência ante as forças antagônicas, sejam

elas quais forem, não esquecendo que nos Estados Liberais, como é o nosso, o Governo não representa nada mais do que a facção política vitoriosa no momento;

3) Intervenção, decisiva do Exército, para esmagar a guerra civil cujo surto não puder ter sido evitado, aniquilando os dois contendores e assumindo a chefia da Nação durante o tempo estritamente necessário para que se processem os atos legais da “soberania nacional”.<sup>83</sup>

É interessante observar que os três pontos contradizem absolutamente a ideia de um Exército apolítico. A política social proposta é abertamente intervencionista. Para o capitão Sombra, o sucesso da política social do Exército estaria fortemente atrelado à capacidade da instituição estar coesa em torno do Alto Comando. Além disso, seria necessário que todo o Alto Comando estivesse impregnado de uma profunda consciência patriótica e em profunda comunhão com as ideias do ministro Góes Monteiro sobre a atuação do Exército em bloco, frisando que a ação do Exército deveria ser totalitária, para impedir um desastre nacional, e não para “politicar” junto às forças políticas do País. O interessante é perceber que em todo momento a ideia é convencer de que essa forma de atuação não corresponderia a dar ao Exército a função de orientar politicamente a Nação, dar forma nova ao Estado, mas tão somente garanti-lo até que elementos novos operassem o ressurgimento nacional e estabelecessem no Brasil um outro regime.

Para que o Exército fosse capaz de cumprir a sua tarefa na defesa da “personalidade nacional” – termo comumente empregado por intelectuais latino-americanos em um contexto de investigações acerca do caráter nacional das nações - e evitar revoluções liberais no país, duas coisas seriam necessárias, na visão do capitão Sombra: defender sua própria personalidade realizando uma contraofensiva contra o comunismo, e formular um *Plano Geral de Educação Patriótica e Social* com capacidade de alcançar militares de todos os postos e funções, criando no Exército uma forte consciência coletiva perfeitamente homogênea.<sup>84</sup>

A fixação do capitão Severino Sombra no combate ao comunismo é tamanha que o faz transcrever no seu plano de educação patriótica, o programa de um dia de serviço no “Exército Vermelho”. O intuito da transcrição é fornecer ao leitor a atenção dedicada por aquele Exército ao preparo ideológico, dando destaque a qualquer elemento que fizesse referência à educação política dos soldados: jornal mural, rádio e cinema. As efemérides também ganham destaque em sua explanação. Em especial, as comemorações do 1º de maio, pois, segundo Severino Sombra, essas comemorações eram feitas com grandiosidade, aglutinando soldados de todos os cantos da Rússia. A proposta era empregar os métodos soviéticos na ofensiva contra o comunismo.

---

<sup>83</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Góes Monteiro. Série 4. Subsérie 2. Notação: SA 684. Microfilme: 051-97.

<sup>84</sup> A professora Marilena Chauí, na obra *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, organiza e contrapõe as ideologias do caráter nacional e da identidade nacional, apontando para a forma como o “caráter nacional” opera a nação a apresentando de maneira a funcionar como uma totalidade social homogênea, enquanto a ideologia da “identidade social” concebe a nação também como uma totalidade, mas incompleta e lacunar. Sobre personalidade nacional ver ainda: CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Intelectuais latino-americanos: o “caráter nacional” em questão”. *Revista Anos 90*. Porto Alegre. v. 16, n. 29, p. 59-79, 2009.

A Escola Militar teria um papel de destaque na preparação ideológica dos oficiais do Exército e as propostas para ela iam desde a criação de cadeiras especiais nos cursos a novos critérios de escolha dos responsáveis pelo ensino, que deveriam ser patriotas e nacionalistas. Por ser o centro formador de oficiais, a Escola Militar do Realengo deveria receber atenção especial, como por exemplo, a implantação da cadeira de sociologia no curso dos cadetes para que os futuros oficiais não tivessem uma visão superficial dos problemas sociais do mundo contemporâneo. Diluir a sociologia em outros cursos seria, na concepção do capitão Sombra, um erro, já que ativaría a curiosidade que poderia orientá-los decisivamente em um sentido sociológico, colocando-os em risco de serem levados mais facilmente à “literatura vermelha”. A sociologia proposta por Severino Sombra seria dividida em duas partes: a primeira, dedicada à sociologia geral, onde se daria a crítica às escolas sociológicas e ao movimento social – devendo ser essa última amplamente explorada. Já a segunda parte se dedicaria a pensar a formação social do Brasil.

A Escola de Estado Maior, a Escola de Serviços (que dizia respeito aos serviços de Intendência e de Saúde) e a Escola de Sargentos também receberiam novos cursos. Na primeira delas, dedicada a fornecer aos oficiais ensinamentos estratégicos, táticos e logísticos, seria implantado um curso de conferências, conduzido por professores antimarxistas e nacionalistas. Severino Sombra sugeriu dois nomes para a função: Tristão de Athayde e Oliveira Viana. As conferências deveriam se concentrar nas teses fundamentais da sociologia, enfatizando os “erros de princípios” da doutrina marxista e suas consequências, além dos problemas econômico-sociais brasileiros. Já nas Escolas dos Serviços, criadas sob inspiração direta da Missão Militar Francesa, e nas Escolas dos Sargentos, a ênfase deveria recair nas “Noções de Economia Social”, tendo por finalidade debater questões sociais: propriedade, trabalho, capital e pátria, criticando de forma assertiva qualquer solução marxista.<sup>85</sup>

Cabe aqui afirmar que a influência comunista se fez sentir de maneira muito forte no meio militar, mas também entre os civis, durante a década de 1930, período em que foram produzidos os documentos acima citados. Esse momento representa um marco no que se refere à intensificação de manifestações anticomunistas no Brasil. Uma série de greves eclodiu nas principais capitais brasileiras entre os meses de abril e dezembro. Ferroviários, marítimos, telegrafistas, bancários, padeiros, funcionários de cartórios, dos transportes, dos correios e da eletricidade cruzaram os braços fazendo subir a temperatura da política nacional. Houve um crescimento considerável das atividades de grupos situados tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Além disso, a polarização mundial

---

<sup>85</sup> A Escola de Aplicação do Serviço de Saúde foi criada pelo decreto 15230 de 31 de dezembro de 1921 e o Serviço de Intendência foi criado no mesmo momento, ambas em razão da experiência adquirida pelos oficiais franceses na Primeira Guerra Mundial, que resultou na importância do suprimento, do abastecimento e do apoio de toda ordem. Sob essa influência francesa, em 1º de outubro de 1920, o Decreto nº 14.385 aprovou o Regulamento para o Serviço de Intendência da Guerra, cujo objetivo principal era o provimento de material. Ver: Histórico da Intendência do Exército Brasileiro. Disponível em:[https://6cgcfex.eb.mil.br/images/Historia/LIVRO\\_HISTORIA\\_DA\\_INTENDENCIA\\_DO\\_EXERCITO.pdf](https://6cgcfex.eb.mil.br/images/Historia/LIVRO_HISTORIA_DA_INTENDENCIA_DO_EXERCITO.pdf). Acesso em 20 de abril de 2024.

BRASIL. Decreto n. 15.230, de 31 de dez. de 1921.

BRASIL. Decreto n. 14.385, de 1 de out. de 1920.

entre fascismo e comunismo estimulava uma militância mais contundente.<sup>86</sup>

Uma boa pintura da instabilidade política desses anos pode ser vista a par de alguns números: apenas no ano de 1935, nove pastas ministeriais foram ocupadas por nada menos que 34 pessoas. Outro dado alarmante é o número de governadores dos vinte estados existentes à época, chegando a 94. Em maio de 1932, mais de 100.000 operários têxteis pararam as máquinas, invadiram as fábricas e criaram o seu comitê de greve, permanecendo parados por mais de um mês. Os movimentos grevistas voltaram a crescer no ano seguinte – 1934 – muito fomentados por partidos políticos, mais presentes por conta das eleições regionais. Foi em 1935 que o Exército se sentiu particularmente ameaçado, pois nesse clima de acirramento político, militares passaram a lutar por reajustes em seus vencimentos, aumentando os problemas relacionados à indisciplina.<sup>87</sup>

Um outro exemplo da construção da separação entre as duas tradições (política e Exército) foi fornecido por Celso Castro ao analisar a reforma da Escola Militar perpetrada por José Pessoa na década de 1930, enquanto comandante da escola. Castro reproduziu trecho de uma entrevista concedida por José Pessoa ao jornal *A Noite* de 17 de dezembro de 1931, onde se lê:

Não sou político. Não quero ser. A nossa maneira de fazer política tem sido a gênese de muitas infelicidades para o país [...]. Ao assumir este comando, reuni mestres e cadetes, advertindo-os de que seria desaconselhável o trato de assuntos em desacordo com a disciplina militar, separando-me completamente dos políticos. Só não chamo a isso um divórcio porque nunca estivemos juntos. Não se deve inferir daí que eu os condene. Absolutamente [...] mas a política para os políticos e mais ninguém.<sup>88</sup>

O que Castro pretendeu demonstrar é que, para José Pessoa, política e disciplina militar eram coisas distintas e que não deveriam ser misturadas e que, as gerações de oficiais “homogêneas” – é assim que Pessoa define o grupo que pretende produzir com sua reforma - seriam aquelas disciplinadas e divorciadas da política. Ora, ao que parece o divórcio não se restringiu às diretrizes da Escola, como também perpassa a maneira do general Severino narrar a história de suas famílias e, também, na maneira como os estudiosos pensaram o Exército, uma vez que o modelo utilizado opõe a politização à organização militar, pensada como sendo um corpo coeso por definição.

O esforço feito até aqui foi para colocar em relação sujeito e instituição. O objetivo do exercício foi tentar evitar que as palavras utilizadas para designar entidades coletivas funcionem de maneira a nos levar a tratar sujeitos históricos de uma determinada forma; de vê-los como tendo mais ou menos as mesmas características. Ou ainda, tratá-los como executantes e/ou vítimas, como sendo simples derivações de entidades coletivas.

O trabalho com a noção de trajetória não é, portanto, arbitrário, pois tal como

<sup>86</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 179.

<sup>87</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 81-82.

<sup>88</sup> CASTRO, Celso. **Exército e Nação**: estudos sobre a história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. p. 119-120.

sugeriu Bourdieu, ajuda a superar a falsa dicotomia entre o social e o individual, podendo ser a chave para entender como os sujeitos funcionam socialmente, como o passado incorporado e atualizado orienta a ação do sujeito no mundo social, e de que forma esse sujeito reforça as estruturas. A trajetória de Severino Sombra pode ajudar a compreender esses conflitos, elucidando os diversos modelos do que é “ser militar” em disputa. Nesse sentido, acompanhar sua trajetória, em seus múltiplos aspectos, pode cooperar para compreendermos as diferentes configurações do Exército durante o século XX, ou mesmo para desconfiarmos dos marcos do atual modelo que associa a carreira à um conjunto de valores e atitudes orientados por uma disciplina rigorosa e uma forte unidade corporativa. Nesse sentido, a ação de Severino Sombra resultaria de uma espécie de luta entre a história objetivada e a história incorporada visando modificar a função onde se está ou a si mesmo, para se apropriar (transformando-a) e ser por ela apropriado. Por isso, importa destacar que aos 75 anos de idade, o general Severino Sombra relembra e narra sua vida divorciando política e Exército.<sup>89</sup>

Continuando a refletir sobre a hipótese dessa apropriação/transformação, seria possível pensar no sucesso da representação do Exército quando inserimos na equação as ferramentas de análise das Ciências Sociais, uma vez que endossaram essa representação ao dispensar seus interesses nas atividades políticas dos militares mais graduados. Severino Sombra, cabe aqui ressaltar, não chegou ao posto de general do Exército e foi reformado como coronel, tendo atuado politicamente em partidos políticos quando graduado nesse posto, podendo ser um bom caso para pautar a crítica feita por Maud Chirio sobre os problemas em se atribuir o *status* de ator político somente aos generais, como se não houvesse uma racionalidade política nos oficiais intermediários e superiores.<sup>90</sup>

Dito de outra forma, não só Exército e indivíduo se apropriaram e se transformaram, como também a Ciência entrou nesse grupo. Isso é verificável não só no que concerne a ideia do apolitismo militar, como pode também ser vislumbrado em outros assuntos nas narrativas de militares. A incorporação de teses vindas da academia pode ser vista, por exemplo, em um famoso livro, muito usado como fonte por pesquisadores das Forças Armadas. O militar Jehovah Motta, ao tratar sobre a formação do oficial do Exército em livro publicado pela Biblioteca do Exército, representa o movimento de 1922 como um marco, o início de uma nova página na formação do oficialato, correspondendo aos primeiros sinais da inquietação político militar que iria desembocar na Revolução de 1930. Além disso, Motta também endossa a tese, já muito difundida, mas trazida por ele de forma naturalizada de que os oficiais e os alunos da Escola Militar agiram como “elementos da classe média”, insatisfeita com os rumos na política e na administração do país. Temporalidades e teses nascidas no campo das Ciências Sociais ainda na década de 1930 e já abordadas na introdução deste trabalho.

Seria interessante pensarmos o oficial Severino Sombra de Albuquerque, como já destacado anteriormente, como um “caso particular do possível”. Mais ainda, como um

---

<sup>89</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>90</sup> Ver: CHIRIO, Maud. **A política nos Quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. op. cit. p. 8-9.

caso particular dos *possíveis*. Para uma boa demarcação do problema das possibilidades, pode-se resgatar aqui, mais uma vez, a entrevista publicada do general Ernesto Geisel, que ocupou o cargo de presidente entre os anos de 1974 e 1979, durante o regime ditatorial. Ele foi contemporâneo de Severino Sombra na Escola Militar do Realengo, tendo ingressado dois anos após Severino. Contudo, sua trajetória – tal como narrada no exercício de sua memória – indica que o processo de divórcio entre Exército e política tenha se dado de maneira litigiosa, marcado por alheamento e dissensões. Contrapor essas duas memórias poderia colaborar para testarmos um olhar das ciências humanas e sociais que tendem a encerrar em suas categorias de análises, um olhar muito típico da razão moderna, que tende a banir o inquietante para as margens. Dito de outra forma: não é um destino manifesto que, por serem militares, formados por uma mesma escola, sob um mesmo regulamento, esses personagens comungassem de uma mesma razão política. Havia inúmeros outros fatores a orientar as ações desses personagens, desde suas origens geográficas aos posicionamentos contrários sobre liberalismo. Talvez, a única fórmula de acordo nas dissensões percebidas nos discursos desses contemporâneos só pode ser formulada com a ajuda de um terceiro: o comunismo.

Comparar essas experiências permite que uma análise operada em nível individual, não considere jamais deixar de lado que esse indivíduo, embora moldado até a medula por suas experiências sociais, não pode ser lido como redutível a nenhuma delas.<sup>91</sup>

---

<sup>91</sup> LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011, p. 121-155.

## CAPÍTULO II – SEVERINO SOMBRA E A ESCOLA MILITAR DO REALENGO: O EXÉRCITO NOS ANOS 1920.

“Uma das maiores dificuldades do historiador frente a essas representações do passado é, justamente, saber como se desvencilhar das malhas de uma memória cuja trama traz consigo as marcas da dominação política dos anos 1930”.

Edgar De Decca

O objetivo deste capítulo é tentar relacionar duas histórias: a de Severino Sombra de Albuquerque, enquanto ingressante no Exército nos anos 1920 e a do próprio Exército enquanto instituição, que no mesmo período viu-se diante de acontecimentos que impuseram algumas mudanças relevantes em seu funcionamento, principalmente, na formação dos seus agentes. Na primeira parte, o desafio será o de demonstrar como esses acontecimentos foram abordados pela historiografia para, em seguida, numa segunda parte, tentar demonstrar como esses acontecimentos impactaram o espaço de formação de Severino Sombra, a Escola Militar do Realengo. Para tanto, importa compreender de que maneira os movimentos ocorridos na década de 1920 foram transformados em fato histórico nas comunicações dirigidas aos alunos da Escola. Com isso, busca-se verificar, principalmente nos boletins da Escola Militar do Realengo, documento que trazia comunicações diárias com a Escola, de que forma esse tipo de discurso legitimou alguma mudança na configuração adotada pela instituição. Esses boletins serão a fonte primordial nesse item. Na terceira parte, o intuito será o de demonstrar de que maneira instituições pensadas pelo laicato católico<sup>92</sup> - a relação de proximidade entre Severino Sombra de Albuquerque e a liderança de movimentos como a Ação Católica - influenciou na formação dos oficiais brasileiros na década de 1920.

---

<sup>92</sup> O laicato católico é formado pelos membros leigos da igreja. Homens que são batizados, mas não foram ordenados. O laicato compõe a maior parte da Igreja e sua atuação na Igreja é estimulada para que contribua com seus talentos e carisma para o crescimento das comunidades eclesiásias.

## 2.1 Os anos 1920 e os militares: um breve panorama

Os anos 1920 são representados na historiografia como um momento de crise nas esferas econômica e política da história brasileira. Na economia, a crise viria a reboque do esgotamento de um modelo agroexportador, que se baseava quase que exclusivamente no café, trazendo seus impactos no plano social ao fazer emergir novos segmentos e camadas sociais e fazer saltar a inabilidade das elites brasileiras, marcadamente conservadoras, em superar as práticas políticas excludentes que tão fortemente distinguiu os primeiros anos republicanos. Essa forma de representar o período pode ser encontrada ao longo do tempo.

No ano de 1970, o historiador Bóris Fausto, ao tratar a derrubada das oligarquias no clássico *A Revolução de 1930: historiografia e história*, dedicava uma parte do capítulo para pensar exclusivamente a crise dos anos 1920. No final dos anos 1990, Lincoln de Abreu Penna mantinha essa representação na obra *República Brasileira*. Com onze capítulos, o primeiro volume da coleção *O Brasil Republicano* foi publicado em 2003 também dando destaque aos elementos que faziam dos primeiros anos republicanos momentos instáveis em várias esferas. Mais recentemente, em 2015, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling manteriam a ideia de um descontentamento que não estaria restrito a um grupo social específico na sua obra *Brasil: uma biografia*.<sup>93</sup>

Boa parte das representações dos anos 1920 foi catalisada, incorporada e unificada nos anos 1930 pelo próprio Estado brasileiro. Muitas dessas representações, inclusive, seriam assinaladas como raízes ideológicas do Estado Novo em 1937. Nesse sentido, as “novidades” surgidas após a “crise” dos anos 1920, fossem no campo cultural, estético ou mesmo na política, serviriam para explicar não o seu próprio momento de emergência, mas o que viria a ser o Estado brasileiro nos anos subsequentes. Essas representações abrem mão por completo de um traço importantíssimo e estrutural do trabalho historiográfico: interpretar experiências considerando o traço do tempo.<sup>94</sup>

O Tenentismo seria uma peça nesse “natural” esquema elaborado para dar conta de explicar uma ruptura, o episódio que romperia com a Primeira República brasileira: a Revolução de 1930. Nesse esquema, temas como a subserviência das elites, o refluxo do movimento operário fortemente reprimido por Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes, o aparecimento de setores intermediários e a ação da jovem oficialidade do Exército assumindo um papel de força política, desembocariam no movimento tenentista, uma espécie de catalisador do descontentamento das camadas intermediárias com a vida política

---

<sup>93</sup> Em ordem cronológica, as obras citadas que mantém a ideia de descontentamento são: FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: brasiliense, 1973. PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; e, por fim, SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>94</sup> DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

nacional.<sup>95</sup>

Para que se comece uma desnaturalização desse esquema inserindo nele uma marca temporal, faz-se necessário traçar alguns limites acerca do tenentismo. A historiadora Vavy Pacheco Borges afirma em sua tese que o termo “tenentismo”, enquanto categoria dotada de algum poder de explicação sociológica, ou mesmo como fato histórico, não existia nos anos 1920. A partir da análise de vasta documentação, ela afirma contundentemente que o termo “tenentes” não existia, e que os envolvidos nos conflitos eram correntemente nomeados de “militares revolucionários”, “revoltosos” ou ainda “rebeldes”, dependendo do juízo feito por quem usasse os termos. Somente na década de 1930, mais especificamente em 1931, é que o termo emerge nas fontes do período em uma disputa entre homens ligados ao Partido Democrático Paulista e os que orbitavam a Legião Revolucionária de São Paulo, posteriormente, Partido Popular Paulista. É, portanto, num contexto muito restrito, tanto no que concerne ao controle do poder político, quanto à própria geografia, que o termo – e variantes como atenentação, tenentada, etc – surge e ganha contornos de uma corrente.<sup>96</sup>

O que a pesquisa de Vavy Borges acentua é que o termo foi construído como uma estratégia de luta durante a Revolução de 1930, não sendo, portanto, um termo planejado *a priori*, e, nesse contexto do calor da luta, ele se revelou bastante eficaz. Em suma, os tenentes e o tenentismo emergem do embate político estadual e de seu imbricamento na política nacional.<sup>97</sup>

Em 1933, com a publicação do clássico *O Sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa, o tenentismo se desloca de um termo presente nas fontes da Revolução de 1930 para um conceito explicativo e descritivo de um fenômeno particular. É somente a partir daí que falar de tenentismo torna-se sinônimo de falar de uma série de acontecimentos circunscritos num tempo específico. Um exemplo dessa descrição, que circula entre materiais didáticos de ensino de História do Brasil, pode ser lido no trabalho de Lincoln de Abreu Penna, *República Brasileira*.<sup>98</sup>

Dá-se o nome de tenentismo ao conjunto de revoltas que marcaram a participação da jovem oficialidade no processo político do Brasil ao longo dos anos 1920. Fato histórico e fenômeno político se integram como elementos definidos de sua presença neste período de crise da hegemonia política dos grupos oligárquicos. Seu significado histórico-social é indiscutível, muito embora não chegasse a se configurar como um movimento social de massas e as repercussões político-institucionais resultassem na incorporação de parcelas consideráveis da opinião pública. Vanguardista na luta antioligárquica, o tenentismo foi se ressentindo de uma maior e melhor organização

<sup>95</sup> LANNA JUNIOR, Mário Cléber. “Tenentismo e crise políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excluente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

<sup>96</sup> BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.p, 21.

<sup>97</sup> Idem. 1992. p. 145

<sup>98</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. **A República Brasileira**. op. Cit. p. 154.

Penna atribuiu a dificuldade de articulação política dos integrantes do movimento ao seu caráter militar e autoritário, afirmando que o desprezo dos tenentes pelos políticos impedia qualquer aproximação dos mesmos com partidos e grupos organizados politicamente. Cabe aqui, mais uma vez, notar que não havendo uma preocupação em compreender o fenômeno no seu tempo, o Exército pós 1930 é projetado nos anos anteriores, ignorando inclusive que, fora do eixo Rio-São Paulo, o movimento tenentista foi liderado por civis, como no caso do Maranhão com José Maria dos Reis Perdigão.<sup>99</sup>

Não muito distante das características listadas por Penna, o texto intitulado “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”, do professor Mário Cléber Martins Lanna Júnior, situou os anos de 1922 a 1927 dentro do que ele denominou como “fase heroica”. Nessa fase, segundo sua descrição, o tenentismo teria pegado em armas para lutar contra as oligarquias dominantes, sendo a única alternativa aos anseios das classes médias. Dessa forma, ele afirma que “as mudanças tinham de ser feitas pelas armas, o que teria transformado os militares rebeldes em vanguarda da política da luta contra o domínio oligárquico”.<sup>100</sup>

Não se pretende, ao chamar a atenção para a construção narrativa e o endosso historiográfico da categoria *tenente* nesse contexto, negar a predominância numérica dos tenentes, mas salientar que os dados que explicitam a estrutura do corpo de oficiais e expõem essa predominância nas análises sobre a Revolução de 1930 só vão ser de fato demonstradas e analisadas em suas condições de possibilidade, mais de meio século após a ocorrência do fenômeno.

José Murilo de Carvalho, ao tecer uma análise na década de 1970 sobre o poder desestabilizador das Forças Armadas no Brasil durante a Primeira República, afirmou que o regime republicano introduziu algumas mudanças na distribuição das tropas. Dentre essas mudanças, as principais seriam o aumento das guarnições de Minas Gerais e São Paulo e a redução das guarnições de Mato Grosso e dos então chamados estados do Norte, o que incluía Bahia e Pernambuco. Houve ainda um aumento de tropas no Distrito Federal e uma singela redução no Rio Grande do Sul, o que não teria impedido que essas duas guarnições continuassem a ter o controle de quase 50% do total dos efetivos. Esses dados não são dispensáveis, uma vez que sugeriam a tendência de acumular forças militares onde se concentrava o poder político.<sup>101</sup>

Além da concentração e distribuição geográfica das tropas, José Murilo de Carvalho recuperou também outro aspecto organizacional: a estrutura do corpo de oficiais. Foi com esses dados que se tornou possível – isso apenas em 1974 – vislumbrar com clareza que o grupo politicamente mais atuante no Exército dos primeiros anos republicanos foi o dos jovens oficiais, demonstrando de forma bem organizada a predominância numérica dos

---

<sup>99</sup> Sobre o caso do Maranhão ver: MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. **Mashorqueiros ou procellários? A Experiência tenentista no Maranhão:** política, cultura histórica, imaginário, personagens. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História. São Luís: 2015.

<sup>100</sup> LANNA JUNIOR, Mário Cléber. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”. Op. cit., p. 316.

<sup>101</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005. p.33.

tenentes. Acreditar na simplicidade da constatação de que os tenentes sempre foram *tenentes*, ou, ainda, que esse dado por si só já colaria nos participantes uma caracterização ideológica liberal cristalizada na representação do período, enfatizando a violência e ignorando outras possibilidades na disputa do papel do Exército nas instituições republicanas pode ter o efeito redutível da categoria, efeito esse que é o avesso do trabalho historiográfico.

Ao abordar a questão dos eventos ocorridos nos anos 1920 utilizando o paradigma organizacional, o sociólogo Edmundo Campos Coelho, no clássico *Em busca de identidade*, publicado em 1976, fez uma separação entre tenentismo profissional e tenentismo político.<sup>102</sup> No entanto, ao apresentar sua tese, ele abre mão da categoria *tenentismo* e opta por nomear os eventos iniciados na década de 1920 de movimentos militares de 1922 e 1924. Essa alteração na forma de nomear é importante porque sinaliza um olhar distinto daquele habitual. O que se defende com o novo nome é que na origem dos movimentos estariam fatores tipicamente militares, de natureza política apenas num sentido muito restrito, apenas se o foco fosse a crítica das relações entre Exército e o governo. Então, cabe mais uma vez destacar que o tenentismo projetado para a década de 1920, retratado até aqui, limita-se geograficamente ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Em sua tese, ele assevera que:

Os desacertos do regime e dos sucessivos governos penetraram na área de atenção dos oficiais revoltosos sob a forma de percepção das disfuncionalidades do meio ambiente no que dizia respeito à organização militar. Os primeiros fatores a serem percebidos foram os que afetavam negativamente a existência individual dos oficiais: formação profissional deficiente, incompetência das chefias, falta de renovação do quadro de oficiais superiores, para citar apenas algumas das mais importantes. Essas últimas condições foram, por sua vez, relacionadas ao estado do sistema mais inclusivo, isto é, o regime liberal corrompido e os sucessivos governos com suas contínuas crises. A ocorrência de fatores precipitantes criou o estímulo final para a erupção de movimentos contestatórios.<sup>103</sup>

Dentre os fatos precipitantes da “crise”, estaria o episódio das “cartas falsas”, que fez da campanha de Arthur Bernardes para presidente da República uma das mais conturbadas da história política do país. No episódio, as cartas - supostamente escritas por Arthur Bernardes e endereçadas a Raul Soares - insultavam a figura muito respeitada no interior das Forças Armadas de Hermes da Fonseca. O jornal *Correio da Manhã* narrou o episódio como “injurioso e ultrajante” na segunda página da edição de 11 de outubro de

<sup>102</sup> A separação entre tenentismos foi feita também por Edgar Carone que apontou que a partir de 1924 a distinção entre um “tenentismo político” e um “tenentismo social” pode ser encontrada. A figura de Prestes e seu engajamento nos anos 1930 é um dos fatores que colocam o tenentismo social como tributário do socialismo. Ver: CARONE, Edgar. *A Segunda República*. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

<sup>103</sup> COELHO Edmundo Campos. *Em busca de identidade*: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000. p 97-98.

1921, usando uma manchete com fontes menores que a usada na lide,<sup>104</sup> a manchete trazia o seguinte texto: “O sr, Arthur Bernardes lança a pecha de venalidade sobre os oficiais do Exército”. A lide, em caixa alta, registrava a frase “UMA AMEAÇA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA”. Na página seguinte, com bastante destaque, o jornal passou a narrar as reações às cartas no Senado, na Câmara e no Clube Militar.<sup>105</sup> Passados nove meses da publicação das cartas pela imprensa, eclodiu, em 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, o primeiro levante envolvendo a jovem oficialidade do Rio de Janeiro.<sup>106</sup> Dezoito militares e o civil Otávio Correia (cuja participação foi apagada do nome do episódio) enfrentaram as tropas do governo na praia carioca e iniciaram, na manhã do dia seis de julho, uma caminhada heroica dos sobreviventes feridos, Antônio de Siqueira Campos e Eduardo Gomes.<sup>107</sup>

Os depoimentos dos dois sobreviventes foram publicados em 1964, no livro do historiador Hélio Silva *1922 – Sangue na areia de Copacabana*. No relato do primeiro, tenente Eduardo Gomes, sobre as razões que o levaram a tomar parte na rebelião, o governo foi retratado como um agente que estava “saindo fora da lei” com o propósito de intervir em Pernambuco. Além disso, o tenente afirmou um suposto desejo do país em afastar a possibilidade da posse de Arthur Bernardes. Disse também que acreditava que o movimento fosse geral, deixando a entender que esperava que outras unidades se unissem aos oficiais rebelados do forte. Já a resposta fornecida pelo primeiro tenente Antônio de Siqueira Campos sobre sua adesão ao movimento foi outra:

[...] achava que os últimos atos dele [Epitácio Pessoa], já na questão das candidaturas presidenciais, já no caso de Pernambuco e, finalmente, no caso puramente militar da prisão do Marechal Hermes e as notas consecutivas, enfim, de um modo geral, a maneira por que o governo tratava o Exército, segundo acha o depoente, permitia a esse Exército todos os atos de revolta.<sup>108</sup>

Apesar das revoltas militares ocorridas nos anos iniciais da década de 1920, deve-se ressaltar que elas não devem ser elencadas como “o” marco para as mudanças na política do Exército. Elas ocorrem *apesar* das mudanças já iniciadas no interior da instituição, como por exemplo, a *Missão Indígena*, que tinha por marca a imposição de um ensino mais pautado na disciplina, predominantemente mais voltado à prática em detrimento da teoria, ou mesmo de outras remodelações operadas na instituição militar. Afinal, revoltas militares não foram exatamente episódios raros durante a Primeira República brasileira. Basta

<sup>104</sup> Em um jornal, a lide apresenta o assunto logo abaixo da manchete, destacando de forma sucinta o essencial da matéria.

<sup>105</sup> Jornal *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1921. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\_1921\_08257.pdf. Acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>106</sup> Os levantes tiveram adesão de alguns alunos da Escola Militar, de militares do Forte de Copacabana e da Guarnição Federal do Mato Grosso.

<sup>107</sup> Sobre a participação de Otávio Correia, ver: LICKS, Afonso. **Octavio, o civil entre os 18 do Forte de Copacabana**. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2016.

<sup>108</sup> FILHO, Ivan Alves. **Brasil, 500 anos em documentos**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p, 383.

recordar aqui que durante a Revolta da Vacina, a tentativa de golpe perpetrada por militares resultaria no fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, encerrando um ciclo de formação militar.<sup>109</sup>

Sem dúvidas, o corpo de eventos denominado tenentismo ajudou a configurar as novidades na formação do militar ingressante nas Forças Armadas, incluindo aí, Severino Sombra de Albuquerque. Mas, não é intenção deste trabalho transformar o evento no marco histórico imponderável na história do Exército, tampouco na história de Severino Sombra.

Um bom indicador de que o fenômeno do que se denominou como tenentismo aconteceu apesar das mudanças já implementadas pode ser visto na análise de Fernando Rodrigues que, apresentou em seu livro, uma lista de oito tenentes envolvidos nos levantes de 1922 que estariam ligados diretamente à Missão Indígena, presente na Escola Militar com instrutores do médio oficialato do Exército, entre os anos de 1919 e 1922. Sobre a reação do Comando do Exército, o historiador destacou que todos os alunos envolvidos na revolta foram expulsos, cerca de 647 alunos, além do afastamento do comandante da Escola.<sup>110</sup>

Não se trata também de negar a importância das revoltas ocorridas nos primeiros anos da década de 1920, que podem também ser observadas em várias outras fontes. No relatório enviado em 1924 pelo Ministério da Guerra ao presidente da República, por exemplo, há referência a 42 decretos baixados por esse ministério.<sup>111</sup> Desse total, cinco referem-se à abertura de crédito extraordinário para resolver os problemas ocasionados pela sedição em São Paulo. Além disso, o mesmo relatório traz nove decretos sobre mudanças diretas na política de ensino militar. Apesar de somados, esses decretos corresponderem a 7% do total de 42 decretos assinados pela pasta, os pedidos de abertura de crédito, quase em sua totalidade, são justificados pelos movimentos de 1924. Logo, não cabe olhar para a década de 1920 como um marco ou mesmo endossar a ideia de que o período seja de fato aquele intermediário entre o passado do Brasil e suas possibilidades de futuro, mas tentar apreendê-lo dentro de sua própria historicidade. A noção de que os *tenentes* são parte do jogo de um momento de “transição” para a modernidade – e, nesse ponto, toda a construção da contextualização sobre o período parece presa ao campo das representações dos discursos políticos – faz escapar da análise seu próprio objeto em seu próprio tempo. Cientes da atenção, tanto no orçamento extraordinário como na mudança nas políticas de ensino, cabe a nós, portanto, verificar de que maneira esses fatos impactaram a principal instituição de ensino militar do período analisado.

---

<sup>109</sup> Ver: CASTRO, Celso. **Exército e Nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

<sup>110</sup> RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis: Instituição, Pensamento Político e Formação Profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010. p 104.

<sup>111</sup> Relatório ministerial disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950\\_1924\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1924_00001.pdf). Acesso em: 30 jan. 2021.

## 2.2 Os anos 1920 – A Escola Militar do Realengo

Como neste trabalho interessa analisar uma trajetória específica - a de Severino Sombra de Albuquerque - a construção da contextualização do período passará pelas instituições que fornecem a base de atuação do sujeito que guia a análise. A saber, suas relações familiares, seu engajamento em grupos religiosos, como a Ação Católica e na Escola Militar onde ingressou com 16 anos de idade, no final da adolescência. Parto da hipótese de que, se há mesmo uma opacidade na relação indivíduo/sociedade que precisa ser tratada com maior desconfiança, essas mesmas instituições são imprescindíveis em uma análise sobre a configuração do Exército na década de 1920, tendo em vista que muitos dos valores fomentados em grupos religiosos tiveram espaço para se desenvolver no interior da instituição através de reuniões organizadas e com a participação dos formandos da Escola Militar.

Para investigar de que maneira uma memória histórica acerca dos anos 1920 foi produzida no interior do Exército, o material utilizado como fonte para análise são os Boletins da Escola Militar do Realengo, selecionados por sua capacidade de apontar a elaboração de discursos políticos no interior da Escola Militar. Dito de outra forma, os boletins da Escola Militar tornam possível o entendimento de como os movimentos ocorridos na década de 1920 – e que ainda não eram denominados de *tenentismo* – foram criados como fato histórico nas comunicações ali expressas cotidianamente e de que forma esse tipo de discurso permite a legitimação de uma mudança no interior da instituição. Nesse sentido, não se busca aqui debater as razões ou os sentidos dos acontecimentos de 1920, mas observar como esses acontecimentos foram narrados nos espaços da Escola Militar, lugar onde estava o sujeito que serve de fio dessa análise.

Os Boletins da Escola Militar do Realengo estão disponíveis para a consulta no Arquivo Histórico do Exército - AHEX. Encadernados em grupos trimestrais, esses boletins eram editados diariamente com informações gerais e muito diversas sobre o cotidiano da escola e de seus alunos: desligamentos, notas de compras, cardápios, trocas de serviço, classificação de aspirantes, prisões e solturas, datas de provas, notas e transcrições de textos do Boletim do Exército. Enfim, tudo o que pudesse se relacionar diretamente com o funcionamento cotidiano da instituição.

Severino Sombra de Albuquerque ingressou aos 16 anos de idade no curso anexo da Escola Militar do Realengo, destinado a preparar os alunos que prestariam o exame de admissão, em 23 de março de 1923. Levado pelas mãos de um tio militar, o major Luís Sombra, Severino Sombra somente deixaria a Escola em janeiro de 1929.

No ano de seu ingresso, duas eram as formas de ingresso na Escola do Realengo. Uma delas era pela transferência de outra escola militar. A segunda via de acesso era por meio de um exame admissional. O ingresso de Severino Sombra no curso da arma da Infantaria se deu pela segunda via, estando o ingressante sujeito ao Regulamento da Escola aprovado pelo Decreto 16394 de 27 de fevereiro de 1924. O Regulamento importa na análise porque há trabalhos que entendem a Escola Militar como um laboratório para a

concretização dos interesses organizacionais e doutrinários do Exército. Portanto, seria importante considerar a estrutura então criada para se alcançar os objetivos propostos pelo Exército.<sup>112</sup>

Esse regulamento demarcava que o corpo de alunos seria composto de uma companhia de infantaria, de um esquadrão de cavalaria, de uma bateria de artilharia e de uma companhia de engenharia, cujos efetivos seriam fixados anualmente pelo ministro da Guerra. Além disso, previa que todos os alunos matriculados na Escola Militar seriam incluídos na unidade de infantaria e nela permaneceriam durante os dois primeiros anos do curso. Somente no terceiro ano os alunos seriam distribuídos definitivamente nas unidades das quatro armas (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia).<sup>113</sup>

Jehovah Motta, militar e ex-aluno da turma de 1925, afirmou que no final de 1922 o ministro da Guerra João Pandiá Calógeras passou a defender uma mudança no programa de ensino da Escola Militar, criticando o caráter estritamente prático da última reforma, realizada em 1921. Sua argumentação passava pela criação de cursos científicos que fornecessem aos oficiais meios de solucionarem problemas ligados à profissão. Essa defesa também estava presente nas falas do ministro que o sucedeu, o general Fernando Setembrino de Carvalho, e resultou na estratégia de colocar a Escola sob a responsabilidade da Missão Militar Francesa. O objetivo era assegurar ao quadro de oficiais uma “homogeneidade intelectual”.<sup>114</sup>

O currículo de 1924, que formou Severino Sombra, está reproduzido nas tabelas abaixo tomando como referência o livro de Jehovah Motta e o Decreto que regulamentou o funcionamento da Escola Militar:<sup>115</sup>

<b>CURSO FUNDAMENTAL</b>
Duração: 2 anos
1º ANO
<b>ENSINO GERAL</b>
1ª Aula: Geometria Analítica – Cálculo Diferencial e Integral.
2ª Aula: Física Experimental. Noções de Meteorologia
3ª Aula: Geometria Descritiva, Perspectiva e Sombra: desenho correspondente.

**Quadro 2:** Ensino Geral ministrado no 1º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do

<sup>112</sup> RODRIGUES, Fernando. op. cit., 2010.

<sup>113</sup> BRASIL. Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924.

<sup>114</sup> MOTTA, Jehovah. **Formação Oficial do Exército:** currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

<sup>115</sup> Optou-se aqui pela reprodução apenas do curso fundamental e de infantaria, realizados por Severino Sombra de Albuquerque. Extraído de MOTTA, Jehovah. **Formação Oficial do Exército:** currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944 . op. cit. p, 267-268.

Realengo (Regulamento de 1924).

CURSO FUNDAMENTAL	
Duração: 2 anos	
1º ANO	
ENSINO MILITAR	
Teórico	Prático
1) Missão do Exército e Missão Social do Oficial	1) Instrução Física
2) Organização do Exército Brasileiro	2) Escola do Soldado, do Grupo e do Pelotão
3) Regulamento da Instrução Física. Noções de Anatomia e Fisiologia.	3) Adestramento para o combate do Grupo e do Pelotão
4) Regulamentos de Exercícios e Combate da Infantaria, de Tiro das Armas Portáteis e, do Serviço em Campanha, de Transmissões e de Organização do Terreno.	4) Instrução Técnica do Tiro: instrução do atirador para o combate
5) Regulamento para Instrução e Serviços Gerais nos Corpos.	5) Serviço em Campanha: Instrução do esclarecedor, sentinelas, patrulha, pequeno posto
6) Topografia: morfologia do terreno e representação na carta.	6) Organização do Terreno
	7) Instrução do Estafeta, Mensageiro, Sinaleiro, Telefonista, Posto de Comando de uma Companhia;
	8) Orientação, Identificação do Terreno: levantamento simples

	9) Equitação
	10) Socorros Médicos de Urgência

**Quadro 3:** Ensino Militar ministrado no 1º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do Realengo (Regulamento de 1924).

<b>CURSO FUNDAMENTAL</b> Duração: 2 anos 2º ANO
<b>ENSINO GERAL</b>
1ª Aula: Mecânica Racional.
2ª Aula: Química.
3ª Aula: Topografia e Desenho Topográfico.
4ª Aula: Noções de Direito. Legislação Militar. Administração Militar.

**Quadro 4:** Ensino Geral ministrado no 2º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do Realengo (Regulamento de 1924).

<b>CURSO FUNDAMENTAL</b> Duração: 2 anos 2º ANO	
<b>ENSINO MILITAR</b>	
Teórico	Prático
1) Noções de Higiene e Profilaxia (em tempo de paz e de guerra)	1) Instrução Física

2) Metralhadora e Petrechos de Acompanhamento da Infantaria e dos Carros de Combate.	2) Instrução da 1ª parte do Regulamento da Infantaria, até o Batalhão
3) Regulamentos de Instrução Física, de Exercícios e Combate de Infantaria, Tiro das Armas Portáteis, Metralhadoras Pesadas, Serviço em Campanha, Organização do Terreno, Transmissões, de Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropa.	3) Adestramento para o combate do Grupo, do Pelotão, da Seção de Metralhadora do Canhão 37 e do Morteiro de Acompanhamento
	4) Combate da Companhia
	5) Instrução Técnica do Tiro: instrução do atirador para o combate
	6) Serviço em Campanha
	7) Agentes de Transmissão, Radiotelegrafistas, Posto de Comando de um Batalhão
	8) Organização do Terreno, Pontos de Apoio, Centros de Resistência
	9) Topografia: esboços planimétricos
	10) Redação de Ordens
	11) Esgrima
	12) Equitação

**Quadro 5:** Ensino Militar ministrado no 2º ano do Curso Fundamental da Escola Militar do Realengo (Regulamento de 1924).

CURSO DAS ARMAS	
Duração: 1 ano	
CURSO DE INFANTARIA	
ENSINO MILITAR TEÓRICO	ENSINO MILITAR TEÓRICO PRÁTICO
1ª Aula: Balística Interna e Externa.	1) Revisão e Desenvolvimento da Instrução Anterior da Arma.
2ª Aula: Tática de Infantaria.	2) Exercícios Táticos na Carta e no Terreno.
3ª Aula: Noções de Fortificação Permanente. Síntese Histórica da Fortificação.	3) Instrução Física Militar.
4ª Aula: Aplicações Gerais da Física, da Química e da Mecânica à Técnica Militar.	4) Esgrima.
5ª Aula: Tática Geral e História Militar.	5) Equitação.

**Quadro 6:** Curso da Arma de Infantaria ministrado no 3º ano da Escola Militar do Realengo (Regulamento de 1924).

O Decreto 16.394 de 27 de fevereiro de 1924, que regulamentou o funcionamento da Escola Militar, determinou a duração do curso fundamental em dois anos e o curso das Armas em apenas um ano. Sendo que todos os alunos matriculados na Escola estavam automaticamente incluídos na unidade de infantaria e ali permaneceriam durante o curso fundamental. Essa unidade seria a base para as demais armas.<sup>116</sup>

A única diferença entre a apresentação do curso feita por Jehovah Motta e o texto do Regulamento publicado no decreto é que Motta supriu a palavra “estudo” dos títulos das aulas teóricas. Nesse caso, o texto tal como aprovado fala em “Estudo da missão do Exército, estudo do regulamento”, e assim por diante. Frank MacCann afirma que, antes da contratação da Missão Militar Francesa, predominava no ensino militar as ciências humanas e ensinamentos teóricos. As disciplinas de cunho prático, segundo ele, não faziam uso de manobras, produzindo, portanto, “escritores, burocratas e políticos, mas não

---

<sup>116</sup> Decreto 16.394, de 27 de fevereiro de 1924.

comandantes de campanha competentes”.<sup>117</sup> É importante perceber no currículo acima que houve uma preocupação em atrelar teoria à prática. Nesse currículo, há instruções e exercícios táticos, e os temas ligados à formação humana, como a História Militar, passaram a ser também atrelados às aulas táticas, já no curso das Armas.

O objetivo dessa mudança era formar o oficial do Exército para uma atuação na política, de modo que a hierarquia fosse mantida, uma política de dimensões nacionais, onde a instituição atuaria como bloco.

Já nas disciplinas do curso fundamental que estariam no bojo das humanidades, como as “noções de direito”, “legislação militar”, “administração militar”, o regulamento direcionava o trabalho do professor para as seguintes lições: noções sobre a vida social e as suas normas, noções e fundamentos do direito e sua divisão. Noção do Estado; organização constitucional do Brasil. Noção sobre os três poderes constitucionais, sobre o estatuto político do nacional e do estrangeiro, sobre as garantias constitucionais e restrições à liberdade do individuo, do comércio e da propriedade de particular, quer pelo direito público, quer privado; tratados e convenções assinados pelo Brasil e em vigor, concernentes à guerra terrestre e marítima. O professor teria também que explicar as leis e regulamentos de recrutamento da tropa e dos quadros, de organização do alto comando, de promoção, de reforma e montepio, além do Código de Justiça Militar; os direitos dos oficiais e praças relativamente à percepção de vencimentos, etapas e outras vantagens. O Regulamento é incisivo ao dizer ao professor como aplicar o currículo no que tange a essas disciplinas: “Dissertará sobre as necessidades da vida militar e os meios de satisfazê-las”.<sup>118</sup>

A História Militar ganharia um espaço ampliado na década seguinte, Severino Sombra e outros oficiais se esmerariam em fazer da História Militar um campo de luta no que se refere à construção de uma política do Exército. Esse tema e a participação de Severino Sombra na construção de uma “homogeneidade intelectual” entre os oficiais serão abordados no próximo capítulo.<sup>119</sup>

Os currículos anteriores ao de 1924 trabalhavam com a História Militar apenas no primeiro ano, ainda no curso fundamental. O de 1913 trabalhou com a disciplina *Organização dos Exércitos – Tática e Estratégia (noções) – História Militar*. Já no regulamento de 1918, a disciplina também aparecia no primeiro ano do curso fundamental, agora, nomeada como *História Militar do Brasil – Organização do Exército. Organização das Armas e suas táticas*. No ano de 1919, não há qualquer menção à palavra História, que

---

<sup>117</sup> McCANN, Frank. **Soldados da pátria:** história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 41.

<sup>118</sup> Decreto 16.394, de 27 de fevereiro de 1924.

<sup>119</sup> Jehovah Motta afirma que o regulamento da Escola Militar aprovado em 1924 foi uma tentativa de retomar a ordem quebrada pelo movimento ocorrido em julho de 1922. Ver: MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército:** currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p 265.

Ver também: CAPELLA, Leila Maria. **As malhas de aço no tecido social:** a revista Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, 1985. p 84.

só retornaria, como pode se ver no quadro reproduzido acima, no currículo de 1924.<sup>120</sup>

O ingresso de Severino Sombra na Escola Militar em 1923, estava sujeito a esse Regulamento aprovado no ano seguinte por meio de Decreto oficial. Nas leituras realizadas no Boletim da Escola Militar, o primeiro contato com o nome de Severino Sombra de Albuquerque se deu através da sua descrição física em sua verificação de praça em março de 1923. Na ocasião, ele recebeu o número de matrícula 475 (numeração que passou a ser usada como guia durante a leitura da fonte). Todos os alunos matriculados recebiam um número de matrícula que aparentemente segue apenas a ordem crescente no número de matrículas efetuadas e eram apresentados enfatizando dados como naturalização, filiação e aspectos fisionômicos. Era condição essencial à matrícula na Escola Militar que os alunos tivessem alguns requisitos: ser brasileiro nato, solteiro, ter mais de 16 anos e menos de 22 e ter boa conduta atestada pelo delegado do distrito onde residia. Severino Sombra foi descrito da seguinte forma: filho de Liberalino de Albuquerque, nascido em 08 de junho de 1907, natural do Ceará, solteiro, com 1,63 de altura, imberbe, cor branca, rosto oval, cabelos castanhos e crespos, olhos castanhos, boca regular e nariz reto.

Apesar da descrição fenotípica relatada acima, ela não era, ao menos no Regulamento oficial, capaz de impedir o ingresso de alunos na Escola. Fernando Rodrigues destacou que foi na década de 1930 que o Exército ampliou os critérios dessa descrição, visando obter um controle maior sobre a construção de um padrão social dos futuros oficiais. Esses critérios foram utilizados principalmente no auge do período que Rodrigo Patto Sá Motta chamou de primeira “grande onda anticomunista”, cujos marcos correspondem ao período entre os anos de 1935 a 1937, embora a “onda” tenha sido sentida já em 1934. Foi a partir desse ano que a temperatura política começou a subir com todo o quadro mundial opondo fascismo e comunismo e, no caso específico do Brasil, com a eclosão de uma série de greves nas principais capitais entre abril e dezembro de 1934 envolvendo as mais diversas categorias: ferroviários, marítimos, padeiros, bancários, transportes, cartórios etc. Essa eclosão de greves fazia transparecer, aos olhos dos dirigentes do país, o crescimento da influência comunista.<sup>121</sup>

O intervalo de tempo transcorrido entre o primeiro movimento tenentista, em 1922, e o ingresso de Severino Sombra na Escola Militar foi de pouco mais de 8 meses. A Escola Militar encontrada pelo jovem Severino estava, por esse motivo, esvaziada. Mais de 600 alunos haviam sido expulsos após a revolta de 1922. Conforme vimos, Severino Sombra afirmou em entrevista ao CPDOC em 1982 que, ao chegar na escola, no início de 1923, a instituição contava com apenas 16 alunos. No entanto, o Relatório do Ministério da Guerra para o ano de 1922, sugere um número um muito maior. Segundo esse relatório, a Escola possuía no ano de 1922, 666 alunos matriculados e, após os acontecimentos de julho, 584

---

<sup>120</sup> MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército:** currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Op. cit. p. 244, 261.

<sup>121</sup> AHEX. **Boletim da Escola Militar.** Nº 70, 23 de março de 1923, p. 185. Sobre as “ondas anticomunistas” ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o “Perigo Vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

Sobre a construção de padrões na seleção de oficiais do Exército Brasileiro, ver: RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis:** Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Op. cit. p. 157.

foram desligados. Outros 32 alunos foram desligados por outros motivos não relacionados ao movimento tenentista e 2 alunos morreram. O que resulta em um total de 48 alunos, o triplo do número mencionado por Severino Sombra em entrevista ao CPDOC.<sup>122</sup>

A turma do aspirante a oficial de Severino Sombra foi a primeira a ser batizada com o nome de um patrono, seguindo os caminhos das tradições militares francesas, onde a identificação das turmas não se dava apenas pelo ano de formatura, mas também pela denominação de um patrono. O objetivo do aporte dessa tradição era fornecer aos alunos uma espécie de figura modelo e, para a turma ingressante em 1923, o modelo escolhido foi a figura do duque de Caxias.<sup>123</sup>

Para o antropólogo Celso Castro, o objetivo pretendido com a instituição de um patrono para a turma de 1923 estava no campo simbólico e responderia à necessidade de afirmação de valores da legalidade e do afastamento da política para o bem da unidade do Exército, fragmentada após os acontecimentos de 1922. Nesse sentido, Castro destacou que a figura de Caxias – apagada toda sua atuação política no período imperial – funcionou como uma espécie de “antídoto” para impedir a indisciplina e a politização dos militares.<sup>124</sup>

O Aviso Ministerial nº 480 de 22 de setembro de 1923 foi transcritto no Boletim da Escola no dia seguinte e fornece indícios de como essa construção simbólica teve espaço no cotidiano da Escola Militar. No Aviso, lê-o o seguinte:

O Sr. Ministro declara que os corpos de tropa e destacamentos especiais que formaram na solenidade com que a 25 de agosto último o Exército rendeu à memória do glorioso Duque de Caxias a homenagem da sua veneração, são credores dos mais fracos elogios pela prova inequívoca de instrução e disciplina que foi a maneira brilhante por que se houve a tropa nessa formatura, devendo ser, por isso mesmo, elogiados, nominalmente, os respectivos oficiais e praças.<sup>125</sup>

O ministro em questão era o general Setembrino de Carvalho e os valores que se passaram a exaltar após os eventos de 1922 estavam sempre nos boletins da Escola quando Severino Sombra lá estudava. No documento nº 223 de 27 de setembro de 1923, o elogio à bandeira trouxe um texto que enuncia de que forma esses valores foram trabalhados:

Hoje, já há mais de meio caminho andado da jornada de um ano de trabalhos escolares e realiza-se, só agora, o compromisso dos novos alunos que, espontaneamente, aportaram a essa escola para se adestrarem física e cicamente na arte de serem soldados – desenvoltura física, que lhes permitia armazenarem a soma de energias de que a vida militar exige tão largos dispêndios da vida – contextura cívica – que não os deixe sozobrar nas tempestades da vida, criadas pela amplitude da liberdade

<sup>122</sup> Relatório do Ministro da Guerra, General Fernando Setembrino de Carvalho, 1922.

<sup>123</sup> Sobre a invenção dessa tradição no Exército Brasileiro ver: CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. Ver também: SOUZA, Adriana Barreto de. “Introdução: o duque-monumento”. In: **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp 27-44.

<sup>124</sup> CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Op. cit. p. 20.

<sup>125</sup> Aviso Ministerial nº 480 de 22 de setembro de 1923.

que tantos espíritos são pródigos em forçar para que melhor possam agir as suas ambições pessoais e se deleite seu comodismo individual.

Todos aqui incluídos, espontaneamente já vividos em seis meses nesta disciplina escolar que tanto difere na concepção moderna da vida como é tida em geral (...) a conversão completa será obra do tempo, quando se espelhar no caráter de cada um o sentimento cívico que lhes fora vinculado por seus professores e instrutores, pois desnecessário se torna encarecer, na época atual, a primazia que deve assistir ao ensinamento cívico (...) O homem vive da faculdade de pensar e de sentir e o sentimento patriótico não se analisa; não se lhe faz síntese, nem análise; conhece-se, admira-se e repeita-se.

Alguns temas se sobressaem nesse juramento ao símbolo nacional. No trecho selecionado acima, o caráter espontâneo do ingresso na Escola é destacado, o que também ocorre em outros trechos não transcritos aqui. Isso pode indicar que o simples desejo dessa submissão à disciplina já faria dos alunos da Escola pessoas distintas daquelas inseridas na “concepção moderna da vida como tida em geral”. No entanto, a “conversão” – para manter o vocabulário da fonte – somente viria com o trabalho pedagógico dos professores ao longo dos trabalhos na Escola. O que se quer estabelecer não é uma habilidade profissional, mas um “sentimento”. Um sentimento que, por essa condição, não estaria sujeito a qualquer julgamento. É possível que o tema da liberdade no trecho acima faça alusão aos acontecimentos de 1922. Ao abordar o tema da liberdade, há duas operações possíveis de serem identificadas. Da primeira, pode-se extrair a instrução de que não é aconselhável *forçar* a ampliação da liberdade. Já a segunda operação é a de julgar aqueles que forçam essa ampliação, atribuindo-lhes um caráter movido por ambições pessoais, tão opostas ao civismo que se espera espelhar pedagogicamente pela Escola.

A preocupação com qualquer tema que não alimentasse o civismo que se esperava construir nos alunos da Escola Militar era tão presente no cotidiano da Escola que no Boletim da Escola em 20 de agosto de 1924, após a segunda revolta tenentista, pede-se o desligamento de alguns alunos em uma solução de inquérito transcrita no Boletim de nº 194. Nessa solução de inquérito, nove alunos foram acusados de contrariar as disposições regulamentares que proibiam conversas no interior dos alojamentos após o toque de silêncio, às 22 horas. Os alunos listados não só teriam ignorado ao toque como formaram grupos para conversar sobre política. O teor político da conversa agravaría a situação, pois tratava-se de uma transgressão da ordem dada pelo comando da Escola, que proibiu aos alunos de se agruparem para tratar “dos delituosos fatos de perturbação da ordem pública”. Respaldado no regulamento da Escola Militar (considerando a primeira parte do nº 5 do art. 62), o texto termina por pedir o desligamento dos alunos.

Na página seguinte, o Boletim trazia a convocação para uma comemoração em memória do general duque de Caxias, que seria realizada no dia 25 de agosto – data do aniversário natalício do general – no Largo do Machado. A homenagem, “Festa de Caxias” contaria com a formação de uma companhia de Guerra e da Escola. Sua ocorrência anual, que foi instituída pelo ministro da Guerra Fernando Setembrino de Carvalho por meio de Aviso no ano de 1923, ganharia mais difusão por meio da imprensa nos anos seguintes,

principalmente a partir do ano de 1925, quando seria a efeméride escolhida, por sugestão do comandante da 1ª Região Militar para as comemorações do “Dia do Soldado”.<sup>126</sup> Essas homenagens serão exploradas mais adiante quando tratarmos da forte presença da Ação Católica na Escola Militar nos anos 1920.

Meses antes, o boletim diário número 165, que circulou na Escola Militar em 17 de julho de 1924, imediatamente após o segundo movimento tenentista, trazia uma circular que nomeava aqueles eventos como “movimento sedicioso”. O texto era, na verdade, uma transcrição da circular do Ministério da Guerra de 14 de julho do mesmo ano. A justificativa para a transcrição pautava-se na crença de que o texto trazia importantes lições de civismo e dever militar, além de expressar “perfeitamente o sentimento geral do Exército”. O documento, endereçado ao comandante da Escola Militar, informava que o movimento ocorrido em São Paulo envolvera oficiais que cometiam um crime de traição à pátria ao esquecerem seus deveres. No texto, o ministro afirmava ainda que o Exército não poderia ser um instrumento dócil nas mãos de aventureiros exploradores dos brios de uma classe, pois, se assim acontecesse, tornar-se-ia mais nocivo do que útil à ordem pública, trazendo sobressalto contínuo aos homens laboriosos, responsáveis por construir a grandeza do Brasil em todos os ramos da atividade humana.

Não há como afirmar se Severino Sombra de Albuquerque, enquanto aluno dessa escola, lia os avisos ministeriais ou qualquer outro documento transscrito no Boletim da Escola no período posterior aos levantes. Mas, não há dúvidas de que sua atuação nos anos após concluir o curso da Escola Militar se pautará pelo mesmo tipo de discurso. No entanto, veremos mais adiante que, ao mencionar os anos vividos na Escola Militar, ele o fará afirmando que o ambiente da escola era para ele insuportável.

A Escola Militar também seria descrita como um ambiente nada agradável por outro militar, que ingressaria nela quando Severino Sombra estaria saindo. Nelson Werneck Sodré afirmou mais de uma vez em suas memórias, não ter sido feliz na Escola Militar. Mas o que interessa de seu relato é menos a forma como se sentia na Escola, mas as condições da mesma que causavam essa infelicidade. Voltaremos a esse ponto nos parágrafos seguintes.<sup>127</sup>

Durante toda a década de 1920, houve uma preocupação por parte do Exército em encontrar os meios para se produzir o oficial ideal e a educação oferecida nas escolas seria chave para a disciplina que se queria formar. A Escola Militar do Realengo seria o viveiro da oficialidade, sendo, portanto, natural que ali se concentrasse parte dos esforços para se obter a tão desejada homogeneidade. Dali sairiam os oficiais subalternos até o ingresso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), quando já promovidos ao posto de capitão.<sup>128</sup>

Nelson Werneck Sodré afirmou em suas memórias que sua passagem pela Escola

---

<sup>126</sup> **A Noite**, 15.08.1925, p. 3.

<sup>127</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

<sup>128</sup> McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1997*. op cit. p. 314.

A reforma do ensino militar e a chegada da Missão Militar Francesa na Escola Militar do Realengo na década de 1920 colocaram como ponto de partida a necessidade do aperfeiçoamento dos oficiais no decorrer da carreira e não mais em uma única instituição de ensino.

Militar se dera em um momento de grandes transformações e que conhecia o que estava sendo abandonado através dos relatos de colegas que viveram a experiência do local antes dele. Diferente da turma em que ingressou o cadete Severino Sombra, as turmas no ano em que Werneck Sodré ingressou, eram formadas por mais de quatrocentos e cinquenta cadetes e que por instrução do comando, somente a metade desse número chegaria ao segundo ano. O ensino, segundo ele, era precário. A causa da precariedade estaria no fato de não ser possível um professor ensinar com eficiência a um número tão grande de alunos. Ao descrever o espaço físico, ele assinalou que:

A edificação era velha, mas não antiga: compreendia longo retângulo fechado, dividido, internamente, por pavilhões. Formavam-se assim, três pátios internos: o primeiro, o da frente, era cercado pelo pavilhão de comando e administração, salas de aula e, ao fundo, o pavilhão de biblioteca e cinema; o segundo era cercado por pavilhões de alojamentos; o terceiro, por pavilhões de alojamentos, de um lado, o rancho e o cassino, de outro, e, ao fundo, o pavilhão da enfermaria.

No primeiro pátio, realizava a parada geral diária, nele circulávamos para chegar às salas de aula ou ir ao pavilhão de comando e administração, ou para sair, no Corpo da Guarda. No segundo, cercado apenas de alojamentos e banheiros, permanecíamos pouco. No terceiro, onde havia uma quadra de bola ao cesto e aparelhos de educação física, os apreciadores de exercícios se esmeravam em desenvolver os músculos, outros preferiam os salões de cassino para ler ou estudar, muitos ficavam na conversa, em grupos, após as refeições. A Escola era assim, um espaço cercado de edifícios; [...] Tudo contribuía para um aspecto de penitenciária.<sup>129</sup>

Frank MacCann também forneceu uma descrição do ambiente da escola. Distante 24 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, com acesso facilitado pelo ramal de trem de Santa Cruz, ela contava com oito alojamentos de um só pavimento. Cada um desses alojamentos tinha a capacidade de abrigar até 75 alunos. As camas eram estreitas, com colchões duros e finos e contavam com um baú onde os alunos poderiam guardar seus pertences. No refeitório, cada mesa suportava até 8 homens. McCann afirma que a escola não tinha um espaço adequado para estudos, que mais parecia um “vasto quartel”.

Apesar da descrição de MacCann e mesmo da de Jehovah Motta trazerem um foco muito interessado nos aspectos disciplinares do espaço da escola, vale aqui registrar que os Boletins da Escola Militar do Realengo trazem registros muito ricos sobre o comportamento dos alunos no cotidiano da escola. Não são raros os casos de baixa por “incapacidade moral”, que na maioria das vezes vem acompanhado dos adjetivos “ébrio contumaz”. Repreensões por comportamentos inesperados também eram comuns, como, por exemplo, não responder ou responder de modo inconveniente ao sargento do dia, usar

---

<sup>129</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. pp. 59-60.

janelas e não as portas para transitar pelos espaços da escola, ou agredir colegas. Todas as punições, que poderiam variar de repreensões a detenções, encontravam respaldo no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), registro que prescreve tudo quanto se relaciona com a vida interna e com os serviços gerais das unidades consideradas corpos de tropa, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício dos cargos e das funções de seus integrantes, e que vale a pena ser analisado com atenção em pesquisas futuras. Aos olhos de um leitor distante no tempo, as citações ao RISG pode sugerir que houvesse uma assimetria nas punições, uma vez que uma algazarra na formatura para o jantar poderia resultar numa detenção mais longa que uma agressão a um colega.

Seria, portanto, interessante verificar de que forma esse “viveiro da oficialidade”, para usar as palavras de McCann, usou e operacionalizou valores para a construção dessa oficialidade que se pretendia homogênea. Nesse sentido, valeria recorrer ao RISG com o intuito de dissipar a impressão, por certo anacrônica, de que as punições aplicadas no espaço escolar não seriam exatamente assimétricas, mas poderiam, ainda hipoteticamente, responder a uma lógica de educação disciplinar que dava importância a determinados valores em detrimento de outros.

Os registros no Boletim da escola sugerem que o aspirante Severino Sombra de Albuquerque foi um aluno limitado nos estudos. Foi reprovado em mais de uma situação. Álgebra e geometria descritiva não pareciam contar entre suas matérias diletas. A maioria dos registros no Boletim se refere à baixas no hospital. Pode-se supor também que se tratava de um aluno pouco faltoso, pois há pouquíssimas anotações referentes à faltas. Porém, quando cruzadas as informações do Boletim com a narrativa de si elaborada em entrevistas anos depois, o que se percebe é um aluno muitíssimo empenhado em colaborar com essa política institucional que demandava um discurso de homogeneização do oficial militar.

Partindo do pressuposto de que homogeneizar é um movimento importante para impedir a decantação de elementos constituintes de um bom oficial, uma hipótese que vale a pena confirmar é a de que uma moral – e também uma política – cristã, especialmente católica, fizesse parte da mistura, parte daquilo que formaria o futuro oficial militar nesse contexto.

### **2.3. Catolicismo e ação nos anos 1920**

O papel da Igreja, bem como de suas relações com o Estado e com a sociedade civil, também teve o seu desenrolar narrado na historiografia usando fixações e marcações de forma naturalizada, partindo do período colonial, como se a origem das relações entre a Igreja e a sociedade brasileira, por si só, explicasse as continuidades. Derni Azevedo, ao analisar em um artigo os componentes políticos da atuação da Igreja Católica no Brasil, afirmou que o interesse no tema no campo das Ciências Sociais sempre foi muito presente. Em um breve levantamento, pode-se vislumbrar que a robusta maioria das pesquisas que

se debruçaram sobre o Brasil contemporâneo tiveram um interesse especialmente voltado para as questões que perpassavam a legitimação – ou a deslegitimação - da ordem autoritária.<sup>130</sup>

Azevedo postulou que a legitimidade religiosa e política da Igreja no Brasil pode ser acompanhada a partir da História, sendo o Segundo Reinado um marco no que diz respeito à romanização do Catolicismo, que incluiria três fases: a da reforma católica, a da reorganização eclesiástica e a da restauração católica. A última fase seria a que abrange a periodização deste capítulo. Iniciada nos anos 1920, mais especificamente em 1922, a Igreja optou por uma atuação na arena política, colaborando expressivamente com o Estado na garantia do *status quo*. É nesse contexto que alguns intelectuais católicos unem esforços para a criação de algumas instituições, como o Centro Dom Vital e a Liga Eleitoral Católica (criada nos anos iniciais da década de 1930).<sup>131</sup>

O Centro Dom Vital foi uma das instituições presentes nas análises historiográficas que se debruçaram sobre a relação da Igreja com o anticomunismo, principalmente naquelas que se dedicam a pensar a década de 1930, marco cronológico da segunda grande onda anticomunista. Em parte dessa literatura, não há discordância em apontar o Centro Dom Vital e as instituições que surgiram a partir dele, como resultado de uma pressão da Igreja sobre formas liberais e esquerdizantes.<sup>132</sup>

Uma das hipóteses desse capítulo é a de que essas instituições do laicato católico tiveram uma influência considerável na formação dos oficiais brasileiros na década de 1920 e se manteria nos anos posteriores. Por esse motivo, nessa parte específica, será preciso flexibilizarmos a periodização aqui delimitada. A dificuldade do acesso às fontes, muito prejudicado por conta do contexto da pandemia, impôs novos rumos. Nessa parte específica, os jornais e revistas permitiram que acompanhssemos as incursões de Severino Sombra nas instituições de renovação católica e também as relações do Exército com essas instituições.

Formado desde a infância no catolicismo por influência de sua tia, Maria Corrêa Sombra, carinhosamente chamada de tia Maroca, Severino Sombra iniciou seus estudos compondo a primeira turma do colégio Sagrado Coração dos irmãos maristas. E, de acordo com Severino Sombra, foi ainda na década de 1920 que se sentiu atraído pela ação católica.<sup>133</sup> Na entrevista ao CPDOC, em 1982, ele afirmou ter sido nesse momento que se criou a *União Católica do Exército* e reivindicou para si a criação do núcleo da União Católica do Exército na Escola Militar do Realengo, quando cursava o 3º ano da escola. Afirmou também ter sido convidado para ser um dos fundadores da Academia Mariana de Letras enquanto ainda era cadete, no final da década de 1920. Em 1928, Severino Sombra foi eleito presidente da Conferência Vicentina de São Maurício, grupo que reunia cadetes católicos com a finalidade de levar o evangelho aos companheiros de armas. Aos 21 anos, presidiu a União Católica dos Militares.

<sup>130</sup> AZEVEDO, Derni. “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil”. *Estudos Avançados*. 52, 2004.

<sup>131</sup> Idem., p. 4.

<sup>132</sup> Apud Carone, op. cit.

<sup>133</sup> A Ação Católica só seria criada em 1935, possivelmente, Severino Sombra se refere à participação em qualquer atividade de cunho religioso.

A Revista Excelsior, uma publicação mensal que circulava no Rio de Janeiro, publicou em 1944 uma narrativa do episódio que teria sido o estopim para a criação da União Católica dos Militares nos anos 1920. No texto, assinado pelo general Raul Silveira de Mello, a procissão eucarística ocorrida em comemoração ao centenário da Independência, em 1922, teria ocorrido para o advento da União Católica Militar (coincidentemente, o evento ocorreu após o primeiro episódio tenentista). Na ocasião, seis cavalos atrelados à carroagem que fazia o transporte do bispo Dom Benedito de Sousa com o ostensório, exaltaram-se e se lançaram numa carreira em meio à multidão que acompanhava o desfile que saiu da Matriz da Glória, no Largo do Machado, em direção ao cais na Praça Mauá. Como os cocheiros não conseguiram conter os cavalos e o pânico já começava a tomar conta da solenidade, doze oficiais fardados propuseram desatrelar os cavalos e puxaram eles mesmos o carro. Na descrição dos jovens oficiais, o general ressaltou que aqueles 12 oficiais eram na sua maioria moços e participantes de uma “nova corrente de ideias militares”. O diálogo no qual se deu a proposta heroica foi narrado pelo general da seguinte forma:

[...] o tenente Eduardo acercou-se do automóvel e falou:

- Os cavalos estão alucinados. Só há um recurso para afastar o perigo iminente. V. Excia permite? É desatrelar os animais e nós mesmos, os oficiais, fazermos a tração do carro.

D. Leme, homem sereno e judicioso, objetou:

- Mas eu não sei se os oficiais, tão ciosos de seus uniformes, quererão dar-se a esse ato de tamanho desprendimento. Além disso, como os Chefes militares julgariam essa atitude?

- Excia – atalhou o ardoroso tenente, - aqui no Rio, em pleno centro da cidade, os acadêmicos certa vez puxaram o carro de uma atriz....e essa atriz era estrangeira.

- Pois, então, meu filho, - concluiu S. Excia., - eu abençoo aqueles que quiseram prestar essa homenagem a Deus Nossa Senhor.<sup>134</sup>

A impressão é a de que os militares aqui retratados estariam em uma posição de superioridade em relação aos demais e, por isso, substituir os cavalos poderia ser um ato humilhante, o que também aumenta o valor do gesto rememorado como um heroísmo cristão.

É importante destacar também que há momentos na história escrita pelo general em que o foco narrativo está em primeira pessoa, o que indica ser ele mesmo uma pessoa incluída no discurso narrado. Há trechos onde ele recorda ter oferecido a posição dianteira do tirante-guia a um capitão-de Mar-e-Guerra, afirmando que somente depois teve conhecimento do nome do seu interlocutor no episódio, o Cmt. Amancio dos Santos. Ainda segundo suas reminiscências, a seu lado, como guia esquerdo, puxava o cel. Augusto Eduardo da Silva. Ele lista outros nomes de militares antes de passar a um embate importante: a competição que teria ocorrido entre “paisanos graduados” e os militares sobre

---

<sup>134</sup> SILVEIRA DE MELLO, “Os militares na procissão eucarística de 1922”, **Revista Excelsior**, Rio de Janeiro: Dezembro de 1944. p, 28.

quem deveria puxar o carro. O general retoma o discurso que pende para a superioridade militar, relembrando que durante a querela:

Nenhum militar, porém, cedeu seu posto. Houve insistência dos civis; o Dr. Baltazar da Silveira e o Dr. Plácido de Melo chegaram a protestar contra o monopólio que os militares se arrogavam àqueles lugares de honra. Um dos oficiais retrucou:

- Não é monopólio. É precedência. A paisana, como estais, no seio desta multidão, ninguém individualiza os vossos títulos, sois expressões anônimas, lugares-comuns. Quanto a nós, que envergamos farda, o povo contempla, não as nossas pessoas, mas as Forças Armadas da nação fazendo a escolta de honra ao Deus dos Exércitos. Fica-nos bem a nós e a vós lugares que ocupamos: Nós luzindo em nossos uniformes as galas da Pátria; vós aplaudindo e vivendo, fazendo os solos e motes para o povo em exaltação do Rei dos reis.

E os civis, alcançando ou não os motivos daquele raciocínio, mas não querendo ceder no louvável propósito de formarem uma componente energética daquele paralelograma de foças, foram forcejar nos cubos das rodas, e no recavem do carro, dando assim um exemplo típico de que as grandes causas devem ser acionadas pelo esforço coletivo, cabendo a frente – esforço homogêneo – aos mais qualificados [...].<sup>135</sup>

Como se vê, havia a noção de que os militares estariam em posição de precedência na condução – que pode ser lida aqui como ultrapassando a literalidade da condução de carros. Tratava-se de conduzir a Pátria, representada na farda que uniformiza, nas honras prestadas ao Deus cristão católico. Esse conflito teria sido, segundo o general Silveira de Mello, a estaca zero para que se engendrasse a ideia de uma união de classe que visasse a assistência religiosa aos homens de farda: a União Católica dos Militares. Ainda rememorando as décadas passadas, o general pontuou o momento passado como sendo o período onde se deu uma grande “renovação militar”, citando a Missão Francesa como a grande responsável pelos melhores anos do magistério na Escola Militar sob a chefia do general Maurice Gamelin e colocando a Escola de Estado Maior, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola dos sargentos de Infantaria como instituições responsáveis pelo ressurgimento “de nossa velha organização militar”.<sup>136</sup>

A União Católica dos Militares estava sempre representada em encontros de Congregações Católicas. Seu rastro pode ser facilmente encontrado em inaugurações de sedes ou mesmo na organização das missas do “Dia do Soldado”.<sup>137</sup> Durante a pesquisa ocorreu um desencontro quanto às datas de quando as missas passaram a ocorrer. O que sabemos é que o Aviso Ministerial de 1923, que institui a “Festa de Caxias,” somente fazia

---

<sup>135</sup> Idem. Ibdem, p. 29.

<sup>136</sup> Idem. Ibdem, p. 28.

<sup>137</sup> O Jornal *A noite* de 04 de Abril de 1939 registrou a presença da União Católica dos Militares na inauguração da sede da Federação das Congregações Marianas. A já citada revista *Excelsior* registra também sua presença na posse de arcebispos. *Revista Excelsior*, Rio de Janeiro: Dezembro de 1944. p. 59.

referência a uma formatura de tropas do Exército, com a presença de destacamentos da Marinha e da brigada policial, no terreno adjacente à sua estátua. É importante frisar que nesse Aviso que instituiu a Festa de Caxias permanentemente não se fez menção, ainda, ao Dia do Soldado. Cabe, portanto, um pequeno reparo nas referências sobre essas duas comemorações. No verbete sobre o dia do Soldado no sítio eletrônico do CPDOC, a informação é a seguinte:

De todo modo, em 25 de agosto de 1923, o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, baixou o Aviso nº 443, em que determinava que, daquele ano em diante, sempre naquela data, ocorreria “uma formatura de tropas do Exército, às quais hão de se reunir destacamentos da Marinha e da Brigada Policial”, em homenagem ao duque de Caxias, tal como ocorria com o almirante Barroso e o general Osório. O Aviso Ministerial nº 366, do mesmo dia, instituiu o Dia do Soldado, a ser comemorado na mesma data, vinculando assim todos os soldados àquele que seria seu guia.<sup>138</sup>

O pequeno reparo necessário diz respeito ao esclarecimento de que o Aviso Ministerial nº 366, que cria o “dia do soldado” e o acopla à “Festa de Caxias” não foi publicado no mesmo dia, mas no dia 11 de agosto de 1925. Ou seja, houve entre os Avisos um intervalo de dois anos para o surgimento das duas comemorações.<sup>139</sup>

O Aviso de 1925 amplia a festividade sem, contudo, fazer qualquer menção à realização de missa. Detalhes da festividade foram publicados no Jornal *A Noite* de 15 de novembro de 1925, e incluía desde a fanfarra na estátua até visitas ao túmulo no cemitério do Catumbi e atividades esportivas no Campo de São Cristóvão.

Severino Sombra foi aluno quando da publicação dos dois Avisos e, apesar de não estar presente na procissão eucarística de 1922, é muito provável que tenha estado no ambiente que fez surgir a União Católica dos Militares, pois, se de fato já havia a ideia de uma união nesse sentido entre os militares, não surpreende o engajamento demonstrado por Severino Sombra durante seus anos na Escola Militar. Ainda que não possamos afirmar com precisão a data em que surgiu a União Católica dos Militares, sabemos que, passados seis anos da procissão de 1922, Severino Sombra presidiu a instituição, quando ainda era aluno da Escola Militar, o que nos permite afirmar que essa união surgiu de fato nos anos 1920.

Pedro Henrique Torres, em tese que analisou o surgimento da União Católica dos Militares em busca de compreender o comportamento político e social da Igreja Católica durante a Primeira República, apresentou as dificuldades de determinar o ano exato do surgimento da UCM devido às variações nas narrativas, mas, situou como possibilidades os anos compreendidos entre 1922-1925. O autor citou uma “aliança católico-militar” em

---

<sup>138</sup> “*Dia do soldado*”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DIA%20DO%20SOLDADO.pdf>

<sup>139</sup> **Aviso Ministerial**, nº 443 de 25 de agosto de 1923.

defesa de uma hegemonia conservadora e essa comunhão entre as duas instituições é visível também na forma como qualifica a sua fonte:<sup>140</sup>

Por meio da imprensa católico-militar conseguiu-se perceber quais foram os militares mais ativos no processo de formação e difusão da UCM ao longo da década de 1920. Cabe destaque, dentre outros, para o coronel Jorge Pinheiro (diretor de *O Centurião*), o coronel Benjamin da Fonseca (redator de *O Centurião*), o tenente Barreto Lins (um dos fundadores da conferência de São Maurício) e o aspirante a oficial Severino Sombra (presidiu a Conferência de São Maurício em 1928, época de publicação do primeiro ano de *O Centurião*, e posteriormente trabalhou para a difusão da UCM no Ceará).<sup>141</sup>

O trecho acima permite que atentemos para os nomes dos militares engajados na criação da UCM e de como a circulação desses militares na Conferência de São Maurício, inserida na Escola Militar do Realengo desde 1917, pode ter sido crucial para a criação desse outro dispositivo religioso dentro da instituição militar.

Não é portanto difícil de explicar o porquê das comemorações oficiais do Exército irem também, aos poucos, alocando-se em espaços católicos. A solenidade da benção das espadas nos novos aspirantes em 1925 ocorreu, por exemplo, na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro.<sup>142</sup> O jornal *A Noite* de 25 de agosto de 1939 informava em sua segunda página que a missa em homenagem a Caxias era rezada anualmente desde 1925, a pedido da União Católica dos Militares. Contudo, não encontrei qualquer outra fonte que pudesse confirmar a realização das missas durante a década de 1920. No ano de 1935, foi publicada no *Jornal do Brasil* uma circular trazendo justificativas para a missa do “Dia do Soldado”, escrita de forma a fazer-nos acreditar que ela seria celebrada a partir desse ano. Como se lê:

A União Católica dos Militares está expedindo a seguinte circular: A União Católica dos Militares, constituída para estimular o culto do Dever entre os camaradas católicos das nossas corporações militares, resolveu instituir mais uma solenidade característica de grande significação cívico-cristã: é a missa comemorativa que se celebrará no “Dia do Soldado” – Dia de Caxias – domingo próximo, às 9 horas e 30 minutos pelos militares brasileiros de todos os tempos.<sup>143</sup>

O que o texto sugere é que a missa passaria a ocorrer a partir da publicação da circular e que não era um evento institucionalizado antes dessa data, já que não aparece em

---

<sup>140</sup> TORRES, Pedro Henrique Lessa . **A cruz e a espada: o surgimento da União Católica Militar e sua atuação político-educacional (1917-1930)**. 2022. 399f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

<sup>141</sup> Idem. p.162.

<sup>142</sup> **A Manhã**, 31.12.1925. p.1

<sup>143</sup> **Jornal do Brasil**, 22.08.1935.

qualquer Aviso ou Regulamento expostos nos Relatórios do Ministério da Guerra da década de 1920.

A Circular trazia oito justificativas para a implementação dessa solenidade. A primeira delas fazia menção ao *dia*. No texto, 25 de agosto era tanto o aniversário de Caxias como o dia de São Luis, rei-soldado, ambos “arquétipos da bravura, da generosidade, do dever militar”.<sup>144</sup> É interessante notarmos que uma simbiose começa a ocorrer entre militares e clérigos/religiosos. Ao mesmo tempo que Caxias passa a ser fortemente retratado como um herói cristão, santos vão ganhando patente e até soldo de militar.

A segunda justificativa apontava para *o local e o templo*, fixando o evento no Convento de Santo Antonio. O porquê dessa escolha pode ser melhor entendido na exposição da terceira justificativa: o referido convento era detentor da imagem de Santo Antonio, que recebeu em 1705 do governador da colônia do Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral, o seu próprio bastão de Comando em reconhecimento da atenção aos incentivos de bravura que seus soldados receberam, no Rio da Prata, ao invocarem o santo. Apesar de os eventos da justificativa serem todos relacionados ao passado colonial, isso não impediu que a quarta razão evocada fosse o que a circular tratava como *imagem patriótica*, rememorando o ataque à cidade do Rio de Janeiro pelos franceses ao mando de Duclerc, em 1710. Diante do ataque, o governador Francisco de Castro Menezes, correndo ao morro de Santo Antonio, arriou a imagem de Santo Antonio, empunhando o bastão de Veiga Cabral, na direção dos muros do convento. Esse fato teria animado aos soldados – homens de fé.

As justificativas de número cinco, seis e sete são bastante curiosas e todas se relacionam com a transformação do santo em soldado, destacando que ainda no século XVIII, a imagem de Santo Antonio recebeu do governador do Rio de Janeiro os galões e o soldo de capitão. Além disso, D. João VI teria promovido a imagem à patente de tenente-coronel, tendo o soldo 80\$090 mensais destinados ao seu culto, quantia recebida pelo convento sem interrupção até 1911. E, finalmente, em 1814, o mesmo soberano conferiu ainda à imagem do Santo, a Grã Cruz de Cristo.

A oitava e última justificativa merece ser aqui exposta por traduzir bem a simbiose Exército/Igreja Católica:

8º - *o altar do Duque de Caxias* – um novo motivo, muito caro ao Exército justifica plenamente a escolha do Convento de Santo Antonio para a realização nesta Capital da missa comemorativa do Dia do Soldado: é o altar portátil do Duque de Caxias, ali depositado e aos pés do qual ele, **cristão de fé robusta**, no dizer do barão da Vila da Barra, costumava assistir em companhia a santa missa e haurir a fortaleza no que se tornou invencível. Essa relíquia depois da morte do herói foi entregue por sua família como precioso legado ao Convento de Santo Antonio. Pois bem, a missa do Dia do soldado será celebrada pela primeira vez sobre esse altar portátil, **o altar de Caxias, ante o qual o grande chefe se [prostrava] durante as campanhas do Sul. Implorando à Virgem**

---

<sup>144</sup> Idem.

**da Conceição, Padroeira do Brasil, as bênçãos dos céus para os seus soldados.**

O Revmo, Guardião do Convento de Santo Antonio, consultado a respeito declarou que o Convento se julga feliz de poder concorrer com o maior júbilo à festa do soldado no dia de Caxias, visto que **Santo Antonio é um verdadeiro soldado brasileiro** e nada mais grato aos frades franciscanos do que poderem proporcionar ali, aos pés da gloriosa imagem, a celebração dos divinos mistérios, sobre o altar relíquia que tantas vezes iluminou com seus círios a barraca do Grande quartel general de Caxias.

O Revdo Guardião aceitou a eleição da Igreja do Convento para perene celebração da missa comemorativa do Dia do Soldado no altar de Caxias e prometeu revestir nesse dia a imagem de Santo Antonio com as suas insígnias honoríficas e o legendário bastão.<sup>145</sup>

Como pode ser visto no documento acima, a circular da União Católica dos Militares se empenha em representar valores lidos como tipicamente militares associados a valores cristãos, entrelaçando fé e arma. Nessa narrativa, o soldado é representado como tendo fé robusta e o santo como um comandante de tropa, para usar suas palavras, “como um verdadeiro soldado brasileiro”, ignorando completamente a origem lisboeta do santo.<sup>146</sup>

O que o general Severino Sombra diz em seus relatos é que teve uma passagem pela diretoria da União Católica dos Militares. A data precisa e a função não foi localizada. O que se sabe é que durante sua passagem pela Escola Militar ele esteve à frente da Conferência Vicentina de São Maurício, que reunia os cadetes católicos. Sua grande influência na atuação católica foi Jackson de Figueiredo, um bacharel em Direito que atuava como professor e escritor em dois importantes jornais do Distrito Federal. Jackson de Figueiredo se converteu ao catolicismo após a leitura da carta pastoral do arcebispo de Olinda e Recife, dom Sebastião Leme, no ano de 1916. Na carta, o arcebispo questionava a ausência dos católicos na regência da vida pública e política, sendo esse o grupo religioso majoritário no país. Dentre suas propostas, estavam o estímulo à catequese das populações rurais e o desenvolvimento da doutrinação em centros urbanos. Em 1921, ano que antecedeu as revoltas tenentistas, Jackson de Figueiredo fundou a revista *A Ordem*, mesmo momento em que dom Leme assumiria a arquidiocese do Rio de Janeiro. Vale destacar que a revista de Jackson de Figueiredo se colocou na defesa da autoridade do governo durante os momentos de crise do governo de Epitácio Pessoa.<sup>147</sup>

Outra figura muito citada na atuação católica foi a de Raimundo Farias Brito, escritor e filósofo, cuja trajetória se cruzara com a de Jackson de Figueiredo por diferentes caminhos. Além de todo o contato intelectual entre os dois, Jackson de Figueiredo casou-se com a cunhada de Raimundo de Farias, Laura Alves, em 1916.

É muito importante notar que a presença da Igreja entre os militares que estão em

---

<sup>145</sup> **Jornal do Brasil**, 22.08.1935. Grifos meus.

<sup>146</sup> Idem.

<sup>147</sup> Sobre Jackson de Figueiredo, ver o dossiê “Era Vargas”, produzido pelo CPDOC. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson\\_de\\_figueiredo](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo). Acesso em 20/03/2024.

formação nesse momento não se dá unicamente por questões ligadas à fé, mas a uma resposta aos questionamentos que são de natureza política impositiva naquele contexto. A grande questão política era o tema do liberalismo. A constatação de Severino Sombra era a de que o “figurino liberal não assentava bem no corpo do brasileiro” e a doutrina social da Igreja poderia fornecer as ferramentas para uma prática antiliberal, em sua visão, mais adequada à realidade brasileira. Essa era, na verdade, uma interpretação bastante comum entre pensadores autoritários. Retomaremos esse tema mais adiante.

Quando perguntado sobre a influência de Jackson de Figueiredo, o general Severino Sombra trouxe como referência as figuras de Louis de Bonald (1754-1840) e Joseph-Marie de Maistre (1753-1821), ambos teóricos da contrarrevolução e críticos da filosofia iluminista, sem citar se esse contato se deu antes do seu ingresso na Escola Militar. Outro nome citado por Severino foi o de Jacques Maritain, ideólogo da noção de democracia cristã que alcançaria vasta aceitação por parte dos redatores da revista *A Ordem*. Os pensadores citados por Severino Sombra defendiam uma sociedade conservadora fundamentada pela religião católica. A proposta desse pensamento era a de que a sociedade fosse dirigida pelas elites do catolicismo, permitindo assim, a preservação das tradições católicas.<sup>148</sup> Após citá-los em entrevista ao CPDOC, o general Severino Sombra fez uma distinção entre democracia e liberalismo, definindo a primeira como uma forma de organização política enquanto a segunda corresponderia a uma filosofia política, defendendo a possibilidade de “haver democracia sem ser liberal”. Vale ressaltar que, no momento da afirmação, ele não está fazendo uma digressão, o que pode indicar que ele, meio século depois, manteve seu repúdio à filosofia liberal, ainda que não mais acreditasse na Igreja como sendo a detentora de uma doutrina social da ordem.<sup>149</sup>

Após a morte de Jackson de Figueiredo, o intelectual que passou a influenciar o jovem oficial Severino Sombra foi o crítico literário e líder católico Alceu Amoroso Lima, que assinava seus textos sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Amoroso Lima manteve com Jackson de Figueiredo um debate durante a década de 1920 que resultaria na sua conversão ao catolicismo em 1928, ano da morte de Jackson de Figueiredo e mesmo ano em que o substituiria na liderança do Centro Dom Vital. Na década seguinte, mais especificamente no ano de 1932, seria uma figura importante na criação da Liga Eleitoral Católica (LEC)<sup>150</sup>, instituição criada para dar aconselhamento aos fiéis católicos sobre em quem deveria votar nas eleições, ocupando o cargo de secretário geral da organização.<sup>151</sup>

Nos mesmos anos 1930, Tristão de Ataíde teve um texto publicado no primeiro livro

---

<sup>148</sup> AMARAL, Deivison, Gonçalves. **Catolicismo e Trabalho:** a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015. p. 1.

<sup>149</sup> ARQUIVO DO CPDOC/FGV. Entrevista General Severino Sombra de Albuquerque. Vassouras, 1982. Entrevista em áudio. Sobre a revista **A Ordem** ver: SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha:** imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 92.

<sup>150</sup> A LEC foi criada a partir da iniciativa de Heitor da Silva Costa, um membro do Centro Dom Vital, com o intuito de angariar o maior número possível de votos em candidatos a Deputado que aceitassem a defesa da doutrina social da Igreja. Cf. SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha:** imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Op. cit., p. 89.

<sup>151</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

editado pela Biblioteca do Exército – reformulada com participação ativa de Severino Sombra e agora com poderes editoriais. O livro, uma coletânea de textos de cunho anticomunista, trazia um texto de Tristão de Ataíde intitulado *Em face do Comunismo*, que denunciava aquilo que ele considerava a falta de firmeza do regime liberal que fazia da política dominante totalmente acomodada por querer “estar de bem com todas as correntes”. No diagnóstico de Tristão de Ataíde, essa acomodação se daria principalmente pela falta de convicções religiosas, filosóficas e sociais nos homens públicos.<sup>152</sup>

O general Severino Sombra separava a vida intelectual brasileira em duas vertentes: uma cosmopolita, herdeira de Joaquim Nabuco e que englobaria a figura de Tristão de Ataíde, e outra nativista, ou indigenista, representada pelas figuras de Tobias Barreto, Sílvio Romero e Euclides da Cunha. O pensamento de Jackson de Figueiredo seria tributário dessa segunda corrente. Para o general entrevistado nos anos 1980, a segunda vertente teria traduzido de forma mais adequada a realidade brasileira. Para ele, essa qualidade na tradução estava atribuída ao fato desses pensadores nunca terem vivido na Europa. Ele afirmou ainda na entrevista que a vertente de Jackson influenciou mais fortemente sua formação, embora tenha sido Tristão de Ataíde o responsável pela sua atuação na Ação Católica e na Mocidade Católica do Ceará, onde se reunia para trabalhar com outros jovens em prol de uma renovação intelectual católica. As atividades envolviam desde pregação nas sociedades católicas até reuniões em casas e publicações na imprensa onde, por exemplo, o general afirmou ter publicado textos com o pseudônimo de Agaton, em homenagem a um grupo de renovação católica na França.

O envolvimento de Severino Sombra na renovação intelectual católica foi tão grande que ele explicou o seu não envolvimento com a Revolução de 1930 por estar engajado nesse projeto. Porém, na mesma narrativa, Sombra apresentou uma outra causa – não excludente e, talvez, complementar. Em suas palavras, “não podia aceitar uma revolução capitaneada pela Aliança Liberal”. O antiliberalismo de Severino Sombra combatia qualquer ideal que pudesse trazer subversão. Por isso, a recusa de princípios liberais como a soberania popular, a igualdade ou a liberdade. Nesse sentido, seria muito coerente que duas instituições – Igreja e Exército – que privilegiam conceitos como o de autoridade, hierarquia e obediência, estivessem unidas para encarar qualquer mudança política e/ou social e que, dessa união, resultasse um indivíduo engajado em mantê-las funcionando sob esses mesmos princípios.

No transcorrer de sua trajetória, o general Severino Sombra abandonou o catolicismo. Na década de 1950, começou a se aproximar da umbanda. Aproximação por ele justificada pela ideia, que defendia com afinco, de que a umbanda seria o maior fenômeno sociológico brasileiro, religião que foi capaz de resistir há mais de três séculos de silenciamento e perseguição. Na década de 1970, ele já afirmava identificar a Igreja Católica com a colonização, a escravidão e a anulação de riquezas indígenas, fazendo-se um ferrenho crítico das obras missionárias.

Como bem apontou Alcir Lenharo, no já clássico *A Sacralização da Política*, os sinais cristãos e seus conteúdos operaram – e se mantiveram operando – nos poros do corpo

---

<sup>152</sup> Em **Guarda contra o Comunismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.

político do Estado e ignorar essa dimensão corresponderia a ignorar uma faceta da dimensão social do próprio Estado, limitando a análise a aspectos juridicistas e burocráticos do Estado. Nesse caso, pensando o Exército como parte integrante desse Estado, é lúcido que se questione sobre como a tradição eclesial e o Exército se relacionaram e se conformaram nos anos 1920.<sup>153</sup>

O tenentismo, a Ação Católica, ou mesmo o Exército, não se apresentam em sua historicidade como um fato pronto, como únicos capazes de “corrigir” a história do Brasil, ou seja, como instituições necessárias para a condução da nação. Essa apresentação dá-se após um exercício bem fixado de origem e fundação que fornece a esses fenômenos e instituições uma roupagem legítima. Cabe ao historiador tornar conhecido as fixações dos marcos e fatos, cuidando para não fornecer o tecido dessa roupagem. O próximo passo é verificar como o projeto de um Exército focado no desenvolvimento da sua política institucional se consolidou nos anos 1930 e qual a participação de Severino Sombra na construção dessa configuração.

---

<sup>153</sup> LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986.

## CAPÍTULO III – SEVERINO SOMBRA E A CRIAÇÃO DE UMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL PARA O EXÉRCITO

### 3.1 – O desvio do sujeito e o realinhamento da memória: revolta e exílio.

“A verdade é a seguinte: muito mais do que isso, eu era católico. A minha formação, a minha base, o substrato, os alicerces, as camadas geológicas do meu pensamento eram profundamente católicas. Eu dei ao meu movimento todo o sentido católico [...] não foi o fascismo que me seduziu.”

Severino Sombra de Albuquerque<sup>154</sup>

“A qualquer atividade humana que seu estudo se associe, o mesmo erro sempre espreita o intérprete: confundir uma filiação com uma explicação.”

Marc Bloch<sup>155</sup>

A reação de colegas historiadores quando o nome de Severino Sombra de Albuquerque era citado nas comunicações em eventos do campo durante minha pesquisa sobre o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil era quase sempre a mesma: o Severino Sombra, ele era integralista (e/ou fascista). Essa pequena afirmação dita assim, dessa forma, por mais de uma vez, causava um certo incômodo. No momento em que se trazia sua trajetória para explicar a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil na década de 1930, a intervenção dos colegas parecia sugerir que sua filiação à Ação Integralista Brasileira, da qual havia sido expulso dois anos antes da fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, teria, por si só, o poder de explicar toda a sua ação. Ora, se esses adjetivos já seriam capazes de explicar seu engajamento em instituições fortemente marcadas por produções ufanistas, restava só a impossibilidade de continuar justificando qualquer pesquisa histórica.

---

<sup>154</sup> SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sébastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC – UFCE.CD 3 – faixa 2.

<sup>155</sup> BLOCH, Marc. **Apologetia da História:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 58.

No entanto, a epígrafe selecionada para abrir esta seção poderia também provocar outro incômodo. Não é intenção desse trabalho cair nas malhas do que Marc Bloch definiu como um “satânico inimigo da verdadeira história: a mania do julgamento”.<sup>156</sup> A afirmação do já idoso general Severino Sombra sobre suas motivações de onde se extraiu esse excerto se deu cinquenta anos após os acontecimentos por ele narrados. Portanto, meio século de histórias separam os exploradores do passado do seu tirano, para manter as palavras de Marc Bloch, lembrando que estamos atados a conhecer desse passado somente aquilo que ele mesmo nos fornece.<sup>157</sup> Ao narrar sobre sua experiência, o agora general, já sabia o distintivo que cientistas sociais colariam na Ação Integralista Brasileira.<sup>158</sup> Este capítulo persegue a trajetória de Severino Sombra, na busca por compreender a forma como ele articulou suas experiências em outros campos a fim de contribuir para uma nova política do Exército. Explicar como ele foi designado no seu próprio passado, por seus contemporâneos, pode ser consequência desse traçado.

Um novo corpo de fontes foi incorporado para preencher algumas brechas e ressaltar algumas tensões. As cartas trocadas com seu amigo e mentor Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athaíde. Uma documentação bastante variada e fragmentada, considerando que havia somente para Severino Sombra, três chaves de busca distintas. A leitura das três foi realizada sem desconsiderar os procedimentos metodológicos necessários para uma análise de maior rendimento. O fato de estarem disponíveis no sítio da Fundação Alceu Amoroso e serem todas correspondências passivas, tornou fácil responder à questões mais elementares como “quem escreveu? Ou “em que condições e locais elas foram escritas? Quais temas abordam? E quais as relações estabelecidas entre quem escreve, o que escreve, como escreve e o suporte material usado na escrita?”<sup>159</sup>

\* \* \*

A década de 1930 trouxe para o campo das políticas públicas o que já existia como forma de crítica antiliberal desde o final da Grande Guerra.<sup>160</sup> Durante a Primeira República, especialmente na década de 1920, o liberalismo foi fortemente associado às práticas oligárquicas, que se traduziam correntemente em fraudes eleitorais e na escassez de participação política da população. Dentro desse bojo havia também a ideia de que o controle exercido pelos grandes estados enfraquecia o poder da União.<sup>161</sup> Para o historiador Boris Fausto, a Revolução de 1930 e a crise mundial conduziram a crítica ao liberalismo

---

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Idem. p 75.

<sup>158</sup> A tese de doutorado de Hélio Trindade, precursor nos estudos sobre o tema, *L'Action intégraliste brésilienne: um mouvement de type fasciste au Brésil* foi traduzida e publicada no Brasil em 1974 sob o título “Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30”, contando com uma segunda edição em 1979.

<sup>159</sup> Algumas dessas questões foram concebidas a partir da leitura de: GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 21.

<sup>160</sup> LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos P. **Intelectuais do antiliberalismo:** alternativas à modernidade capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>161</sup> FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 6.

ao primeiro plano da luta político-ideológica no Brasil ao demonstrar a falência do capitalismo e do regime político liberal a ele associado. O resultado pôde ser vislumbrado entre os anos 1930-1937, período no qual, segundo o historiador, travou-se no país uma batalha entre as principais correntes políticas.

Nessa disputa prevaleceu parte da direita que defendia a centralização do poder e a modernização do país, com nuances mais ou menos nacionalistas. As Forças Armadas seriam para Boris Fausto o melhor exemplo para demonstrar os atritos internos dessa disputa, apontando terem sido bem-sucedidas ao cumprirem seu objetivo de enquadrar os tenentes.<sup>162</sup> Ainda sobre a crítica antiliberal, o autor destaca que:

Um dos argumentos centrais da cerrada crítica que os pensadores autoritários faziam ao liberalismo consistia em afirmar que o liberalismo era uma doutrina exótica, inaplicável à realidade brasileira. Notemos, de passagem, que a expressão “doutrina exótica” teve longa vida no país, sendo um instrumento utilizado, com frequência, pelas forças políticas conservadoras, em seu ataque ao comunismo de inspiração soviética [...] Combater o exotismo das doutrinas liberais significava atacar de frente suas concepções e suas instituições: a soberania popular e as formas de representação, em especial a parlamentar pela via do voto secreto e universal.<sup>163</sup>

Na interpretação de Bóris, a Revolução de 1932 foi colocada como o resultado direto da contenda político-ideológica entre liberais e autoritários, destacando que entre os objetivos da revolução estariam a garantia de autonomia dos estados e a implantação de um regime político liberal, após a realização de eleições livres. Já o Estado Novo, em 1937, teria representado a vitória dos ideais autoritários e a derrota dos liberais. Não por acaso, no contexto da ditadura do Estado Novo, vários intelectuais autoritários identificaram-se com o regime por suas características mais evidentes, entre elas, a supressão da democracia representativa, o carisma de Getúlio Vargas, a supressão partidária e a ênfase na hierarquia.<sup>164</sup>

O liberalismo não era o único inimigo a ser combatido na concepção dos pensadores autoritários. Como já exposto no excerto acima do historiador Boris Fausto, o comunismo também foi interpretado como uma doutrina exótica. Maria Helena Capelato desenhou o momento que antecedeceu aos eventos de 1932 como sendo marcado pelo esforço em destacar a instabilidade social, tornando o perigo comunista presente em todo discurso da época, tornando-se comuns, alertas em vários meios: imprensa, rádio e nas falas dos oradores. Esse anticomunismo deu a tônica, ao lado da luta em São Paulo em 1932, ao movimento que se representou como aquele que viria restabelecer a ordem quebrada pelos comunistas que se apossaram de São Paulo. Apesar desse discurso, Capelato apontou que os contemporâneos, entre eles os tenentes e Getúlio Vargas, viam a Revolução

---

<sup>162</sup> Idem. p 9.

<sup>163</sup> Idem. p, 21.

<sup>164</sup> FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. Op cit.. p, 9.

Constitucionalista de 1932 como reacionária, ainda assim, a mobilização das tropas se fez em luta contra um movimento “comunista e separatista”.<sup>165</sup>

O que dessas disputas citadas pela historiografia do período interessa em uma análise que costura a trajetória de Severino Sombra à trajetória do Exército na década de 1930 é observar que, nelas, a crítica antiliberal ganhou contornos sociológicos ao representar fortemente as produções editoriais do período. Essa escrita empenhada na crítica aos valores liberais, colocaram personagens com o mesmo objetivo em contato, e essa aproximação pode ter sido fundamental para que um ainda jovem oficial fosse colocado em evidência, ao ponto de ser ouvido e consultado pelo ministério da Guerra na construção de uma política social do Exército.

Como já citado no capítulo anterior, o tenente Severino Sombra sugeriu os nomes de Oliveira Vianna e Tristão de Ataíde para professores nos cursos de conferências para oficiais, respaldando sua sugestão pelos posicionamentos antimarxistas desses pensadores antiliberais. Dito de outra forma: os nomes não foram mencionados e sugridos por seu antiliberalismo, mas por seu anticomunismo. Esse anticomunismo parece endossar a tese do professor Hélgio Trindade em seu trabalho clássico sobre o integralismo no Brasil, quando ao analisar a motivação individual dominante que teria influenciado a adesão de cerca de dois terços dos integralistas, conclui ter sido o anticomunismo o cerne da motivação.<sup>166</sup>

Não por acaso também, o ainda jovem tenente Severino Sombra será referenciado nos jornais da época não só como militar, mas também com a alcunha de sociólogo, um especialista. Um exemplo é o telegrama publicado pelo Jornal de Recife, em setembro de 1933, intercedendo pelo retorno do então ex-militar, exilado em Portugal, e que o apresenta como “sociólogo e organizador da mais fecunda e brasileira obra social a favor dos operários”.<sup>167</sup> Um ano antes, o mesmo jornal, ao noticiar um comício onde Severino Sombra seria o orador, destacou que a reunião se dera “para ouvir o distinto sociólogo católico”.<sup>168</sup>

A vida do então tenente Severino Sombra foi muito movimentada durante a década de 1930. Apenas na primeira metade, deu-se a criação de uma Legião do Trabalho, a sua expulsão do Exército, o seu exílio para Portugal e o seu rompimento e saída da Ação Integralista Brasileira. É também nesse mesmo momento que o já reintegrado tenente Severino Sombra redigiu o Plano de Política Social do Exército – já citado e analisado nesse trabalho - a pedido do então ministro da guerra, Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Nesse documento, o tenente Severino Sombra inseriu em sua despedida a apresentação de algumas de suas credenciais. É notório o modo como buscou representar-se: como um

---

<sup>165</sup> CAPELATO, Maria Helena. **O Movimento de 1932: A Causa Paulista.** São Paulo: Brasiliense, 1981. pp 58-59.

<sup>166</sup> TRINDADE, Hélgio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1979. p. 109.

Fundada em 1932, a Aliança Integralista Brasileira foi uma organização de inspiração fascista, por Plínio Salgado. A organização reivindicava em seu manifesto a defesa do nacionalismo e do corporativismo, além do combate aos socialismos. Em 1937 Getúlio Vargas tornou a AIB ilegal no Brasil.

<sup>167</sup> *Jornal do Recife*. 01 de setembro de 1933. p. 1.

<sup>168</sup> *Jornal do Recife*. 26 de junho de 1932. p. 2.

estudioso das questões sociais e evocando sua atuação junto aos trabalhadores. Além disso, também forneceu ao ministro sua maneira de conceber a função e a finalidade do Exército. Tanto o seu reconhecimento quanto estudioso no campo da sociologia do Brasil, como sua experiência junto ao operariado serão agenciados por Severino Sombra em seu trabalho enquanto militar.

Eis aí, Exmo, Sr. Ministro da Guerra, o PLANO que, de ordem de VExcia., elaborei.

Fi-lo com consciência de patriota e de homem que se dedicou aos estudos sociais e viveu largo tempo no meio das massas trabalhadoras.

É chegado o instante de o Exército – guarda vigilante da Nação – assumir uma atitude decisiva em face do caos em que nos precipitamos. Cumpre-lhe preparar-se para garantir o patrimônio nacional. O Alto Comando, nesta grave hora da vida do Povo Brasileiro, ou toma uma resolução energica, marchando para a vida ou hesita, cambaleando para o suicídio. É escolher!<sup>169</sup>

Possivelmente, a vivência de “largo tempo no meio das massas trabalhadoras” citada acima faz alusão à sua experiência frente à Legião Cearense do Trabalho, organização operária de matriz católica e conservadora criada por Severino Sombra de Albuquerque em 1931 para reunir diversas associações de classe como uma alternativa para a luta de classes.<sup>170</sup> A Legião se manteve em funcionamento até 1937, ano que inaugurararia a ditadura do Estado Novo no Brasil. Vale ressaltar aqui que a Legião criada pelo militar está inserida em um momento marcadamente associativo, onde associar-se foi a resposta encontrada pelas classes trabalhadoras a um sistema que as excluía social e politicamente.<sup>171</sup>

Para que possamos visualizar melhor o entrelaçamento de suas credenciais e sua trajetória militar pensamos que um quadro onde estivessem dispostos e alinhavados sua carreira e produção, ao menos até os anos analisados por essa pesquisa, pudesse ser útil. O resultado seria o seguinte:

1923 – Ingressa na Escola Militar do Realengo

Preside a Conferência Vicentina de São Maurício.

1929 – aspirante-a-oficial.

Transferido para o Ceará.

<sup>169</sup> ARQUIVO NACIONAL, SA 684.2.18

<sup>170</sup>A Legião Cearense do Trabalho foi a organização que se relaciona com Severino Sombra de Albuquerque mais estudada no campo das Ciências Sociais. Sobre isso, ver o trabalho recente de Eduardo Oliveira Parente “A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a Legião Cearense do Trabalho (1931-1937). Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2020.

<sup>171</sup> BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil republicano**: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. v. 1. p.180.

Funda a <i>Folha dos Novos</i> , um mensário de renovação católica.
1930 – Transferido para Passo Fundo (RS).
Prisão em um navio em Porto Alegre por não aderir à Revolução de 1930.
1931 – Promovido a primeiro-tenente.
Retorno ao Ceará
Funda a Legião Cearense do Trabalho.
Publica o <i>Ideal Legionário</i> .
1932 - É convidado para trabalhar no gabinete do Ministro do Trabalho Joaquim Salgado Filho (1932-1934).
Cria, no Ceará, a Juventude Operária Católica (JOC).
Funda a Liga dos Professores Católicos do Ceará.
Convidado para integrar o recém-criado Conselho Estadual de Educação do Ceará.
Revolução Constitucionalista.
Exílio para Portugal.
No exílio em Lisboa, Sombra reúne fontes que mais tarde seriam utilizadas para escrever o livro <i>História monetária do Brasil colonial</i> .
1933 – Retorno ao Brasil.
1934 - Anistiado e reintegrado ao Exército por decreto de Getúlio Vargas.
Promovido a capitão
Comparece ao I Congresso Nacional Integralista, na cidade de Vitória, entrando em conflito aberto com Plínio Salgado.
Conseguiu junto ao chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, a criação do ensino de sociologia na Escola Militar.
Torna-se o primeiro professor de sociologia na Escola Militar e no curso de candidatos à Escola de Estado-Maior do Exército.
1936 – É colocado à disposição do Estado-Maior do Exército para servir na 5ª Seção (Geografia e História). (mesmo sem possuir o curso de estado-maior).
Relança e torna-se o redator-chefe da Revista Militar Brasileira.
Funda o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual torna-se secretário.
Participa da fundação da Defesa Social Brasileira, organização cívica da qual torna-se secretário.

1937 - Criação da Biblioteca do Exército, sendo o capitão Sombra escolhido para ocupar o cargo de primeiro-secretário da entidade.
1938 - Publica a <i>História Monetária do Brasil Colonial</i> .
1940 - Publica <i>As duas linhas de nossa evolução política</i> .
1941 - Organiza e chefia o Serviço Secreto do Exército na 3ª Região Militar (Rio Grande do Sul) Publica <i>Formação da Sociologia</i> Escreve três artigos para a revista Cultura Política – “Trabalho e propriedade”, “Guerra Total: nacionalização e povoamento”, “O absolutismo moderno e o advento do direito natural racionalista”.
1942 - Escreve o prefácio das <i>Diretrizes da Nova Política do Brasil</i> .
1943 – Promovido a major.

**Quadro 7:** A Trajetória e a produção de Severino Sombra de Albuquerque

Exposto dessa forma podemos destacar que sua atuação no início dos anos 1930 pode ter rendido frutos ao jovem oficial militar. Seus discursos destacavam uma leitura da sociedade que enxergava uma total inadequação dos modelos institucionais com a realidade do país e sugeria como solução um estado forte e centralizado para implementar interesses coletivos – sempre reduzidos para caber no ideal de nação. No momento em que esse discurso emerge, ele coincide com os interesses tanto das Forças Armadas, quanto do governo, que chegou ao poder após o casamento, para usar a expressão de José Murilo de Carvalho, entre as duas instituições. Ao discursar sobre a situação política do país, o tenente Severino Sombra deixa claro que sua Legião não teria qualquer compromisso com partidos ou com pessoas, mas que ainda assim, “constituiria uma força política junto ao operariado para trabalhar por ele.”<sup>172</sup> Como se vê, não se trata de trabalhar junto ao operariado para que o mesmo, de forma emancipada e autônoma, conquiste seus direitos, mas de tutelá-los rumo à uma conciliação de classes.

Outro indício pode ser utilizado, além de demarcarmos a cronologia de sua carreira e produção, para demonstrar de que a década de 1930 foi agitada para o jovem tenente Sombra. Quando comparamos, por exemplo, quantas ocorrências há quando utilizamos seu nome como chave de busca no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, circunscrevendo o período 1920 – 1929, no espaço da capital federal, o resultado será de 48 ocorrências (sendo 14 delas relacionadas a um médico homônimo), distribuídas em um total de 8 jornais. Quando a mesma chave e local é usada para a década 1930 – 1931, o número de ocorrências passa a ser 10 vezes maior que o registrado no período anterior.

---

<sup>172</sup> *Jornal do Brasil*. 16 de outubro de 1931. p. 6.

Muitos dessas ocorrências são de assuntos militares e se repetem em diferentes jornais. A título de exemplo, jornais diferentes publicavam listas de convocação de matrícula na Escola Militar, ou listas de apresentação em Batalhões, ou mesmo Portarias contendo as classificações no Exército. As menções ao nome do ainda aspirante a oficial Severino Sombra deixam de estar restritas à reprodução de documentos militares a partir do ano de 1928. É a partir desse ano que sua presença começa a ser mencionada em inaugurações e congressos, em sua imensa maioria, eventos de cunho religioso.

Esse período é também onde o militar mais foi acionado pelos estudiosos do Brasil republicano. O foco em sua Legião Cearense do Trabalho rendeu estudos sobre associativismo, pensamento fascista, trabalhismo e direitos. São esses os temas e o período, sem dúvida, onde os ideais do militar, ou melhor, o produto direto desses ideais, transforma-se em objeto de análise para as ciências sociais.<sup>173</sup>

Fora o foco na Legião Cearense do Trabalho, houve também os trabalhos que utilizaram a LCT como um meio de se compreender um outro objeto, a Ação Integralista Brasileira, ou mesmo a própria figura de Plínio Salgado. Não havendo, até agora, um trabalho que se debruçasse sobre sua trajetória enquanto um oficial militar do Exército.<sup>174</sup>

É também na década de 1930, mesmo momento em que criou a LCT, que o tenente receberia dos jornais outra alcunha além de sua patente militar. Mais especificamente a partir de 1933, o antes mencionado quase sempre como “jovem oficial”, passou a ser chamado também de sociólogo. Esse aspecto também não foi abordado em outros trabalhos que citam a figura de Severino Sombra. Voltaremos a esse ponto mais a diante. Cabe aqui apenas relembrar o que já fora mencionado: que o tema da sociologia tem um lugar especial nesse contexto, havendo uma relação direta entre o momento associativo e a sociologia do período. A historiadora Mônica Pimenta Velloso, em artigo cujo objetivo era analisar tematicamente a revista católica *A Ordem* entre os anos 1921 e 1937, para compreender o pensamento político de intelectuais que tiveram algum papel na reorganização da vida nacional após 1930, destacou que a sociologia passou a ser um objeto de maior atenção nesse contexto e alvo constante de disputas, sendo adjetivada de acordo com o pensamento

---

<sup>173</sup> Ver: CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. A Legião do Trabalho: política e imaginário no Integralismo cearense. Fortaleza, 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. "A Legião Cearense do Trabalho." In: **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. 317-344.

PARENTE, Eduardo Oliveira. Memórias da liderança: Severino Sombra, Jeovah Motta e a Legião Cearense do Trabalho. **Revista de História Bilros**: História (s), Sociedade (s) e Cultura (s), v. 6, n. 11, 2018.

GARCIA, Juliana Samara S.. "O pensamento fascista na legião cearense do trabalho." **História e Culturas** 5.9 (2017): 117-137.

<sup>174</sup> É o caso da pesquisa de SILVA, Emilia Carnevali da. O homem no espelho: reflexões sobre a dissidência integralista de Severino Sombra (1931 - 1937). 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MELLO, Willian (org.). **Legionários, “galinhas verdes” e a política no Ceará (1929 – 1940)**. Fortaleza: EdUECE, 2016.

MONTENEGRO, João Alfredo. **O Integralismo no Ceará: variações ideológicas**. Fortaleza: IOCE, 1986

político de quem a produz. Havendo, portanto, várias sociologias: uma sociologia de base cristã, uma de base individual e uma voltada para o Estado.<sup>175</sup>

Portanto, quando o então tenente Severino Sombra pensava e agia em prol da criação de uma associação operária, ele estava agindo de acordo com o pensamento sociológico muito presente na década de 1930, especialmente no Rio de Janeiro, onde instituições leigas encontraram dificuldades para se firmar devido a forte influência das instituições católicas. Angela de Castro Gomes expôs que a literatura desse período voltava ao passado, para a “formação” histórica do Brasil, visitando o período colonial acreditando estar nesse passado histórico as explicações para o que os contemporâneos liam como uma incapacidade: a de criar organizações de solidariedade social.<sup>176</sup> Os pensadores que se debruçariam sobre essas questões, seriam muitas vezes, citados pelo jovem oficial Sombra. Exemplo disso é nome de Oliveira Vianna ter sido sugerido pelo tenente Sombra para ensinar ao oficialato do Exército. Sobre essa figura, que era sem dúvida, uma referência para o tenente Severino Sombra, a historiadora escreveu que:<sup>177</sup>

Oliveira Vianna, portanto, escreve em um contexto no qual praticamente todos os diagnósticos sobre o futuro do Brasil, inclusive aqueles construídos por autores de filiações ideológicas liberais, batem na tecla da inexistência de bases de solidariedade modernas. Daí nosso atraso, daí a importância da presença do Estado, como uma espécie de corretivo/salvação. Entretanto, poucos deles irão formular e implementar uma arquitetura política tão sofisticada como a proposta por Oliveira Vianna. Ela tem como ponto de partida a organização de sindicatos, isto é, a geração de solidariedade por meio dos interesses comuns das profissões. Se não tínhamos instâncias – políticas e/ou morais – para “organizar a nação” (para resolver a questão da ação coletiva), certamente tínhamos ou poderíamos produzir instâncias econômico-corporativas. E é nesse esforço que o autor se aplicará, escrevendo e atuando no Ministério do Trabalho, ao longo de toda a década de 1930. Por isso, ele é um *statemaker*, especialmente voltado para a montagem de seu projeto.

O corporativismo seria, portanto, o tipo de organização política e social capaz de promover no Brasil um outro futuro que não o do individualismo liberal, que na opinião desses pensadores, ignorava o Brasil real. A propósito, por diversas vezes em suas entrevistas, o general Severino Sombra se posicionou como signatário dos autores do “realismo brasileiro”. Se seguirmos a fala de Severino que abre esse capítulo, ouviremos o seguinte:

---

<sup>175</sup> VELLOSO, Mônica. “A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica.” In: *Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 3, p. 117-160, jul/set. 1978. p.133.

<sup>176</sup> GOMES, Angela de Castro. “Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo”. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos P. **Intelectuais do antiliberalismo:** alternativas à modernidade capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p, 207.

<sup>177</sup> Idem. p, 209.

A verdade é a seguinte: muito mais do que isso, eu era católico. A minha formação, a minha base, o substrato, os alicerces, as camadas geológicas do meu pensamento eram profundamente católicas. Eu dei ao meu movimento todo o sentido católico [...] não foi o fascismo que me seduziu. O que me seduziu foi fazer realmente um movimento brasileiro que ao mesmo tempo atendesse aquela linha de realismo político que havia me tornado com as ideias de Alberto Torres, de Oliveira Vianna, de Euclides da Cunha e por outro lado esse sentido católico de formação católica que era a base fundamental do meu pensamento<sup>178</sup>

Esse fragmento denota também a coexistência no pensamento de tenente Severino Sombra de duas sociologias que, apesar de terem pontos comuns – como o antiliberalismo e a noção de que a transformação do trabalho em mercadoria era fator crucial para a crise – eram, em sua natureza, divergentes. Os pensadores da sociologia cristã, que forneceriam ao jovem oficial os alicerces de seu pensamento, expunham frequentemente críticas aos pensadores do realismo, entre eles Silvio Romero e Oliveira Vianna. A crítica principal era por terem incidido no que para o laicato católico seria um erro fundamental: subordinar a organização e moralização da sociedade à ciência social. Isso porque não havia a concepção por parte desses homens de que a sociologia seria, de fato, uma ciência. Aliás, como destacou Monica Velloso, todas as humanidades foram abordadas como mero apoio intelectual para a ação católica. Nas palavras da historiadora, esse campo foi reduzido a “armas de combate da ideologia católica”.<sup>179</sup>

Cabe também remeter que o pensamento da Ação Católica estava fortemente pautado nas ideias de Joseph de Maistre, pensador contra-revolucionário francês, para quem a ciência seria perigosa por alimentar no homem um espírito rebelde e inovador, transformando o homem em um inimigo de qualquer tipo de subordinação, um rebelde.<sup>180</sup>

Veremos no capítulo seguinte como essas duas sociologias se materializaram nos escritos do oficial Sombra, publicados ou pela Biblioteca Militar ou artigos em revistas editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do governo ditatorial de Vargas, ou mesmo por conta própria, quando Severino Sombra estava no posto de capitão.

Retomando o tema da Legião Cearense do Trabalho, criada pelo jovem tenente Severino Sombra, acompanhar o semanário *O Legionário*, que circulou no Ceará entre os anos de 1933 e 1934, pode ser esclarecedor para entendermos suas finalidades, pois estas expõem muito do pensamento do seu criador. O periódico trazia informações como a organização legionária, a agenda com as escala das visitas às sociedades legionárias pelos secretários da legião e os boletins mensais. Um vocabulário, e uma estrutura, considerando escalas e boletins, com o qual o militar já estava familiarizado em sua rotina na caserna. Cabe também cruzarmos essa fonte com as falas do general Severino Sombra em

<sup>178</sup> SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC – UFCE.CD 3 – faixa 2.

<sup>179</sup> VELLOSO, Mônica. “A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica.” In: **Revista de Ciência Política**, op cit. p.154.

<sup>180</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2001. “Paradoxos Do Pensamento Contra-revolucionário: Joseph De Maistre”. Locus: **Revista De História** 7 (2). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20547>.

entrevistas a fim de preencher algumas lacunas. A publicação apresenta a Legião de forma a destacar sua missão de agir no combate ao que consideram dois grandes erros: o capitalismo e o comunismo. Como se lê:

Trazemos, para todos os que são vítimas dos erros sociais presentes, uma palavra de fé e de combate. Por entre a confusão, o tumulto, a insatisfação angustiosa, a rebeldia desordenada, a crescente anarquia que corre o mundo e abarcam-no tragicamente, fazemos soar a voz salvadora do ideal Legionário.

[...] Significamos antes de tudo, AÇÃO. Ação destruidora e ação construtora.

Destruiremos, vigorosamente, o grande erro capitalista. Indicaremos os seus falsos fundamentos o estado de injustiça intensiva e permanente que ele instituiu na sociedade, e que nos conduziu ao espetáculo doloroso do mundo 1933.

E destruiremos, não menos vigorosamente, o ilusionismo comunista. Frisaremos o seu significado de ampliador dos erros capitalistas, os seus aspectos verdadeiramente rebaixadores , abastardadores de nossas condições de humanos, e evidenciaremos a triste experiência que foi para o operariado a sua prática na Rússia.

Entre os erros capitalistas e os erros comunistas indicaremos os rumos a trilhar.<sup>181</sup>

No mesmo ano em que o semanário começou a circular, mais especificamente cinco meses após a publicação do primeiro número do periódico, no dia 18 de setembro de 1933, o então ministro da justiça Francisco Antunes Maciel Júnior confirmou sua autorização para o regresso do então tenente Severino Sombra de Albuquerque ao Brasil, que estava exilado em Portugal desde a Revolução Constitucionalista de 1932. Partindo do pressuposto que indivíduos agem em um sistema composto de elementos interdependentes, vale a pena retomar aqui a intenção desse capítulo de demonstrar a atuação do oficial Severino Sombra em diferentes espaços, tentando ligar sua identidade militar – como já vimos, em construção sob novos moldes nesse contexto – com a sua atuação em outras instituições. Outro militar, o então capitão Jehovah Motta, também chefe da AIB no Ceará no mesmo momento, cuidou das publicações do semanário e chefou a Legião Cearense do Trabalho durante a ausência física do exilado e expurgado das Forças Armadas, Severino Sombra.

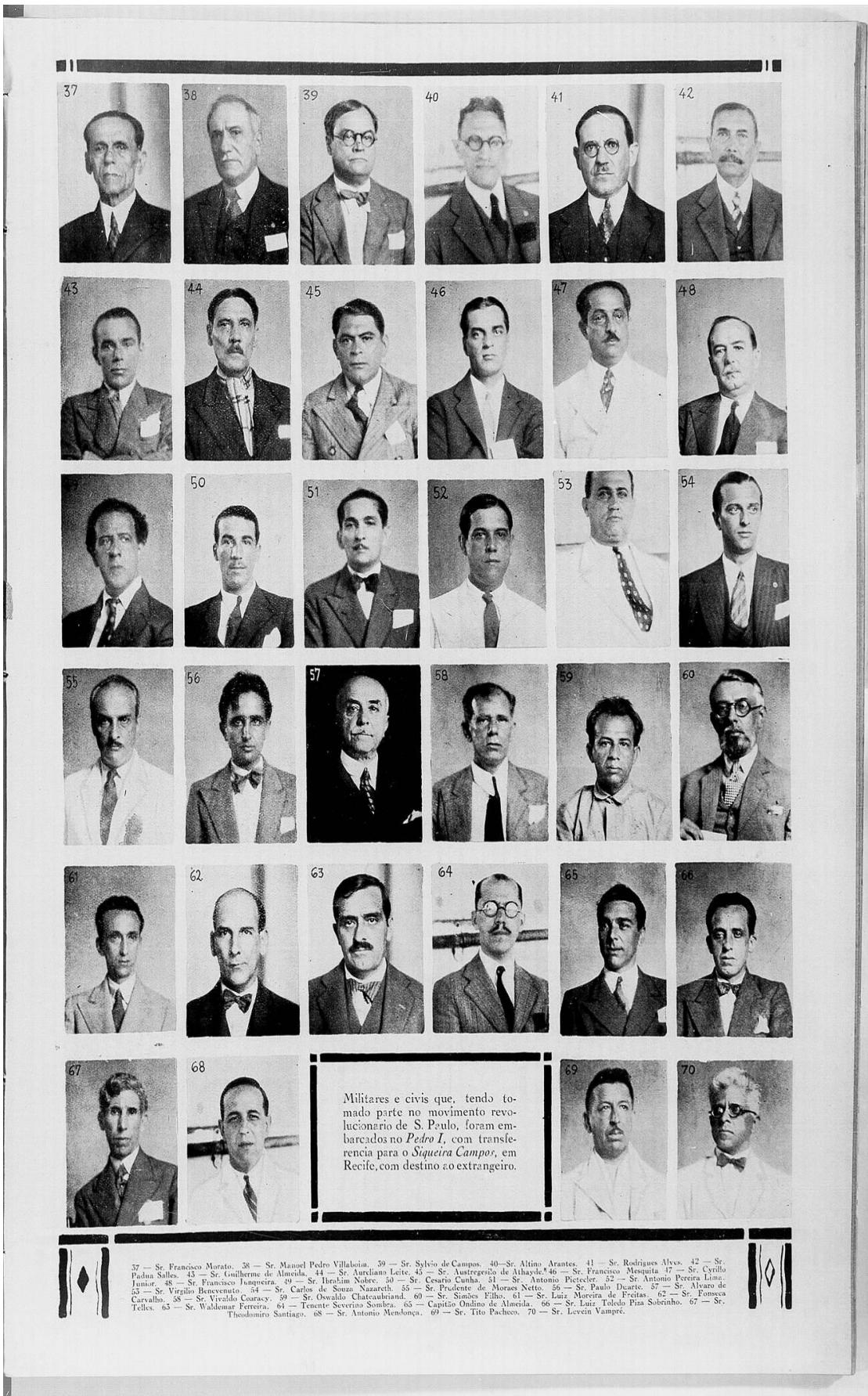
O exílio seria um dos motivos de tantas menções nos jornais da época. Listas, entrevistas, cartas do exílio, telegramas intercedendo pelo regresso e notícias do regresso são encontradas em diversos periódicos, principalmente os católicos. A figura abaixo é uma dessas menções. Sua foto aparece na segunda página de uma lista com 70 nomes de exilados, civis e militares.<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> *O Legionário*. 4 de março de 1933. p 1.

<sup>182</sup> Ambas imagens que se seguem foram extraídas do periódico *Revista da Semana*. 12 de novembro de 1932. Np.





Militares e civis que, tendo tomado parte no movimento revolucionário de S. Paulo, foram embarcados no *Pedro I*, com transferência para o *Siqueira Campos*, em Recife, com destino ao estrangeiro.

37 — Sr. Francisco Morato. 38 — Sr. Manoel Pedro Villalobos. 39 — Sr. Sylvio de Campos. 40 — Sr. Altino Arantes. 41 — Sr. Rodrigues Alves. 42 — Sr. Padua Sales. 43 — Sr. Guilherme de Almeida. 44 — Sr. Antônio Leite. 45 — Sr. Henrique de Athaíde. 46 — Sr. Lourenço Mesquita. 47 — Sr. Cenilo Junqueira. 48 — Sr. Francisco Júnior. 49 — Sr. Bernardo Nobre. 50 — Sr. César Carvalho. 51 — Sr. Antônio Petrelz. 52 — Sr. Antônio Pereira Lima. 53 — Sr. Virgílio Belchior. 54 — Sr. Carlos de Souza Nazareth. 55 — Sr. Presidente de Moraes Netto. 56 — Sr. Paulo Diarte. 57 — Sr. Alvaro de Carvalho. 58 — Sr. Vivaldo Corracy. 59 — Sr. Oswald Chataubriand. 60 — Sr. Simões Filho. 61 — Sr. Luiz Moreira de Freitas. 62 — Sr. Fonseca Telles. 63 — Sr. Waldemar Ferreira. 64 — Tenente Severino Sombra. 65 — Capitão Ondina de Almeida. 66 — Sr. Luiz Toledo Piza Sobrinho. 67 — Sr. Theodoro Santiago. 68 — Sr. Antonio Mendonça. 69 — Sr. Tito Pacheco. 70 — Sr. Leovino Vampé.

Já em seu retorno do exílio, Severino Sombra foi recebido em Fortaleza com uma homenagem da juventude patronovista e, na ocasião de sua passagem pela cidade, concedeu uma pequena entrevista ao Jornal do Recife que já em sua primeira página na edição de 12 de novembro de 1933, coincidentemente a exato um ano após as imagens publicadas e destacadas acima, destacava o regresso do exílio de “mais um ilustre brasileiro”. O ex-tenente Severino Sombra foi apresentado na edição como líder nacionalista e os adjetivos que destacam sua ligação com a pátria foram os mais utilizados para defini-lo. Abaixo, a entrevista na íntegra, para em seguida, destacarmos pontos relevantes da conversa.

\* \* \*

“- Boa viagem, tenente?

- Ótima, meu amigo. Apenas a ansia muito humana de chegar logo a terra brasileira

- Boa acolhida em Portugal?

- Sim, fomos bem recebidos no país que hoje é dirigido pelo general Carmona. Eu, de Portugal, tenho a destacar, entretanto, o cavalheirismo dos integralistas, em particular.

- Tenente, quais foram os motivos que determinaram seu exílio?

- Tenho sobre esse ponto de esclarecer dúvidas que ainda possam pairar sobre minha pessoa.

Não fui e não sou partidário da Ditadura chefiada pelo sr. Getúlio Vargas. Também não comungava das ideias constitucionalistas que motivaram o levante de 9 de Julho de 1932, no grande Estado de São Paulo. Por isso, estava à cavalheiro de ambos – Ditadura implantada em 1930 e revolução paulista de 1932.

Ansiava eu então, um regime melhor para o meu país. Queria, como brasileiro e patriota, que se organizasse uma junta governativa que substituísse o sr. Getúlio Vargas no governo, para que se fizesse a paz tão desejada. Para mais feliz êxito, devia-se fazer um ministério da concentração que consultasse as aspirações nacionais. Não um ministério centralizador, como o queria o sr. Neves Fontoura, mas um conjunto ministerial capaz de levar a bom termo, a tarefa que lhe tocasse desempenhar.

Assim agi. – acrescentou o tenente Sombra – prevendo que a vitória, quer de São Paulo, quer da Ditadura, seria desastrosa para a nação.

- O tenente tenciona voltar ao Exército?

- Retorno ao Brasil mais firme com as minhas ideias nacionalistas. Venho refazer-me economicamente. Estou endividado e sem dinheiro. Vou trabalhar para viver. Só

voltarei às fileiras por motivos que a isso me forcem. Ainda assim, logo possa, deixarei o Exército.

Essa minha atitude tomei-a ao verificar ser impossível bem servir ao Exército, sendo-se político. Na política – a política elevada bem entendido, adiantou nosso entrevistado, - que tenciono fazer, não posso admitir ao mesmo tempo a farda e o civil. A missão do Exército é muito outra. Deve ficar longe dos partidos e das competições políticas, exercendo a sua digna função de velador da paz e da ordem.

Aliás, esse meu desejo vem desde a época em que eu ainda era aspirante.

Agora, porém, mais se avolumou em meu espírito.

Prosseguindo disse:

- Acertada a minha vida, iniciarei no Rio de Janeiro a campanha social nacionalista com alguns companheiros idealistas.

A campanha que pretendo incitar será radical. Radical ao liberalismo mofado que há por aí. O liberalismo no Brasil, tem sido uma negação completa desde os tempos da independência até hoje. No Brasil e nos países onde ele conseguiu prosélitos.

Tendo combatido a revolução de 1930 com armas nas mãos, depois procurei colaborar com a reconstrução do país, com o fito de dar-lhe um rumo nacionalista.

Tal porém, não consegui.

Não sou comunista. Absolutamente, como procuram inculcar-me. Também não sou social democrata ou coisa parecida. Sou apenas social-nacionalista.

Os exemplos e as duras experiências têm mostrado tais doutrinas quanto valem.

- com referência ao Exército, tenente, qual a sua opinião?

Deve manter-se acima das competições políticas e daí o querer afastar-se dele. Considero o exército força sagrada da nação, que desejo absolutamente coesão, que não é possível intrometendo-se em política.

- em princípio não é contra Ditaduras. Sou contra o que temos pois ela não corresponde aos anseios nacionais. Sou pela ditadura que tenha a força, ao lado do raciocínio e do progresso, a bem das coletividades. Desejava muito que a ditadura brasileira fosse composta de elementos capazes de levá-la ao fim colimado. Só assim, acrescentou – teríamos uma nova concepção de Estado e Governo.

- que nos diz da Constituinte a reunir-se a 15 desse mês?

- Ao meu ver a Constituinte que se vai reunir é a mais medíocre que já se reuniu no Brasil.

Irá, talvez, votar uma Constituição social-democrática. Social democracia que iremos ter por experiência, quando todos os povos que já a experimentaram a deixaram de mão, por inadaptável à vertigem social do século.

E concluindo – Em compensação, meu amigo, essa anarquia irá incitar a maioria consciente do Brasil, à reação nacionalista.”

\* \* \*

As dúvidas que poderiam pairar sobre a pessoa do tenente estiveram também presentes quando se lê essa trajetória *a posteriori*. Todas as referências biobibliográficas vão ligá-lo ao movimento de 1932 como sendo participante do mesmo. E, como pode ser visto acima, ora Severino afirma ter passado “à cavalheiro” de ambas as revoltas e ora afirma ter enfrentado 1930 com armas nas mãos. Na entrevista concedida a Nirez, o já idoso general Severino Sombra afirmou que estava no gabinete do ministro Salgado Filho no Rio de Janeiro, colaborando com a reforma sindical no momento em que eclode o movimento. O convite se dera por suas críticas ao projeto de reforma da legislação sindical do ex-ministro Lindolfo Collor em um evento público onde o tenente sairia famoso pela ousadia. No momento de eclosão do movimento em São Paulo, o tenente Severino vai ao Nordeste, porém, negava ter ido a mando de São Paulo, como afirmou Getúlio Vargas. Ele afirmou seus motivos da seguinte forma:

Eu vim porque já não tinha aderido a Revolução de 1930. Já não era aquela democracia. Lemos que dizia, o político mineiro, uma Revolução promovida por uma elite política para se salvar diante da revolta generalizada que existia no Brasil daquele tempo. Inclusive com os golpes militares ali, os tenentes e Juarez Távora e Eduardo Gomes e etc, quer dizer, o Brasil estava vivendo num período crítico porque o povo já não tolerava mais a podridão a que havia descido a política brasileira, o oligarquismo político dominante daquele tempo. Tanto que Antonio Carlos mineiro dizia “façamos a revolução antes que o povo a faça” olha aí. E, portanto, essa revolução de 1930 não era a revolução com a qual eu podia sonhar, verdadeiramente democrática. Tanto assim que o que é que se implantou: uma ditadura de quinze anos. Uma Revolução democrática? Que ficou na mão de um caudilhismo continuísta do Rio Grande do Sul”.

Os documentos registram sua participação na revolução de 1932, enquanto o tenente afirma ter sido vítima de um mal entendido. Na entrevista acima, concedida pouquíssimo tempo após os fatos que marcariam a história do Brasil, o tenente Severino Sombra deixa muito claro sua posição contrária ao movimento de 1930 e também ao de 1932. Possivelmente, esse comportamento se explique por sua crença nos escritos de De Maistre, que ao afirmava a superioridade das práticas católicas por não se rebelarem contra

as autoridades civis.<sup>183</sup> Vale também pontuar a caracterização que a historiadora Maria Helena Capelato fez do movimento 1932 ao ressaltar os pressupostos do liberalismo como fundamento da luta contra a intervenção do Estado na economia e na política. Esses pressupostos estavam em direção oposta ao empenho do jovem tenente Sombra.<sup>184</sup>

O historiador Boris Fausto destacou 1932 como o resultado da contenda político-ideológica entre liberais e autoritários, ressaltando que entre os objetivos da revolução — que os inimigos classificavam como uma revolta oligárquica —, encontravam-se a “garantia de autonomia dos estados e a implantação de um regime político liberal, após a realização de eleições livres”.<sup>185</sup> Ainda segundo Fausto, somente com a instituição do Estado Novo teria se dado a vitória dos ideais autoritários e a derrota dos liberais, que concorreram desastradamente para o golpe.<sup>186</sup> Essa maneira de caracterizar 1932 é condizente com o discurso do ainda jovem Severino Sombra ao narrar sua impossibilidade de aderir ao movimento.

É muito interessante percebermos que Severino Sombra tinha, no momento em que concede a entrevista ao jornal no momento de seu regresso do exílio, total consciente de que suas ações são de natureza política, afirmando inclusive ser sua política “bem elevada”. O que merece destaque, no entanto, é sua fala consciente de que sua ação não estaria em conformidade com o que se esperaria de um militar naquele momento. O tenente Severino Sombra, ainda que adjetive sua política fazendo uma distinção, sabia que estava a fazer política. Não se pode afirmar que a situação financeira tenha sido o principal fator a contribuir para que Severino Sombra retomasse seu posto no Exército, como insinua a biografia romanceada escrita por Eduardo Augusto Lebres Moura. O que podemos inferir após sua afirmação de que o Exército deveria manter-se acima das competições políticas e de ter externado seu desejo de não mais ser militar por estar inclinado à ação política, é que esse tipo de política pode ter coincidido com os interesses da organização militar, fazendo dele também uma espécie de *stamemaker*.

Quando questionado sobre sua opinião sobre o Exército, o tenente não titubeia em afirmar que o Exército deveria estar afastado da política, uma vez que, identificado com a ideia de nação, deveria estar absolutamente coeso, o que seria impossível estando inserindo em disputas políticas. O que esta pesquisa verificou é que, nem só nenhuma das atividades em que estava empolgado foi abandonada, como puderam coexistir sem que afetassem a ideologia do apolitismo militar. O que poderia somente endossar a afirmação de MacCann sobre a união das várias facções existentes no Exército das décadas de 1920 e 1930 para formularem uma reforma pelo bem do Exército diante de inexistência de modelos de revoluções desenvolvimentistas.<sup>187</sup>

---

<sup>183</sup> Motta, Rodrigo Patto Sá. 2001. “Paradoxos Do Pensamento Contra-revolucionário: Joseph De Maistre”. Op cit. p. 136.

<sup>184</sup> CAPELATO, Maria Helena. **O Movimento de 1932: A Causa Paulista.** *Op cit.* pp 57.

<sup>185</sup> FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p 9.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> McCANN, Frank. Soldados da Pátria. *Op cit.* p. 393.

Nos anos iniciais da década de 1930, a maior parte do esforço do tenente Severino Sombra foi concentrada em “pregar” – como ele mesmo gostava de chamar em suas entrevistas – para associações operárias como “civil”, porém como destaca na década de 1980, “sem deixar de ser tenente” – fala que omite o seu desejo expresso em 1933 de abandonar a fileira militar, e que também pode ser encontrada em diferentes momentos em sua troca de correspondência com Tristão de Athayde. Em uma dessas cartas, escrita logo após sua prisão por não ter aderido a Revolução de 1930, ele relatou ao amigo que:

o Exército caiu aos pedaços, apodrecido. E quando a gente foi ver de perto, descobriu que só tinha a casca. Por dentro as formigas haviam devorado tudo.

Hoje, vamos fazer declaração de solidariedade ao novo governo. Os que não fizerem continuarão presos e serão certamente enxotados do Exército. Seria a oportunidade que tanto desejo.<sup>188</sup>

Como se vê, dois anos antes da entrevista concedida na ocasião de seu retorno ao país, o tenente já sonhava com a oportunidade de deixar as fileiras do Exército. Em outra carta, redigida no mesmo momento, ele seguiu demonstrando um desejo ainda mais extremado ao aludir a possibilidade desse abandono.

[...] Luta em que vivia em Fortaleza para esse passo fundo estúpido e politiqueiro. Arrancado de casa quando começava a habituar-me novamente à vida junto a uma mãezinha querida, após seis anos de reclusão no ambiente insuportável de uma Escola.

Criancice dos meus 15 anos

Só me sinto bem no barulho, no bafafá. Na caserna, a vida é uma repetição. Já está tudo regulado, medido, contado. As ideias já se foram embora. Não tem mais o que fazer

Só resta adquirir uma vasta cultura profissional. Mas isso servirá para alguma coisa?

Entre o programa que v. esboçou na “tentativa de itinerário” e um de cultura militar, qual preferirei?

A realização dos dois é impossível.

Tenho que escolher aos vinte e dois anos depois de cursar um colégio e uma escola Superior, com obrigações indeclináveis, encontro-me numa encruzilhada!

Não encontro do lado militar motivo algum que valha o sacrifício da minha renúncia.<sup>189</sup>

O que esses escritos demonstram é se considerarmos os marcos entre a Revolução de 1930 e a Revolução de 1932 para analisarmos o pensamento de Severino Sombra, poderíamos concluir que ele já concebia como inconciliáveis a farda e a política e que, a avaliar pelos sentimentos confidenciados em relação ao Exército, seu diapasão tendia para a política. Sua primeira pregação aconteceria em julho de 1931 na Associação Operária do

---

<sup>188</sup> [http://acervoal.ddns.net/files//070\\_07/0667.pdf](http://acervoal.ddns.net/files//070_07/0667.pdf)

<sup>189</sup> [http://acervoal.ddns.net/files//070\\_07/0674.pdf](http://acervoal.ddns.net/files//070_07/0674.pdf)

Ceará e ele a caracterizou como sendo uma fala doutrinária, filosófica e ideológica, lembrando aos seus entrevistadores não haver nesse período sindicatos, mas associações benéficas.<sup>190</sup>

Uma das hipóteses para essa dúvida definição “civil/ sem deixar de ser tenente” pode vir ainda das fronteiras ainda pouco estabelecidas pela ideologia do apolitismo militar, que começara a se desenhar depois de 1930. É possível também que o fato de ser um tenente fosse utilizado de diferentes formas, todas politizadas.

A Ação Católica usaria sua patente para marcar uma distinção com relação a outros tenentes, identificados por esse grupo com a quebra da ordem. A publicação semanal da paróquia de São João Batista do Rio de Janeiro, A Cruz, subsidiada pela Confederação Católica do Rio de Janeiro, trouxe um artigo assinado por Tristão de Athayde no final da década de 1930 que, ao referir-se ao tenente Sombra, reforça essa diferenciação entre tenentes.

Distinguir continua a ser o processo mais eficaz dos métodos analíticos positivos. E devemos fazê-lo, principalmente, nos momentos de confusão social e doutrinária como o que vivemos.

(...)

E é o que devemos fazer ao encontrar um “tenente” como chefe de uma legião nesse Nordeste brasileiro, que é a terra dos homens fortes, tenazes, realizadores, educados pelo sofrimento, habituados a lutar contra uma natureza hostil, tendo nas veias a mais pura das mestiçagens: a que se fez entre o sangue açoriano e o sangue caboclo – herdeiros da segunda epopeia bandeirante da nossa história, a conquista da Amazônia, fortes entre os mais fortes e trazendo a alma brasileira, como correção a sua fragilidade e como complemento a sua ternura, uma disciplina de caráter que poderia vir a ser o regulador de sua unidade.

Nessa “legião” fundada pelo “tenente” Sombra não encontramos sombra de tenentismo ou de legionarismo, tais como fomos levados a compreende-los por certas experiências a que estamos assistindo aqui no Sul.

Essa é a distinção primordial a fazer ao considerarmos a obra incipiente, e já vitoriosa desse moço que há um ano se achava prisioneiro no Rio Grande do Sul, por seu espírito de rigorosa disciplina militar e repulsa à participação do Exército em movimentos revolucionários, e hoje se acha à testa do movimento social mais fecundo e mais sério que há um ano se tem feito no meio de tanto palavreado oco que a Revolução liberal desencadeou sobre o Brasil.

Severino Sombra é a expressão das mais puras do que há de melhor no nosso nordestino, isto é, no homem de ação mais genuinamente brasileiro que possuímos.<sup>191</sup>

Os destaques fazem ressaltar o interesse em distinguir um tenente dos demais. Um tenente disciplinado, que repudia o envolvimento do Exército em questões de natureza política ressaltando também a coincidência entre Exército e nação. Nesse sentido, ser um

---

<sup>190</sup> Entrevista CPDOC: 321-severinosombra-12a.

<sup>191</sup> *A cruz*, 22 de agosto de 1937. Grifos meus.

bom militar é ser um bom brasileiro. Caso avancemos na leitura do elogio ao tenente Sombra leríamos também que seu trabalho no Nordeste era essencial na visão de Tristão de Athayde, para dar ao Brasil uma “solução racional, nacional e cristã” ao problema social, que na concepção dos pensadores conservadores, colocava em ameaça a própria subsistência da pátria. Para Tristão Athayde, o trabalho do tenente disciplinado e apolítico condensava a reforma social capaz de “salvar” o país da “anarquia, do separatismo, da intervenção estrangeira capitalista e do imperialismo comunista”, deixando transparecer o caráter antiliberal e anticomunista do “apolitismo” idealizado pelo pensamento conservador dos anos 1930.<sup>192</sup>

Aqui valeria a pena retomarmos algumas considerações sobre o tenentismo. Embora a literatura especializada defina momentos e fases distintas, ou mesmo diferentes perspectivas, acreditamos que a trajetória do tenente Severino Sombra seja um bom referencial de como nas décadas de 1920 e 1930 esse misto de ideias e ações que posteriormente dariam sentido nomeando de tenentismo, ou mesmo tenentismos, flexionado no plural, não estava de maneira alguma fechado em algo que coubesse em única definição. Boris Fausto afirmou que por ser dotado de uma “inconsistência ideológica”, o tenentismo teria se dividido em dois projetos completamente opostos: a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira.<sup>193</sup>

As pesquisas citadas sobre a Legião Cearense do Trabalho identificaram, diferente do texto de Tristão de Athayde, a associação como reflexo do tenentismo. Leandro Cordeiro vinculou algumas características da Legião ao tenentismo: suas reivindicações de moralidade política e de justiça social, além dos seus pressupostos de um governo centralizador, intervencionista e reformista. Após fazer a defesa de pressupostos tenentistas na Legião, demonstrou a confusão que o tema outorga aos pesquisadores. Ao narrar a prisão do tenente Sombra no Sul por não colaborar com a "Revolução de 1930", e, portanto, com a Aliança Liberal, o autor demonstra essa confusão ao afirmar que a não adesão do oficial se deu “mesmo este movimento tendo o apoio tenentista”.<sup>194</sup>

Outro trabalho que entrelaçou a ação do tenente Sombra ao tenentismo foi o de Eduardo Oliveira Parente. Em sua tese, o historiador afirmou que “não podemos negligenciar a importância das ideias e da força do tenentismo naquela conjuntura, o que facilitou a ação dos dois primeiros líderes da LCT, Severino Sombra e Jeovah Motta”. A fonte utilizada para sustentar tal afirmação foi a entrevista cedida por Jeovah Motta, militar que dirigiu a LCT e a AIB simultaneamente, onde afirmava não descartar a “influência positiva do tenentismo, pois que afinal o Severino era um tenente aos olhos da comunidade cearense”.<sup>195</sup>

---

<sup>192</sup> Idem.

<sup>193</sup> FAUSTO, Boris. **Revolução de 1930. Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

<sup>194</sup> CORDEIRO, Leandro Luiz. Legião Cearense do Trabalho: pensamento e a práxis política de Severino Sombra. In: Anais do VI Congresso Internacional de História. 2013.

<sup>195</sup> PARENTE, Eduardo Oliveira. A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a Legião Cearense do Trabalho (1931-1937). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

Seria leviano não citarmos, em um trabalho que se debruça sobre uma trajetória, a o fato de Severino Sombra ter sido membro do Clube 3 de outubro. Um jornal do período o apresenta como membro da instituição ao noticiar um convite da diretoria do Clube para que o tenente realizasse uma conferência sobre “O sentido e a organização da Legião Cearense do Trabalho”, sendo apresentado como um oficial que vinha se especializando em assuntos relativos a organização do trabalho.<sup>196</sup> No dia seguinte a esta apresentação, o mesmo jornal noticiou que o tenente foi aplaudido e que foram participar da sessão 22 associações de classe do Distrito Federal.<sup>197</sup>

O Clube 3 de outubro era uma organização centralizadora que expressava as reivindicações dos tenentes. Teria sido criado por sugestão de Góes Monteiro em fevereiro de 1931. O grupo funcionou como um elemento de pressão sobre Getúlio Vargas. O lançamento das bases do grupo contou com a presença de 30 revolucionários históricos. O Clube seria personagem importante na história política do país por fornecer ao presidente “uma espécie de contrapeso político, com ímpeto suficiente para manter o equilíbrio político por quase um ano”. A sua importância pode ser verificada na afirmação de que “ser um tenente em fins de 1931 e pertencer ao Clube 3 de Outubro era muito mais importante que ser um general ou um ministro”.<sup>198</sup>

Ainda sobre o Clube 3 de outubro, devemos fazer algumas observações já balizadas por trabalhos clássicos no campo especializado. A primeira diz respeito a própria instauração do Clube. Apesar de ser um esforço do general Góes Monteiro e de Oswaldo Aranha, que teriam instado os tenentes para formar a agremiação que deveria ser um fórum para discussão de doutrina revolucionária e um veículo para disseminá-la, o clube se tornou uma causa de discórdia entre generais que o consideravam uma organização extra-institucional e, portanto, uma ameaça à disciplina.<sup>199</sup>

A segunda observação é, mais uma vez, sobre o tenentismo e como foi lido pela historiografia, e que acabou por legar às pesquisas mais recentes uma certa onipresença tenentista, apenas destacando adjetivos distintos a depender da época: liberais nos anos 1920 e autoritário nos anos 1930. Nomear como tenentismo marcas da primeira metade do Brasil republicano pode ter facilitado uma síntese do período, mas não facilitou tanto assim as pesquisas que orbitam o tema. Anita Preste pontuou, por exemplo, que os militares que se levantaram em 1935, não eram mais tenentes, mas seguidores de Prestes, lembrando-nos que o próprio Prestes afirmara em seu Manifesto de Maio de 1930 que deixara de ser tenente para ser adepto do comunismo. Além disso, Anita Preste distanciava-se da interpretação de Boris Fausto ao afirmar que a ANL não era uma continuação do tenentismo, mas uma ruptura com o mesmo e que as características que influenciaram seus adeptos e que foram identificadas com o tenentismo, a saber, o golpismo, o elitismo e a

---

<sup>196</sup> Correio da Manhã. 6 de janeiro de 1932. p. 2.

<sup>197</sup> Correio da Manhã. 8 de janeiro de 1932. p. 4.

<sup>198</sup> LEAL, Carlos Eduardo. Clube 3 de outubro. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>> Acesso em: 24 set. 2024.

<sup>199</sup> McCANN, Frank. Soldados da Pátria. Op cit. p. 389.

espontaneidade, eram, na verdade, elementos amplamente difundidos na sociedade brasileira.<sup>200</sup>

O que interessa dessas análises sobre o tenentismo é destacar que o próprio Severino Sombra tinha noção de que colhera os frutos do movimento tenentista, o que de maneira alguma o posiciona em suas fileiras. Na sua entrevista ao historiador Sebastião Rogério Ponte, ele citou o seguinte:

É preciso salientar o seguinte: à medida que cada associação operária se filiava à Legião, ela crescia. As associações cresceram em consequência do movimento operário. Muitos operários que desconfiassem, com medo até da polícia, da perseguição dos patrões, deixavam de pertencer, de se filiar àquelas associações. Com a criação da Legião, tendo o tenentismo na frente do Brasil, enfim, eu era um tenente também. Então, aquilo tudo dava uma cobertura. Então, eu tinha, por assim dizer, um *habeas corpus* político nacional do tenentismo. Eu sempre tive a simpatia e mantive as melhores relações por parte dos meus companheiros jovens tenentes com quem eu convivi no Ceará.<sup>201</sup>

De fato, as fontes confirmam como a trajetória do general Sombra foi marcada por seu modo de manter relações amigáveis com diferentes grupos. Exemplo disso é a amizade construída durante o exílio com o comunista Agildo Barata. O jovem exilado confidenciou, em carta a Tristão de Athayde, que Barata possuía uma enorme nobreza moral “que mal se podia conter na armadura pesada e estreita de sua iniciação marxista”, e que era era a “sua melhor companhia no exílio, apesar da oposição radical de nossas convicções”.<sup>202</sup>

Falaremos adiante sobre essa capacidade de manter amizades e de como ela serviu ao oficial. Porém agora, faz-se necessário um retorno ao dito na entrevista porque evidencia que o tenente faz questão de frisar sua simpatia aos jovens tenentes e não exatamente ao tenentismo. Em outro trecho da entrevista, infelizmente não explorado pelo entrevistador que possuía outro interesse, o general fez uma breve alusão ao Clube 3 de outubro da seguinte forma: “O grupo mais revolucionário, mais patriótico reuniu-se no Clube 3 de outubro. Apesar de eu não ter sido um revolucionário, o Clube 3 de outubro me convidou para eu fazer lá uma conferência, expor minhas ideias, dizer o que eu estava pensando, pensando”<sup>203</sup>. A brevidade da alusão se deu por conta do corte do entrevistador, interessado nas reações do patronato cearense à atuação da Legião. O importante aqui é atentar para a afirmação de que o então general não se define como um tenente revolucionário. Outro ponto importante a ser destacado é a sua versão para a conferência ministrada no Clube 3 de outubro. Sua filiação se dera um mês depois dessa conferência, no Ceará, onde foi eleito

---

<sup>200</sup> PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934-1935)**. São Paulo: Brasiliense, 2008. p.83.

<sup>201</sup> SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC – UFCE.CD 11 – faixa 2.

<sup>202</sup> Carta de Severino Sombra a Alceu Amoroso Lima. Disponível em 0557.pdf (acervoal.ddns.net). Acesso em 20/07/2024.

<sup>203</sup> SOMBRA, Severino. Entrevista com o General Severino Sombra concedida ao historiador Sebastião Rogério Ponte, Vassouras, 1983. NUDOC – UFCE.CD 11 – faixa 2.

em 21 de fevereiro de 1932, chegando a fazer parte do Conselho Diretor. Seria interessante agora analisarmos como o próprio tenente Sombra narrou, no momento do acontecimento, ainda em 1931, como se deu seu ingresso entre os tenentistas do Clube 3 de outubro.

No mês de abril ele escreve para Tristão de Athayde que tenentes históricos teriam confiado a ele e a Jeovah Mota, a redação do Manifesto do Clube. O tenente demonstrou surpresa porque, segundo ele afirmou, já estaria convencido que o tempo das legiões havia acabado no Brasil. Diante da oportunidade, afirmou ao amigo ter colocado carta todos os erros grosseiros dos militares chefes da revolução reunidos na agremiação. No mês seguinte, ele escreveu o seguinte:

Ante perigo comum – união da oficialidade. Dançamos sobre um vulcão. Organizam-se grêmios militares nos estados, tipo maçonaria. Beneficente, recreativa fora, política dentro.

Vou entrar – é a única maneira de influir e poder evitar alguns males. Ação sobre os espíritos pela imprensa – nada. Ninguém lê, a ação absorve tudo. 5 minutos de colóquio entre dois tenentes destrói toda apregação de um ano.

Não perco...estou jogando constantemente. Estou adquirindo prestígio junto aos oficiais estranhos e comissionados [...] pensavam que fora do capitalismo só havia o comunismo! Viva a cultura do oficial brasileiro! ...os grêmios talvez salvem o Exército do comunismo.

A Conferência do tenente no Clube 3 de outubro, deu-se em janeiro de 1932. Em julho, o tenente seria colocado à disposição do Ministério do Trabalho. Sua participação no gabinete do ministro Joaquim Salgado não seria longa, devido a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo e a prisão do tenente Sombra, efetuada dois meses após seu trabalho no ministério. Como se vê, o tenente Sombra parece ter tido pouco tempo para usurpar o prestígio alcançado com a proximidade do Clube capaz de influenciar as escolhas para postos no governo. Parece também pouco tempo para o “ligar as aspirações tenentistas ao discurso católico”, junção a qual seria atribuída o sucesso posterior da AIB no Ceará.<sup>204</sup>

Durante todo o período em que esteve exilado, entre outubro de 1932 e novembro de 1933, suas atividades de pesquisa e escrita não foram interrompidas. Escrevia para a revista *A Ordem*, que publicava desde suas resenhas sobre livros e até as correspondências trocadas com sua mãe. Produziu também uma pesquisa que resultaria em um livro que lhe abriria as portas do Congresso de numismática, evento que participou contando com a liberação do Exército.<sup>205</sup> Em uma resposta a um ofício do Instituto de Geografia e História Militar, enviado a ele na década de 1980, o já reformado general Severino Sombra descreveu seu cotidiano no exílio com o intuito de deixar para as futuras gerações as razões

---

<sup>204</sup> REGIS, João Rameres. Integralismo e coronelismo: interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1937-1932). Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008. p. 105.

<sup>205</sup> PASTA nº VIII-30-39-SAP-AHEX.

que o levaram a reunir estudiosos da história do Exército e da Marinha para criar o IGHMB. Na ocasião, o general registrou que:

Em 1932, tentei movimento, no Nordeste, para forçar a ditadura de Getúlio Vargas realizar acordo com S. Paulo, a fim de fazer cessar a Revolução Constitucionalista. Denunciado pelos Interventores nordestinos, fui preso e reformado administrativamente, “como perigoso à ordem política e social”, sendo recolhido a bordo do navio Pedro I, onde vieram juntar-se próceres militares e civis da revolução paulista. Em novembro fui incluído na lista de exilados para Portugal.

Em Lisboa, dediquei-me inteiramente à pesquisa histórica. Fui residir junto ao Arquivo Histórico Colonial, próximo ao mosteiro dos Jerônimos, entrando e saindo com os funcionários. deixou-me pasmo a riqueza de documentação inédita relativa ao Brasil, no período colonial. Havendo criado um movimento trabalhista no Ceará – Legião Cearense do Trabalho -, que se expandiu por outros Estados do Norte e Nordeste, sob a inspiração dos princípios sociais cristãos, interessava-me saber se estaria certa a afirmativa de Capistrano de Abreu, que não existira, em Portugal, as Corporações de Ofício. Meu interesse era ver se encontrava uma base histórica para o trabalhismo brasileiro.<sup>206</sup>

Esse trecho será retomado em outro momento. O que importa destacar aqui é como em sua memória, ao decorrer do tempo, a sua atuação no evento 1932 vai tomando significados distintos. A historicidade das ações demonstrado que, de fato, a história não diz respeito unicamente ao evento, mas também ao lugar que determinado ocupa na vida narrada pelo agente. Capturar esses significados - e compreendê-los – já seria motivo suficiente para animar as análises de uma trajetória, sempre atreladas à noção de memória. Como podemos perceber, diferente da entrevista concedida no momento que segue imediato ao seu retorno do exílio, não há no relato, já distante do tempo em meio século, qualquer afirmação de inadequação entre sua produção católica e sua carreira militar, como poderia explicitar a frase dita por ele em 1933: “não posso admitir ao mesmo tempo a farda e o civil.”

Outro ponto importante no excerto da carta é a forma como o general Sombra fez questão de reafirmar seu esmero em prol da pesquisa histórica. Ele compartilha com o destinatário da carta, o general Francisco de Paula e Azevedo Pondé, as suas motivações para a pesquisa histórica empreendida durante o exílio, deixando muito evidente seu objetivo político. Além disso, destaca de forma contundente sua disciplina ao afirmar que entrava e saía com os funcionários do arquivo. Em outra correspondência, datada de 20 de agosto de 1933 e destinada a Tristão de Athayde, Severino afirmou ter se transformado, passando de agitador para rato de biblioteca. Ao descrever sua rotina, afirmou ficar cerca de 5 horas, todos os dias, “afogado nos alfarrábios do Arquivo Colonial”, o que o fez descobrir “coisas interessantíssimas e desconhecidas”. Suas descobertas o fizeram chegar a um veredito sobre a história produzida no Brasil: “Vou convencendo-me que até agora só se tem escrito literatura da história do Brasil. Só no Arquivo Colonial há 2 milhões de

---

<sup>206</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Id: BR DFANBSB V8.

documentos sobre o Brasil!!!”. Seu objetivo com a pesquisa também foi exposta na conversa, ao afirmar que para não perder tempo, deixava de lado tudo o que não interessava diretamente ao seu trabalho sobre confraria de ofícios.<sup>207</sup>

É notório que seu engajamento na criação e consolidação da LCT não foi um problema para sua circulação entre os altos círculos militares. Não houve qualquer constrangimento para que escolhesse, para usar suas palavras, entre a farda e o civil. Como já vimos, o Clube 3 de outubro, espaço criado por pelo general Góes Monteiro, recebeu o jovem tenente justamente para narrar sua experiência entre os trabalhadores no Ceará. Além disso, sabemos que a formulação da Política Social do Exército, já examinadas nessa tese, foram encomendadas por Góes Monteiro ao tenente Sombra. Na entrevista concedida ao CPDOC na década de 1980, o general Sombra menciona o general Góes Monteriro como responsável por tumultua a vida militar do Brasil, justamente por assumir um papel político. Já o presidente Getúlio Vargas foi descrito pelo general Sombra como um líder caudilhista, herdeiro político de Borges de Medeiros. Na avaliação do general Severino Sombra, Getúlio Vargas fez uma política que tirou o operariado das mãos do comunismo, porém, o transformou em base eleitoral. As críticas pareceram ignorar completamente sua participação muito ativa na formação dessa nova política organizacional que, como sabemos, institucionalizava-se simbioticamente com o Estado Novo, levando o sociólogo Edmundo Campos Coelho a afirmar que ambas eram “uma mesma e única empresa”.<sup>208</sup>

Vale destacar aqui também a influência dos autores de pensamento autoritário sob a figura do ministro Góes Monteiro. Bóris Fausto pontuou que a grande preocupação com a segurança nacional presente na obra dos pensadores autoritários encontrou plena correspondência no pensamento nacionalista autoritário-militar cujo maior representante foi o general Góes Monteiro. Ou seja, em alguma medida, o pensamento do general aproximava-se do pensamento de Severino Sombra porque estavam amparados por uma literatura comum - Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos – sem, contudo, haver uma homogeneidade. As semelhanças estão restritas ao ataque endereçado ao liberalismo, ao repúdio ao sistema federalista, e no destaque dado ao papel do Estado, principalmente na questão da unidade nacional no combate às tendências lidas por eles como desagregadoras.<sup>209</sup>

O “Sombra agitador” mencionado na carta ao amigo e mentor católico Tristão de Athayde, poderia ser uma alusão a sua liderança nas greves ocorridas no Ceará enquanto estava a frente da LCT. Segundo seu relato posterior, ele paralisou os transportes e os portos do Ceará reivindicando melhores salários e alterações no tempo de serviço, afirmando que o fato de organizações classistas terem pouca expressão, fazia com que a classe patronal não fosse cobrada.<sup>210</sup>

---

<sup>207</sup>Carta de Severino Sombra a Tristão de Athayde. Disponível em <[https://acervoaal.ddns.net/files/070\\_07/0550](https://acervoaal.ddns.net/files/070_07/0550)>

<sup>208</sup> COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** o Exército e a política na sociedade brasileira. op cit. p, 109.

<sup>209</sup> FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940).** Op cit. p, 25.

<sup>210</sup> Entrevista CPDOC: 321-severinosombra-12a.

O que interessa aqui é perceber que ao rememorar suas pregações nas associações, o general Severino Sombra acaba por tecer uma linha de casualidade entre essas e o surgimento da sua Legião Cearense do Trabalho, afirmando ser a Legião a consequência dessas suas palestras aos trabalhadores. Interessante perceber que esse seu trabalho “civil” – para usarmos a sua distinção entre as atividades políticas e sua carreira militar - teve como fruto uma associação estruturada de forma bastante hierarquizada. Para tratarmos muito brevemente dessa estrutura, cabe dizer que a mesma contava com uma presidência, auxiliada por um secretariado (operários intelectualizados e estudantes que já começavam a acompanhar o tenente Severino Sombra), um “conselho legionário”, composto pelos presidentes de cada associação e de um delegado escolhido por votação secreta e, finalmente, um tribunal legionário, que Severino Sombra afirmou ser um primeiro esboço de justiça do trabalho nas Américas, que contava com líderes operários e um professor de direito que fosse capaz de fornecer apoio jurídico aos trabalhadores.

O Severino Sombra recuperaria seu posto de tenente do Exército seis meses após regressar do exílio. O decreto nº 24297 de 28 de maio de 1934, em seu artigo 4, anistiava e reintegrava os militares, destacando principalmente os capitães e os tenentes envolvidos no movimento de 1932. O reingresso no Exército colocou fim a dependência financeira que marcou sua estadia em Portugal. Enquanto esteve exilado, Severino Sombra contou com a amizade de Tristão de Athayde. Não é raro entre as correspondências trocadas, Sombra agradecer por dinheiro enviado. Foi Tristão, a pedido de Sombra, que conseguiu que o ex-tenente publicasse no Jornal do Comércio os documentos encontrados no Arquivo de Lisboa.<sup>211</sup>

No ano seguinte à publicação do decreto, em 1935, o agora capitão Severino Sombra seria designado para trabalhar como auxiliar de Ensino na Escola Militar, na cadeira de sociologia. E, entre os anos 1936 e 1939, seria designado para servir na 5ª seção, responsável por ensino de história e sociologia, no Estado Maior do Exército, afim de auxiliar os trabalhos de redação da Revista Militar. Este período, em que esteve dedicado ao ensino e à redação da Revista Militar, rendeu-lhe diversos elogios. O general José Meira de Vasconcellos, ao deixar o comando da Escola, assim se expressou sobre o capitão:<sup>212</sup>

“Ao capitão Severino Sombra de Albuquerque, pela eficiência, valor e mérito do seu trabalho, como verdadeiro educador da mocidade militar, cuja tradicional Escola conserva ainda a fama de um dos mais reputados centros de cultura do Exército (...) capitão Severino Sombra de Albuquerque, oficial inteligente, compenetrado e esforçado, capaz de produzir os melhores frutos em benefício do Exército e do país”.

---

<sup>211</sup> Essa gratidão pode ser vista, por exemplo nas cartas trocadas no dia 30/12/1932 onde Sombra agradece o envio de 1700 escudos. Na carta de 29/03/1933 ele agradece novamente o envio de dinheiro. Essas correspondências estão reunidas na seção “correspondência” no sítio eletrônico <https://www.alceuamorosolima.com.br>.

<sup>212</sup> As informações sobre sua carreira no Exército foram consultadas em sua pasta no Arquivo do Exército. PASTA nº VIII-30-39-SAP-AHEX.

Esse mesmo tom seria utilizado no elogio registrado pelo Estado Maior do Exército, de onde o capitão sairia para trabalhar na comissão da recém-criada Biblioteca Militar, uma das instituições voltadas ao passado que também teria como idealizador o capitão Severino Sombra. A leitura de sua caderneta de Assentamentos, em sua pasta no Arquivo do Exército, pode nos dar um resumo de como, durante a década de 1930, o capitão foi descrito por seus superiores.

O coronel Manoel Colares Chaves, que comandava o 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza no ano de 1934, referiu-se ao ainda 1º tenente como inteligente, dedicado e profissional, revelando-se um “oficial culto, de fino trato pessoal, possuidor de uma aprimorada educação civil e militar que o torna um elemento de destaque no seio de sua classe”. Em 1936, os elogios recebidos na 5ª seção do Estado Maior do Exército seguem a mesma linha, destacando sua “probidade profissional, convicções e caráter” demonstrando saber “lutar pela instituição a que serve”, um oficial que “trabalha com patriotismo e consciência, com o espírito sinceramente preso ao dever e a dignidade de suas funções”.<sup>213</sup>

Foi nesse mesmo ano de 1936 que o Estado Maior do Exército liberou o capitão para participar do Congresso Numismático Brasileiro, evento patrocinado pelo governo do Estado de São Paulo ocorrido de 24 a 31 de março de 1936. Nessa ocasião, o capitão apresentou o trabalho que resultou de suas pesquisas durante o exílio em Portugal. Após seu retorno, logo foi designado pelo ministro para integrar a comissão responsável por recriar a Biblioteca Militar. O decreto nº 1748 de 26 de junho de 1937, previa em seu 10º artigo que a 5ª seção do Estado Maior, direcionada a história e geografia, e local onde servia o capitão, deveria centralizar o trabalho da Biblioteca Militar cabendo-lhe a direção da impressão das obras escolhidas ou premiadas, a distribuição das publicações e a fiscalização das despesas e dos fundos da Comissão. Essa comissão, para qual o capitão foi designado, estava prevista no artigo 12 do decreto, e deveria ser composta por 5 membros, dentre os quais 3 seriam militares e 2 civis, nomeados diretamente pelo ministro da Guerra, presidida por um general ou coronel. Entre suas incumbências estava a seleção de obras a ser reeditadas, o estabelecimento do processo de julgamento das obras inéditas e a indicação daquelas que deveriam ser adquiridas para a distribuição gratuita.<sup>214</sup>

Essa passagem pela Comissão da Biblioteca Militar também lhe renderia elogios. Seus colegas na comissão foram o general Valentim Benício da Silva, o coronel Francisco de Paula Cidade os civis Luiz Edmundo de Mello Pereira e Carlos Maúl, jornalistas e membros nas Academias de Letras, do Brasil e do Rio de Janeiro, respectivamente.<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> PASTA nº VIII-30-39-SAP-AHEX.

<sup>214</sup> BRASIL. Decreto nº 1748 de 26 de junho de 1937. Dispõe sobre organização da Biblioteca Militar, do Ministério da Guerra. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1748-26-junho-1937-459119-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 mai. 2024.

Sobre a criação da Biblioteca Militar e sua comissão diretora ver: BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. A **Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército Brasileiro durante o Estado Novo: 1937-1942**. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFRJ. Seropédica, 2014. pp. 31.

<sup>215</sup> Idem. p. 63

### **3.2 – A política experimental em tempos de apolitismo militar.**

O capitão Severino Sombra afirmou em um livro sobre a história da sociologia que “a história é a política experimental, isto é, a única boa”. A frase na verdade era de Joseph De Maistre e pode ajudar a entendermos todo o seu engajamento para criar no Exército instituições voltadas para a produção de história.<sup>216</sup>

Posteriormente, o general Severino Sombra passou a sustentar a ideia de que foi mais que secretário Biblioteca Militar, afirmando-se como idealizador mesmo da empreitada. Na história escrita pelo então tenente Umberto Peregrino, ele teria tido a ideia a partir da descoberta de uma sala, no Ministério da Guerra, esquecida e abandonada na condição de depósito de livros remanescentes da Biblioteca do Exército fechada em 1926. Ele então teria levado ao conhecimento do então coronel Valentin Benício e, com a notícia, a ideia de restaurar a instituição desativada por ato do ministro general Setembrino de Carvalho. O tenente Peregrino explicitou também que a primeira obra publicada pela nova biblioteca, investida agora de poderes editoriais, foi uma “peça inicial de uma campanha de esclarecimento anticomunista”, e que o então capitão Severino Sombra de Albuquerque concebia a biblioteca/editora como um “instrumento de trabalho anticomunista junto à oficialidade do Exército”. O tenente Peregrino afirmou ainda que, partindo das mesmas preocupações, o capitão teria inspirado também a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e o Arquivo do Exército.<sup>217</sup>

A busca em periódicos durante os anos iniciais da década de 1930 permitiu que vislumbrássemos todo o esmero do oficial Sombra em circular entre as programações católicas da capital. Foi orador do 1º de maio do Programa da Sétima Semana Eucaristica da Obra da Adoração perpétua Brasileira, na Matriz de Sant’Ana. Seu discurso, proferido às 21hs no salão paroquial, na sessão de estudo, trazia como tema “A Eucaristia e a questão social” e o tenente Severino Sombra focou sua fala nos “Os ensinamentos da encíclica Quadragésimo Ano”.<sup>218</sup> Na ocasião, a Legião Cearense do Trabalho já contava com três anos de existência e o tenente que regressara há poucos meses do exílio e acabara de ser reintegrado ao Exército passa a ser mencionado como um sociólogo. O evento foi noticiado como tendo reunido uma “compacta multidão de trabalhadores” e uma “grande participação operária”. Segundo o redator, o jovem oficial do Exército produziu “substancial e interessantíssima” conferência sobre “Os ensinamentos da encíclica Quadragésimo Ano de Pio X, estando o seu trabalho à altura da sua representação de sociólogo e do seu “renome de estudioso dos problemas de ordem espiritual”. Ainda segundo o relato, seus ouvintes estavam atentos ao orador e demonstravam, com aplausos prolongados, a sua aprovação “às ideias tão brilhantemente sustentadas e defendidas pelo

---

<sup>216</sup> SOMBRA, Severino. **Formação da Sociologia: introdução histórica às ciências sociais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. p. 71

<sup>217</sup> PEREGRINO, Umberto. op.cit., p.71–72.

<sup>218</sup> A cruz. 20-04-1934 – p 3.

tenente Sombra. Uma verdadeira aclamação coroou o seu magistral trabalho doutrinário”.

<sup>219</sup>

Não cabe aqui refutarmos as hipérboles utilizadas na condução da informação. O que importa é a percepção de que na metade da década de 1930, o tenente começa a se transformar em um sociólogo – sem que isso signifique abrir mão de sua patente militar – diante da sua audiência. E, cada vez mais, tentará ampliar o seu público. Engajou-se no mesmo momento em arrecadar fundos para a obtenção da licença de funcionamento para a rádio Sociedade Vera Cruz, sendo juntamente com seu tio, general Luiz Sombra, um dos sócios fundadores da rádio sociedade de matiz católica. Segundo dados do acervo da Fiocruz, havia no Rio de Janeiro, no final dos anos 1920, cerca de 40 mil aparelhos de rádio que alcançavam aproximadamente 100 mil pessoas, ou seja, ter uma rádio para difundir seus ideais aumentaria significativamente a audiência.<sup>220</sup>

Se fosse possível resumir a década de 1930 e dispor seus acontecimentos na trajetória do general Severino Sombra teríamos um início marcado por seus trabalhos frente a formação da Legião Cearense do Trabalho e uma cisão entre essas atividades e o seu trabalho enquanto oficial do Exército. Já em meados da década de 1930, o que fica patente é uma conciliação entre as duas atividades.

O Exército parece aos poucos ir abraçando o jovem oficial como uma voz importante e necessária - porque intelectual - dentro da corporação, mais especificamente, dentro da formação dos novos oficiais. A década seguinte, como veremos a seguir, o pensamento do capitão será, não só abraçado pelo Exército, como também difundido através de publicações subsidiadas por sua editora, que não podemos perder de vista ser ela também produto do empenho do jovem oficial.

O militar chegaria a década de 1940 reunindo diversos prenomes além de sua patente. Um exemplo contundente é sua apresentação na revista *Cultura Política* editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda durante a ditadura do Estado Novo, mais especificamente, entre os anos de 1941 e 1945. Em publicação de 1941, que analisaremos com mais calma a seguir, além de ser apresentado como capitão do Exército, Severino Sombra é introduzido como escritor, historiador e jornalista. Prenomes certamente acrescentados a partir da crença em saberes mobilizados, em um primeiro momento, fora do ambiente militar. Interessa questionar como, ou mesmo a partir de quais ações, essa crença foi produzida e encontrou caminhos para se estabelecer.

O período em que o capitão ganha prenomes variados e espaço para escrever em jornais e revistas foi um momento destacado pela historiografia como um “fantástico tempo de *statemakers*”, onde a imaginação intelectual se pode lançar em um espaço de experiências políticas muito efetivas, tornando possível que esses homens implementassem suas ideias.<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> A cruz. 06-05-1934 – p 3.

<sup>220</sup>Sobre a cultura do rádio no Brasil, ver o acervo da fiocruz. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=57>. Acessado em 04 de abril de 2024.

<sup>221</sup> LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos P. **Intelectuais do antiliberalismo:** alternativas à modernidade capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.p. 209

Tanto suas relações com a Ação Católica como sua circulação em espaços privilegiados de militares com força suficiente para sustentar um governo, pode ter garantido que seu pensamento e ação obtivesse repercussão imediata. O campo militar, não só endossou suas ideias como as colocou em prática efetivamente, dispensando espaços físicos para instalar instituições pensadas por ele e orçamento para que as mesmas pudessem funcionar. Esse empenho na criação de uma memória institucional não foi abraçado pelo Exército somente pelo prestígio alcançado por um dos seus oficiais. O Exército tinha um objetivo muito bem traçado: homogeneizar ideologicamente o oficialato para que o mesmo fosse imune a doutrinas consideradas corrosivas à corporação. Na medida em que o governo de Vargas identificava as mesmas teorias como nocivas também à nacionalidade, o jovem oficial conseguiu circular também por espaços do governo, como demonstra sua nomeação para o Ministério do Trabalho.

Possivelmente, o oficial Sombra sabia que articulações poderiam ser feitas, mesmo no interior do Exército, por meio de redes de amizade. MacCann afirmou que as conspirações no Exército eram feitas por meio dessas mesmas redes. Esse comportamento seria regido por regras tácitas e teriam precedência sobre as normas disciplinares do Exército.<sup>222</sup> Indo por esse mesmo caminho, Marcos Bretas, ao discorrer sobre a trajetória de Góes Monteiro assinalou que, durante a Primeira República, era comum que a carreira de oficial do Exército fosse mais uma contingência que visava alcançar certo padrão de vida que uma opção definida por vocação. Esses oficiais acabavam preteridos em regimentos de fronteira, distantes dos centros de decisão - capital federal e sedes das Regiões Militares. A exceção desse destino era quando ocorria um apadrinhamento, quando algum oficial general de prestígio apoiava e trazia para os centros de decisão os seus apadrinhados. Apesar de o marco estabelecido por Bretas ser a Primeira República, não seria absurdo pressupormos, após mais de meio século em contato com as teorias da diversidade do tempo histórico, que esses apadrinhamentos se estenderam, ultrapassando os limites cronológicos da Primeira República.<sup>223</sup>

Severino Sombra era casado com Beatriz Leitão de Carvalho, com quem teve cinco filhos. A moça em questão era filha do então coronel Estevão Leitão de Carvalho, um influente e respeitado oficial nos meios militares, e que pode ter sido decisivo para que o tenente voltasse ao Exército, uma vez que confidencia em carta ao amigo católico Tristão de Athayde que o então coronel tentava convencê-lo de retornar ao Exército. À propósito essas correspondências trocadas entre os dois militantes da Ação Católica revelam como as redes de amizade funcionavam. Nessas cartas, por exemplo, o tenente pediu a Tristão que lhe indicasse pessoas influentes junto à Companhia Loteria Federal para obter um cargo para seu padrinho, Guilherme Fonseca. Em outra ocasião, pediu que indicasse José Bonifácio Souza para uma vaga na Agembra. Já em 1935, pede que Tristão ouça a um amigo particular, Isaac Macedo, sobre a matrícula do seu irmão, Antônio D. Macedo, na Faculdade de Direito, dirigida por Tristão. Diante do atraso de cartas durante o exílio

<sup>222</sup> McCANN, p. 411.

<sup>223</sup> BRETAS, Marcos Luiz. O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. Revista Militares e Política, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 31-61. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008.. Acesso em: 01. Ago. 2024.

Portugal, Severino afirmou ao amigo já ter solicitado ao sogro a normalização das remessas.<sup>224</sup>

O sogro estaria presente em outros momentos. Ele presidiria o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), tendo o genro como o primeiro-secretário da instituição pensada por Severino Sombra nos anos 1930. O IGHMB foi fundado em 1936, um ano antes do golpe que inauguraría o Estado Novo. Na ocasião, alguns oficiais militares do Exército e da Marinha se reuniram no salão nobre do Clube Militar para tratar da criação de um espaço para a produção de história e geografia, cujo objetivo seria prestar “culto patriótico” aos vultos do passado. Temas como fortalecimento da nação e a condenação da política partidária, além da doutrinação ideológica seriam explorados nesse novo espaço. Dois anos depois dessa reunião, esses homens instalariam oficialmente, já em plena ditadura do Estado Novo, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.<sup>225</sup>

Foram apresentadas três motivações pelo capitão Sombra para a criação do IGHMB. A primeira teria a ver com a especialização da História. O capitão destacou que o surgimento de novos métodos de pesquisa e interpretação exigiriam o engajamento em um trabalho coletivo e sistematizado para o estudo do aspecto militar da História do Brasil. O capitão argumentou que essas novas metodologias, sem explicitar do que exatamente estava falando, já vinham sendo utilizadas em outros campos, como na história econômica, na história das artes e na história diplomática. Já a segunda motivação estaria relacionada ao caráter pedagógico da história militar. Pedagógico porque proporcionaria ao ser acionada o “ensinamento mais fecundo de todos os chefes militares”. Em sua crença, a força da história militar residiria no fato de ela permitir reflexões políticas, táticas e estratégicas sobre campanhas passadas, contribuindo para não só para a compreensão da condição atual do Exército, como também para a promoção da sua evolução. De uma só vez, a história militar promoveria, o “amor ao Exército” e o “interesse profissional” dos oficiais.<sup>226</sup>

Na terceira motivação exposta pelo capitão Sombra, ele mobiliza uma maneira muito presente na cartografia do pensamento do período de se pensar a sociedade, voltando ao tema da “personalidade nacional”, já exposto no seu Plano de Política Social do Exército. Os povos se afirmariam e garantiriam a sua sobrevivência através dessa personalidade, que se “manteria e se manifestaria entre gerações por meio de uma continuidade histórica”. É nesse sentido que a história ganha uma posição de destaque, uma vez que o esquecimento do passado e as rupturas com a tradição ocasionariam um trauma na nação, descaracterizando os povos e colaborando para sua assimilação por outros povos.

O sítio do IGHMB na internet confirma que a criação do instituto foi “fruto do idealismo de oficiais intelectuais da Marinha e do Exército [...] surgiu por iniciativa do

---

<sup>224</sup> Correspondências disponíveis no sítio eletrônico <http://www.alceuamorosolima.com.br>. Guia: correspondências: //acervoal.ddns.net/files//070\_07 Acesso em 20/07/2024.

<sup>225</sup> Sobre o IGHMB ver: OLIVEIRA, Natalia Vial de. O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras e Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

<sup>226</sup> Os dados sobre as motivações foram extraídos da Ata da primeira sessão preparatória do IGHMB. Consulta no local.

capitão Severino Sombra de Albuquerque” e, reafirma na atualidade, muitos dos seus objetivos traçados na década de 1930: manter viva a memória nacional quanto a vultos, atos e fatos de nossa História Militar; realizar pesquisas, estudos e investigações sobre fatos, vultos e episódios históricos, visando ao seu melhor esclarecimento; Manter seu quadro social atualizado quanto às conjunturas nacional e internacional, à evolução do pensamento estratégico e às ameaças reais ou potenciais, tudo na área do conhecimento de sua atuação e, finalmente, incentivar o estudo da Geografia, da História Militar, da Estratégia e da Geopolítica, nos estabelecimentos de ensino militares e civis de nível superior, nos níveis de graduação e pós-graduação.<sup>227</sup>

O que se conclui com a exposição dos objetivos atuais é que, passados 88 anos, a manutenção da memória nacional continua sendo uma preocupação de parte do oficialato do Exército e demonstra esmero em manter funcionando uma política de preservação de suportes coletivos para o agenciamento dos referenciais utilizados pela instituição militar. A necessidade constante ao longo de décadas de “realizar pesquisas, estudos e investigações sobre fatos, vultos e episódios históricos” pode indicar uma estratégia que, ao realizar a seleção de vultos e fatos, opera não só de maneira a salvar referências do esquecimento, mas cria ou endossa identidades. Estudar e incentivar estudos históricos sob esse prisma, coloca a instituição na posição de oferecer aos seus integrantes referenciais eficazes para a manutenção e reelaboração das identidades que se quer reafirmar.

Ao analisar a história militar praticada no IGHMB por seus fundadores na Revista do instituto, nos anos iniciais de sua existência, foram encontradas diversas biografias que tentavam de alguma forma aproximar o herói cultuado a um povo que, na interpretação dos biógrafos militares, não possuía estrutura moral. Era comum nesse esforço de aproximação, enfatizar a ascendência do homenageado, como se a genealogia explicasse os indivíduos. Nesse sentido, o passado, a tradição, a justificaria as virtudes morais dos personagens selecionados. Tão importante quanto sua origem era a sua inclinação às “paixões partidárias”, sempre identificadas e julgadas de forma negativa por atender somente a interesses pessoais.<sup>228</sup>

Outra intuição cuja criação teve a participação direta do capitão Sombra foi a Biblioteca Militar, hoje denominada Biblioteca do Exército. Criada oficialmente como editora em 1937, é narrada em seus meios oficiais como uma evolução natural de uma antiga Biblioteca do Exército, fundada em 1881, pelo então ministro da Guerra, Franklin Dória. A forma de narrar a história da Biblioteca demonstra, portanto, assim como a forma de narrar a vida de biografados, muita preocupação com a genealogia, com a tradição.

Clarice Berkowicz afirmou em dissertação que buscava compreender a formação de uma cultura militar corporativa no interior do Exército brasileiro, que o histórico da Biblioteca apresentado ao público em geral nos meios eletrônicos, enfatiza a instituição como sendo centenária e destinada ao provimento, à edição e à difusão dos meios bibliográficos necessários para o desenvolvimento da cultura profissional-militar e geral.

---

<sup>227</sup> Desde 2020, o IGHMB funciona na sede do Clube Militar. <https://www.ighmb.org.br/quem-somos> Acesso em 11/08/2024.

<sup>228</sup> OLIVEIRA, Natalia Vial de. O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945).op cit. p 94.

Segundo a autora, a origem centenária dotava a Biblioteca de sólidas raízes históricas, deixando 1937 corresponesse no seu histórico como uma reorganização, cujo principal objetivo seria a criação de um conselho editorial.<sup>229</sup>

Haveria uma proximidade nas funções das instituições culturais criadas no Exército sob a inspiração do capitão Sombra. A Biblioteca Militar, assim como o IGHMB, assumiria a função de veicular uma literatura extremamente empenhada em construir exemplos de lideranças militares. Berkowicz destacou as palavras do general Eurico Gaspar Dutra para ressaltar a importância do resgate do passado no espaço da biblioteca/editora, que seria um “repositório de fatos heroicos”, cabendo aos oficiais instrutores em geral, doutrinar os soldados contra as ideias comunistas que se infiltravam nos quartéis e se expandiam pela sociedade.

Ângela de Castro Gomes, ao discorrer sobre alguns aspectos do pensamento de Oliveira Vianna, destacou que a repercussão do autor por ela trabalhado se deu a partir do estabelecimento de uma interlocução no campo intelectual. Essa interlocução teria ocorrido por meio da circulação do autor através dos mais prestigiados vetores culturais do período e suas diversas “redes de sociabilidade política e intelectual”, como o MTIC (Ministério do Trabalho, Industria e Comércio), o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e a ABL (Associação Brasileira de Imprensa). Não seria absurdo levantarmos a possibilidade de que, entre oficiais militares, o capitão estivesse também criando suas próprias redes de sociabilidade.<sup>230</sup>

Em última instância, o que se verifica com pesquisa histórica é que não há um agente capaz de elaborar uma forma de pensar que se instale ou funcione de maneira independente, ignorando limitações ou possibilidades impostas por mecanismos sociais.

---

<sup>229</sup> BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. **A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército Brasileiro durante o Estado Novo: 1937-1942.** Dissertação de Mestrado. PPGH-UFRJ. Seropédica, 2014. p. 14.

<sup>230</sup> GOMES, Ângela de Castro. “Oliveira Vianna: O Brasil do insolidarismo ao corporativismo”. In: LIMONCIC, Flávio; MERTINHO, Francisco Carlos Palomares. *Intelectuais do Antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp201-231.

## CAPÍTULO IV – SEVERINO SOMBRA, O CAPITÃO SOCIOLOGO.

la sociologie doit donc devenir  
le flambeau de la politique.  
(René Worms)<sup>231</sup>

A crença de que as ciências humanas e sociais é campo privilegiado na disputa política foi bastante compartilhada entre os militares brasileiros na primeira metade do século XX. Não por acaso, nesse momento, as Forças Armadas – Exército e Marinha – investiram na criação de instituições interessadas em estudar o passado. Na verdade, o investimento na recuperação do passado era, para além das Forças Armadas, um empenho geral, que foi transformado em política pública durante o Estado Novo.

Antes mesmo do início do regime ditatorial iniciado por Getúlio Vargas com o apoio das Forças Armadas em 1937, o pensamento político conservador já acrescentava adjetivos às disciplinas das ciências sociais, sendo recorrente a distinção entre uma sociologia cristã e uma outra, liberal. Mônica Pimenta Velloso destaca em análise sobre a revista católica *A Ordem*, publicada entre 1921 e 1964, que se procurou construir um fundamento cristão para a sociologia, valorizando somente os autores que aceitassem os postulados de base espiritualista.<sup>232</sup>

O capitão Severino Sombra contribuiu ao longo de décadas com um grande número de escritos e publicações que poderiam ser facilmente classificados como parte desses trabalhos de base espiritualista. Sua produção encontra-se espalhada em jornais católicos e livros publicados pela Biblioteca do Exército. Em todas as leituras há a presença de um desprezo pela democracia liberal e pelos socialismos.

Este capítulo tem por objetivo historicizar parte dessa produção do capitão Severino Sombra para tentar compreender o que tornou possível uma forma de pensar tão marcadamente antiliberal e anticomunista, expressando-se de forma tão fluida no interior da instituição militar a ponto de transformar-se em valores distintivos para Exército.

Três discursos proferidos pelo então tenente Severino Sombra no ano de 1931 foram reunidos em uma primeira publicação, lançada ainda em 1931 sob o título *O Ideal Legionário*. Este ano marcaria a inauguração da Legião Cearense do Trabalho. O pequeno livro conta com apenas 66 páginas e traz, além dos três discursos proferidos pelo tenente em 1931, uma entrevista concedida ao jornal *O Nordeste*, um texto pequeno, intitulado “Apelo aos homens do trabalho”. Encerrava a publicação o Programa da Legião e um breve histórico com uma lista das diversas associações de trabalhadores signatárias. Já no final

<sup>231</sup> Apud. SOMBRA, Severino. Formação da Sociologia. Biblioteca Militar: Rio de Janeiro, 1941. p. 15.

<sup>232</sup> VELOSO, Mônica P. “A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica”. In: **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, 21(3), jul./set. 1978. p. 133

da década de 1930, o então capitão Severino Sombra publicou sua *História Monetária do Brasil Colonial*, cuja pesquisa se realizou durante os anos de exílio em Portugal. Em 1941, o livro *Formação da Sociologia*, uma manual fruto do seu trabalho como professor na Escola Militar, foi publicado e rendeu alguns frutos. Foi publicada de forma resumida, em forma de artigo, na revista *Cultura Política*, que contou com outros dois textos do capitão no ano de 1942, mesmo ano em que ficou responsável por escrever o prólogo das *Diretrizes da Nova Política do Brasil*, coleção propagandista do governo que totaliza 11 volumes publicados ao longo da ditadura do Estado Novo.

Alguns escritos do capitão resultaram em interlocuções em periódicos: resenhas e comentários, que ajudam a vislumbrar de que maneira, em sua trajetória, a figura do intelectual pôde se ajustar a do militar. Um militar que escreve um manual de sociologia – no mesmo contexto de afirmação institucional das ciências sociais no Brasil – é um sociólogo? Essa pergunta, que servirá como um guia para este capítulo tem uma inspiração no trabalho do sociólogo Pierre Bourdieu, realizada no livro “A produção da crença.” Acredito que perseguir sua resposta pode fazer com que chegemos àquilo que é crucial para esta tese: a relação entre o indivíduo e a instituição. Essa pergunta “guia” seria na verdade um caminho para conseguirmos refletir sobre o sucesso da produção de uma crença. Quem dá a autoridade de que o autor se autoriza? Como um oficial militar – ainda no médio oficialato dentro da hierarquia militar – se constrói (e é construído) enquanto um intelectual dentro e fora da instituição.

Não cabe aqui retomar toda a discussão sobre indivíduo e sociedade, mas vale enfatizar que o capitão que se apresentava como um convededor da sociologia, exerceu as funções de professor de sociologia no curso de candidatos à Escola de Estado-Maior do Exército e na Escola Militar, nos anos de 1938 e 1939. Além disso, serviu em uma seção militar dedicada especificamente à Geografia e à História, a 5ª Seção, em 1936, mesmo ano em que fundou o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Outras atividades podem ser destacadas aqui, como o seu papel na fundação da Biblioteca do Exército, em 1937, e na fundação da Defesa Social Brasileira, no mesmo ano, formada por militares, magistrados, funcionários públicos, jornalistas, comerciantes e industriais<sup>233</sup> com finalidade anticomunista. Não obstante ao seu trabalho focado nas ciências sociais, foi chefe do Serviço Secreto do Exército na 3ª Região Militar, também em 1937. Interessa mostrar que esses trabalhos, o do intelectual e o do militar, são resultados de um mesmo empenho e que, a produção do capitão, que foi visto por seus pares – e não só por eles – como um especialista, vai ajudar a formar as futuras gerações de oficiais do Exército.<sup>234</sup>

Uma pequena apresentação em sua *História Monetária do Brasil Colonial* indica que – no ano de publicação, 1938 – seu manual de sociologia estaria “em preparo” e que seria publicado no guia do candidato à Escola de Estado Maior do Exército, que dentro do conjunto de escolas servia para aperfeiçoar o oficial depois de sua formação na Escola Militar. Uma informação nada irrelevante para pensarmos a importância do capitão para a

---

<sup>233</sup> CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2005.

p. 60.

<sup>234</sup> <https://www.camara.leg.br/deputados/130687/biografia> Acesso em 07 de novembro de 2023.

formação do oficial da instituição militar brasileira. Uma resenha do mesmo livro, publicada na revista *A Ordem*, informa claramente que o livro do capitão é fruto das suas aulas no Curso de Candidatos à Escola do Estado Maior do Exército no ano de 1939. O que nos permite inferir que há coincidência entre os trabalhos realizados para a caserna e aqueles que permeiam as páginas dos periódicos religiosos por onde seus artigos circularam.

Do ponto de vista metodológico, um conhecido artigo da professora Mônica Pimenta Velloso, publicado no final da década de 1970, funcionou como uma bússola para a leitura dos trabalhos escritos pelo capitão Sombra. Pimenta Velloso realizou uma análise temática da revista católica *A Ordem* com o intuito de descrever o pensamento político dos intelectuais que apresentaram alguma contribuição relevante para a reorganização da vida nacional durante a década de 1930. Naquela ocasião, a revista pareceu ser para Mônica Velloso um caminho fecundo de análise, justamente por permitir não só conhecer a ideologia dos diversos grupos de intelectuais, mas também por tornar possível o mapeamento de uma rede de relações entre eles.<sup>235</sup>

Ainda que sejam diferentes no formato – uma revista é escrita por vários autores e os livros do capitão correspondem a trabalhos escritos somente por ele, e isso poderia resultar em formas distintas de leitura e de circulação – interessa a forma como a pesquisadora mapeou os temas para descobrir o fio que conduzia o discurso ideológico. Além disso, o material publicado na Revista se aproxima, não só temporalmente, como também ideologicamente da sociologia apresentada pelo capitão Sombra. Não por acaso, a Revista *A Ordem*, noticiará com frequência durante a década de 1930, o trabalho empreendido pelo então tenente Severino Sombra na organização do proletariado no Ceará. Como se sabe, muitos dos debates travados pelos intelectuais na revista traziam críticas ao liberalismo, ao socialismo e à qualquer ideia que buscasse renovar a educação no país, com o intuito não só de combater ideais contrários aos católicos, mas também aumentar a influência da Igreja Católica na sociedade. Como veremos adiante, alguns temas são comuns entre a *Ordem* e os temas abordados pelo tenente Severino Sombra: a associação em constante contraposição ao individualismo liberal e mesmo a maneira como a sociologia foi concebida, “como armas de combate da ideologia católica”.<sup>236</sup>

Fruto dessa sociologia do período é a obra publicada por Severino Sombra em 1938, resultado de uma pesquisa enquanto esteve exilado em Portugal no ano de 1932. Severino Sombra, tal como os pensadores do realismo que admirava, buscou no Brasil colonial, as condições de trabalho dos artífices e o resultado foi uma história monetária do Brasil colonial que listava na apresentação do autor sua participação como membro na Sociedade Numismática Brasileira, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – criado pelo próprio, dois anos antes da publicação –, sua participação da Comissão Diretora da

---

<sup>235</sup> VELOSO, Mônica P. A *Ordem*, uma revista de doutrina política e cultura católica. In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 21(3), jul./set. 1978, pp. 117-160.

<sup>236</sup> Idem. p. 154.

Biblioteca Militar (outra instituição organizada pelo próprio na década de 1930) e sua função de sócio correspondente no Instituto Histórico do Ceará.<sup>237</sup>

Quando o escrito abordado for um livro, destacaremos a estrutura das obras, alguns temas e autores citados no intuito de relacioná-los com o contexto em que emerge a obra. Vale a pena também testar sua recepção em âmbito externo à instituição militar. Acreditamos ser importante entender esses escritos, mais particularmente seu livro *Formação da Sociologia*, para verificar se a obra conquistou admiradores no campo da sociologia que então se firmava nas Universidades para, com isso, tensionarmos a relação intelectual entre civis e militares. Dito de outra forma, cabe avaliar se houve êxito – ou mesmo se houve esforço - do capitão para ser um respeitado sociólogo fora dos muros do quartel. Para isso, vamos observar se houve alguma reação do campo científico que se firmava no mesmo contexto. Observar se houve participação nas atas do primeiro congresso ou mesmo alguma menção à obra. Vale também analisar quem o campo selecionou como sociólogos pioneiros no período abarcado.

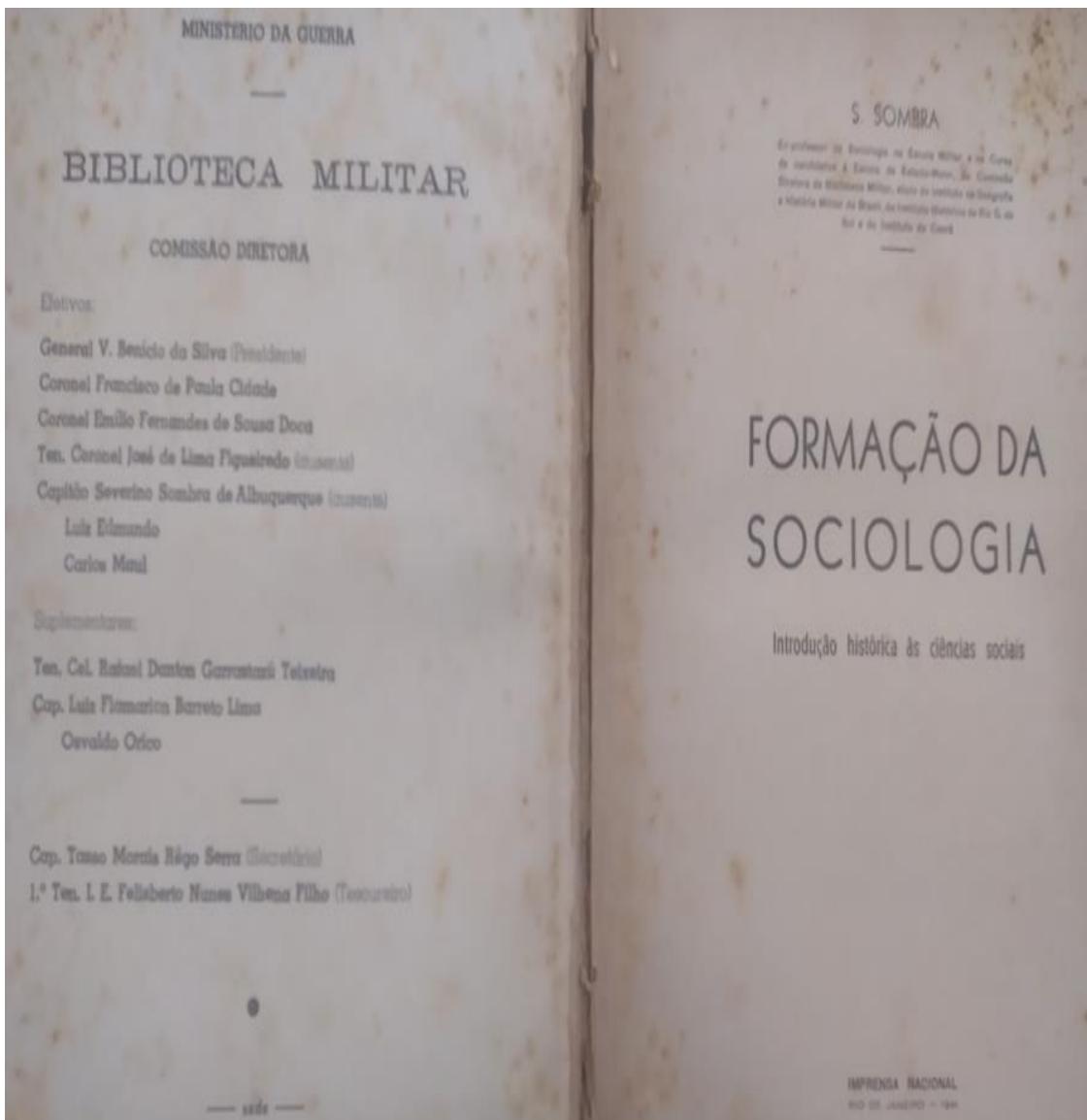
#### **4.1 A estrutura dos escritos – cronologia e experimento.**

O livro *Formação da Sociologia* traz em seu início uma pequena apresentação que muito se aproxima de uma espécie de currículo do capitão Severino Sombra. Os dados selecionados para compor essa pequena apresentação são os que se relacionam diretamente com as ciências sociais: ex-professor de sociologia da Escola Militar e no curso de candidatos à Escola de Estado Maior do Exército. Também destaca sua participação na Comissão Diretora da Biblioteca Militar, atual Biblioteca do Exército, e como sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, sem qualquer referência à sua atuação como fundador das duas instituições. Destaca-se ainda sua posição de sócio dos Institutos Históricos do Rio Grande do Sul e do Ceará.

Após essa breve apresentação do escritor, enumera-se quatro obras de sua autoria: *O Ideal Legionário*, cuja estrutura já introduzimos brevemente no início desse capítulo, *História Monetária do Brasil Colonial*, *Pequeno Esboço da História Monetária do Brasil Colonial* e *As Duas Linhas de Nossa Evolução Política*. Todas escritas entre os anos 1930 e 1940. Apesar da folha de rosto constar com a Imprensa Nacional como a responsável pela edição, a folha disposta ao lado esquerdo traz informações que podem sugerir a participação da Biblioteca do Exército, à época ainda denominada Biblioteca Militar, na edição do livro. Na lista de membros efetivos da editora Biblioteca, houve o cuidado de adjetivar o capitão Sombra como “ausente”.

---

<sup>237</sup> SOMBRA, Severino. **História Monetária do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938. Disponível em: <https://archive.org/details/moeda1938/page/n5/mode/2up> - acesso em 17/08/2022.



Contracapa do Livro “Formação da Sociologia: introdução histórica às ciências sociais”

As regras para a Imprensa Nacional que vigoravam no ano de publicação do livro do capitão Sombra foram explicitadas no decreto nº 20.902-A, de 31 de dezembro de 1931. A leitura do decreto ajuda a compreender como se deu a publicação da obra. No referido documento, a Imprensa Nacional foi definida como um estabelecimento industrial do Estado, estando subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Dentre suas finalidades estavam editar jornais e outras publicações oficiais do Governo Federal, usufruindo o privilégio da impressão e publicação das leis e decretos e o direito de prioridade na publicação dos atos oficiais. Poderia também fornecer às repartições e estabelecimentos públicos federais, os trabalhos gráficos de expediente ou especiais, contanto que pagassem os custos. Também era finalidade da Imprensa Nacional executar quaisquer trabalhos de artes gráficas que lhe fossem enviados por outros órgãos de governo, ou mesmo por terceiros, desde que arcasse com os custos.

O que não fica claro é se a obra teria entrado na categoria de trabalho de “outros órgãos de governo”, uma vez que o Ministério da Guerra encabeça a folha que destaca a ligação do livro com a Biblioteca Militar, já investida desde sua criação com poderes editoriais. O que sabemos, é que circulou também edições do mesmo ano editadas e/ou impressas pela José Olympio Editora. É possível que tanto a Imprensa Nacional, como a Editora José Olympio, tenham imprimido a obra editada pela Biblioteca Militar. Cabe recuperar aqui o que já foi destacado anteriormente: a possibilidade dessa obra ter sido elaborada para compor o guia para ingresso na Escola de Estado Maior do Exército. Como veremos mais adiante, essa possibilidade não foi elencada pelo capitão como uma justificativa para a execução desse trabalho.

Antes de passarmos à análise do capítulo, vale pontuar que na introdução do livro é possível encontrar uma exaltação de valores como amor à pátria, sentimento moral – especificamente uma moral religiosa – e do espírito religioso. Categorias como Igreja e Família são utilizadas como referenciais de comparação para explicar a multiplicidade dos grupos sociais, que poderiam ser “grandes como a Igreja que se espalha por todo o orbe ou pequenas como a família, que pode reduzir-se ao par conjugal.”<sup>238</sup> As definições de sociedade trazidas pelo autor podem sugerir que não houve uma interpretação satisfatória do material utilizado. Ao mesmo tempo em que traz Marcel Mauss e Paul Fauconnet – em rara alusão a autores clássicos<sup>239</sup> – para definir sociedade como “uma pluralidade de consciências individuais, agindo e reagindo umas sobre as outras, formando um ser coletivo”, usa também Spencer para tratar como sinônimos sociedade e “agregados humanos”, que o capitão destacava como sendo uma formulação de Spencer sem, contudo, referenciá-lo devidamente.<sup>240</sup>

Ao todo, são citados ao longo do trabalho cerca de 30 autores, que vão desde filósofos da antiguidade e medievo – Platão, São Tomaz de Aquino, Plutarco, Pittacus, a escritores contemporâneos do capitão, sendo a grande maioria desses, franceses: Marcel Déat, político francês que na década de 1940 fundou um partido colaboracionista, o *Rassemblement National Populaire*; René Maunier, sociólogo francês que também apoiaria o regime de Vichy durante a ocupação nazista, sendo reformado em 1944 automaticamente por causa desse apoio; Paul Janet, professor da cadeira de filosofia; Paul Bureau, professor de sociologia; Paul Caullet, também professor de sociologia; Jacques Maritain, professor de filosofia de orientação católica; Bigne de Villeneuve, sociólogo; Alexandre Réne Saint-Léger, professor de história especializado em Revolução Francesa, assim como Phillippe Sagnac; e, por último, o famoso sociólogo e também político profissional, Pierre-Guillaume Frédéric Le Play, um autor também conhecido por ser expoente do catolicismo social.

---

<sup>238</sup> SOMBRA, Severino. Introdução a Sociologia. Biblioteca Militar: Rio de Janeiro, 1941. p. 11

<sup>239</sup> É possível que este caso seja um exemplo do que o professor José Murilo de Carvalho destacou em trabalho sobre História Intelectual no Brasil, onde afirmava ter vários casos documentados de usos de citações que não correspondem ao pensamento do citado, podendo a citação ser fruto do recurso de pinçar frases isoladas ou aspectos secundários, ou mesmo pela pura deturpação. Ver: CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 1, p. 123-152, 2000.

<sup>240</sup> Idem. p. 11 e 12

O livro foi dividido em quatro capítulos dispostos em ordem cronológica, antecedidos por uma introdução. Ao final de cada capítulo há um breve resumo do que foi abordado. O primeiro deles é dedicado à Antiguidade e contém quatro subitens: legisladores gregos; Sócrates, Xenofonte e Platão; Aristóteles e, finalmente, Sucessores de Aristóteles, Estóicos e Romanos.

O segundo capítulo trata do período do *Cristianismo e Idade Média* e subdivide-se em seis partes: o cristianismo, Santo Agostinho, a barbárie e a Igreja, o pensamento social escolástico, Bacon, Oresmo e os Árabes e, finalmente, o Islamismo, as Cruzadas e as viagens.

Seguindo a cronologia que o capitão formula para narrar a história da Sociologia (não podemos esquecer de sua intenção de fazer uma introdução histórica, como afirma seu subtítulo), o terceiro capítulo tem por guia a *Renaissance e Descobertas*. Nesse capítulo, dividido em oito partes, são abordados: o desenvolvimento das Letras e do comércio, a Filologia e a Crítica, as Ciências Históricas, a renovação do Direito, os primórdios da Ciência Econômica, a nova fase da Política, Bodin e, as Descobertas. Esse capítulo seria o marco para compreensão do surgimento do individualismo, na concepção do capitão.

Não é casual que o quarto e último capítulo tenha sido dedicado aos *Tempos Modernos* e trouxesse temas como Absolutismo e Direito Natural, o Racionalismo, Condições Históricas, os ideólogos, os estudos sobre terras descobertas, o progresso da História, a fundação da Economia Política, Estatística e Física Social, a Filosofia Política Racionalista, a Reação, as características gerais do pensamento de Comte, a Sociologia de Comte e, Le Play, fechando o capítulo com uma recapitulação esquemática e uma conclusão. O livro se encerra com uma seção denominada “questões”.

A não casualidade nessa cronologia construída pelo capitão Sombra traz indícios ela mesma de qual tipo de história da sociologia está sendo construída. Em última instância, o esforço é fazer uma história do pensamento liberal e apontar caminhos para a reação, aqui diretamente relacionada ao pensamento contrarrevolucionário francês que emerge após a Revolução Francesa. Não é gratuito que o capitão outorgue o surgimento da sociologia aos autores reacionários franceses, uma vez que o pensamento reacionário tende a identificar como natural a ordem histórica, a continuidade e, qualquer ruptura que interrompa o curso natural da evolução seria, nessa perspectiva, antinatural.<sup>241</sup>

Uma citação em francês, não referenciada e também não traduzida, traz elementos comuns que permitem compreender como a história é tratada pelo militar. O passado, ou a história, tem aqui um caráter experimental: “*au lieu e raisonner à perte de vue sur ce qu'est la sociologie, faites-nous la voir*”, uma vez que ele endossa a ideia de que a forma de ver a sociologia é contando sua história.

Cabe aqui uma sucinta explicação. O exemplar lido para essa análise foi o disponibilizado pela Biblioteca do Exército, que pertenceu ao também militar Francisco de Paula Cidade. O grifo na citação é nosso e a intenção em demarcá-lo foi a de destacar que foi o trecho foi impresso dessa forma e corrigido a lápis, provavelmente pelo general Paula

---

<sup>241</sup> CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Évelyne. **História das Ideias Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Cidade, que trocou o “n” por “u”. Há muitas outras intervenções no exemplar, em especial, grifos e notas na marginália do livro. Acreditamos que a intervenção de Paula Cidade fizesse mais sentido e que, de fato, houve um erro datilográfico. Em tradução livre, a frase, caso assumamos *lieu* com a grafia correta, seria “em vez de pensar o que é a sociologia, faça-nos vê-la”.

No resumo do livro publicado na revista *Cultura Política*, o capitão reproduz de forma mais resumida o que afirmou no livro:

Está fundada, com De Cive (1642) e Leviathan (1651), com um sucesso enorme, graças às condições da época, a nova ciência: um Direito Natural, de caráter político e racionalista, destinado a investigar as origens e causas da Sociedade. Florescerá até à Revolução Francesa, para dar lugar à reação que, com De Maistre, Comte, Bonald e Le Play ocasionará a fundação da Sociologia<sup>242</sup>

O que se deduz é que antes da reação havia um direito natural que investiga – inclusive tem a alcunha de nova ciência. No entanto, o capitão só se permite falar de sociologia após os escritos dos autores reacionários. O que é curioso nessa estrutura cronológica é que, por muitas vezes, o capitão acaba por fazer uma leitura do passado que é orientada teoricamente pela crença de que há um ponto natural de chegada da história, como por exemplo, ao explicar o absolutismo. Sua conclusão sobre o tema é a de que circunstâncias históricas revigoraram o absolutismo porque “ele se faz necessário”. A razão de estado teria sido uma imposição que se aproveitou de “apologias oportunistas” durante as lutas religiosas e firmaram-se doutrinariamente com Hobbes. Esse tipo de inferência é corrente durante todo o trabalho e também servirá como eixo em sua História Monetária, como veremos mais adiante. Como se lê em outro trecho:

Ao individualismo religioso da Reforma casa-se o individualismo filosófico do cartesianismo para vencer o absolutismo – ele próprio originado nas mesmas fontes — e implantar o individualismo político com as suas consequências revolucionárias.

As notáveis obras políticas que ele produz e as decepções que a Revolução acarretam, preparam o derradeiro lance para a constituição definitiva da Sociologia com a reação de Bonald, de Maistre, Saint-Simon e Comte.<sup>243</sup>

O que fica patente em sua forma de ler o passado é que, ao afirmar que instituições se mantém por se fazerem necessárias, obviamente destitui dos homens o papel de construção da realidade e, portanto, de sua própria historicidade. E, se atentarmos aos temas que emergem de seu exercício, poderíamos afirmar não haver diferença entre sua leitura do passado e sua leitura do presente.

---

<sup>242</sup> *Cultura Política*, nº9, 1942

<sup>243</sup> SOMBRA, Severino. *Op cit.* p. 156

Essa estrutura que se alicerça por meio cronológico também foi utilizada em sua *História Monetária do Brasil Colonial*, que pode ser resumida da seguinte forma: a primeira parte foi denominada “Advertência” – contém a justificativa para a elaboração do trabalho e a narrativa do esforço empenhado na pesquisa; em seguida vem a “Introdução” – dedicada a discutir o papel da numismática na História Monetária e como ramo da arqueologia. Após essas duas partes introdutórias, segue o seu “repertório cronológico” que corresponderia aos capítulos do livro. São ao todo, catorze repertórios distribuídos cronologicamente. Os títulos são os reinados durante o período colonial e iniciam-se com D. João III e terminam com D. João VI. Cada “capítulo” possui três partes: o repertório propriamente dito, onde o autor transcreve documentos como cartas régias, alvarás, leis etc, uma parte onde lista as moedas existentes no período do referido reinado e uma terceira e última parte com notas.

Terminando os reinados, há uma carta monetária, um mapa onde constam todas as capitâncias e suas moedas e a bibliografia. À bibliografia segue-se um apêndice composto por três pareceres: o parecer que aprovou o trabalho do capitão para o 1º Congresso de Numismática, uma apreciação sobre a apresentação do capitão no Congresso assinada pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Numismática e, finalmente, um parecer do capitão aprovando a tese de Afonso Taunay sobre a primeira Casa da Moeda do Brasil. O índice do livro encerra as 340 páginas da obra.

Nas duas histórias produzidas pelo capitão – a da sociologia e a monetária – os fatos foram dispostos de maneira que pareçam ter ocorridos como uma realização natural. Essa cronologia colocada de forma naturalizada, aparentemente desprovida de reflexão teórica, coloca a história praticada pelo capitão Sombra exatamente no lugar que ele pretendia rechaçar, considerando que esse paralogismo, que prefigura no passado a manifestação daquilo que se quer explicar no presente, é fruto direto do pensamento iluminista, da sua preocupação com o progresso.<sup>244</sup>

#### **4.2. Sobre a justificativa – um breve panorama sobre a sociologia no Brasil.**

Ao justificar o seu trabalho de história da sociologia, o capitão Severino Sombra elencou a escassez de trabalhos do gênero e a dificuldade de acesso a eles. Há elementos importantes que podemos extrair das motivações que levaram à execução da obra:

a **falta de obras nacionais** do gênero deste trabalho e a dificuldade de encontrá-las mesmo na bibliografia estrangeira levaram-nos ao penoso esforço de tentar esta notícia histórica. As breves referências encontradas na maioria dos manuais não são de molde a rasgar o horizonte intelectual do **estudante** para a justa compreensão da **ciência** cujo estudo vai

---

<sup>244</sup> Sobre esse paralogismo, ver KANT, Crítica da Razão Pura “Sistema de todos os princípios do entendimento puro” Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Disponível em: [https://www.unicamp.br/~jmarques/cursos/2011-hg-753/Kant\\_Segunda\\_Analogia\\_da\\_Experiencia.pdf](https://www.unicamp.br/~jmarques/cursos/2011-hg-753/Kant_Segunda_Analogia_da_Experiencia.pdf)

empreender. A lacuna ainda é mais sensível em **nosso meio** onde a pobreza da cultura geral restringe a visão e dificulta o passo nas alturas sociológicas. Tão complexos são os fenômenos sociais, seu exame exige tão larga preparação, que o estudo, mesmo sumário, da Sociologia exige uma introdução histórica que familiarize o estudante com as grandes manifestações do pensamento e da ação humana, através do critério sociológico. Aliás, este método de introdução histórica era preconizado por Comte e tem hoje largo emprego na Pedagogia. O conhecimento a adquirir torna-se mais interessante e mais lógica e natural sua revelação à inteligência do estudante.

Após uma introdução histórica, encontrar-se-ão eles aparelhados para enfrentar com mais facilidade e **espírito científico** todos os problemas de doutrina e de método. Foi o que tivemos em vista alcançar.<sup>245</sup>

As publicações sobre sociologia existentes no ano em que o livro do capitão foi publicado não endossam sua afirmação de que havia uma falta de trabalhos sobre o tema no Brasil. A bem da verdade, os anos seguintes a 1940 são reconhecidos no campo da sociologia como o período marcado por uma produção regular no campo. Antônio Cândido, em texto publicado pela primeira vez em 1959, em que analisou o processo de formação da Sociologia brasileira, divide a sociologia no Brasil em dois períodos, sendo mediados por um intervalo também importante.<sup>246</sup>

No primeiro período, localizado entre os anos 1880 e 1930, teria sido praticada por intelectuais não especializados, interessados principalmente em formular princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira. Já o período seguinte, após 1940, corresponderia à consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e também como atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação. No intervalo entre os dois períodos haveria uma fase intermediária, localizada entre as décadas de 1930 e 1940. Nessa fase, a Sociologia teria adentrado no ensino secundário e superior, começando a ser invocada como instrumento de análise social. Antônio Cândido destacou que nesse momento surgiu um número apreciável de cultores especializados, notando que os primeiros brasileiros de formação universitária sociológica adquirida no próprio país formaram-se em 1936.<sup>247</sup>

Cabe aqui também fazer uma aproximação e um afastamento. Não obstante toda a proximidade do capitão Sombra com os discursos da doutrina social da Igreja Católica, sobretudo com aqueles frutos das Encíclicas "Rerum Novarum" e "Quadragesimo Anno" que acabariam por promover um encontro entre o capitão e os pensadores da Ação Católica que já trabalhamos em capítulos anteriores, não havia no capitão do Exército o rechaço à ideia de ciência, como o encontrado na Revista *A Ordem*, onde a ciência aparece como parte da ideologia do progresso e chave dos problemas contemporâneos e, que, portanto, deveria ser combatida.<sup>248</sup>

---

<sup>245</sup> SOMBRA, Severino. *Op cit.* p. 226-227.

<sup>246</sup> CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006.

<sup>247</sup> Idem. p. 271.

<sup>248</sup> VELLOSO, op cit. p. 141.

A ciência aparece na justificativa apresentada pelo capitão como sendo algo a se forjar no estudante e não como algo a ser combatido. Não é possível afirmarmos que seu modelo de escrita, permeado de citações a estrangeiros, estaria seguindo critérios lidos naquele momento como científicos, ou simplesmente, mantinha um modelo retórico muito tradicional no Brasil, já que ambas possibilidades têm por marca justamente a quantidade excessiva de citação a estrangeiros. José Murilo de Carvalho, ao abordar a História Intelectual no Brasil, defendendo a retórica como uma chave de leitura, pontuou que uma análise deveria considerar a ligação da forma do discurso com o estilo do pensamento. Para demonstrar tal importância, o professor rememorou sua leitura de um texto de Oliveira Viana onde este explicava a pequena repercussão da obra de seu mestre, Alberto Torres. O insucesso devia-se ao fato de Torres não citar autores estrangeiros, dialogando sempre com suas próprias obras. Para Oliveira Viana, tal tática no Brasil seria fatal, uma vez que sem citação de autoridades estrangeiras, nenhum pensador nacional seria levado a sério. Não houve, segundo José Murilo de Carvalho, apenas a sobrevida da prática da citação de autores estrangeiros, mas a própria linguagem científica nacional no período manteve-se dentro do estilo retórico de argumentação e dicção. Apesar dessa prática, sua conclusão é a de que as correntes científicas que invadiram o país na segunda metade do século passado não produziram cientistas. Não obstante o alto número de seguidores, correntes como o positivismo e o evolucionismo, não conseguiram afetar a prática da ciência. Em suma, produziram engenheiros, médicos e militares que sabiam filosofar sobre a ciência e o mundo, sem efetivamente saber fazer ciência. Sabiam fazer uso estilístico, em textos onde “o brilho da frase, sua qualidade literária, a variedade dos tropos, eram mais importantes que sua veracidade”.<sup>249</sup>

O que podemos inferir é que nem na forma, nem no próprio conteúdo, a escrita do capitão sugere que houvesse um repúdio à ideia de ciência, tão comum na escrita de seus companheiros engajados na Ação Católica. É possível que o público ao qual se destinava a publicação impedisse uma postura anticientífica. Fica evidente na justificativa que o livro tinha por objetivo formar alunos em um meio específico, sem deixar claro que “meio” seria esse. Considerando a possibilidade destacada em sua produção de 1938 e as anotações de sua fé-de-ofício, que registra sua nomeação para redigir o *Guia do Candidato à Escola de Estado Maior*, em setembro de 1938, podemos afirmar que, de fato, o livro tenha sido produzido para circular entre oficiais militares ingressantes na Escola de Estado Maior.

Retomando o panorama da sociologia, no momento em que emerge o trabalho do capitão, a própria forma de abordar a história como tendo por si só um caráter explicativo também foi enumerada pelo professor Antônio Cândido como sendo uma orientação fundamental da sociologia do período. Fruto de uma sociologia brasileira formada sob a égide do evolucionismo, acabou dele recebendo algumas preocupações fundamentais, como a obsessão com etapas históricas, assim como o gosto pelos estudos demasiado gerais e as grandes sínteses explicativas. Cândido alinhavou a predominância do critério evolutivo com a preferência pela história social, ou a reconstrução histórica, destacando que “no

---

<sup>249</sup> CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. Topoi. Rio de Janeiro, 1(1), 2000. p. 127.

fundo, importava menos o cuidado da investigação ou o rigor da inferência do que a interpretação coerente do país no seu conjunto, para se apontarem remédios de ordem político-administrativa. A isso se chamou sociologia entre nós”<sup>250</sup>

Foi na década de 1930 que a sociologia emergiu no ensino. Essa emergência trouxe a imediata necessidade de formação profissional para professores. As reformas educacionais de Fernando de Azevedo no então Distrito Federal, levada a cabo em 1927, e em São Paulo, no ano de 1933, incluíram a sociologia no currículo das Escolas Normais e nos cursos de aperfeiçoamento, enquanto a reforma federal de Francisco Campos, perpetrada em 1931, inseriu a sociologia nos cursos complementares. Em nível superior, a Escola Livre de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade, ambas em São Paulo, bem como na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal, fundam em 1933, 1934 e 1935 os primeiros cursos superiores de ciências sociais. É portanto, diante da eclosão de cursos que surgem diversos manuais de sociologia.

Para além do contexto do ensino no país, as condições políticas e sociais, sobretudo após a Revolução de 1930, provocaram uma “curiosidade acentuada”, na expressão de Antônio Cândido, de conhecer o país e os seus problemas. A expressão “realidade brasileira” tão distintiva da produção do período é expressão desse movimento, sendo repetida exaustivamente por jornalistas, políticos, escritores e estudiosos. Esse ambiente repleto de novidades criou, segundo Antônio Cândido, “uma solicitação intensa pelos estudos sociais, que se multiplicaram nos diferentes campos da história, da economia, da política, da educação, concorrendo para criar uma atmosfera de receptividade e expectativa em torno da Sociologia.”<sup>251</sup>

Não basta afirmar que a sociologia adentrara no ensino. Ela entrou no ensino em um momento de expansão do ensino secundário no país. Essa expansão era uma das consequências sociais da Revolução de 1930. Em 1940, um ano antes da publicação do manual de sociologia do capitão Severino Sombra, o número de pessoas matriculadas no ensino secundário, atual segundo segmento do Ensino Fundamental, havia dobrado. Esse número passou de 83 mil (início dos anos 1930) para 170 mil.<sup>252</sup>

É curioso notar que nenhum dos professores universitários, estrangeiros ou naturalizados, que constituíram a primeira equipe no Brasil de estudiosos especificamente preparados para os estudos sociológicos e antropológicos foram citados pelo capitão Severino Sombra em sua *Introdução Histórica*. Horace Davies, Samuel Lowrie, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Emilio Willems, Herbert Baldus, Jacques Lambert, Roger Bastide, Donald Pierson – responsáveis por fundar a cultura universitária no setor das ciências sociais, foram totalmente ignorados no trabalho do militar sociólogo. Da mesma forma, seria ignorado o nome do brasileiro Fernando de Azevedo que, já sendo nome importante na área da Educação, migrou para a sociologia, ensinando e produzindo

---

<sup>250</sup> CANDIDO, op cit. p. 279

<sup>251</sup> CANDIDO, op cit. p. 284.

<sup>252</sup> HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história.** São Paulo: EDUSP, 2012. p. 408.

desde 1931 e tornando-se em 1947, o Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de São Paulo.<sup>253</sup>

Nesse contexto, seria muito improvável que já não houvesse material para o ensino de sociologia. Em trabalho que analisa um primeiro conjunto de obras didáticas de sociologia, particularmente aquelas que foram elaboradas no Brasil a partir da década de 1930, Simone Meucci, realizou um levantamento de fôlego dos manuais de sociologia dedicados aos cursos secundários. Dentre os manuais encontrados, o do capitão Severino Sombra é listado junto aos manuais que a autora caracterizou como “Sociologia Cristã”, junto aos compêndios “Iniciação à sociologia” de Alceu Amoroso Lima, escrito em 1931, “Noções de sociologia”, de Francisca Peeters, do ano de 1935; “Sociologia cristã”, de Guilherme Boing, publicado em 1938. Estes livros seriam, segundo a autora, portadores de uma concepção particular da sociologia e eram signatários ao que se convencionou denominar de “sociologia cristã”, obras realizadas para o ensino da disciplina sociológica nas escolas católicas.<sup>254</sup>

Reproduzo abaixo uma lista de Manuais didáticos de Sociologia extraída da leitura do trabalho de Simone Meucci. Na lista, que estenderei até o ano de 1941, há o ano de publicação, o título e a autoria do trabalho.

- 1900 - Sociologia Criminal, de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho.
- 1906 - Estudos de sociologia criminal, de Luciano Pereira da Silva.
- 1906 - Sociologia criminal: estudos, de J. Mendes Martins.
- 1926 - Introdução à sociologia geral, de Pontes de Miranda.
- 1931 - Sociologia, de Delgado de Carvalho.
- 1933 - Lições de sociologia, de Achiles Archero Junior.
- 1933 - Sociologia Geral, de Rodrigues de Meréje.
- 1933 - Ensaio de sinthese sociológica, de Miranda Reis.
- 1934 - Sociologia: problemas prévios, de Tito Prates da Fonseca.
- 1934 - Sociologia experimental, de Delgado de Carvalho.
- 1934 - Elementos de sociologia para escolas normais, de Nelson Omegna.
- 1934 - Princípios de sociologia, de Djacyr Menezes.
- 1935 - O que é sociologia, de Rodrigues Meréje.
- 1935 - Noções de sociologia, de Francisca Peeters.
- 1935 - Princípios de sociologia, de Fernando de Azevedo.
- 1938 - Sociologia cristã, de Guilherme Boing.

---

<sup>253</sup> CANDIDO, op cit. p. 285.

<sup>254</sup> MEUCCI, Simone. **A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

- 1938 - Sociologia (outros aspectos da filosofia universal: solução dos problemas sociais), de Manuel Carlos.
- 1938 - Noções de sociologia, de Roberto Lyra.
- 1938 - Preciso de sociologia, de Paulo Augusto
- 1939 - Práticas de sociologia, de Delgado de Carvalho.
- 1940 - Sociologia Educacional, de Delgado de Carvalho.
- 1940 - Fundamento de sociologia, de Carneiro Leão.
- 1940 - Programa de sociologia, de Amaral Fontoura.
- 1941 - Um esquema de sociologia geral, de Juvenal Paiva Pereira.

Foram listados ao todo 25 manuais de Sociologia, que se dedicavam à formação nos mais diversos níveis de ensino: escolas secundárias, confessionais, normais e universidades. Não havia, portanto, uma escassez de trabalhos introdutórios aos estudos sociológicos, como afirmou o capitão ao justificar a publicação de seu livro. Cabe questionarmos o porquê de não haver, na obra do capitão, menção aos trabalhos considerados pioneiros no campo em questão.

Como vimos em capítulos anteriores, houve todo um percurso que permitiu ao capitão Severino Sombra a conquista de um respeito enquanto especialista em sociologia em um campo muito específico. Esse respeito vinha de sua experiência na Legião Cearense do Trabalho e em demonstrar, em escritos de ampla circulação, algum conhecimento sobre a “realidade brasileira” – um tema que era muito distintivo nos escritos de antiliberais. No entanto, caso consideremos submeter o capitão àquilo que podemos chamar de uma “cultura profissional dos sociólogos”, aqui entendida como um conjunto de valores, normas e representações sobre a sociologia enquanto disciplina científica e enquanto atividade profissional, tal como definido por Antônio Firmino da Costa, não encontraremos qualquer sedimentação social do capitão em meio ao grupo dos profissionais de sociologia que já existia no Brasil.<sup>255</sup>

A sociologia das profissões enfatiza que a definição de uma profissão está atrelada a uma ocupação que tem por base estudo e treino intelectual especializado, obtidos por meios institucionais de certificação, além de pressupor que esse saber seja oferecido a outrem a troco de salário. Em alguns tipos de abordagem, elementos como o exercício da profissão a tempo inteiro, a fixação estatal das condições legais de acesso à profissão, a formação universitária e a associação profissional são fatores cruciais no processo de profissionalização da sociologia.<sup>256</sup>

Essa pequena digressão tem por objetivo tensionar que, apesar de ser apresentado como professor de sociologia em seu livro, ou mesmo de “sociólogo” ser a alcunha usada

<sup>255</sup> COSTA, Antonio Firmino. “Cultura profissional dos sociólogos”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 5, Lisboa, CIES, 1988. p. 107

<sup>256</sup> Idem. p. 108-109.

em jornais para referir-se ao capitão, o salário recebido quando incumbido de ensinar na Escola Militar era fruto de sua profissão enquanto militar e não como professor de sociologia. Não encontramos indícios de que teria ocorrido, no período aqui analisado, qualquer esforço do capitão Severino Sombra em se aproximar da estrutura institucional disciplinar-profissional que poderia sedimentar sua posição enquanto sociólogo, a saber, a universidade.

Da mesma forma, não houve qualquer reconhecimento por parte dos profissionais da sociologia em agregar o capitão entre seus pares. Uma busca realizada no projeto “SBS Memória”, que tem o objetivo de disponibilizar documentos que marcaram a história da Sociedade Brasileira de Sociologia e a sua atuação na institucionalização e consolidação do campo da Sociologia no Brasil, fez-se importante para avaliarmos a relevância das reflexões do capitão para a sociologia no Brasil. Um dos braços do projeto criou um acervo de bionotas e indicações bibliográficas, inspiradas e em colaboração com o blog da BVPS (Biblioteca Virtual do Pensamento Social), de profissionais, fossem ou não acadêmicos, que se destacaram na construção do campo da Sociologia no Brasil e de sua institucionalização.

“Os precursores” referem-se aos profissionais que acompanharam, de alguma forma, o surgimento da Sociedade Brasileira de Sociologia e dela participaram em comissões e diretorias. Ou ainda, que se destacaram enquanto sociólogos ou acadêmicos no período entre 1937 e 1964. O que pode ser facilmente percebido é a ausência do capitão Severino Sombra entre os homenageados.

Outra importante referência que pode demonstrar a não inserção do capitão em um reconhecimento externo à instituição militar é sua ausência no I Congresso Brasileiro de Sociologia, que foi realizado em São Paulo, em 1954, com o seguinte tema: “O ensino e as pesquisas sociológicas; organização social; mudança social”. Também não há nos anais do Congresso qualquer menção ao capitão nas listas de congressistas ou de qualquer instituição militar que tenha enviado algum delegado, como ocorreu, por exemplo, no congresso de numismática.<sup>257</sup>

Sua ausência em Congressos do campo, seja como participante ou como um especialista da área a ser referenciado nas comunicações, pode indicar que a sociologia introduzida pelo capitão, apesar de ter, como veremos a seguir, muitas características de uma sociologia cristã, poderia corresponder a uma sociologia militar, direcionada a um grupo específico que se formava – e ainda se forma – de maneira que o resultado da formação implique diretamente na distinção entre civis e militares. Lembremos ainda que diferente da sociologia cristã praticada por seus colegas da Ação Católica, não há a ênfase no anticientificismo, podendo sugerir que a mudez sobre a produção acadêmica seja referente a uma sociologia “civil”.

Se mantivermos a hipótese de que não havia uma ligação entre o capitão Severino Sombra e o campo da disciplina sociologia, mais um bom caminho para testá-la seria analisar como o capitão foi mencionado nos livros do campo sociológico que ganharam a

---

<sup>257</sup> Ver: <https://www.sbsociologia.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Anais-do-I-Congresso-Brasileiro-de-Sociologia.pdf>

alcunha de clássicos posteriormente. Uma análise diacrônica por assim dizer. Na *História das Ciências Sociais no Brasil*, Sérgio Miceli ainda em sua introdução, afirma que no Rio de Janeiro não teve sucesso em seus empreendimentos universitários porque enfrentou obstáculos impostos pelo controle confessional católico. Ao comparar a organização universitária paulista e carioca, Miceli afirma que,<sup>258</sup>

(...) no Rio de Janeiro, a missão de docentes e pesquisadores estrangeiros contratados se defrontou com uma conjuntura bastante distinta quer no interior da então embrionária e frágil organização universitária quer em termos da relação entre hierarquia acadêmica ainda incipiente e os detentores do poder político submetidos às pressões dos grupos de interesses doutrinários e confessionais em luta aberta por espaços na máquina governamental em expansão. Tendo-se tornado desde os momentos iniciais de sua criação um terreno de enfrentamento cerrado entre liberais, esquerdistas, católicos e integralistas, com a preponderância desses dois últimos, a recém aberta Universidade do Distrito Federal logo se inviabilizou politicamente diante dos ataques desferidos pela liderança católica junto às autoridades à frente do Ministério da Educação.

A Universidade do Distrito Federal seria extinta em 1939 abrindo espaço à criação da Faculdade Nacional de Filosofia, que seria liderada por católicos até a queda do Estado Novo. Miceli expôs os laços entre o ministro da Cultura, Gustavo Capanema, com a Igreja Católica e seus porta-vozes do laicato católico, afirmando que as alianças firmadas com esse grupo foi o alicerce de sua carreira política. Ao citar os católicos leigos, no entanto, não listou entre eles o capitão Severino Sombra.<sup>259</sup>

O capitão também não foi listado entre a geração de intelectuais que produziram livros para montar diagnósticos e sugerir reformas políticas. Os nomes dos jovens entre 25 e 35 anos, signatários de regimes políticos autoritários são os já muito analisados por obras que se debruçam no período: Alceu Amoroso Lima, Otávio de Faria, Francisco Campos, Plínio Salgado, Afonso Arinos, entre outros. Nem mesmo quando Miceli busca reconstituir os mercados onde operavam os cientistas sociais “propriamente ditos” dos anos 1930 e 1940 no Rio de Janeiro e também os publicitas, juristas e pensadores autoritários, o nome do capitão não é citado.<sup>260</sup>

Da parte do capitão, as menções posteriores são traduzidas por um sentimento de rancor com os sociólogos profissionais. Durante sua entrevista em 1983, que seria para a produção de uma pesquisa acadêmica, ele disse em tom de mágoa que:

Mal informados e de espírito preconcebido, os redatores do verbete “Legião Cearense do Trabalho” no “Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro”, editado sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas,

---

<sup>258</sup> MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989. Pp 80-81.

<sup>259</sup> Idem. P. 95.

<sup>260</sup> Idem. pp. 107-108.

taxaram meu movimento trabalhista de “fascista” e com as ideias do corporativismo italiano.

A acusação feita pelo general Severino Sombra é a de que os colegas não foram bons no seu fazer, por serem mal informados e orientados por ideias pré concebidas. Referia-se provavelmente a um trabalho clássico, que também deixa de dar destaque aos escritos de sociologia do capitão Severino Sombra. Hélgio Trindade em seu clássico sobre o integralismo, classifica o tenente Severino Sombra como fundador de um dos quatro movimentos políticos autoritários de inspiração fascista analisados, mas não o arrola em nenhuma lista de produtor de literatura antiliberal.<sup>261</sup>

É também nesse trabalho que há uma aproximação entre a Legião criada por Severino Sombra e o fascismo italiano, aproximação que o militar tentará desfazer em suas reminiscências posteriores. Trindade afirma ser evidente a influência da “Carta del Lavoro” na Legião, e não se preocupa em esmiuçar os critérios da comparação, dedicando à afirmação somente uma nota de rodapé. É importante notar que Trindade sempre se refere ao tenente usando sua patente militar, não usando nenhum dos possíveis prenomes que o colocava como especialista em análises do social, tal como expostos em suas apresentações públicas ou nos livros por ele escritos. Esse silêncio nos trabalhos ou sua citação apenas enquanto fundador de um movimento lido pelos cientistas como embrionário do movimento integralista nos permite supor que, nem mesmo a posteriori, o militar recebeu a chancela das ciências sociais como alguém que tivesse relevância na atuação seu campo da relevância.

Aqui podemos aproveitar a ligação do seu movimento com o corporativismo italiano feita nas análises sobre a Legião Cearense do Trabalho para tratarmos rapidamente do seu *Ideal Legionário* de 1931, publicado para apresentar orientações sobre ação e também o pensamento que seria a base da Legião Cearense do Trabalho<sup>262</sup>. Nele, de fato, não é o fascismo italiano que se afirma claramente como modelo, mas sim, outro corporativismo, as corporações de ofício do medievo, denunciando que nas democracias modernas havia hipertrófia, o repúdio do poder espiritual e a anarquia do poder econômico. “Democracias individualistas, burguesas e materialistas que marcham para o suicídio”. Seu ideal pregava uma:

Idade Nova que viverá sob o signo corporativista e orgânico (...) Era em que a humanidade esteja menos asfixiada pelos vapores da máquina e possa retomar o ritmo humano que perdeu em contato com os maquinismos. Era em que se estabelece sobre um humanismo real, integral e não inumano como o que viciou a cultura moderna e consequentemente sua civilização. Era mais simples, menos artificial e em que predominem os valores morais sobre os valores econômicos. Era

---

<sup>261</sup> TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. 103.

<sup>262</sup> SOMBRA, Severino. **O Ideal Legionário**. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1931

que não alcançaremos mais, mas para o advento da qual empenharemos inteligência, vontade, sangue, vida.<sup>263</sup>

Antes de anunciar seu ideal de nova era, o capitão já dera indícios de qual seria o seu modelo de corporativismo. Segundo ele, “na Idade Média, [...] o Estado e as corporações intervinhama na fixação dos salários e dos preços, garantindo um regime de justiça”.<sup>264</sup>

É de sua fixação pelas corporações de ofício da Idade Média que surge a motivação para a escrita da sua obra voltada para numismática *História Monetária do Brasil Colonial*<sup>265</sup>. Na entrevista concedida em 1995 ao jornalista Nirez, o general Severino Sombra referiu-se a esse livro como sendo fruto de um extenso trabalho de pesquisa.

Procurei ver se tinham existido corporações de ofícios na colônia que seriam as raízes históricas do que seria o trabalhismo no Brasil, não, apesar do Capistrano *tinha dito* que tinha existido, meu conterrâneo e amigo de família de Maranguape [...] Resultado: com tanta documentação que eu colhi, eu publiquei durante seis meses, *durante seis meses*, todo domingo, o suplemento literário do Jornal do Comércio, eu enchia uma folha inteira com documentação inédita que eu tinha copiado em Portugal. Mas, a parte mais importante que eu conservava era sobre a vida monetária do Brasil colonial. A verdadeira história da economia brasileira. Porque não se sabe a economia brasileira, não se pode compreender a economia brasileira sem compreender seus aspectos monetários, sua vida monetária que definiu essa economia. E houve em 1938, 1936, com apoio do governo paulista, a Associação Brasileira de Numismática promove o Congresso Nacional, o primeiro Congresso Brasileiro de Numismática de São Paulo e eu apresento o meu livro, projeto História Monetária do Brasil colonial. A repercussão foi enorme. Foi uma bomba, um tratado comtal profundidade, tal documentação e aqueles companheiros historiadores da numismática quiseram publicar o livro. Mas, editora naquele tempo para assunto especializado, era difícil. Então, reuniu-se um grupo e financiamos a edição, a impressão de 400 exemplares que foram distribuídos entre os que haviam contribuído para a edição, para a impressão do livro e para enviar a historiadores portugueses e brasileiros etc. Sobraram parece que uns 15 exemplares que nós pusemos a venda em uma livraria do Rio de Janeiro e logo sumiram. Hoje o livro é uma extrema raridade e encontra-se na seção de assuntos reservados, secretos, da biblioteca do Ministério da Fazenda.<sup>266</sup>

A justificativa apresentada ao jornalista pelo capitão foi muito mais completa do que a que foi exposta no livro. Na publicação, o capitão afirmou que procurava nos

---

<sup>263</sup> Idem, p.12-13.

<sup>264</sup> Idem.p 9.

<sup>265</sup> SOMBRA, Severino. *História Monetária do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

<sup>266</sup> Transcrição minha de parte do depoimento do Arquivo Nirez. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yeyPkgxrOLE&t=4s> –. Acesso em: 20 mar. 2021

arquivos de Lisboa documentos para um estudo da economia colonial, particularmente, documentos que fizessem referência à vida dos artífices e as suas condições de trabalho. Os rumos da pesquisa seriam mudados ao passo que os trabalhadores seriam encontrados relacionados com a história monetária. O capitão Sombra afirmou que:

constituindo os moedeiros e os carpinteiros navais as duas classes mais privilegiadas dos trabalhadores de Portugal, não pudemos deixar de lançar nossas vistos para as Casas de Moeda e o serviço nelas realizado. Abriu-se assim, à nossa curiosidade, um capítulo interessantíssimo da economia e da vida social da colônia, lamentavelmente ainda não suficientemente estudado.

Poucos passos havíamos dado nesse sentido e nossa atenção era solicitada por outros assuntos....mais atuais.<sup>267</sup>

A fala do general Severino Sombra ao seu entrevistador décadas após a publicação da sua obra de numismática faz referência à atualidade do tema pesquisado. De fato, é para endossar sua ação durante a década de 1930 que o ex-capitão exilado se debruça nos arquivos de Lisboa. Esse interesse, como já destacado anteriormente, não foi demarcado de forma explícita na justificativa apresentada em seu livro.

Se seguirmos a análise de sua produção poderemos assumir como hipótese de que seus escritos estavam fora da ordem discursiva característica do campo sociológico. Não se faz necessária uma leitura tão atenta dos escritos analisados para que cheguemos à conclusão de que os trabalhos do capitão em revistas e livros pareciam não fazer questão de omitir sua vontade de recolocar o passado na agenda histórica do presente. E, justamente por estar situado fora da fronteira do campo profissional da sociologia, não tenha sentido a necessidade de dissimular suas estratégias.

#### **4.3. Léxis e Práxis: uma história/sociologia para militares.**

Uma distinção é claramente identificada nos trabalhos que situam os escritos sociológicos da primeira metade do século XX no Brasil. Nos trabalhos aqui já mencionados, a sociologia do então capitão Severino Sombra aparece discriminada como “sociologia cristã”. Essa oposição pode ser lida como uma expressão de um campo cujos agentes empenharam-se em sua constituição através de um trabalho voltado para criar um grupo unido que se reconheça em um mesmo projeto.<sup>268</sup>

Não há dúvidas de que a religião é um sistema simbólico que constrói experiências ou que também pode funcionar como legitimadora de estruturas sociais. O que não podemos aqui é deixar de destacar que, se houve por parte da Igreja a tentativa de impedir que outras “instituições de salvação” concorrentes – como a universidade – se impusessem,

---

<sup>267</sup> SOMBRA, Severino. História Monetária do Brasil Colonial. Rio de Janeiro, 1938. p. 9.

<sup>268</sup> BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011. p. 50-51

o mesmo não pode ser dito a respeito de um oficial do Exército que, apesar de católico, não integrava o corpo de especialistas encarregados de gerir os bens de salvação. Dito de outra forma, o jovem capitão não poderia compor um campo religioso, por não dispôr do monopólio do exercício legítimo do poder religioso, tanto quanto não poderia compor o campo universitário, já que não detinha também o monopólio legítimo da verdade acadêmica.<sup>269</sup>

Não obstante, foi escrevendo histórias que o jovem capitão ganhou atenção da imprensa e do próprio Exército. Devemos lembrar que seus serviços no Exército durante a década de 1930, mesmo período onde passa a ser designado pela imprensa como sociólogo, foram sempre voltados para as humanidades. Seus registros profissionais demonstram que trabalhou na redação da Revista Militar em 1936, mesmo ano em que iria a São Paulo para participar do Congresso de Numismática, com permissão de sua chefia militar e, dois anos depois, foi nomeado redator secretário do “Guia do Candidato à Escola de Estado Maior”.<sup>270</sup>

Não resta qualquer dúvida de que seus escritos partiam diretamente da influência do discurso da doutrina social da Igreja Católica. As famosas encíclicas "Rerum Novarum"<sup>271</sup> e "Quadragesimo Anno"<sup>272</sup>, que buscavam combater o liberalismo e o socialismo, ambos lidos como nocivos e que, portanto, deveriam ser descartados como doutrinas capazes de conduzir a sociedade. O liberalismo por ter, no exposto pelo texto, se mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o socialismo por propor um remédio “muito pior que o mal” na avaliação do pontífice. A saída proposta pelas encíclicas seria a concórdia das classes, alcançada com a aceitação pelo homem de sua condição diante da impossibilidade na sociedade civil de que todos sejam elevados ao mesmo nível.

Munido com essas lentes, o capitão se coloca diante dos problemas sociais, e sugeriu em sua história da sociologia, que a mesma funcionasse como uma ferramenta. Como se lê:

os homens não aguardaram a criação da Sociologia como ciência para escolher as melhores formas de convívio e as mais justas e perfeitas instituições. Seu estudo, porém, constitui um **instrumento de primeira ordem para o aperfeiçoamento da vida político social dos povos. De posse das suas conclusões, a Política poderá alcançar um nível superior, em benefício da coletividade.** Se bem que a ação política esteja intimamente ligada à personalidade humana e, portanto, à sua

---

<sup>269</sup> Pierre Bourdieu atenta para o fato de que ao instaurar uma correspondência entre ordens distintas usando para isso oposições simples e hierarquizadas, a ideologia religiosa produz uma forma de experiência que faz com que o pensamento opere de maneira a unificar universos separados. Nesse sentido, as relações existentes entre o campo de poder e o campo religioso comandam a configuração da estrutura das relações. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

<sup>270</sup> PASTA nº VIII-30-39-SAP-AHEX.

<sup>271</sup> Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)

<sup>272</sup> Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html)

liberdade, à cultura sociológica será sempre uma informadora, uma retificadora de suas manifestações.<sup>273</sup>

O argumento do capitão é o de que a sociologia teria surgido em função da política, e as primeiras tentativas de um caminho das ciências sociais, teriam a finalidade de criar uma ciência política. Cita sem traduzir, como de praxe, frase atribuída a Réne Worms, *la sociologie doit donc devenir le flambeau de la politique*. Ou seja, numa tradução livre, “a sociologia deve, portanto, tornar-se a chama da política”, ratificando com essas palavras, que a sociologia estaria a serviço da política.

Os temas abordados pelo capitão passaram constantemente pela conciliação das classes e pela crítica ao pensamento liberal. Aqui a cronologia mais uma vez demonstra sua importância. É para desembocar nessa crítica que se faz uso da cronologia. É a Modernidade que, para o capitão, trouxe os problemas sociais. Ao tratar sobre legisladores gregos na Antiguidade, destacou a figura de Solon, a quem julgou como homem de visão superior à dos seus antecessores. Para o capitão Sombra, ao legislar para os atenienses, Solon teria elaborado códigos “de primeira ordem” para a sociologia política. Segundo o capitão, nos códigos de Solon,

o amor da Pátria, por exemplo, é um dado constante em todos eles. Recomendam-no poetas, oradores, legisladores, filósofos, historiadores, todos os grandes homens da antiguidade.

O sentimento moral e o espírito religioso são outros elementos permanentes nas legislações antigas. As três ordens - moral, religiosa e social – estavam intimamente ligadas entre si e à própria existência do Estado.<sup>274</sup>

De Platão, destaca o interesse em *República e as Leis*, apresentando uma hierarquia entre razão, coração e desejos e de como a quebra na preponderância da razão seria desastrosa para a sociedade, caso fosse governada por homens entregues ao coração e ao desejo. Faz, então, uma correspondência afirmando ser a lei para a sociedade o que a razão seria para o indivíduo.

No meio de sua distinção entre lei e razão na obra de Platão, o capitão forneceu alguns temas muitos caros ao Exército naquela conjuntura: inimigos internos e o papel da classe guerreira. Alertando para os perigos de qualquer ameaça, ele exaltou um grupo específico: “a sociedade, porém, pode ser ameaçada por inimigos internos ou externos. A energia do coração é que leva o homem a enfrentar e vencer os perigos e sofrimentos”. A defesa da República, só poderia ser confiada à classe social dos guerreiros – cuja virtude primordial deveria ser a coragem. Já os desejos, que, segundo o capitão, seriam os responsáveis por acordar qualquer iniciativa e despertaria o apetite de novos bens, seriam também responsáveis por estimular as indústrias, a produção. Os desejos seriam

---

<sup>273</sup> SOMBRA, op cit. p.14-15.

<sup>274</sup> Idem. p. 20.

representados pelos operários, a classe que, na sociedade, incumbe-se da sua subsistência. A virtude desses deveria ser, tendo em vista o bem comum, a temperança.<sup>275</sup>

Ainda tratando de analisar o pensamento de Platão, o capitão classificou a realidade social da Grécia como lastimável, sem destacar o porquê desse julgamento. Platão seguiu diante de um tribunal sendo acusado de ter criado uma fantasia diante dessa realidade lastimável, e de ter também usado recursos que negavam seu princípio inspirador. Como se lê:

Assim, para que reine perfeita harmonia entre os cidadãos, Platão prescreve a comunidade de bens e de mulheres. A fim de que a população nem cresça nem diminua além dos limites que ele imaginava razoáveis, autoriza, ora a entrada e naturalização de estrangeiros, ora a sua expulsão e, até mesmo o aborto e o infanticídio.<sup>276</sup>

Não resta dúvida que a postura diante do passado não estava voltada à compreensão. E, para ilustrar o corrente elo entre *léxis* e *práxis*, fazendo com que autores que escreveram há séculos tenham um encontro com a história presente e com a política, o capitão cita Jacques Valdour para inserir Platão em uma sociologia subjetivista. O trecho selecionado pelo capitão Severino Sombra inicia-se com Platão e segue uma linha cronológica que desemboca no anarquismo contemporâneo. Cabe aqui uma ressalva importante. Ao mobilizar valores como patriotismo diante da luta contra a anarquia, o capitão estaria se situando como um militar, e não apenas como um escritor antiliberal. Ainda que o capitão cite autores como Alberto Torres como uma referência para si em suas entrevistas, ele não parece comungar que nacionalismo ou amor à Pátria fosse algo pouco eficaz no combate à anarquia. Tampouco parece sugerir que a anarquia a ser combatida fosse a do aparelho burocrático, como sugerido por seu ideólogo influenciador que escreve no mesmo período.<sup>277</sup> O que há de comum é a atenção dispensada ao realismo:

Entendemos por métodos subjetivos os que inferem do sujeito, o homem e, não do objeto a estudar, a matéria da ciência e assim tendem a submeter as coisas às concepções de nosso espírito diante das realidades exteriores.

Nossa imaginação, nossos desejos suscitam, por exemplo, em nós, a representação de uma sociedade que nos parece desejável: sustentamos sua excelência e entendemos que ela se realiza pelo fato só de a julgarmos melhor. É o caso de Platão.

Ou então, reduzimos a Ciência Social a uma dialética independente dos fatos observados ou cujo ponto de partida consiste em fatos inexatos, imaginários, mas tidos como reais. Foi como procedeu Jean-Jacques Rousseau.

Ou ainda um Fourier cria um sistema social com elementos fornecidos pela imaginação, pela razão e por considerações psicológicas, mas alheio a todo estudo objetivo metódico dos fenômenos sociais.

---

<sup>275</sup> Idem. p. 24.

<sup>276</sup> Idem.

<sup>277</sup> TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de Organização Nacional**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

A ele Saint-Simon alia os seus pontos de vista filosóficos e religiosos.

Os anarquistas contemporâneos não aceitam senão as sugestões de sua própria sensibilidade.<sup>278</sup>

Fica patente que o interluctor do capitão é o tempo presente, aquele a partir de onde ele escreve. O tom das críticas se agravava conforme avançava o tempo em direção a Modernidade e estavam diretamente relacionadas com a questão do realismo. Na Antiguidade e na Idade Média, ainda encontraremos autores elogiados, o que fica cada vez mais difícil com o avançar da cronologia. Aristóteles foi elogiado como o maior da Antiguidade, ligado a um espírito verdadeiramente científico ao conseguir separar nitidamente política, economia e moral. Assim, seria, na concepção do capitão, o verdadeiro fundador da ciência moderna e o “ponto de partida da sociologia”, pois, “não cuidou de conceber um tipo de sociedade, de imaginar uma república perfeita. Observou as sociedades de seu tempo e reuniu os resultados dessa observação.”<sup>279</sup>

Além disso, Aristóteles permitiu que o capitão manejasse em sua história da sociologia, categorias caras ao pensamento antiliberal e conservador, ao passo que, desconsiderando o anacronismo da afirmação, atribuiu a Aristóteles a definição de quatro princípios fundamentais da sociologia. O primeiro princípio seria o do homem como um animal político (feito para viver em sociedade); o segundo princípio destacava a sociedade como um fato de ordem natural; a família como célula da sociedade seria o terceiro princípio e o quarto faz referência à família e à sociedade como realidades distintas.<sup>280</sup>

Se a sociedade antiga era na visão do capitão “lastimável”, o advento do cristianismo – grafado sempre com letra maiúscula pelo capitão – seria, na concepção de Severino Sombra, o maior acontecimento na história da Humanidade. Em suas palavras “a vitória dos princípios cristãos constitue a maior revolução de todos os tempos”, uma vez que teria influenciado profundamente as ideias econômicas, políticas, sociais.<sup>281</sup>

Em tom quase proselitista, o capitão destacava que, no embate contra a vida e o pensamento pagãos da Antiguidade, o cristianismo venceu com a palavra dos seus doutores, o exemplo dos seus Santos e com o sangue dos seus mártires. Acrescenta no mesmo tom que:

Ao embate tremendo, de que sai vencedora a Religião da criança nascida entre palhas num recanto miserável de uma terra obscura, sucede o trabalho formidável da pacificação de um mundo em armas e a organização de uma sociedade nova (...) o esforço que caracteriza a obra empreendida consiste em subordinar todos os valores aos valores morais. (...) Santo Agostinho – liga sociedade terrena ao plano sobrenatural. Abre o caminho para a filosofia da História, o começo de uma sistematização – noção de encadeamento, de uma lógica nos fatos históricos. <sup>282</sup>

---

<sup>278</sup> Idem. p. 26-27.

<sup>279</sup> Idem. p. 30-31.

<sup>280</sup> Idem. p. 32.

<sup>281</sup> Idem. p. 38.

<sup>282</sup> Idem. p. 39-41.

Sem Santo Agostinho, portanto, não haveria, segundo o capitão, o estímulo à observação e, consequentemente, a ciência. Tampouco haveria a consciência de uma evolução, fator essencial para a criação da sociologia, na sua visão marcada fortemente pelo evolucionismo. O texto segue sempre adjetivando positivamente tudo relacionado à Igreja. Trechos como “após o brilhante desenvolvimento da cultura cristã”<sup>283</sup> são recorrentes no livro.

Para o capitão, a Escolástica atinge a raiz da vida dos homens em sociedade, indicando às ciências sociais o seu lugar e a sua subordinação. Defendeu que sociologia deveria estar sempre relacionada a Moral, citando novamente Valdour para esclarecer que as ciências sociais não poderiam abandonar a filosofia e a teologia para resolver o problema do valor social do homem. O que o cristianismo deixava patente, em sua avaliação, é que não seria possível considerar o homem como mercadoria, nem tampouco desprezar o trabalho humano ou as condições sociais inferiores, nem ainda deixar de dar aos súditos do Estado um valor próprio que o Estado deveria respeitar e garantir.<sup>284</sup>

Conclui a parte destinada ao cristianismo citando Maritain, grande nome do pensamento reacionário, não no corpo do texto, mas em uma nota de rodapé, afirmando que “essa disciplina aplicada a descobrir pelo método de observação as leis dos fatos morais e sociais” é uma ciência de ordem prática, como já pensava Aristóteles, isto é, que “se aplica a conhecer não mais somente para conhecer (ordem especulativa) mas para agir” e nessas condições, o pensamento aristotélico-tomista subordinava a sociologia à Ética, que na concepção do autor, seria a ciência reguladora dos fins do agir humano.<sup>285</sup>

Em sua análise da Renascença, a mesma teria iniciado a despeito da oposição da Igreja e devido a ação dos árabes. O resgate da Antiguidade teria apaixonado a Europa e teria feito surgir a filologia em detrimento da crítica social, inaugurando uma nova fase onde o “espírito laicista” desligara a sociologia da ética da Idade Média e a lançara no domínio da experiência histórica independente de considerações morais. O exemplo trazido é o de Maquiavel, que ofereceu regras práticas para que o príncipe se mantivesse no poder.<sup>286</sup>

Bodin é exaltado como superior a Maquiavel por basear suas conclusões em estudos e observação. Sobre Bodin afirmou ainda que este era aristotélico e teria restabelecido a linha geral histórica do pensamento político, incorporando todos os elementos dos novos métodos. O capitão compara autores muito distantes espacial e temporalmente sem qualquer constrangimento. Bodin recebeu destaque por possuir na avaliação do capitão uma “amplíssima cultura”, superando Maquiavel por erguer-se acima da lógica prática para alcançar “as leis gerais da política, tais como existem em todos os tempos e lugares, posição muito mais interessante do ponto de vista científico”.<sup>287</sup>

---

<sup>283</sup> Idem. p. 42.

<sup>284</sup> Idem. p. 45.

<sup>285</sup> SOMBRA, p. 47. Ao que parece, os teóricos da reação foram citados com menos destaque, sempre nas notas de rodapé.

<sup>286</sup> Não há qualquer referência de que Severino Sombra tenha lido diretamente aos clássicos. No caso de Maquiavel, por exemplo, suas referências são Janet – também usado na explanação sobre a Escolástica – e Villeneuve.

<sup>287</sup> SOMBRA, 66. Mais uma vez, os trechos são de Villeneuve.

Ao tratar sobre Absolutismo e Direito Natural, o capitão Sombra traçou como razão para a emergência do absolutismo a necessidade diante das circunstâncias históricas (formação dos grandes Estados, crises político-religiosas na Inglaterra, constituição dos impérios coloniais, nacionalismo econômico e o reinado de Luis XIV). Vale aqui destacar que Tristão de Athayde será citado em nota da página 75 para explicar dissociação científica da Renascença, que dispensa fundamentos religiosos e teológicos, a influência do direito romano e a renovação da jurisprudência para fazer surgir um novo Direito. “É na natureza humana, racional que se fundamenta o novo Direito Natural, que vai servir ao pensamento político dos séculos XVII e XVIII, ao pleno domínio do Individualismo e contra o qual se levantará o pensamento sociológico do século XIX.” Como já destacado anteriormente, pensadores facilmente identificados ao pensamento conservador serão citados sempre fora do corpo do texto. A citação empurrada para a nota de pé de página, afirmava que:

Para legitimar os esforços de separar a força do Estado de todo pressuposto religioso no começo do século XVI receberam os conceitos de contrato, direito natural, liberdade, igualdade, etc, novo significado. Como fundamento dessa nova justificação, nada mais se ofereceu senão a *natureza do homem.*”<sup>288</sup>

Na visão do capitão, o método do Direito Natural seria o racionalismo. A partir daí, a razão humana seria o diapasão que levaria à rejeição da autoridade e da tradição, pois o racionalismo solapava o sistema absolutista que somente na aparência ajudava a construir e unir suas forças desagregadoras às da Reforma para o advento do individualismo político.<sup>289</sup>

Na concepção do capitão Sombra, Descartes, ao exaltar a dignidade soberana do pensamento, começava por fazer tábua rasa dos conhecimentos obtidos até então para reconstruir o edifício apenas com as forças da razão. Mais uma vez, o resultado destacado seria a rejeição a autoridade, antiga e atual. Acusou ainda Descartes de, mesmo prestando homenagem à religião, à moral e às leis, desprezá-las, pois, mesmo que suas conclusões chegassem a existência de Deus, chegavam também e principalmente a uma concepção mecânica do universo. O que implicava na negação do milagre e da providência. O resultado seria a associação entre o *individualismo religioso* da Reforma e o *individualismo filosófico* do cartesianismo para vencer o absolutismo – ignorando que ele próprio teria se originado nas mesmas fontes. Dessa associação, nasceria o *individualismo político* com as suas consequências revolucionárias.<sup>290</sup>

Há uma grande nota no final dessa página, em espanhol, que acreditamos ser relevante traduzir aqui. Como já destacado, a nota de rodapé pertence ao pensador austríaco conservador, antiliberal e anticomunista Othmar Spann. Na nota se lê:

---

<sup>288</sup> Idem. p.77.

<sup>289</sup> SOMBRA, p. 77.

<sup>290</sup> Idem. p. 78.

O princípio político do individualismo, que vê no indivíduo o fundamento exclusivo do estado, é a *liberdade* do indivíduo. Por conseguinte, em sua forma extrema é *anarquismo*; outra segunda forma fundamental eu chamaria de *maquiavelismo*, isto é, a doutrina de que o indivíduo forte deve dominar o débil; a terceira forma é *teoria do contrato ou direito natural*, cujas derivações políticas são: absolutismo ilustrado, liberalismo (constitucional) e democracia: cujas derivações econômicas são: a teoria da livre concorrência, a liberdade de indústria e a liberdade de comércio. (Véanse Quesnay, Smith, Ricardo).<sup>291</sup>

É muito patente que a Modernidade quebrou o que esses homens concebiam como uma sociedade equilibrada, identificada durante a Idade Média. Nesta forma de ler o passado, a partir do Renascimento, com a sobreposição da razão sobre a fé e a consolidação das ideias liberais, o individualismo e suas derivações econômicas abrem caminhos para a luta de classes.

Apesar de endossar a ideia de que sociologia teria uma origem utilitária, e que seu surgimento se ligaria à circunstâncias históricas, o capitão Sombra destacou a Descoberta, a Conquista e a Colonização das novas terras como responsáveis por suscitem rivalidades, guerras e transformações econômicas e sociais, como também teriam motivado à indagação científica, alavancando a criação e o desenvolvimento das ciências sociais e auxiliares da sociologia. Ou seja, A sociologia tem uma origem, mas sobrevoa toda a História Ocidental como se sempre estivesse ali. Essa forma de tratar o tema demonstra que havia uma confusão na concepção do capitão. Essa abordagem confunde uma ciência voltada a refletir sobre problemas sociológicos com qualquer escrito sobre problemas sociais.

Ao elencar esses diversos ideólogos, o capitão Severino Sombra buscou no passado precursores das ideias que deveriam ser combatidas. É assim que Campanella se transforma no grande ideólogo moderno do comunismo. A afirmação se deu por meio de uma citação curta e sem referência onde o autor teria pontuado que “as fontes dos dissidentes sociais são a propriedade privada e a família individual” e que esses não desapareceriam sem a comunidade dos bens (e das mulheres). O capitão, tomado então por um tom de absurdo, acusou Campanella de fomentar uma política racista, ao afirmar que, em seu pensamento, a união dos sexos seria regulamentada, a partir do interesse do Estado e para melhoria da raça, de acordo com os caracteres físicos e psíquicos do homem e da mulher. Para o capitão, Campanella seria um homem de pensamento e ação, que reunia aos ideais mais generosos, as mais grosseiras concepções – amor fraternal dos homens a mais absoluta tirania. Em suas palavras, “Campanella é um símbolo dos tempos que vão começar”<sup>292</sup>

A lista de ideólogos elencados pelo capitão só cresceu. Utilizando Valdour, o capitão destacou o comunismo de Mably, de Morelly, de Babeuf, de Cabet, de Owen, de Fourier e discípulos (Considérant e Toussenel) de Saint-Simon e seu discípulo Bazard; o

---

<sup>291</sup> Nota de rodapé da página 78.

<sup>292</sup> SOMBRA, p. 84-85.

anarquismo de Proudhon, Max Stirner, Elisée Reclus, Bakounine, Kropotkine, William Morris, Sébastien Faure, Malato, João Grave etc; o coletivismo dos discípulos de Karl Marx: Benoist Malon, Fournière, Renard, Guedes, Bebel, Bernstein e etc.<sup>293</sup>

Dos nomes listados, o capitão focaria em James Harrington, conhecido por sua teoria política voltada ao republicanismo, em Charles Fourier, que seria alocado entre os socialistas utópicos do século XX por historiadores do pensamento social e Saint-Simon, também situado entre os pensadores do socialismo utópico francês.

Harrington seria para o capitão, o ideólogo das ideias liberais. O violento conflito entre o Rei e o Parlamento, na Inglaterra, que na linguagem do capitão “degenerou” em guerra civil e luta religiosa e culminou com a República de Cromwell, deu origem à abundante literatura em que o espírito inglês ensaiou para suas definitivas afirmações liberais. É esse fato que segundo o capitão Sombra, faz surgir e florescer na Inglaterra as ideias de pacto social e soberania popular, já esboçadas no Continente. As imigrações de grupos vencidos para América do Norte, a fim de praticar e desenvolver suas doutrinas políticas e religiosas, seriam a fonte da mentalidade liberal democrática que se formava nos Estados Unidos, influindo, mais tarde na Europa, estimulando a Revolução Francesa. Esse é o fio de eventos puxados pelo militar.<sup>294</sup>

Já Fourier foi retratado pelo capitão como “misto de homem prático e sonhador [...] convencido de que todo o mal da civilização reside no recalque das paixões humanas e no sentimento de aversão pelo trabalho”.<sup>295</sup> Sua relevância estaria em imaginar um sistema social em que os homens pudessem expandir-se livremente e onde o trabalho fosse realizado com alegria. No falanstério – uma espécie de grande hotel moderno e de cooperativa – ninguém seria pobre, ou mesmo ocioso e a propriedade não seria abolida. Todos ficariam mais ricos, graças aos dividendos que receberiam pelo trabalho. Nesse regime societário, a desigualdade econômico-social subsistiria, mas a paixão pelo trabalho e a lei da atração moral entre os homens trariam a harmonia. Para o capitão, ao explanar essa sociedade imaginada, Fourier preconizou regras para a ciência social.<sup>296</sup>

Ao fechar a galeria de ideólogos com Saint-Simon, a quem o capitão destacou como sendo “o maior de todos”, o industrialismo aparece como a base para que a política fosse subordinada ou absorvida pela economia.<sup>297</sup>

A impressão legada pela leitura é a de que Saint-Simon é citado com louvor porque Comte precisaria ser diminuído. Comte teria a paternidade da sociologia de forma imerecida, pois nas citações trazidas pelo capitão, Comte teria apenas seguido a estrada aberta por Saint-Simon, ou seja, mais uma vez os fatos são tratados como dados naturais.<sup>298</sup> A ideia da paternidade imerecida defendida pelo capitão vem de Simon Deploige, cujo trabalho mais famoso entre a geração do capitão Sombra foi *Le conflit de la morale et la Sociologie*, tendo inclusive orientado em Louvain, Alexandre Correia, outro leigo católico

<sup>293</sup> Idem. p. 86.

<sup>294</sup> Idem. p. 89.

<sup>295</sup> Idem. p. 90.

<sup>296</sup> Idem. p. 91.

<sup>297</sup> Idem, p. 93.

<sup>298</sup> Idem, p 96.

empenhado na renovação católica.<sup>299</sup> Avançando na sua cronologia, o capitão tentou demonstrar de que forma o direito natural racionalista, vitorioso nos outros setores, voltaria-se também para o da Economia. O Individualismo liberou a Economia de toda a subordinação moral e a Liberdade foi estabelecida como princípio supremo. Segundo o capitão, “era a vaga liberal nas vésperas da grande revolução”<sup>300</sup>.

O capitão Severino Sombra passou a duras críticas a Comte, destacando o fracasso da “Religião da Humanidade” e o que denominou como a sociocracia comtista que, segundo o capitão, arrastaram no seu descrédito, por muito tempo a própria sociologia. Esse fracasso, na leitura do capitão, fez emergir vitoriosamente outra ideologia – o socialismo, acusado pelo capitão se apoiar numa falsa ciência econômica, e que só seria derrotada, em seus aspectos revolucionários, contemporaneamente.<sup>301</sup>

Em suma, para o capitão, da ideologia Saint-simoniana nasceram os “dois extremos aparentados”, “o *extremismo sociológico* de Comte com a sua construção utópica-científica do sociacracismo e o *extremismo econômico* de Marx com a sua construção utópico-científica do comunismo marxista”<sup>302</sup>. Ambos não teriam, segundo sua leitura, contentado-se em fazer ciência. Teriam, em sua opinião, usado seus estudos para uma finalidade social reformadora. Opinião que parece não muito distante do uso que o próprio capitão parece fazer de suas leituras. Na verdade, a diferença entre sua prática e aquelas por ele criticadas seria moral. A concepção dos seus opositores na ideologia seria concebida segundo impulsos pessoais, ancoradas em sentimentos e imaginação, em face do excitante do quadro social da época.<sup>303</sup>

O capitão Sombra produziu um pequeno resumo onde aparece claramente a que se destina sua introdução histórica da sociologia:

Sob a influência das ideias espalhadas pela Reforma, das novas concepções científicas, do progresso, das matemáticas e ao calor das sangrentas lutas civis da Inglaterra, surge a filosofia política moderna (*philosophia civilis*). Será a grande corrente que na base do Direito natural racionalista irá enfim desaguar no mar agitado da Revolução Francesa, **produzindo, em consequência, a reação que culmina com a fundação da Sociologia.**<sup>304</sup>

Tendo nascido em um contexto de crise, a sociologia não pôde fugir, em sua origem, “à sedução política, reformadora, combativa, idealizadora de regimes”. Além dessa constatação, chama a atenção que o capitão tenha fornecido à sociologia uma data de nascimento que corresponde ao mesmo momento em que surgia o movimento reacionário

---

<sup>299</sup> A formação intelectual de Alexandre Correia. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.], v. 79, p. 33–38, 1984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67002..> Acesso em: 03 jul. 2024.

<sup>300</sup> SOMBRA, Severino. Op. cit. p.136.

<sup>301</sup> Idem. P 143.

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> Idem. p.145.

<sup>304</sup> Idem. 151

francês. O capitão, mais adiante, atrelará mais claramente a sociologia ao pensamento reacionário:

Vejamos as ideias nucleares do seu pensamento político.

Todos os homens são absolutamente iguais e têm o mesmo direito sobre as coisas. Como todos as desejam, são inimigos, e o estado de guerra universal é o grande princípio na humanidade. Ora, reconhecendo que aquele estado lhes é prejudicial, os homens, por conveniência, por interesse, por egoísmo, assentam viver em paz, através de um contrato, transferindo o direito absoluto que cada um possui a uma pessoa ou assembleia. Assim, nasce o Estado absoluto, monárquico ou democrático.

O absolutismo não é mais do Príncipe, mas do Estado. E neste o poder também poderá estar nas mãos de uma assembleia e nesta ainda nas de sua maioria.

Estão abertas assim as portas às doutrinas democráticas que conferirão todo o poder ao povo que o delegará através do voto. Está aberto o caminho ao individualismo liberal.

O terrível absolutista Hobbes é, na verdade, o marco inicial do pensamento revolucionário (...)

Florescerá até a Revolução Francesa, para dar lugar à reação que, com De Maistre, Comte, Bonald e Le Play ocasionará a fundação da sociologia<sup>305</sup>.

Os fundadores reacionários listados pelo capitão Sombra como fundadores da sociologia são conhecidos por colocar o conhecimento abertamente a serviço de um projeto ideológico. Le Play, por exemplo, era conservador em política também um reformador por reação contra o mundo moderno. Sonhava com um mundo patriarcal cujas diversas células funcionariam a partir do modelo “familia-estirpe”. Charles-Henry Cuin e François Gresle, em sua História da Sociologia, definem o paternalismo de Le Play como sendo “temperado com catolicismo militante”.<sup>306</sup>

O próprio capitão oferece um breve resumo dos nomes citados, sendo o único alvo de críticas, Augusto Comte. É possível que sua inclusão no rol dos fundadores tenha se dado por ser muito difícil negar a paternidade da sociologia a este autor. No entanto, ao referir-se a Comte, afirmou que na ânsia de realizar o que só os séculos poderiam, ele “quis ultimar o desenho e desvairou, riscou em demasia, transformou o belo em grotesco. Da sociologia resvalou no sociologismo e deste na idolatria”.<sup>307</sup> Na análise do capitão, Comte teria mergulhado em misticismo, dando lugar ao dogma, a uma espécie de culto e um regime, onde apenas se esperava as bases de uma nova ciência. O resultado seria a vitória do individualismo liberal, e a transformação da ciência em doutrina, “uma espécie de sistema” e uma ideologia e, como tal, transmutou-se em um evangelho revolucionário.<sup>308</sup>

---

<sup>305</sup> Idem. 154-156.

<sup>306</sup> CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da Sociologia 1: antes de 1918**. Petrópolis: Vozes, 2017.p. 56-57.

<sup>307</sup> SOMBRA, p. 159.

<sup>308</sup> Idem. p. 160.

Ao tratar dos dias em que vivia, o capitão Sombra afirmou que, diante de crise econômica, política e social, não eram raros os que propunham soluções políticas sob a capa de sociologia. Cita Maunier com ironia, ao afirmar que “intitula-se sociólogo todo ideólogo, profeta ou reformador”.<sup>309</sup>

O pensamento reacionário mobilizaria categorias outras àquelas privilegiadas pelo pensamento liberal. Nação, por exemplo, seria usada sempre em oposição à categoria política *indivíduo*. A acusação era de que essa categoria seria abstrata, universal, diferente da categoria política *nação*. Os usos foram articulados a partir do pensamento de José De Maistre. Deste autor, o capitão transcreveu o seguinte trecho, destacando e exaltando a sagacidade e a ironia do autor contra-revolucionário.<sup>310</sup>

A Constituição de 1795, como as anteriores, é feita para o *homem*. Ora, no mundo não existe o *homem*. Em minha vida, tenho encontrado Franceses, Italianos, Russos etc, e sei mesmo, graças a Montesquieu, que se pode ser persa. Mas, quanto ao homem, declaro jamais tê-lo encontrado; se existe, dele não tenho notícia.

A leitura que o capitão Sombra fez do trecho destacado pode ajudar a compreender sua visão acerca da história. Para ele, De Maistre transferiu para o centro do estudo político, a vida nacional e, por isso, a história seria a responsável na orientação das instituições – que como já vimos, são concebidas por ele como oriundas de forças da evolução histórica, portanto, nessa lógica, somente a história seria capaz de fornecer explicações verdadeiras.

De Bonald também foi utilizado como fonte do pensamento social do capitão Severino Sombra. A categoria “família” também ganharia demasiada importância por ser tratada como a origem de toda sociedade, sendo esta necessária à formação do homem, que como destacou o capitão Sombra, “não nasce perfeito, acabado, como os animais, mas perfectível, precisando das experiências dos outros e dos recursos sociais para viver e aperfeiçoar-se.”<sup>311</sup>

Retomando os clássicos da reação, o capitão nos fornece *léxis* e *práxis*, atualizando seus escritos ao aplicá-los em seu tempo e usá-los como base para reformar a sociedade. Apesar de os autores clássicos – De Maistre e de Bonald - serem os mesmos utilizados como fonte do pensamento social católico no momento em que o capitão escreve, nada permitiria nesse texto, especificamente, o identificar como um signatário engajado na Ação Católica. Sua introdução histórica da sociologia, mais parece ser fruto de como o capitão agenciou sua credencial de especialista e intelectual no campo das ciências sociais no interior do Exército.

Se destacarmos a maneira como o capitão fez uso de determinadas categorias em seus escritos, poderíamos observar algumas nuances que estão para além de uma sociologia católica, mas que comungam sem muito esforço com interesses militares. Para demonstrar tal comunhão, vale retomarmos aqui o uso da categoria *nação* em outro escrito realizado

---

<sup>309</sup> Idem. 168.

<sup>310</sup> Idem. p. 171

<sup>311</sup> Idem. p. 173.

no mesmo contexto, porém, agora investida de um sentido totalmente voltado para a defesa militar.

O capitão Severino Sombra escreveu para a revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de 1941 e 1945, um artigo intitulado “Guerra total, nacionalização e povoamento”. O texto não trazia na epígrafe nota de um grande pensador, mas do próprio presidente da República, Getúlio Vargas, afirmando que somente os povos organizados e com vigilante espírito nacionalista subsistiriam. Abaixo do nome do autor, somente sua patente militar aparece: capitão do Exército. No texto, o capitão apresenta a noção de guerra total, destacando a necessidade de empenho de uma Nação em todas as atividades, classes, idades, regiões para que, conflagrado um conflito, houvesse êxito militar. Caberia ao Governo, em tempos de paz, preparar a cooperação de todos: industriais, agricultores, comerciantes, bancários e trabalhadores ligados ao transporte, afim de que, no momento do conflito, funcionassem como um conjunto solidário em prol de um sentido único.<sup>312</sup>

O sucesso de tal empreendimento viria após a formação de uma consciência nacional, que pode ser vislumbrada no seguinte trecho:

compreenderam facilmente os pensadores políticos e militares que, na guerra total, só poderiam resistir os povos que realmente constituíssem um todo orgânico, com a consciencia de uma tradição e de um destino, apresentando a frente de uma só lingua e a homogeneidade física e psicológica de um só agrupamento étnico.<sup>313</sup>

Após definir e defender a importância da consciência nacional, o capitão passa a localizar o entrave para que no Brasil, a mesma se desenvolvesse: o povoamento. Estaríamos, portanto, incluídos entre os Estados que o capitão classificou como “Estados Mosaicos” por não terem uma só raça, língua e, portanto, não conseguiram desenvolver um sentimento nacional, aproximando, por afinidades morais ou políticas, os aqui instalados ao adversário.

O objetivo do texto foi apresentar soluções a esse problema. A primeira solução passaria por adotar uma política demográfica que promovesse o aumento da população através de medidas de proteção à maternidade e à infância, auxiliando as famílias numerosas e de estimulando o casamento. A segunda solução estaria na instituição de uma política imigratória orientada, tanto em relação à escolha do imigrante como à sua distribuição no território nacional. E a terceira solução seria a combinação entre as duas primeiras.<sup>314</sup>

Na avaliação capitão, os governos foram incapazes de implementar as medidas que solucionariam a questão por conta da “mentalidade viciada pelo individualismo liberal” e por estarem “manietados pela política partidária. Teriam praticado a segunda medida por estarem sob a pressão dos grandes Estados porém, o fizeram, mas sem nenhuma diretriz

---

<sup>312</sup> Cultura Política, nº 6, 1941. p. 106.

<sup>313</sup> Idem. p. 107.

<sup>314</sup> Idem. p. 108.

nacional, o que corresponderia a adotar critérios para a seleção dos imigrantes. Critérios esses que seriam físico, moral, étnico e psicológico.<sup>315</sup>

Além disso, o capitão sugere que a inexistência de um órgão fiscalizador da atividade dos núcleos imigrantes que se formaram teria agravado o problema. O fato desses núcleos estarem isolados do meio nacional e abandonados pelos governos estaduais se somariam para o agravamento da questão. O capitão cita que os países de origem mantiveram a assistência e que isso acabou por estimular entre os colonos e seus descendentes “o espírito de sistemática reação contra qualquer tentativa nacionalizadora”, além de organizá-los, por fim, em filiais dos partidos nacionalistas vitoriosos naqueles países. Assim, após a exposição dos problemas, o capitão sugere a criação de um órgão coordenador que impulsionasse um programa completo de assimilação econômica, intelectual e cívica desses imigrantes.<sup>316</sup>

Em clássico artigo cujo foco era o discurso nacionalista produzido por militares que participaram da campanha de nacionalização do Vale do Itajaí, Giralda Seyferth demonstra que prevaleceu uma concepção de Estado-nação que nega legitimidade às etnicidades, que havia sido característica da ideologia nacionalista brasileira desde o século XIX, e que se destacou a hegemonia de uma visão militar. Não seria por acaso que nesses discursos emergiram termos como “campanha” e os personagens envolvidos precisassem ser “conquistados” através da imposição do civismo, em um cenário retratado e traduzido pelos militares envolvidos na “campanha” como “estado de guerra”.<sup>317</sup>

Na ação intervencionista que atingiu a população descendente de imigrantes, o Exército assumiu a tarefa de construtor da nacionalidade — supondo que a elite republicana antes de 1937 havia sido descuidada quanto aos valores morais constitutivos da nação. Nacionalizar, portanto, é tarefa de educação moral e cívica — um pressuposto dos doutrinadores que estabeleceram as premissas ideológicas da ação do Estado.<sup>318</sup>

Como se vê, o escrito do então capitão está inserido em uma ordem discursiva muito demarcada, não havendo a necessidade de se legitimar por outros meios, ou utilizando outros prenomes para além da sua patente militar. Não é casual que, de repente, o capitão se dedique a escrever sobre um tema que até então ele não havia elaborado em outros espaços. O artigo foi publicado em 1941. Algumas biografias de Severino Sombra citam sua passagem, nesse mesmo ano, como chefe do Serviço Secreto do Exército na 3ª Região Militar, no Rio Grande do Sul. O deslocamento teria se dado tendo em vista o perigo da penetração do nazismo devido à grande presença de imigrantes alemães e imigrantes italianos naquele estado.<sup>319</sup> Seus registros no Arquivo do Exército dão conta de sua passagem pelo local, sem contudo, esmiuçar o serviço desempenhado. Ainda em 1941, o capitão teria sua matrícula negada na Escola das Armas por não cumprir alguma exigência

---

<sup>315</sup> Idem. p. 109.

<sup>316</sup> Idem . p.110.

<sup>317</sup> SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Maná**, v. 3, p. 95-131, 1997.

<sup>318</sup> Idem. p. 100.

<sup>319</sup> Ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/130687/biografia>. Acesso em 01 de junho de 2024.

do regulamento, o que não impediu seu ingresso naquela instituição, pois fora aceito por ordem direta do ministro Eurico Gaspar Dutra. Após duas passagem pelo curso, sua avaliação gerou o seguinte resultado:

Oficial ilustrado, perspicaz e idealista.

Teve atitudes bem definidas, durante o curso. Revelou energia na execução das próprias decisões. Muito nervoso exalta-se em presença de dificuldades.

Grande rapidez na apreensão das situações, ordens ou missões, contudo precipita-se e tende para estabelecer premissas falsas e ideias preconcebidas.

Grande capacidade de análise e síntese. Dispõe de intuição servida por uma equilibrada capacidade de abstração. Fez progressos marcantes na aplicação da doutrina, falta-lhe ainda método. Grande facilidade de concepção. Decide bem, prevendo no justo limite.

É claro, preciso e conciso no modo de externar-se. Poderia ter obtido melhores resultados si não tivesse conterrano trabalhos mentais estranhos no curso.

Foi assíduo e pontual aos trabalhos escolares. Apresentou todos os trabalhos exigidos. Cumpriu todas as ordens e deveres escolares.

Capacidade normal de trabalho útil.

Grande resistência no trabalho mental e bom vigor físico.

Tem ótima conduta militar.

Não podemos afirmar com absoluta certeza de que seu ingresso na Escola das Armas tenha sido uma recompensa extra-oficial por seus serviços no Rio Grande do Sul. Mas, é possível que sua avaliação, assinada pelo coronel Arthur Joaquim Pamphiro, comandante da Escola entre 25 de janeiro de 1941 e 5 de março de 1942 e era respeitado oficial, contado entre os instrutores apelidados de “Missão Indígena” – que passaria a designar a atuação de um grupo de instrutores na Escola Militar do Realengo no período compreendido entre os anos de 1919 e 1922<sup>320</sup> – traga elementos não tão elogiosos ao capitão por se tratar de um ingresso fora do prescrito.

Um trabalho que se pretende atento às questões de cunho organizacional tem o dever de explicitar a forma como uma organização interage com o ambiente externo e como ela reage ou se adapta a esse ambiente alterando sua estrutura interna. O que pôde ser vislumbrado através dos questionamentos dos registros aqui utilizados é que, durante o período abarcado por essa pesquisa, houve uma interação bastante intensa entre a jovem oficialidade do Exército e movimentos de renovação Católica, dos quais, o general Sombra participou ativamente.

Ao pedir permissão a sua chefia imediata no Exército para participar de um Congresso de Numismática, o capitão Sombra estava produzindo uma crença, colocando em jogo uma energia simbólica que determina os fundamentos de uma crença coletiva. Quando consegue a licença, e os meios para continuar tendo suas obras publicadas pela editora do Exército, a instituição militar mantém a crença, dando a autoridade de que o

---

<sup>320</sup> TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas – Da planície à borda do altiplano. 3. ed. 1. v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 94.

autor se autoriza. Dessa maneira, campo produz e reproduz, por meio de suas próprias regras de funcionamento, a crença inquestionada de que aquele autor acumulou prestígio.<sup>321</sup>

Já sua inclinação para participar em determinados meios – entre colecionadores de moedas - mas não em outros - entre sociólogos profissionais - pode sugerir que o capitão estava atento aos possíveis constrangimentos tão presentes em um campo de forças. Como se estivesse escolhido seu campo de batalha. A dispensa de sociólogos profissionais como seu “banqueiro simbólico”, para usar a expressão de Bourdieu, não foi a única dispensa realizada pelo capitão. A tradicional figura do editor também foi dispensada. Trabalhos seriam publicados ou por esforços próprios ou com a bênção do Exército, o que daria a essa instituição o papel do “banqueiro simbólico” fechando o círculo da crença que passa do criador para o criador do criador.<sup>322</sup>

Ao trazermos essas noções tão utilizadas no momento em que se constrói essa tese para a análise, o desejo é de que em algum dia possamos olhar para a história do Brasil republicano e reavaliarmos, enquanto cidadãos e agentes históricos, nossas próprias crenças. Enquanto profissionais da memória, a esperança é de que acolhendo a sugestão de Quentin Skinner, para citar um famoso historiador do pensamento, passemos a olhar para o passado como “um repositório de valores que não mais endossamos, de questões que não mais propomos”.<sup>323</sup>

A ideia de que a história ou a sociologia eram indispensáveis para a política perdurou no Exército. Acompanhar essa produção seria interessante em outra oportunidade. Em discurso proferido em 3 de junho de 1970, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o general ditador Emílio Garrastazu Médici afirmou que não se governa sem história, uma vez que ela seria, em suas palavras, “instrumento de ação”.<sup>324</sup> Em um momento em que o Exército se fecha institucionalmente para a prática política, um oficial médio encontrou maneiras de fazer política – dentro e fora da instituição – escrevendo histórias. Em suma, sua ironia ao citar Maunier, ao afirmar que “intitula-se sociólogo todo ideólogo, profeta ou reformador” poderia também aplicar-se a ele, com uma pequena ressalva. O que a experiência desse exercício de contar a história da sociologia perpetrada por um oficial militar nos ensina é que, de fato, o homem isolado é uma abstração. O capitão Sombra não se intitulou sociólogo. Foi em grupo, ora em círculos do laicato católico, ora em meio aos seus companheiros de farda, que ele pôde ser reconhecido como tal. Como diria Lucien Febvre, “o homem em grupo, essa realidade”.<sup>325</sup>

---

<sup>321</sup> BOURDIEU. Pierre. **A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** Porto Alegre: Zouk, 2006.

<sup>322</sup> Idem, p. 22-23.

<sup>323</sup> SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo.** São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.90

<sup>324</sup> Citado em BENTO, Claudio Moreira. **História da 3ª Região Militar 1953- 1999.** Porto Alegre: 3ª RM, 1999. v. 3.

<sup>325</sup> FEBVRE, Lucien. **Combates pela história.** Lisboa: Editorial Presença. 1989. p.25.

## Conclusão

Para que uma tese de História possa existir e se sustentar ela necessita dispor de um elemento fundamental. Para historiadores, as fontes históricas são tanto a condição como também o limite da realização do seu trabalho. De que forma poderíamos investigar como se produzem e se reproduzem determinados tipos de discursos? Ou em quais formas de enredo eles se organizam se não tivéssemos a nossa disposição o material que pudesse responder aos questionamentos que elaboramos? Abundantes ou não, é papel do historiador criar seus materiais. Como a formulação famosa de Lucien Febvre, “o historiador não vagueia ao acaso pelo passado, como um tropeiro em busca de achados, mas parte de uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese a verificar.”<sup>326</sup>

O projeto de pesquisa a partir do qual se originou essa tese tinha hipóteses mais abrangentes e uma periodização consideravelmente maior. O traçado original acompanharia a ação do general Severino Sombra até 1965, ano em que se afastou da política partidária para se dedicar ao seu projeto de construir uma fundação educacional. Mas, como já destacado aqui, as fontes são, ao mesmo tempo, condição e limite. Uma pesquisa dependente de arquivos físicos teria, diante de uma pandemia que fecha os espaços e impõe distanciamentos, teria de se reformular.

Reformulações impostas por contingências nunca são simples. Ter de elaborar novos problemas implicava diretamente em fabricar novas fontes. Entrevistas, jornais, revistas, livros e correspondências foram as fontes elencadas para a operação de unir as ideias ao homem que as professava e às instituições por onde circulou. Uma operação delicada, considerando que indivíduo e instituições vão se fazendo e refazendo ao longo do percurso.

Diversas vezes durante essa pesquisa as fontes responderam nossos questionamentos de maneira a “bagunçar” a análise. E a escolha feita foi sempre a de permitir a bagunça. Sem ela, seria impossível considerar as circunstâncias históricas que moldaram a expressão da forma de pensar de um oficial do Exército na primeira metade da década de XX. Além disso, somente a abertura para o dissenso permitiria de fato pousar em uma página, sem qualquer receio, a afirmação de que todo indivíduo é social sem que isso diminuisse em absolutamente nada o reconhecimento de sua singularidade. A impressão de que muitas vezes, o tipo diferente de fonte, “desmentiria” outra, como quando Sombra citava o seu agenciamento do tenentismo ou a sua participação – ou não – na Revolução de 1932, somente ultrapassaria o status de impressão se ignorássemos a historicidade de qualquer uma dessas fontes. Dito de outra maneira, não interessou saber o que aconteceu, mas como o nosso personagem expressou esses acontecimentos ao longo do tempo e o que essas diferentes formas de expressar o ocorrido dizem sobre essas

---

<sup>326</sup> FEBVRE, Lucien. **Combates pela história.** Lisboa: Editorial Presença. 1989. p 19.

diferentes temporalidades. A mudança na forma de se expressar pode indicar mudanças profundas e relevantes na configuração social. Mais uma vez, Febvre pode ser retomado para destacar uma lição importante: a de que o homem não se lembra do passado. “Reconstrói-o sempre [...]. Ele não conserva o passado na memória, como os gelos do Norte conservam frigorificados os mamutes milenários. Parte do presente – e é sempre através dele que conhece, que interpreta o passado”.<sup>327</sup>

Esta tese também interpreta o passado através do presente. Há quatro anos um homem negro, soldador, foi espancado até a morte por dois seguranças em um supermercado na cidade de Porto Alegre. Na ocasião, um general era o vice-presidente desse país e deu sua opinião sobre o crime alegando não existir racismo no Brasil. Na sua concepção, repetida por mais de uma vez, racismo seria “coisa que querem importar para o Brasil”.<sup>328</sup>

Essa forma de apaziguar as relações raciais no Brasil não podem ser lidas exatamente como uma novidade. O historiador Lucas Pedretti localizou um documento durante as pesquisas da Comissão da Memória e Verdade da UFRJ que demonstrava o monitoramento realizado pelo Exército dos movimentos sociais, mesmo após o fim da ditadura militar. A descoberta ganhou as páginas dos jornais. O relatório elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), um dos serviços de inteligência da ditadura militar, demonstrava como a instituição militar preocupou-se com os desfiles que trouxeram para a avenida do samba carioca, temas de cunho antirracista. No relatório, os sambistas são os inimigos internos da vez. Martinho da Vila, por exemplo, criador do enredo da Vila Isabel em 1988, foi citado no documento em questão como alguém que estimulava a luta de “negros contra brancos”. O erro desses inimigos internos, alimentado por uma narrativa advinda das lutas do movimento negro das décadas de 1970, foi, mais uma vez, questionar a tradição, nesse caso, a forma tradicional de se contar a história do Brasil, onde o fim da escravidão estaria inquestionavelmente ligado a um ato de benevolência da Princesa Isabel.<sup>329</sup>

Adriana Barreto de Souza, certa vez, argumentou que pretendia demonstrar como as ideias de pacificação e da expressão largamente utilizadas nos últimos anos da história republicana desse país, “Exército de Caxias”, faziam parte de uma certa tradição que não tem lugar em uma democracia. Ao afirmar que a importância atribuída a figura de Caxias ao longo da história republicana, foi a imagem do “pacificador”. A autora expôs qual a tradição de fato estaria ligada ao Exército brasileiro: a defesa da pátria contra o inimigo

---

<sup>327</sup> Idem. p. 25.

<sup>328</sup> DE RACISMO A DEFESA DA DITADURA MILITAR: VEJA FALAS ABSURDAS DE HAMILTON MOURÃO. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/18/de-racismo-a-defesa-da-ditadura-militar-veja-falas-absurdas-de-hamilton-mourao>>. Acesso em: 23, agosto, 2024.

<sup>329</sup> EXÉRCITO MONITOROU DESFILES DE CARNAVAL E CONDENOU CRÍTICA AO RACISMO, DIZ DOCUMENTO. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/exercito-monitorou-desfiles-de-carnaval-e-condenou-critica-ao-racismo-diz-documento/>. Acesso em: 23, agosto, 2024.

interno. O Exército brasileiro teria se erguido como instituição para “reprimir movimentos populares e a oposição liberal e, assim, defender um projeto específico de Brasil”.<sup>330</sup>

A imagem de Caxias, o “pacificador do Brasil”, durante o século XIX estaria em perfeita harmonia com o Exército do século XX aqui investigado, onde seus oficiais se encontravam em instituições criadas naquele contexto para produzir também uma imagem. A representação de um país de “história amistosa”, que seria editada e distribuída por sua biblioteca/editora, isso tudo efetivado por oficiais de carne e osso que publicamente afirmavam-se admiradores ferrenhos do realismo distintivo do período. A visão da história que foi produzida pelo jovem oficial Sombra durante as décadas aqui analisadas, seja a do Brasil, ou a da sociologia enquanto ciência, negava contundentemente o dualismo capital x trabalho, assim como a própria classe, negada enquanto real.

Durante as décadas que abarcam a periodização dessa pesquisa, fenômenos diversos e simultâneos puderam se conectar. E dessa conexão derivou uma potencialidade para auxiliar na difícil tarefa de romper com as ilusões que a escrita pode inserir, ainda que sem intenção, nas experiências de vida do indivíduo analisado. Em um mesmo momento, laicato católico e oficiais do Exército identificam e tentam combater as mesmas ideias e pessoas. Nossa personagem, em alguns momentos, trouxe à superfície alguns dilemas por estar engajado simultaneamente em instituições que concebia como tendo naturezas distintas. Para tentar traduzir o resultado positivo desses dilemas, vale citar uma historiadora experiente, tanto no período analisado, como na escrita sobre indivíduos. Para Ângela de Castro Gomes, a ilusão de uma história linear e coerente do indivíduo, que se expressa por seu nome e por uma lógica de fabricação de sua vida, que é retrospectiva, pode ser entendida como uma operação intrínseca à tensão do individualismo moderno. Um indivíduo simultaneamente uno e múltiplo, e que, por ser fragmentado, experimenta temporalidades diversas, tanto em sentido diacrônico, como no sincrônico. No caso do oficial Sombra essa mistura é radicalizada, tendo em vista que tenta fornecer uma alternativa que resgata um espírito medieval usando, sem qualquer reflexão apurada, métodos e suportes gestados pelo espírito moderno.<sup>331</sup>

Diversas temáticas estão relacionadas direta ou indiretamente a este trabalho: pensamento social, história intelectual, uma história da direita, do anticomunismo. Muitos são os fenômenos que permitem um olhar para além das Forças Armadas, ou mais especificamente, do Exército brasileiro, porque, como esperamos ter demonstrado, essa não foi a única instituição que afetou e foi afetada pelo agente aqui abordado. O interesse maior era obter sucesso em demonstrar que suas visões acerca da história, eram elas mesmas historicamente condicionadas. E, o sucesso terá sido satisfatório se essas visões forem entendidas não apenas como formas de descrever o Brasil da primeira metade do século XX, mas como formas que oferecem uma prescrição de como agir.

Houve uma tentativa muito nítida de não prender este trabalho no julgamento se o agente analisado era ou não um fascista. E essa liberdade não tinha a menor intenção de

<sup>330</sup> SOUZA, Adriana Barreto de . 'Exército de Caxias': uma tradição a ser mantida? Le Monde Diplomatique Brasil, Brasil, p. 11 - 11, 18 ago. 2023. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/exercito-de-caxias-uma-tradicao-a-ser-mantida/>> Acesso em: 23 de agosto de 2024.

<sup>331</sup> GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. p 13.

ser uma fuga do tema controverso. A própria bibliografia citada pelo capitão Sombra reúne figuras que na década de 1940 abraçam abertamente ditaduras fascistas e outras que se alinharam com a defesa dos direitos, sem renunciar ao fator religioso. A possibilidade de futuros diversos era tão ampla que sabemos que dessa recusa de algumas pessoas em abdicar da moral religiosa em suas práticas políticas nasceriam as legendas das democracias cristãs.

Em um primeiro momento, a busca nesse trabalho foi a de demonstrar de que maneira política e Exército vão se separando, tanto nas narrativas oficiais da instituição militar, como nas memórias engendradas pelo general Sombra. Não teria sido portanto, mera coincidência o fato de ambos – Severino Sombra e Exército – passem a distanciar essas categorias no mesmo contexto histórico. A bússola para essa operação historiográfica de reunir o que foi separado discursivamente foi o difícil exercício proposto por Norbert Elias para compreender as partes individuais. Exercício difícil diga-se de passagem, onde subtâncias isoladas únicas deixam de existir no nosso pensamento e começamos a pensar somente suas relações e funções.

Há muitos questionamentos que podem ser elaborados através dessa experiência. Somos, como humanos, transpassados – não encontrei palavra melhor – por nossas identidades. Os valores difundidos no Exército do século XX transformaram a categoria “militar” em uma espécie de ícone semiótico, no sentido que transforma o sujeito militar em um signo que carrega imagens muito fortemente marcadas por esses valores. Porém, quando confrontamos a imagem engessada do signo com as fontes do momento em que as imagens foram produzidas, percebemos a fragilidade dessa imagem. E, possivelmente houve um momento em que instituições poderosas convergiram em seus objetivos e tinham indivíduos em comum circulando por seus espaços. O segundo capítulo tentou alinhar a circulação do jovem oficial entre a Escola Militar e a Ação Católica. Não por acaso, em artigo clássico, Margareth Todaro afirmou que a Igreja Católica visava a formação de leigos militantes, líderes para “forças de regimentos para a batalha sob o comando único da hierarquia”.<sup>332</sup>

Como se vê, o vocabulário da Ação Católica, onde o oficial Severino Sombra esteve engajado nos anos abordados nessa pesquisa, passa diretamente por termos comuns aos jargões e valores militares, demonstrando a existência de pontos de convergência entre os projetos postos em pauta pelos dois grupos. Mais que uma concordância nos fins, esses grupos concordariam no método. O passado se torna um ponto central no pensamento conservador que se propagaria no período aqui abarcado. Não é mera casualidade que para criar novas possibilidades de presente, a escrita de história seja o método escolhido. Em aulas de sociologia, é a história dessa ciência que seria elaborada de forma a interligar passado, presente e futuro. Como vimos com Monica Pimenta Velloso, o passado para grupos conservadores passou a ser experimentado como presente, uma experiência concreta. O passado era retomado, não apenas para “salvá-lo do esquecimento”, mas para

---

<sup>332</sup> Tradução minha. WILLIAMS, Margaret Todaro. “Integralism and the Brazilian Catholic Church.” *The Hispanic American Historical Review*, vol. 54, no. 3, 1974, p. 432.

se manifestar de forma no presente.<sup>333</sup> Tanto nos militantes da Ação Católica quanto nos construtores da política social do Exército, a Idade Média ultrapassaria a condição de um período ideal. Ela era desejada por ser um “tempo” eficaz na contraposição ao individualismo liberal. O individualismo seria combatido em ambos discursos porque seria a matriz que arruinaria qualquer unidade, além de abrir as portas para o inimigo comum: o materialismo.

A grande ironia, que só pode ser localizada a partir do trabalho historiográfico, é que a forma como a história foi praticada nesses espaços, foi ela também condicionada pelo pensamento liberal inaugurado com as Revoluções Liberais.

No entanto, devemos atentar para o fato de que grupos sociais exercearam influência sobre acontecimentos políticos porque tiveram em seu favor circunstâncias históricas favoráveis e não porque a unidade ou sua ação eram comuns. Por isso, a preocupação nesse trabalho de alinhavar e dedicar muitas linhas para pensar fenômenos como o tenentismo em sua historicidade.

Julgar a ideologia política do oficial Severino Sombra não foi o mote desse trabalho. Queríamos sim, entender como essa identidade social e tudo que ela significa passa a ser endossado como um modelo a ser seguido por uma instituição. A surpresa foi a impressão de que quando analisamos a instituição militar sob a perspectiva do indivíduo, o que ficou patente é que os pressupostos de apolitismo e homogeneização que, são facilmente datados nos esforços da geração de militares presentes no período abarcado por essa pesquisa, podem ter sido superestimados. O fato de se condenar política partidárias na primeira metade do século XX, não significou, absolutamente, que o Exército tivesse se tornado de fato, o grande mudo, como forjado no discurso legitimador da Missão Militar Francesa.<sup>334</sup>

Os dois últimos capítulos buscam apontar que a política seguiu sendo feita por outros caminhos: por meio da escrita de história e do ensino de uma sociologia que ganharia o sobrenome “militar”. O que a pesquisa documental endossa é que mesmo essa nova forma de se fazer política no Exército, não se fez sem dissensões. Como destacado ao longo do trabalho, o oficial Sombra serviu em locais onde não poderia, caso as regras da instituição fossem de fato respeitadas, quebrando a imagem fornecida pela própria instituição, de uma organização pautada pela disciplina e pela hierarquia.

Se, de alguma maneira, conseguimos demonstrar que discursos, apesar de ligados à realidade social e a determinadas categorias sociais, eles não dependem só delas, mas de vínculos estabelecidos entre indivíduos, o objetivo desse trabalho terá sido alcançado.

Em termos de perspectivas futuras, convém, para de fato fazer com que a história seja sempre do presente, verificar quais as maneiras de pensar difundidas no interior do Exército que ultrapassaram tempos e se fizeram importantes, em termos de valor e significado, para os indivíduos que integram a sociedade brasileira. Demonstrar a historicidade dessas formas de pensar, talvez nos permita deixar finalmente no passado as

---

<sup>333</sup> VELOSO, Mônica P. A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica. In: **Revista de Ciência Política**. Op cit. p. 158.

<sup>334</sup> BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 36.

tradições que não podem ter lugar em uma democracia e que impedem o seu exercício pleno.

## **ARQUIVOS**

Arquivo Nacional (AN)

Arquivo Nirez

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Núcleo de Documentação da Cultura (NUDOC)

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Arquivo Histórico do Exército (AhEx)

## **Referências**

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AMARAL, Deivison Gonçalves. **Catolicismo e Trabalho:** a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil republicano:** o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. **A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército Brasileiro durante o Estado Novo: 1937-1942.** Dissertação de Mestrado. PPGH-UFRJ. Seropédica, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: UNESP, 1995.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1992.
- \_\_\_\_\_. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp.159-182.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011.

CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 271-301, jun. 2006.

CAPELATO, Maria Helena. **O Movimento de 1932: A Causa Paulista. São Paulo:** Brasiliense, 1981.

CAPELLA, Leila Maria. **As malhas de aço no tecido social:** a revista Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório. Dissertação de Mestrado. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, 1985.

CARONE, Edgar. **A Segunda República.** 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Tenentismo (acontecimentos – personagens – programas).** São Paulo: Difel, 1975.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar:** Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. **Exército e Nação:** estudos sobre a história do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN; Vitor, KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005.

\_\_\_\_\_. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. **Topoi.** Rio de Janeiro, 1(1), 2000.

CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Évelyne. **História das Ideias Políticas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis:** revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar , 2012.

COELHO Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COELHO, Edmundo Campos. "A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico".  
**BIB19**, primeiro semestre, 1985.

CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. "A Legião Cearense do Trabalho." In: **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da Sociologia 1: antes de 1918**. Petrópolis: Vozes, 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano, vol. 2**: sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1978, p. 401-426. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

\_\_\_\_\_. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 12ª ed. São Paulo: Difel, 1981, pp. 227-255. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

\_\_\_\_\_. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença. 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 6, n.11, p. 9-23, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 387-415. (Livro I).

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política**: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, Juliana Samara S.. "O pensamento fascista na legião cearense do trabalho." **História e Culturas** 5.9 (2017): 117-137.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 2012.

LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986.

LICKS, Afonso. **Octavio, o civil entre os 18 do Forte de Copacabana**. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2016.

LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos P. **Intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p.225-249.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Escola Militar do Realengo e a Formação do oficial do Exército Brasileiro (1904-1929)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. 1993. 239f Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MICELI, Sérgio (org). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

MOTTA, Jehovah. **Formação Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Paradoxos Do Pensamento Contra-revolucionário: Joseph De Maistre”. Locus: **Revista De História**, 2001.

\_\_\_\_\_. **Em Guarda contra o “Perigo Vermelho”:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria:** História do Exército Brasileiro 1889-1997. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PARENTE, Eduardo Oliveira. Memórias da liderança: Severino Sombra, Jeovah Motta e a Legião Cearense do Trabalho. **Revista de História Bilros:** História (s), Sociedade (s) e Cultura (s), v. 6, n. 11, 2018.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República Brasileira.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

QUEIROZ, Álvaro. “Jacques maritain e o humanismo integral”. **RACE - Revista De Administração Do Cesmac**, 2, 2018. 66–74.

REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: História e historiografia: exercícios críticos. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p.235-248.

RODRIGUES, Fernando. **Indesejáveis:** Instituição, Pensamento Político e Formação Profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do tenentismo (1933).** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, v. 3, p. 95-131, 1997.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha:** imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SOMBRA, Severino. **História Monetária do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

\_\_\_\_\_. **Formação da Sociologia: introdução histórica às ciências sociais.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. p. 71

SILVA, Adelmo José. “O Pensamento Ético de Alceu Amoroso Lima”. **Revista Estudos Filosóficos. UFSJ**, 2017. (11).

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias:** o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o Duque de Caxias. História da Historiografia, n.9, p.106-128, ago.2012.

\_\_\_\_\_. 'Exército de Caxias': uma tradição a ser mantida? Le Monde Diplomatique Brasil, Brasil, p. 11 - 11, 18 ago. 2023.

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

VELOSO, Mônica P. A Ordem, uma revista de doutrina política e cultura católica. In: **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro, 21(3), jul./set. 1978, pp. 117-160.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de Organização Nacional**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIVIANI, Fabricia Carla. **A trajetória política tenentista enquanto processo**: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932). 2009. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2009.

WEBER, Max. **Conceitos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WILLIAMS, Margaret Todaro. "Integralism and the Brazilian Catholic Church." **The Hispanic American Historical Review**, vol. 54, no. 3, 1974, pp. 431–52.